



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL - PPGMS

**MEMÓRIA E PAISAGEM: OLHAR(ES) SOBRE O  
PATRIMÔNIO CULTURAL TURÍSTICO - PARQUE  
NACIONAL DA TIJUCA (RJ).**

Ana Carolina Maciel Vieira

**Orientadora:**

Dr<sup>a</sup> Marília Xavier Cury

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL.  
MARÇO DE 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL - PPGMS

**MEMÓRIA E PAISAGEM: OLHAR(ES) SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL  
TURÍSTICO - PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RJ).**

Ana Carolina Maciel Vieira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social. Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio.

**Orientadora:**

Dr<sup>a</sup> Marília Xavier Cury

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL.  
MARÇO DE 2013

MEMÓRIA E PAISAGEM: OLHAR(ES) SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL  
TURÍSTICO - PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RJ).

Ana Carolina Maciel Vieira

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA  
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE PELO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). APROVADA PELA COMISSÃO  
EXAMINADORA ABAIXO ASSINADA.

Aprovada por:

.....  
Profª Drª Marília Xavier Cury (Presidente da banca).  
Programa PPMS/UNIRIO.  
Universidade de São Paulo – USP.

.....  
Profª Drª Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu.  
Programa PPMS/UNIRIO.  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

.....  
Profª Drª Karla Estelita Godoy.  
Departamento de Turismo/UFF.  
Universidade Federal Fluminense – UFF.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL  
MARÇO DE 2013

V658 Vieira, Ana Carolina Maciel.  
Memória e paisagem: olha(res) sobre o patrimônio cultural turístico -  
Parque Nacional da Tijuca (RJ) / Ana Carolina Maciel Vieira, 2013.  
242 f. ; 30 cm.

Orientadora: Marília Xavier Cury.  
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

1. Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro, RJ). 2. Cerro - Corá  
(Rio de Janeiro, RJ). 3. Guararapes (Rio de Janeiro, RJ). 4. Patrimônio  
cultural. 5. Opinião pública - Pesquisa. 6. Memória – Aspectos sociais.  
I. Cury, Marília Xavier. II. Universidade Federal do Estado do Rio de  
Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-  
Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 363.69

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos os moradores das comunidades dos Guararapes e Cerro-Corá que com muita boa vontade, disponibilizaram um pouco do seu tempo, muitas vezes corrido, para participar do estudo de públicos, e sem os quais esta pesquisa não teria sentido. Agradeço especialmente com imenso prazer: ao Izequiel dos Santos, Milton Barreto e Bruno Souza, todos do Projeto Anfitriões do Cosme Velho, pelas entrevistas cedidas e por me receberem muito bem nas comunidades. À senhora Joana D’Arc que sempre de alto astral e simpatia, me proporcionou momentos de distração e aprendizado com a sua grande sabedoria e história de vida, bem como, não posso esquecer da comida maravilhosa lá na Escola de Samba “G.R.B.C Mocidade do Cosme Velho”; e às senhoras Odete e Maria, também pela ajuda.

Agradeço aos funcionários do IBAMA, como o técnico ambiental Alberto Sampaio por me receber muito bem na Floresta da Tijuca; o educador Alexandre Justino pela grande ajuda na busca de material na biblioteca Alceo Magnanini, no Centro de Visitantes do PARNA Tijuca; e a museóloga e coordenadora de cultura Ana Cristina Vieira pelo empréstimo de livros, pelas longas conversas e esclarecimentos.

Aos funcionários do NEA, como os educadores ambientais Gláucio Maciel e Ozair de Oliveira pela atenção, oportunidade e informações cedidas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social pelo estímulo.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marília Xavier Cury e as professoras da banca avaliadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Abreu e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Godoy, pela colaboração, incentivo e disponibilidade.

Ao meu marido, Felipe Garcia, por me apoiar sempre e acreditar que era possível, bem como pelas contribuições, pelas noites em claro que passamos pesquisando e discutindo sobre o desenvolvimento da pesquisa.

A minha família por estar sempre presente na minha vida, apoiando e acreditando em mim.

A todos os colegas da UNIRIO pelas trocas de experiências, pelos momentos de descontração e pelo ombro amigo nos momentos difíceis.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. Muito Obrigada!

“Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.  
Em cofre não se guarda coisa alguma.  
Em cofre perde-se a coisa à vista.  
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.  
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por *ela ou ser por ela*. [...]”

(Antônio Cícero Lima)

*“Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”*

(Milton Santos)

“Um povo só preserva aquilo que ama. Um povo só ama aquilo que conhece”

(Ecomuseu Quarteirão Cultural do Matadouro)

## MEMÓRIA E PAISAGEM: OLHAR(ES) SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL TURÍSTICO - PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RJ).

### RESUMO

A preservação da memória da cidade se expressa no seu patrimônio cultural e, no caso da cidade do Rio de Janeiro, encontra-se na sua paisagem mundialmente proclamada por suas belezas naturais privilegiadas. Imagens paradas no tempo como cartão-postal, ambientes construídos e transmitidos como marca da cidade. Assim, o Rio de Janeiro se tornou visto, cada vez mais, como um lugar de belas paisagens, de lazer e de prazer, intitulado uma “Cidade Maravilhosa cheia de encantos mil”. No plano simbólico, estas áreas naturais constituem um dos mais fortes referenciais da cidade, valorizados no imaginário social coletivo do país e também mundo afora. Muito dessa paisagem mundialmente conhecida e valorizada está preservada no Parque Nacional da Tijuca, o parque nacional mais visitado do país, o qual apresenta o principal ponto de referência da cidade, o Corcovado e a Estátua do Cristo Redentor. Como símbolo patrimonial da cidade, também é considerado o principal ponto turístico do Rio de Janeiro, juntamente com o Pão de Açúcar, outra formação rochosa, marca da paisagem da cidade. Partindo do fenômeno da “difusibilidade” da imagem da cidade do Rio de Janeiro como uma marca, a de “Cidade Maravilhosa”, e atualmente Patrimônio da Humanidade, espécie de cenário que mistura serra, floresta e mar singulares, o presente trabalho objetiva investigar as opiniões dos moradores do entorno do PARNA Tijuca sobre quais os possíveis olhares sobre esse patrimônio nacional e cartão-postal da cidade, lugar de moradia e destino turístico. Tem como referente empírico as favelas dos Guararapes e Cerro-Corá, localizadas sopé do morro do Corcovado, principal ponto turístico da cidade e o setor mais visitado do Parque. Nesse caso, considerando o Parque Nacional da Tijuca como espaço turístico, pretende-se observar as relações que fazem parte desse universo, o espaço do residente, o espaço dos turistas e o espaço onde ambos interagem, não obstante relações de conflitos, jogo de poder e negociação ou, em muitos casos, contradições que limitam, possivelmente, o espaço do cidadão local quando colocado em contraposição ao espaço dos turistas. A metodologia envolve diferentes estratégias de pesquisa: entrevistas com informantes, observações de campo e questionários semiestruturados aplicados junto a 100 moradores. Com base nos resultados, o trabalho sugere que o Parque Nacional da Tijuca, no setor Corcovado, é muito mais um atrativo turístico relacionado a essa imagem difundida e reconhecida no imaginário social como representação da cidade carioca e do nacional, do que uma instituição que está realmente inserida na vida desses moradores do seu entorno. Busco, portanto, estimular uma reflexão sobre o que seria de fato uma efetiva preservação do patrimônio cultural de um país. Acreditando na ênfase de um projeto dialético que mantém coerência com as necessidades e preocupações da sociedade, que objetive seu enriquecimento pelo (re)conhecimento e usufruto de todos os cidadãos, principalmente em uma sociedade como a brasileira, na qual ao lado da imensa diversidade cultural, existem profundas desigualdades econômico-sociais.

**Palavras-chave:** Memória; Patrimônio Cultural; Parque Nacional da Tijuca; Estudo de Público; Comunidades – Rio de Janeiro;

## LANDSCAPE AND MEMORY: PERSPECTIVES ON CULTURAL HERITAGE TOURIST - TIJUCA NATIONAL PARK (RJ).

### ABSTRACT

The memory preservation of the city is expressed in their cultural heritage and in the case of the Rio de Janeiro City, is in its landscape proclaimed worldwide for its natural beauty. Snapshots in time as postcard, built environments and transmitted as a mark of the city. Thus, the Rio de Janeiro became seen increasingly as a place of beautiful landscapes, leisure and pleasure, one titled "Wonderful City full of a thousand delights". On the symbolic level, these natural areas are one of the strongest references the city, valued in the collective social imagination of the country and also worldwide. Much of this landscape globally known and valued is preserved in the Tijuca National Park, the most visited national park in the country, which presents the main landmark of the city, the Corcovado and the Christ the Redeemer monument. Sheet as a symbol of the city, is also considered the main tourist point of Rio de Janeiro, along with the Sugar Loaf, another rock formation, mark the landscape of the city. Starting from the phenomenon of "Spreadable" of the image of the city of Rio de Janeiro as "the Marvelous City", sort of scenario that mixture mountain, forest and singular sea, this paper aims to investigate the views of residents surrounding the PARNA Tijuca about what the possible perspectives on this national heritage and postcard city, dwelling place and tourist destination. Its empirical referent slums Guararapes and Cerro-Corá, located the foot of the Corcovado Mountain, the main tourist attraction of the city and the industry's most visited park. In this case, considering the Tijuca National Park as a tourist space, we intend to observe relationships that are part of this universe, the living space, the space of space where both tourists and interact, although relations of conflict and power play negotiation or, in many cases, contradictions that limit, possibly, the space of local citizen when placed in opposition to space tourists. The methodology included different strategies: field observation, participant observation in different tours, long interviews with informants and semi-structured questionnaires with 100 inhabitants from Guararapes and Cerro-Corá. The article suggests that the Tijuca National Park is much more a tourist attraction related to such image broadcast and recognized in the social imaginary as the city and national identity, of which an institution that is really inserted in the life of the city and its dwellers. I seek, therefore, stimulate a reflection on what would be in fact a effective preservation of the cultural heritage of a country. Believing in emphasis of a dialectical project that maintains consistency with the needs and concerns of a society, seeking its enrichment by recognizing and enjoyment by all citizens, especially in a society such as Brazilian, in which besides the immense cultural diversity, there are profound economic and social inequality.

**Key words:** Memory; Cultural Heritage; Tijuca National Park; Visitor studies; Slum/Communities – Rio de Janeiro;



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	x
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	xi
<b>LISTA DE QUADROS</b>	xii
<b>LISTA DE TABELAS</b>	xiii
<b>LISTA DE SIGLAS</b>	xiv
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	
1.1. A pesquisa	16
1.2. O objeto de estudo e sua problematização	24
1.3. Objetivos e Questões	36
1.4. Síntese da metodologia adotada	45
1.5. A estrutura da Dissertação	
<b>2. MEMÓRIA E PAISAGEM</b>	
2.1. A problemática representação do passado	47
2.2. Tecendo a memória e a ideia de patrimônio na reconstrução da paisagem	51
2.3. A paisagem como patrimônio natural: memória da natureza e memória humana	57
<b>3. A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL</b>	
3.1. Áreas naturais protegidas: a trajetória da ideia de patrimônio natural	62
3.2. O caso Brasileiro	72
3.3. Patrimônio natural: o potencial turístico dos parques nacionais	81
<b>4. A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA</b>	
4.1. A representação simbólica da cidade carioca	92
4.2. Apresentação do Parque	96
4.3. Breve histórico	106
4.4. Conflitos Ambientais: o PARNA Tijuca e o desenvolvimento urbano atual	126
<b>5. REVELANDO OS SUJEITOS OCULTOS E/OU GENERALIZADOS</b>	
5.1. Localização e contexto social da área pesquisada	151
5.2. Procedimentos metodológicos	156
5.3. A paisagem humana do Parque Nacional da Tijuca: O olhar dos habitantes do seu entorno	169
5.3.1. Caracterização dos sujeitos	169
5.3.2. Caracterização do significado/ ideia de patrimônio, das práticas culturais e de lazer	181
5.3.3. Aspectos da frequência ao Parque Nacional da Tijuca	196
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	219
<b>REFERÊNCIAS</b>	226
<b>APÊNDICES</b>	239

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Imagem dos rapazes do Projeto Anfitriões do Cosme Velho.	34
<b>Figura 02</b> - Cenas do Filme Rio. Vista da cidade do Rio de Janeiro, representação da sua paisagem natural e das favelas.	93
<b>Figura 03</b> - Cartão-postal alegórico da cidade do Rio de Janeiro, datado de 1899.	94
<b>Figura 04</b> - Conjunto morfológico, símbolo da paisagem da cidade do Rio de Janeiro.	97
<b>Figura 05</b> - Imagem de satélite da área de abrangência do Parque Nacional da Tijuca.	100
<b>Figura 06</b> - Vista do alto do Corcovado, um dos primeiros mirantes da região carioca.	110
<b>Figura 07</b> - Grupo da alta sociedade, na Estação do Alto, preparando-se para subir ao topo do Corcovado. Fim do século XIX.	111
<b>Figura 08</b> - O “Chapéu de Sol” ou “Pavilhão de Ferro”.	111
<b>Figura 09</b> - Vista aérea da obra do Cristo, junho de 1930.	112
<b>Figura 10</b> - Assinatura do acordo de cooperação técnica para a gestão compartilhada do Parque Nacional da Tijuca entre Prefeitura, Estado e Governo Federal.	116
<b>Figura 11</b> - Complexo Hotel Paineiras/Corcovado. Imagem do estado atual do hotel (à esquerda) e Imagem do Projeto de reestruturação vencedor do concurso, Estúdio America.	124
<b>Figura 12</b> - Posicionamento das antenas e torres na área interna do Parque Nacional da Tijuca, morro do Sumaré.	137
<b>Figura 13</b> - Mapa do bairro Cosme Velho com suas principais vias. Localização das favelas pesquisadas.	153
<b>Figura 14</b> - Mapa de intervenções do Programa Favela Bairro na cidade do Rio de Janeiro	156
<b>Figura 15</b> - Imagem da área de abrangência da Comunidade Guararapes, 28.039 m <sup>2</sup> desde 2004.	157
<b>Figura 16</b> - Imagem da área de abrangência da Comunidade Cerro-Corá, 13.369 m <sup>2</sup> desde 1999.	157
<b>Figura 17</b> - Imagem do comunicado oficial do Secretário de Estado de Segurança, José Mariano Beltrame, sobre a ocupação das comunidades do Cerro-Corá, Guararapes e Vila Cândido, localizadas no bairro Cosme Velho, Zona Sul da cidade.	162
<b>Figura 18</b> - Imagem do hasteamento da bandeira da Brasil e do Estado do Rio de Janeiro pela Polícia Militar. Ato simbólico de representação da retomada do território.	162

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> - Percentual de analfabetismo por faixa etária das comunidades que foram beneficiadas pelo Programa Favela-Bairro.	174
<b>Gráfico 02</b> - Percentual de moradores que visitaram (ou não) museus.	182
<b>Gráfico 03</b> - Percentual dos museus mais visitados, segundo opinião das comunidades analisadas.	186
<b>Gráfico 04</b> - Percentual de moradores que visitaram (ou não) áreas de conservação da natureza.	187
<b>Gráfico 05</b> - Percentual das áreas de conservação da natureza mais visitadas, segundo opinião das comunidades analisadas.	189
<b>Gráfico 06</b> - Resultado Geral sobre o que os moradores pensam ser a palavra Patrimônio.	191
<b>Gráfico 07</b> - Resultado Geral sobre o que os moradores consideram Patrimônio.	195
<b>Gráfico 08</b> - Percentual de moradores que visitam (ou não) o Parque Nacional da Tijuca.	196
<b>Gráfico 09</b> - Resultado Geral sobre o conhecimento dos limites do Parque Nacional da Tijuca.	198
<b>Gráfico 10</b> - Percentual sobre qual a importância do Parque Nacional da Tijuca para os moradores analisados.	203
<b>Gráfico 11</b> - Percentual sobre qual a importância do Parque Nacional da Tijuca para os moradores analisados.	207
<b>Gráfico 12</b> - Meios de divulgação das normas de visitação – Região Sudeste.	209
<b>Gráfico 13</b> - Sugestões para melhorar a divulgação do PARNA Tijuca, segundo a opinião dos moradores analisados.	211

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 01</b> - Listagem dos Parques Nacionais do Brasil.	103
<b>Quadro 02</b> - Ficha Técnica do Parque Nacional da Tijuca.	105
<b>Quadro 03</b> - Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, 2007.	120
<b>Quadro 04</b> - Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, 2012.	122
<b>Quadro 05</b> - Resumo das principais ações legais para a proteção do PARNA Tijuca.	125
<b>Quadro 06</b> - Relação das principais Operadoras, Agências e Clubes de Serviços de Turismo que atuam no Parque Nacional da Tijuca.	144
<b>Quadro 07</b> - Respostas dos moradores entrevistados relacionada à última questão da pesquisa, intitulada “Se o parque deixasse de existir, o quê você perderia com isso?”.	216

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 01</b> - Número de visitantes por parques nacionais.	105
<b>Tabela 02</b> - Frequência de inquéritos, segundo agente poluidor por setor.	128
<b>Tabela 03</b> - Frequência de processos, por tipo de poluição.	129
<b>Tabela 04</b> - Frequência de denúncias, segundo os autores de denúncias, por setor.	131
<b>Tabela 05</b> - Índice de Desenvolvimento Social e seus indicadores constituintes por bairro e favela – Município do Rio de Janeiro.	164
<b>Tabela 06</b> - Tabela comparativa de gênero e faixa etária entre a amostragem levantada pela pesquisa de público e os índices por bairro e favela – Município do Rio de Janeiro.	170
<b>Tabela 07</b> - Tabela sobre a composição da população das Comunidades Vila Cândido, Guararapes e Cerro-Corá – Rio de Janeiro, por faixa etária.	172
<b>Tabela 08</b> - Tabela sobre a composição das comunidades analisadas por escolaridade.	173
<b>Tabela 09</b> - Tabela sobre a composição das comunidades analisadas por ocupação profissional.	176
<b>Tabela 10</b> - Tabela sobre a composição dos trabalhadores do Município do Rio de Janeiro, segundo a posição na ocupação.	179
<b>Tabela 11</b> - Percentual de moradores entrevistados, por visita a museu, segundo sexo, faixa etária e escolaridade.	184
<b>Tabela 12</b> - Áreas protegidas por Legislação Ambiental, segundo as Tutelas das Diversas Esferas Governamentais, Município do Rio de Janeiro.	188
<b>Tabela 13</b> - Resultado Geral sobre o conhecimento dos limites do Parque Nacional da Tijuca, entre os que já ou nunca o visitou antes.	200
<b>Tabela 14</b> - Tabela esquemática com as tarifas referente à visitação no Corcovado.	213

## LISTA DE SIGLAS

ABVL - Associação Brasileira de Voo Livre do Rio de Janeiro  
AEIS - Área Especial Interesse Social  
AMOG - Associação de Moradores dos Guararapes  
APA - Áreas de Preservação Ambiental  
CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgoto  
CHISAM - Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio  
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana  
EE – Estação Ecológica  
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações  
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo  
ESFECO - Estrada de Ferro Corcovado  
GEO-RIO - Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICOM - Conselho Internacional de Museus  
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios  
IDS - Índice de Desenvolvimento Social  
INEA - Instituto Estadual do Ambiente  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPP - Instituto Pereira Passos  
IUCN - Assembleia Geral da União Internacional de Conservação da Natureza e seus Recursos  
MAB - Programa Homem Biosfera  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MNRJ - Museu Nacional do Rio de Janeiro  
NEA - Núcleo de Educação Ambiental  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG - Organização Não Governamental  
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento  
PARNA – Parque Nacional  
PARNA Tijuca - Parque Nacional da Tijuca

PEA - População Economicamente Ativa

PEPB - Parque Estadual da Pedra Branca

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RA - Regiões Administrativas

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SABREN - Sistema de Assentamento de baixa renda

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TURISRIO – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

UC - Unidade de Conservação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

# 1. INTRODUÇÃO

## 1. 1. A pesquisa

Antônio Carlos Jobim poeticamente sintetizou ao compor a música Samba do Avião (1962), a paisagem da cidade do Rio de Janeiro que se apresenta ao olhar e ao imaginário social: “Rio, o seu mar/ Praia sem fim/ Rio você foi feito pra mim/ Cristo Redentor/ Braços abertos sobre a Guanabara [...]”. Essa imagem da cidade carioca, inscrita principalmente na paisagem, fascinou e persuadiu muitas pessoas por meio de seu apelo estético ligado a uma representação singular de um lugar, imerso em belezas naturais, espécie de cenário que mistura montanha, floresta e mar exuberantes. A preservação da memória da cidade se expressa no seu patrimônio cultural, e, no caso da cidade carioca, encontra-se na sua paisagem mundialmente proclamada por suas belezas naturais privilegiadas. Assim, o Rio de Janeiro se tornou visto, cada vez mais, como um lugar de belas paisagens, de lazer e de prazer, intitulado uma “Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil”<sup>1</sup>. No plano simbólico, estas áreas naturais constituem um dos mais fortes referenciais da cidade, sendo altamente valorizadas no imaginário social coletivo do país e também mundo afora.

Dessa estetização da cidade, Jeudy (2005, p. 103) indaga: “como acentuar o poder simbólico de um espaço sem correr o risco de banalizá-lo?” Ao responder tal pergunta, o autor afirma que “quanto mais a cidade parece com um cartão-postal, mas ela evoca o princípio de uma parada sobre a imagem, de uma suspensão do tempo, mais ela estimula esse movimento de construção metafórica”. Levando em consideração a lógica contemporânea de consumo cultural urbano apresentada por Jeudy (2005, p.09), que vê a cultura “como uma simples imagem de marca [...] consumida rapidamente”, a presente pesquisa tem como ponto de partida a imagem vendida e divulgada sobre a

---

<sup>1</sup> O adjetivo “maravilhosa” foi dado à cidade do Rio de Janeiro pelo escritor (cronista, folclorista, romancista, crítico, teatrólogo, político, professor e membro da Academia Brasileira de Letras) maranhense Henrique Maximiano Coelho Neto como uma homenagem às suas belezas naturais em 1908, nas páginas do jornal A Notícia. Depois veio a marcha de carnaval “Cidade Maravilhosa”, composta por André Filho e gravada por Aurora Miranda (irmã de Carmem Miranda) para o Carnaval de 1935. Seu título foi inspirado num programa radialístico de grande sucesso à época, apresentado por César Ladeira, onde este lia as “Crônicas da Cidade Maravilhosa”, escritas pelo futuro Imortal da Academia Brasileira de Letras, Genolino Amado. (GERODETTI; CORNEJO, 2004).



cidade do Rio de Janeiro como a de “Cidade Maravilhosa” e agora, Patrimônio da Humanidade<sup>2</sup>. (Re)Conhecida como “Cidade Maravilhosa” por suas belezas naturais, muito dessa paisagem faz parte do Parque Nacional da Tijuca (PARNA Tijuca), que, com seus 3.953ha de área, consiste num fragmento do bioma da Mata Atlântica no Brasil a ser preservado.

A representação da cidade do Rio de Janeiro não pode ser separada do PARNA Tijuca. Criado por Decreto Federal, em 1961, e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), em 1966 (na época com o nome oficial de Parque Nacional do Rio de Janeiro), tinha como objetivo ser um reservatório de ar puro, água e vegetação, refúgio contra a vida urbano-industrial estressante, localizado no coração da cidade como um paraíso selvagem, em prol da preservação da natureza que sofria brutais transformações impostas pela crescente urbanização da capital. O seu patrimônio natural é talvez o mais conhecido e consagrado, contudo, podemos também encontrar no Parque, vestígios históricos e artísticos, monumentos arquitetônicos da ocupação e expansão econômica dos séculos XVII, XVIII e XIX, compondo assim uma valiosa herança histórico-cultural, que hoje se constitui em um importante acervo também a ser preservado. Encravado na cidade do Rio de Janeiro, incorpora-se ao cotidiano e às rotas, imagens e memórias preservadas na paisagem da cidade através de seus monumentos, arquiteturas e suas vistas naturais, a citar: a Floresta da Tijuca, o Pico da Tijuca, a Vista Chinesa, as Paineiras, os Mirantes Dona Marta e Mesa do Imperador,

---

<sup>2</sup> No dia 1º de julho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a primeira do mundo a receber o título da UNESCO de Patrimônio Mundial, na categoria Paisagem Cultural Urbana. A candidatura, apresentada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi aprovada durante a 36ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em São Petersburgo, na Rússia. A partir de agora, os locais da cidade valorizados com o título da UNESCO serão alvo de ações integradas visando à preservação da sua paisagem cultural. O sítio proposto como Rio Paisagem Cultural contém áreas exemplares da cidade, que foram reunidas em dois setores articulados entre si pela malha urbana com suas cadeias montanhosas, constituindo a zona de amortecimento. O primeiro setor é formado pelo Parque Nacional da Tijuca, Parque Lage e Jardim Botânico. O outro, pela sucessão dos elementos litorâneos – Parque do Flamengo com Museu de Arte Moderna e áreas adjacentes (Passeio Público, Praça Paris, Outeiro da Glória); entrada da Baía da Guanabara com seus morros e fortalezas dos lados leste e oeste (Rio e Niterói), estendendo-se até a enseada de Botafogo; e praia de Copacabana com suas pontas (morro do Leme e forte de Copacabana estendendo-se à pedra do Arpoador). O Iphan trabalhava na candidatura do Rio como Patrimônio da Humanidade há alguns anos (a 1ª candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial foi apresentada em 2002, porém sem sucesso). Em setembro de 2009 o Iphan, em parceria com a Associação de Empreendedores Amigos da UNESCO, da Fundação Roberto Marinho, do governo e da prefeitura do Rio de Janeiro, entregou à UNESCO o dossiê completo da atual candidatura, justificando sua importância e seu valor universal que está principalmente na soma da beleza natural da cidade com a intervenção humana. Agora, o Brasil conta com 18 bens culturais e naturais na lista de 911 bens reconhecidos pela UNESCO. (BATISTA, 2009; COMITE TÉCNICO DE CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL, s/data; SITE DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL/ ONUBR de 02 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/unesco-aprova-rio-de-janeiro-como-patrimonio-mundial-da-humanidade>>).

o Corcovado e a estátua do Cristo Redentor, a Pedra da Gávea e Pedra Bonita, o Parque Lage, entre outros “signos patrimoniais”<sup>3</sup> e/ou representações da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil.

Mas é importante salientar que o patrimônio cultural é uma questão de atribuição de valor, e é isso que justifica a sua proteção. Contudo, esse “poder simbólico”<sup>4</sup> dos bens patrimoniais é relativo e tem um alcance limitado, mesmo que as atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundi-lo se baseiem numa crença ilusória de que a sociedade não é dividida em classes, etnias ou grupos. No entanto, a noção de patrimônio não é assim tão harmônica. No caso da política federal de preservação no Brasil, Fonseca (2005, p. 26) salienta que muitos bens tombados funcionam mais como símbolos abstratos e distantes da nação, instituída brasileira, do que marcos efetivos de uma identidade nacional, com a qual a maioria da população brasileira tem alguma identificação. E ainda afirma que o Patrimônio Brasileiro se encontra

[...] protegido, a maior parte do tempo, do acesso ao público que, em geral, vê a preservação como uma atividade culta, [...] esses bens parecem guardar a sete chaves, para a grande maioria da população, as informações, sentidos e valores que teriam justificado sua inclusão no patrimônio histórico e artístico nacional. (FONSECA, 2005, p. 27).

Sabe-se que os bens reunidos por cada sociedade ao longo das épocas não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e disponíveis a todos, pois os diversos grupos sociais se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural. Segundo Garcia Canclini (1994, p. 96-97) esta variada capacidade de relacionamento com o patrimônio se origina, primeiro, da participação desigual dos grupos sociais em sua formação e também porque existe uma hierarquia dos capitais culturais, e, para o autor, o problema mais desafiante atualmente, são os usos sociais do patrimônio, e é nesse ponto que se devem concentrar os maiores esforços de investigação, o que esta pesquisa leva em consideração.

---

<sup>3</sup> Expressão de Henri-Pierre Jeudy. Para o autor os signos patrimoniais ou identitários funcionam como marcadores, índices de uma singularidade cultural mantida e exibida, ou seja, são espécies de símbolos da cidade. (JEUDY, 2005, p. 28 e 82).

<sup>4</sup> Expressão de Pierre Bourdieu. Poder invisível, de construção da realidade (poder de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e de ação sobre o mundo) que tende a estabelecer uma ordem ou sentido imediato do mundo social; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força graças ao efeito específico de mobilização e só se exerce se for reconhecido. (BOURDIEU, 2007b).

O artigo 215 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 enfatiza que é responsabilidade do Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, como também, deve apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. É, sobretudo, responsabilidade do Estado garantir os direitos sociais como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e segurança. Nesse sentido, acredita-se que uma boa aplicação dos direitos culturais e sociais se exprime no direito de todos à fruição do patrimônio cultural, traduzida principalmente pela possibilidade de acesso de forma democrática a esses bens que formam o patrimônio nacional. Portanto, para uma efetiva proteção, valorização e promoção do patrimônio cultural não se pode apenas enfatizar a preservação da sua integridade física para que não se deteriore e pereça, e sim, deve-se também enfatizar um processo dialético que mantém coerência com as necessidades e preocupações da sociedade, que objetive seu enriquecimento pelo (re)conhecimento e usufruto de todos os cidadãos, principalmente em uma sociedade como a brasileira, na qual ao lado da imensa diversidade cultural, existem profundas desigualdades econômico-sociais. Os bens culturais, pelo significado que portam, são por vocação, essenciais ao diálogo, assim ao imobilizá-lo, congelando em certo passado histórico, estamos na verdade inutilizando-o, apagando-o ou, melhor, minimizando-o como um elemento cultural.

Segundo Lia Motta (2011, p. 197), é por meio de pesquisas e procedimentos administrativos que auscultam as comunidades que é possível compartilhar a atribuição de valor com os grupos sociais. E, completando essa ideia, Ana Marchesan (2011, p. 114 -115) defende que os valores sociais representados pelo patrimônio cultural, só têm chances de florescer, de cumprir suas funções de símbolo, de identidade, de testemunho, de gerador de relações, de vínculos culturais, de integração espacial e harmônica com o meio ambiente, quando reconhecido pela população, sua primeira e mais fiel parceira. Ressalta-se, portanto, nessa linha de pensamento, que só preservamos aquilo que conhecemos e com que temos algum tipo de identificação. Mas, pouco se sabe ou se dá a devida importância sobre análises do modo e das condições de recepção desse universo simbólico pelos diferentes setores da sociedade.

Partindo desse ponto de vista, o presente trabalho tem como questão central **levantar e analisar quais os possíveis olhares dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro sobre o Parque Nacional da Tijuca**, tendo como finalidade estabelecer a relação desse Patrimônio Nacional e cartão-postal da cidade do Rio de Janeiro com o

seu público, potencial ou frequentador, morador do seu entorno, entendendo esse público como o mais próximo do patrimônio em pauta, ao menos fisicamente, sendo que a proximidade cultural nos interessa sobremaneira. Nosso enfoque está nos moradores de favelas/comunidades situadas no entorno do Parque, considerados, muitas vezes, pelo poder público e os administradores do parque, ameaças à preservação do PARNA Tijuca, devido seu crescimento desordenado e proximidade aos limites do parque. Para Castro (2004) os discursos que se transformam em ações de políticas públicas, assim como aqueles que têm um caráter de denúncia ou acadêmico, criaram tipologias e modalidades de identificação do que representam os assentamentos urbanos em especial as favelas. Assim, o autor identifica três momentos distintos e três percepções construídas historicamente por diferentes campos de saber, sobre as populações “faveladas” e seus locais de moradia. No primeiro momento, constitui-se uma percepção de que as populações “faveladas” deveriam ser removidas, a favela é vista como um problema e sua erradicação é proposta. No segundo, a urbanização das favelas é anunciada. Este momento é marcado pelo reconhecimento do ‘outro’ e da constituição de redes de comunicação. O terceiro momento se caracteriza pela busca da integração na organização urbana. Da visão da favela como problema e posteriormente a tentativa da constituição de uma política de controle sobre as populações “faveladas”, buscou-se identificar quem era esta população, qual sua característica, seus hábitos, costumes, formas de sociabilidade etc., procurando encontrar (ou criar) um padrão de comportamento que atendesse as imagens e representações esperadas ou desejadas por diferentes setores e grupos sociais. Percebe-se que, nesta tentativa, os termos “favela” e “favelado” passaram a identificar uma determinada população através dos seus hábitos e costumes em oposição a outros grupos populacionais. É, portanto, neste período, que se constitui um saber normativo que fundamenta a classificação jurídica das favelas enquanto unidades territoriais e sociais detentoras de comportamentos e de sociabilidades específicas. Nos anos 90, o olhar sobre as populações que moravam em favelas mudou. Estas não são mais vistas como um grupo homogêneo. No entanto, permanece a oposição “integração” versus “não integração”. A partir desta percepção é que surge o Programa Favela-Bairro<sup>5</sup>, como forma de “integrar a cidade ilegal à cidade

---

<sup>5</sup> A partir de 1994 que foi criado um programa pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o “Favela-Bairro”. Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa visava integrar as favelas à cidade formal através da realização de obras de infraestrutura urbana e da adoção de políticas sociais e de trabalho nas comunidades beneficiadas. (CUNHA, 2000; CASTRO, 2004).

legal”, com base em políticas públicas ligadas a ideia de “socialização da política” e do estabelecimento de “parcerias” para a realização de trabalhos de cunho social. Foi justamente esta “parceria” ou “cooperação” entre poderes públicos e associações civis que permitiu uma maior participação dos representantes das associações na elaboração de programas e projetos sociais, instaurando-se a partir daí, uma nova modalidade de relação entre as “favelas” – agora tomadas como “comunidades” – e os poderes públicos. Visto que o termo “favela” já era essencialmente carregado de imagens e representações negativas o termo “comunidade” aparece como uma expressão capaz de atribuir positividade a estes aglomerados humanos, principalmente pela maior participação da sociedade civil organizada, representada, muitas vezes, pela associação de moradores e Organizações não governamentais (ONGs), pois o termo é resgatado, de acordo com Castro (2004, p. 192) das experiências ligadas aos chamados “trabalhos comunitários”. Daí a valorização da palavra “comunidade” com relação à proximidade, de relacionamentos personalizados e familiares, vistos como padrões de comportamento e formas de interação social, ditas “comunitárias”, em oposição às relações impessoais, distantes, anônimas, características dos centros urbanos.

Outro fator que merece a nossa atenção e que integramos à problemática de pesquisa se refere ao turismo cultural com relação ao uso do espaço patrimonializado, porque impactam a visão que se tem sobre o patrimônio. O Brasil é atualmente o destino turístico líder da América Latina e Caribe, bem como consolidou o sétimo lugar entre os países que mais recebem eventos internacionais no mundo. Futuramente, com a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o país busca ganhar condições de atingir um novo patamar na sua promoção nacional e internacional como destino turístico global. Segundo dados do Ministério do Turismo, através dos relatórios “Plano Aquarela 2007 a 2010”, “Turismo no Brasil 2011-2014” e “Plano Aquarela 2020 – Marketing Turístico Internacional do Brasil”, a geração de divisas pelo Turismo está diretamente relacionada à entrada de turistas estrangeiros no país, bem como a sua permanência e aos gastos realizados, por isso, os esforços dos poderes municipais, estaduais e federais em otimizar, cada vez mais, a exposição mundial das cidades, e do próprio país, para torná-las mais conhecidas e visitadas. Ainda enfatizam que a cidade do Rio de Janeiro, considerada grande ícone do turismo internacional do Brasil como principal destino do turismo de lazer, com os grandes eventos, pode ampliar sua capacidade de atrair visitantes de negócios, outros eventos e grupos de

incentivo de grandes empresas internacionais. E, poderá fortalecer a repetição das visitas a lazer e fidelizar ainda mais os turistas internacionais.

Para atender melhor esse público-alvo, a EMBRATUR, de 2004 a 2009, buscou detectar as tendências de evolução da imagem e a percepção da propaganda do destino turístico Brasil no exterior. Os principais resultados da sondagem de 2009, de acordo com o “Plano Aquarela 2007 a 2010” e o “Plano Aquarela 2020”, foram: o melhor do país é o povo brasileiro, que aparece nas citações de 45% dos entrevistados. Com destaque também para as Belezas naturais/Natureza (23%), as Praias/Mar (18%), o Sol/Clima tropical (com 14%) e a Diversidade cultural (9%). É importante salientar que os itens: belezas naturais, a diversidade brasileira, o povo e a cultura popular foram os principais aspectos motivadores da visita ao Brasil, identificados no Plano Aquarela, sendo estes itens constantemente utilizados nas campanhas promocionais para sensibilizar os turistas para viajar ao Brasil. No entanto, com relação aos pontos negativos apurados pela pesquisa, os principais desafios que se apresentam, em termos de imagem, concentram-se na questão da violência, a falta de segurança e da pobreza. Além desses, aparecem telecomunicações e sinalização turística, como pontos de atenção. Logo, percebemos que, quanto à imagem dos turistas estrangeiros com relação ao Brasil, em especial da cidade do Rio de Janeiro, principal destino turístico do país, o que se pode notar é que a Natureza, combinada ao Povo Brasileiro, receptivo, festeiro e alegre, reafirma-se como o aspecto determinante da imagem positiva destes turistas perante a cidade e o país. Já no item imagem negativa consolida-se a preocupação dos turistas em relação à segurança, bem como a pobreza marcada na paisagem pelas favelas.

Contudo, vale resaltar que a imagem da favela vem sendo resignificada, atualmente valorizadas também como atrativos turísticos, no sentido de neutralizar essas imagens negativas a ela relacionadas. Para Bianca Freire-Medeiros (2010) a “pobreza turística”, ou seja, uma pobreza emoldurada, anunciada, vendida e consumida como um valor monetário, acordado entre promotores e consumidores em diferentes partes do mundo, é um acontecimento que segue tendências internacionais de conversão de territórios pobres e segregados em atração turística, no qual, várias favelas cariocas vêm, com maior ou menor sucesso, buscando desenvolver seu potencial turístico. A autora ainda enfatiza que com relação aos discursos das agências turísticas, variações sempre existirão, a critério de cada agência, mas, de maneira geral, as favelas são

descritas nos passeios como territórios marginais à cidade formal, cuja origem remete à negligência do poder público e à ganância das elites locais. Os guias costumam ressaltar que, nos últimos anos, esse quadro vem sendo alterado, com a progressiva incorporação das favelas ao asfalto, sendo as obras do projeto Favela-Bairro o exemplo recorrentemente citado. São destacadas as supostas peculiaridades da favela em relação ao restante da cidade, como: a arquitetura ímpar, o recurso insistente ao criativo "jeitinho brasileiro", a espontaneidade alegre da população e sua submissão às leis do "poder paralelo". No entanto, por mais que nas visitas turísticas, os moradores tentam mostrar os pontos positivos das favelas, como a visibilidade e a produção de contraestigmas, para a maioria dos visitantes, os grandes atrativos da favela como destino turístico são a pobreza e a violência, isto é, o vasto contraste entre sua realidade cotidiana e aquela dos turistas. Concluindo assim, que tanto moradores, quanto turistas, guias, pesquisadores e outros mais estão todos constantemente negociando e renegociando uma nova gramática cuja pretensão é acomodar, no território da favela turística, lazer e pobreza, diversão e comiseração. (FREIRE-MEDEIROS, 2010). Já Godoy e Luna (2012) enfatizam que na busca do turismo contemporâneo pela autenticidade dos roteiros turísticos, o "turismo em favelas", ou os chamados "reality tours", consistem em produtos culturais construídos em produtos turísticos, espécie de cenário, marca, criações estéticas que fortalecem o imaginário individual e coletivo oriundas das propagandas, da televisão, de fotografias e do cinema, motivando assim, a visitação nesses locais retratados. Portanto, para as autoras, "seja 'real ou fictício', o cenário sempre envolverá criação artística e essa criação passa a construir imagens de referência, para aqueles que as contemplam, as observam, as consomem" (GODOY; LUNA, 2012, p. 241-242).

Em busca da formulação da imagem desejada para a cidade e para o país no mercado turístico, o governo se apropria estrategicamente do seu Patrimônio Cultural e Natural em prol de um novo posicionamento comparativo para o Brasil como destino turístico.

Nesse caso, considerando o Parque Nacional da Tijuca como espaço turístico, pretende-se observar as relações que fazem parte desse universo, o espaço do residente, o espaço dos turistas e o espaço onde ambos interagem, não obstante relações de conflitos, jogo de poder e negociação ou, em muitos casos, contradições que limitam,

possivelmente, o espaço do cidadão local quando colocado em contraposição ao espaço dos turistas, também como parte da problemática da presente pesquisa.

Logo, esta dissertação se desenvolve no eixo entre o uso público do Parque Nacional da Tijuca e as formas adquiridas desse uso, que se fundamenta em algumas premissas. Primeira: o objetivo básico de um Parque Nacional é preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Portanto, é uma instituição que tem uma responsabilidade social, tanto em preservar os ecossistemas naturais para atuais e futuras gerações como de comunicá-los e divulgá-los sobre o porquê da preservação. Segunda: se esta pesquisa busca configurar o PARNA Tijuca a partir da maneira como é apropriado pelo público, nesse caso, morador do seu entorno, então tem como ponto referencial privilegiado a recepção/ estudo de público.

## **1.2. O objeto de estudo e sua problematização**

O interesse de saber e entender sobre qual(ais) o(s) olhar(es) patrimonial(is) dos moradores das comunidades situadas no entorno do Parque Nacional da Tijuca (como eles veem o parque) surgiu, espontânea e inicialmente, a partir de alguns apontamentos:

1º) Os debates sobre a preservação de áreas naturais protegidas, que dividem as correntes conservacionistas e preservacionistas sobre a presença de comunidades próximas às áreas de conservação, principalmente no que tange à retirada ou não das comunidades que vivem nessas áreas. Os conservacionistas defendem que a conservação ambiental representa manter uma área protegida, porém utilizá-la sem colocar em risco sua dinâmica natural e atributos físicos. Já os preservacionistas, com uma visão mais radical, entendem que áreas naturais devem ficar sem a presença humana para que apenas processos naturais influenciem sua dinâmica. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 255-256). A criação de áreas naturais protegidas de interesse público parte dessa ideologia preservacionista, na qual vê o homem como o grande destruidor da natureza, e a única forma de protegê-la seria afastá-la dele;



2º) A partir de leituras sobre museus e preservação in situ, as quais trazem a relação indissociável território-patrimônio-comunidade, no sentido de valorizar o diálogo e a participação comunitária para assim evitar as dificuldades de comunicação;

3º) E, por último, parto da visão sobre a função primordial dos museus e parques nacionais, ou seja, o seu papel social. Entendendo sua missão social como função de testemunhar/representar o passado para modificar o futuro, a partir de uma consciência crítica das relações homem/objeto refletida pela instituição/museu. Isto é, de situar o público dentro do seu mundo, para que tome consciência da sua problemática como homem-indivíduo e homem-social, não deixando de lado, sua responsabilidade de ser um instrumento interdisciplinar de difusão e modificação da sociedade que o representa. Com isso, discuto sobre o patrimônio cultural, turismo e desigualdade social, visto que os diversos grupos sociais se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural, principalmente em uma sociedade como a brasileira que, apesar da imensa diversidade cultural, sofre profundas desigualdades econômico-sociais.

Algumas experiências anteriores foram definitivas para que se chegasse ao tema central da pesquisa: um estudo de público para verificar a relação dos moradores do entorno com as áreas protegidas, no sentido de trazer suas articulações e tensões nessa problemática urbana e novos apontamentos sobre a eficácia das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. Num primeiro momento, a partir de um olhar museológico, busco dissertar sobre áreas de preservação da natureza como lugares valorizados por suas características geomorfológicas, paleontológicas, culturais e ambientais, relacionando parques nacionais a museus. No sentido de associá-los a locais especiais cercados de ações que visam à preservação de um conjunto de bens culturais/naturais excepcionais, destinados à contemplação, educação e lazer das gerações atuais e futuras, bem como, lugares de perpetuação da memória dos grupos, os chamados “lugares de memória”, expressão de Pierre Nora (lugares naturais ou naturalizados pela preservação).

Na tentativa de melhor explicar a relação patrimônio-museus-parques, Evres (2000, p. 11) enfatiza que tanto os museus, os jardins botânicos e zoológicos, herbários e parques naturais preservariam tudo aquilo que os “modernos” julgavam como seu maior patrimônio e que estava prestes a desaparecer, tudo aquilo capaz de lhe servir como memória através dos tempos: o progresso rumando constante ao desenvolvimento. Já Souza (2009, p. 21-23) salienta que é justamente o ato de valorização dos objetos

feito pelos museus, o qual é caracterizado de musealização<sup>6</sup>, que o resignifica como bem patrimonial. Processo este, essencialmente seletivo, político, ideológico, intencional e subjetivo, que também integra ações de documentação, preservação e comunicação. No entanto, é importante enfatizar que, atualmente, a musealização já não está mais ligada à instituição museu no sentido estrito; ela ultrapassou as paredes de um museu tradicional e acompanha as transformações ocorridas nesse espaço. Nesse sentido, direciona-se para as práticas sociais e conjuntos territoriais que compreendem edificações, comunidades vivas, relevos, paisagens naturais etc., e infiltra-se, cada vez mais, no cotidiano das pessoas na relação com o seu patrimônio. Logo, tanto cultura quanto natureza serão passíveis de seleção, transformadas em herança, serão transmitidas de geração a geração. Um patrimônio a ser preservado e legado.

Assim, percebe-se uma similaridade entre os conceitos de museus e parques nacionais, pois ambos têm o objetivo de conservar o patrimônio cultural – não esquecendo que a valorização da natureza é um elemento cultural – para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos, e são instituições abertas ao público. Outra semelhança é que sua origem tem como marca principal a valorização do caráter estético contemplativo como o principal fator para sua preservação. Contudo, desde a primeira definição de museu pelo estatuto do Conselho Internacional de Museus (ICOM) de 1946, os jardins botânicos e zoológicos já eram contemplados na ideia de museu e, quinze anos depois, no estatuto de 1961, os sítios e parques naturais passam a ser incorporados àquela ideia. Portanto, mesmo com as premissas básicas comuns aos conceitos tanto de parques quanto de museus – como não ter fins lucrativos, preservar para diversos fins e exibir para o público – conclui-se que um parque nacional é também um museu. O parque nacional é um local musealizado, que perdeu ou modificou sua primeira relação com o social, sendo resignificado num contexto museológico, submetido à seleção, documentação, pesquisa, proteção e a comunicação de um bem nacional. Os museus, assim como os parques, são também espaços de sociabilização, de intensa interação social, além de proporcionar experiências afetivas, culturais, ecológicas e cognitivas. Portanto, se o museu é uma instituição a serviço da sociedade, é

---

<sup>6</sup> Evres (2000, p. 31-33), com base em discussões de Peter Van Mensch, Stransky, Anna Gregorová e Waldisa Rússio, enfatiza que musealizar seria então testemunhar algo para além do seu tempo. Assim, musealizar implica preservar. A preservação de vários testemunhos formará então um patrimônio. A partir desse momento a noção de objeto museológico ganha assumidamente uma função política. Bem como a preservação proporcionará a construção de uma memória, memória esta que possibilitará o reconhecimento e a identificação do patrimônio pela sociedade que a preservou. O ato de construção da memória seria simultâneo ao da preservação.

primordial que ele conheça essa sociedade, que ele busque entender os significados, os valores e as atitudes que regem as relações entre o museu e os diversos grupos sociais.

Um dos campos de estudo desta relação, de apropriação e uso do objeto/ local dotado de valor simbólico, são as pesquisas de públicos, que são basicamente de duas naturezas: pesquisa de avaliação e pesquisa de investigação, que se distinguem pelos seus propósitos. A primeira consiste num levantamento sistemático sobre as atividades do museu, útil para avaliar sobre a continuidade ou melhoria de tais serviços junto ao seu público, bem como, surge da necessidade de informação para empreender uma ação específica em curto prazo. Por outro lado, a segunda busca obter novos conhecimentos, constatar hipóteses e produzir noções sobre o público de museus que possa ser generalizado, caracterizados por estudos teóricos que permitem elaborar teorias. Portanto, volta-se para a necessidade de estabelecer padrões e saber mais sobre o local que se quer estudar e a experiência do público, com o intuito de elaborar um marco conceitual (STUDART; ALMEIDA; VALENTE, 2003, p. 136-137). No entanto, Cury (2005a, p. 122-123) enfatiza que o estudo de públicos é “uma maneira de se estabelecer diálogo com a realidade e um meio para transformá-la”. Assim, para a autora essas duas abordagens apresentam como principais preocupações: o(s) público(s)<sup>7</sup>, o mérito dos diversos programas e serviços públicos, sua adequação ao local proposto, o mérito da instituição, o planejamento institucional e sua construção teórica. Optou-se então, por uma pesquisa de público investigativa, a partir de um estudo de caso, modalidade de pesquisa pela qual se tenta compreender fenômenos complexos em curto espaço de tempo, o qual não exclui a pesquisa mais ampla e transversal do problema sugerido. A pesquisa visa a um conhecimento atual de uma situação, para melhor compreendê-la, com apelo exploratório na medida em que poderá ser desdobrada e/ou aprofundada.

No caso da escolha pelo locus da pesquisa, a opção pelo Parque Nacional da Tijuca é fruto de intensa relação pessoal de amor e carinho pelo local. Tenho muitas lembranças de momentos de lazer com amigos e familiares, principalmente na Floresta da Tijuca, como caminhadas em trilhas, banhos de cachoeira, piqueniques, entre outras atividades. O interesse em estudar o PARNA Tijuca aumentou quando me dei conta que

---

<sup>7</sup> Quanto ao(s) público(s), segundo Cury (2005a, p. 122) podemos explorar, por exemplo: Quem é o visitante? Quem não visita? Porque visita ou não visita? Qual o público potencial ou frequentador? Quais são suas características, expectativas, conhecimento, conceitos e preconceitos? Qual a sua participação na construção do imaginário sobre museus? Temos como sinônimo de público designações como espectadores, consumidores, usuários etc., no entanto, público trata-se de um conjunto diversificado de indivíduos participantes de programas de cultura e lazer, por isso o termo estudos de públicos é mais apropriado.

eu, pessoalmente, conhecia vários lugares da cidade do Rio de Janeiro e, principalmente do Parque Nacional da Tijuca, mas, ao mesmo tempo, nunca tinha visitado o Cristo Redentor. É claro que o conhecia pelas diversas representações desse ponto turístico dito cartão-postal da cidade, divulgadas pela televisão, jornais, revistas, e outros meios de comunicação, mas, não o conhecia realmente “ao vivo e a cores”. Comecei então a me perguntar: se eu não o conheço, será que represento uma minoria ou a maioria da população carioca que não conhece o Corcovado? Será que a população da cidade do Rio de Janeiro já visitou ou visita o PARNA Tijuca? E, as populações que moram no entorno do Parque, será que o conhecem, que o visitam, que o frequentam? E, no caso das populações residentes em favelas/ comunidades no seu entorno, será que conhecem o PARNA Tijuca e se reconhecem nesse espaço?

Como o PARNA Tijuca possui uma área extensa, bem como é subdividido em setores descontínuos, era preciso delimitar uma área de abrangência da pesquisa. O setor escolhido para a realização da pesquisa foi o Setor Serra da Carioca ou Corcovado por possuir alguns dos mais importantes atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro, focalizando o acesso pelo bairro Cosme Velho, situado na zona sul do Rio de Janeiro, no sopé do morro do Corcovado e do morro Dona Marta.

Outro elemento relevante para a escolha do local da pesquisa foi que, segundo dados do próprio plano de manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 251), o Setor Corcovado é o local mais visitado do Parque, o número de visitantes no setor gira em torno de 768.806 pessoas/ano, o que representa 53,2% do total de visitas no Parque. Com relação à origem dos visitantes no Corcovado, 52% são estrangeiros e 48% são brasileiros, sendo que 32% são oriundos de outras regiões do país e apenas 16% são do Rio de Janeiro. O plano de manejo ainda enfatiza que 64% das pessoas entrevistadas no Corcovado visitavam pela primeira vez o local e 36% já tinham visitado outras vezes, demonstrando que 89% são visitantes eventuais ou turistas e apenas 8% são frequentadores habituais.

Já outra pesquisa, realizada em 2011 pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, buscou o monitoramento dos impactos ambientais e socioeconômicos dos serviços de apoio ao turismo no PARNA Tijuca, tendo em vista a perspectiva de aumento de fluxo de visitantes nos parques da cidade em prol dos grandes eventos como Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016 (ALVES, 2011). De acordo com a amostra obtida pelos visitantes que utilizaram o serviço de trem, a maioria dos

entrevistados é de origem estrangeira (62%), 14% são do Estado do Rio de Janeiro e 24% oriundos de outros estados nacionais. Já a amostra obtida pelos visitantes que utilizaram o serviço de van, demonstra que uma parte significativa (46%) é de origem estrangeira, sendo que apenas 8% são oriundos do Rio de Janeiro. Tais dados pelo menos nos dão alguns indícios que a maioria dos visitantes do Corcovado é turista e não moradores da cidade carioca, que provoca questões. Será que as comunidades residentes no seu entorno fazem parte desse percentual? Será que eles conhecem o PARNA Tijuca?

Outro fator importante para o desenvolvimento deste trabalho é que a presença de comunidades próximas ou no interior de áreas de conservação tem sido recorrente nos debates sobre preservação de áreas protegidas. A existência de populações humanas no interior ou no entorno de Parques Nacionais, Unidades de Conservação (UC) de “proteção integral”, é uma realidade no Brasil, o que contraria a legislação atual. Uma pesquisa pioneira (DIEGUES E VIANNA, 1995), intitulada “Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação da Mata Atlântica” realizada pelo Núcleo de Apoio às Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo, traça o perfil dos moradores das áreas protegidas de “proteção integral” e de seu entorno nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo, além dos conflitos decorrentes da implantação destas áreas. Ao analisar a presença de populações em áreas protegidas no período de 1930 a 1989, a pesquisa constatou que grande proporção de UCs federais apresenta moradores no seu interior ou entorno, sendo que destes residentes coabitam populações tradicionais e não tradicionais<sup>8</sup>. Segundo a mesma pesquisa (DIEGUES E VIANNA, 1995, p. 374-375), em termos de categoria, os

---

<sup>8</sup> Segundo a lei do SNUC, implantada em 2000, não existe uma definição de populações tradicionais, vetada pelo presidente da República por ocasião da sanção da Lei nº 9.985, pois a definição proposta no Congresso Nacional deveria incluir tanto as populações residentes em unidades onde sua permanência não era permitida por lei, quanto as populações de reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável. E na lista dos objetivos do sistema, parece refletir uma tendência de maior consideração com as comunidades que residem dentro e nas circunvizinhanças das UCs e de maior compreensão do seu papel na manutenção da biodiversidade. Mas, na pesquisa de Diegues e Vianna (1995, p. 262), as populações tradicionais se caracterizam por indivíduos que desenvolvem atividades de subsistência, através de técnicas tradicionais de produção como a pesca, a lavoura e coleta, possuindo laços histórico-culturais com a "terra", o mar e a área. Nesse caso, incluem-se os índios, caiçaras/pescadores artesanais, camponeses, extrativistas, roceiros/ sítiantes tradicionais. Já as populações identificadas como "não tradicionais", caracterizam-se por desenvolverem atividades que aparentemente, a princípio, são mais impactantes ao meio, seja por ter objetivo de produção em larga escala, seja pela ocupação de espaços maiores, seja pela maior densidade, como fazendeiros, comerciantes, madeireiros, palmiteiros, empresários, veranistas etc. Contudo, as comunidades do entorno do PARNA Tijuca, não são consideradas “tradicionais”, mesmo que seu estabelecimento date de muitos anos. São comunidades assentadas ao longo do século XX por diferentes motivos, como desemprego, especulação imobiliária, êxodo rural etc., mas que atualmente preocupam as autoridades pela proximidade dos limites do parque.

Parques Nacionais são a categoria que apresentam o maior número absoluto de ocupantes e, o Estado brasileiro com maior proporção de moradores no interior e entorno das áreas protegidas é o Rio de Janeiro, com 60%, cerca de 5.700 moradores, distribuídos em 14 unidades ocupadas. Já as UCs com ocupantes com maior densidade são: o PARNA Tijuca (7,8 hab/km<sup>2</sup>), Parque Estadual da Pedra Branca (7,8 hab/km<sup>2</sup>), Parque Estadual da Ilha Grande (8,5 hab/km<sup>2</sup>); Reserva Ecológica da Juatinga (15,0 hab/km<sup>2</sup>), Reserva de Guaratiba (70,78 hab/km<sup>2</sup>), Reserva Florestal do Grajaú (127,27 hab/km<sup>2</sup>). Destas unidades, apenas o Parque Estadual de Ilha Grande e Reserva Ecológica da Juatinga<sup>9</sup> não se localizam na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, Diegues (2008, p. 20) enfatiza que a questão das áreas naturais protegidas levanta inúmeros problemas de caráter social, político e econômico, não se reduzindo a uma mera questão de conservação ambiental. Com relação a essa discussão, o discurso que impera é o “mito conservacionista”, que acredita que as populações, principalmente as de baixa renda, que habitam essas áreas protegidas ou o seu entorno são as principais degradadoras da natureza, desprezando, assim, oportunidades reais de incorporá-las no projeto de conservação. Diante dessa realidade, percebi que não podia aceitar esse argumento de exclusão da população pobre desses locais como forma de combate à degradação ambiental, como se houvesse relação de causa e efeito entre pobreza e degradação ambiental. Assim, inspirando-me nas palavras de Leroy:

De fato, aceitar idéas reves, ideias preconcebidas, que circulam com ar de verdade de tão repetidas e que, por serem aceitas sem questionamento pela opinião pública e pelos formadores de opinião, não exigem grande esforço de demonstração para serem internalizadas e disseminadas, é mais fácil do que trabalhar com um quadro teórico mais complexo, que exige o combate incessante à doxa. (LEROY, 2006, p. 09-10).

É válido o princípio que se as Unidades de Conservação foram criadas como instrumento para uma Política de Conservação do Meio Ambiente Nacional, seu planejamento não poderia deixar de considerar os processos sociais, econômicos, políticos e culturais existentes nesses locais. Esta compreensão pode talvez contribuir para a elaboração e implementação de políticas e diretrizes para o uso público dos parques nacionais que valorizem a sua apropriação em termos de pertencimento,

---

<sup>9</sup> Ambas estão localizadas na região de Angra dos Reis – RJ.

responsabilização e compreensão sobre a função real destas áreas. Já que assim como Cury (2005a, p. 124-125) salienta que a pesquisa de público em museus “é um meio para uma finalidade e essa finalidade relaciona-se aos processos de mudança de realidade institucional, à atuação e ao atuar dos profissionais envolvidos e com o processo de decisão”, bem como ganha relevância, quando se coloca como forma de reflexão sobre a realidade, não no sentido de julgar ou provar (se é bom ou mal) programas/ processos/ ações, mas, sobretudo, de criar um sistema de informações sobre aspectos da realidade, os quais podem intervir positivamente sobre essa realidade<sup>10</sup>.

A princípio, a importância das pesquisas de públicos, de percepção ou a propósito do olhar das pessoas sobre o ambiente em que vivem ou visitam foram ressaltadas pelo Programa Homem e Biosfera da UNESCO<sup>11</sup> como contribuição fundamental para uma gestão mais harmoniosa dos recursos naturais, dos lugares e paisagens de importância para a humanidade. Objetivando aperfeiçoar a convivência entre o ser humano e a natureza, ao incorporar a importância das subjetividades, valores e diversidade dos atores sociais locais envolvidos sobre as questões ambientais.

Para o estudo em pauta, a escolha das comunidades a serem analisadas teve como base, dados e pesquisas demográficas sob encomenda institucional (IBASE, 2006,

---

<sup>10</sup> É importante salientar que a reflexão sobre a realidade gera confronto entre a realidade vivida com a relação desejada, causando um juízo de valores. Para Cury (2005a, p. 125-126) a produção do juízo de valor depende da construção do referente e do referido e da verificação da medida de distância entre os dois fatores, o quanto se aproximam ou distanciam. É por meio de distância que verificamos as discrepâncias, desvios, conformidades ou coerências entre o que queremos e o que temos. Entretanto, a distância ou a proximidade não são passíveis de mensuração objetivas, pois não se tratam de medidas colocadas em escalas como grama, centímetros, graus. Há, sim, discussão sobre a situação de aproximação ou distância. A distância entre o referente e o referido é elemento provocador de discussão. O juízo de valor estabelece a reflexão sobre o que somos, o que queremos ser, o que podemos ser e como chegar a ponto de equilíbrio entre o ideal e o possível, ou seja, auxiliam/ orientam as decisões a tomar.

<sup>11</sup> O Programa Homem e Biosfera (MaB – Man and the Biosphere) foi criado como resultado da "Conferência sobre a Biosfera" realizada pela UNESCO em Paris em setembro de 1968. O MaB foi lançado em 1971 e é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. Busca o entendimento dos mecanismos dessa convivência em todas as situações bioclimáticas e geográficas da biosfera, procurando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta. Criando assim as Reservas da Biosfera, ou seja, áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos reconhecidas pelo programa MAB/UNESCO como importantes em nível mundial para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável e que devem servir como áreas prioritárias para experimentação e demonstração dessas práticas. O objetivo central do Programa MaB é promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta. Para maiores informações ver: <[http://www.rbma.org.br/mab/unesco\\_01\\_oprograma.asp](http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp)>. Acesso em 19 de jun de 2012.

p. 06) que verificaram a existência de 43 “assentamentos de baixa renda”<sup>12</sup> circundando o Parque Nacional da Tijuca e, desses assentamentos, segundo o mapeamento de uso do solo elaborado pelo Instituto Pereira Passos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro (apud PEIXOTO et. al., 2005, p. 26) e dados do próprio Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 106), constataram que algumas favelas como Rocinha, Cerro-Corá, Vila Rica, Guararapes, Borel, Dona Marta, Coréia, Formiga, Borda do Mato, Nova Divinéia e Inácio Dias oferecem alguma pressão ao PARNA Tijuca, seja pela possibilidade de degradação ambiental por adjacência ao limite da UC, seja pelos altos índices de criminalidade, pela ocorrência de acampamentos clandestinos e pela paralisação de projetos socioambientais.

A escolha dos sujeitos da pesquisa – as populações residentes nas comunidades Guararapes e Cerro-Corá, ambas localizadas no alto da subida da Rua Cosme Velho, no caminho para o Corcovado, zona sul da cidade – deu-se pela possibilidade de diálogo, em princípio, com a ajuda do Núcleo de Educação Ambiental (NEA)<sup>13</sup> do PARNA Tijuca. Os procurei em março de 2009 para ter informações sobre as comunidades no entorno do PARNA Tijuca, e, ao conversar com os seus coordenadores, Gláucio Maciel e Ozair (Zazá), no Centro de Visitantes, localizado na Floresta da Tijuca, fui convidada para participar das reuniões que o NEA estava realizando com jovens nas comunidades citadas. As reuniões eram ministradas, uma vez por semana, na quadra da Escola de Samba “G.R.B.C Mocidade do Cosme Velho”, localizada na rua Conselheiro Lampreia (ao lado da ladeira dos Guararapes) no bairro Cosme Velho. E assim, comecei a ter os primeiros contatos com os moradores dessas comunidades, principalmente através de

---

<sup>12</sup> Segundo definição da Prefeitura do Rio de Janeiro, os assentamentos de baixa renda são assentamentos precários e informais. A partir da criação do Programa Morar Carioca em 2010, a Prefeitura procedeu a uma nova classificação dos assentamentos de baixa renda. Com vistas ao planejamento e à execução das políticas públicas nessa nova sistemática, os mesmos foram classificados em dois grandes subgrupos: as favelas, propriamente ditas, e aquelas denominadas, a partir de então, de comunidades urbanizadas. (CAVALLIERI; VIAL, 2012).

<sup>13</sup> O Programa de Educação Ambiental do PARNA Tijuca foi criado em 1996, e neste mesmo ano foi implantado o **Núcleo de Educação Ambiental (NEA)**, orientado para quatro linhas de ação: capacitação, interpretação ambiental, desenvolvimento de projetos, desenvolvimento de instrumentos e metodologias para a prática de educação ambiental, através de um processo integrado. Atuam em conjunto com outros setores do IBAMA e contam com alguns parceiros, como a Prefeitura do Rio de Janeiro; o Centro de Educação, Cultura e Meio Ambiente Sou Mais Minha Trilha; o Centro de Criação da Imagem Popular (CECIP); o Instituto Brasileiro de Análises e Estudos Socioeconômicos (IBASE); o Movimento Inter-Religioso (ISER); o Instituto Superior de Estudos da Religião; a FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional; a organização Omo Aro Cia Cultural; os Defensores da Terra; a UERJ; o Museu de Belas Artes e Museu da República – o IPHAN. Além disso, recebe o apoio de diversas instituições e entidades não governamentais que atuam no Parque e em projetos junto às comunidades vizinhas. (MMA/ICMBio, 2008, p. 240-241).



alguns dos rapazes que fazem parte de um projeto intitulado “Anfitrião Maravilha” ou “Anfitriões do Cosme Velho” (Figura 01, p. 34).

Lançado no XXXV Congresso Brasileiro das Agências de Viagens – Feira das Américas ABAV 2007 no Riocentro, o **Projeto Anfitrião Maravilha** consiste em um programa de qualificação desenvolvido pela TurisRio, com o objetivo de capacitar jovens que há muito tempo agiam, de acordo com o poder público, irregularmente como guias de turismo no entorno do Cristo Redentor. As atividades eram consideradas irregulares, pois tanto o PARNA Tijuca como o Governo do Estado e a Prefeitura não tinham o controle dessas ações, não sabiam quantas pessoas eram, quanto cobravam pelo serviço de guia, nem como se estabelecia a recepção aos visitantes. Esses jovens, no total de dez, foram capacitados e reconhecidos oficialmente como prestadores de serviços. Os anfitriões são identificados com crachás e camisetas próprias, habilitados a acompanhar turistas para prestar-lhes informações. Segundo o Secretário de Turismo, Esporte e Lazer na época (2007), Eduardo Paes (atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro), “este projeto será ampliado gradativamente, para vários pontos turísticos do estado, que já possuem este tipo de trabalho informal, feito pelos próprios moradores das redondezas, que veem neste serviço uma forma de obter renda”. No entanto, segundo a página eletrônica dos jovens condutores do Corcovado, denominado atualmente de “**Anfitriões do Cosme Velho**”, o grupo nasceu em 1978, por iniciativa de integrantes da Arquidiocese do Rio de Janeiro e membros do Batalhão de Polícia Militar da região, a fim de possibilitar às crianças e adolescentes da região, meios de geração de renda<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Para maiores explicações ver: <<http://www.anfritrioescosmevelho.com.br/os-anfritrioes.php>>.

**Figura 01** – Imagem dos rapazes do Projeto Anfitriões do Cosme Velho.



Desde 2008, o Núcleo de Educação Ambiental (NEA) desenvolve o projeto Anfitriões do Cosme Velho com jovens moradores das comunidades Cerro-Corá e Guararapes. Projeto criado para capacitar educacionalmente jovem de comunidades próximas ao PARNA Tijuca, visando a integrar seus participantes no exercício da cidadania para que ao mesmo tempo, possam ter autonomia profissional. Somente em 2011 o programa teve reconhecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pela sua qualidade. Fotografias de Admin. Anfitriões. Fonte: Portal de Comunicação do ICMBio / Notícias de 02/05/2011.

Em entrevista aos rapazes do projeto Anfitriões do Cosme, uma das perguntas do roteiro referia-se ao seu trabalho e ao que faziam atualmente. Dentre essas perguntas principais, o Projeto tonou-se o assunto e tema para outras perguntas fora do roteiro da pesquisa. Uma das primeiras perguntas foi se o projeto é formado somente por pessoas da comunidade, e um dos moradores disse: “Sim, o pessoal que trabalha são das duas comunidades aqui do entorno do Corcovado, a comunidade dos Guararapes e Cerro-Corá” (Depoimento do morador A)<sup>15</sup>. Outro rapaz do projeto ainda enfatizou:

Atualmente só as pessoas da comunidade podem ser guias e a quantidade agora é limitada. Teve uma época que um pessoal foi colocando alguns conhecidos de outros lugares, para ajudar a conseguir um dinheiro porque estavam mal de grana, meio que uma ajuda e aí acabou ficando uma bagunça. Tinha muita gente brigando por turistas e atrapalhava o pessoal da comunidade de entrar. Vimos então que aquilo era nosso, pois moramos ali, perto do Corcovado, por isso hoje só o pessoal da comunidade pode participar e o número de pessoas também é limitado (Depoimento do morador B).

<sup>15</sup> Foi essencial deixar bem claro aos entrevistados que a presente pesquisa não tinha qualquer relação com as atividades do Núcleo de Educação Ambiental do PARNA Tijuca ou de outros órgãos públicos como a Prefeitura e o Estado, e que não haveria identificação nominal nos questionários, bem como para preservação dos informantes, não haveria divulgação da identidade das pessoas entrevistadas.

Outra questão primordial para o início do convívio e conhecimento sobre os meninos do Projeto Anfítrioes do Cosme Velho foi buscar saber há quanto tempo eles trabalhavam como guia de turismo do Corcovado, e se os jovens começam por vontade própria, ou não:

Trabalho aqui há mais de 20 anos. Desde moleque, com uns sete anos de idade comecei a informar o caminho do Corcovado aos turistas. Tínhamos o nome de Acompanhante do Corcovado. [...] Todos nós aqui começamos por vontade própria, o pessoal é instigado a trabalhar, pois é uma ótima fonte de renda, principalmente nas épocas das férias. Depois de um tempo é que começamos ter o investimento do pessoal do IBAMA e da Prefeitura, que vieram aqui e legalizaram a gente, trazendo as camisas e os crachás. (Depoimento do morador B).

Outro morador vai além ao responder a pergunta:

Trabalho aqui há mais de 20 anos. O caminho mais fácil de arrumar dinheiro aqui era ser guia, hoje em dia o caminho considerado mais fácil de arrumar dinheiro é o tráfico. Mas agora não venho com tanta frequência, estou mais velho e como é que vou dizer, com mais responsabilidade, entende! Quando você é novo, fica empolgado com qualquer dinheiro, e quando não tem, também não faz diferença, mas agora tenho família pra criar, e naquele dia que você precisa de R\$ 50,00 e aí não consegue nada, o negócio fica preto em casa. Comecei vendo meu pai, meu tio como guia, funciona meio assim, quase que de pai para filho. Funciona como uma hierarquia, aqui em baixo fica os mais velhos, nós que somos legalizados e, depois da cabine lá em cima, bem no portão da favela, ficam os molequinhos que tentam pegar nossa rebarba. Nós não somos guias, nosso nome é Anfítrio Maravilha. (Depoimento do morador C).

Segundo Lima (2007, p.37) ainda no ano de 2007 esse programa de capacitação foi abandonado pela prefeitura, deixando por conta desses meninos o ordenamento da atividade. Pela falta de organização e porque, nesse caso, a atividade turística representa imediato retorno financeiro pessoal, ocasionaram-se disputas pelos carros e pela condução dos turistas. A resposta do IBAMA para isso foi de realizar novo mapeamento dos envolvidos e retomar as atividades na forma de um novo programa de capacitação, com conhecimentos gerais sobre a cidade, o PARNA Tijuca, noções de línguas estrangeiras e ferramentas para uma autogestão. Assim, desde 2008, o Núcleo de Educação Ambiental (NEA) vem trabalhando com esses jovens, com turmas rotativas de vinte alunos, cuja exigência é que estejam estudando os que ainda não terminaram o

ensino médio. Em setembro de 2011, o PARNA Tijuca firmou uma parceria com a Protur – Escola Técnica de Turismo, oferecendo bolsa integral no Curso Técnico de Guia de Turismo para os jovens do Projeto Anfitriões do Cosme Velho que terminarem o 2º grau. Além disso, critérios como participação em reuniões de formação de grupo, conselho consultivo e mobilizações comunitárias estão entre os quesitos avaliados para a concessão de bolsas. Como resultado, em 05 de outubro de 2011, foi realizado, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o 1º Seminário de Gestão Socioambiental em Unidades de Conservação do Parque Nacional da Tijuca. O evento é fruto das bem-sucedidas experiências do Projeto Anfitriões do Cosme Velho, abordando temas como cidadania, meio ambiente, turismo de base comunitária e conflitos socioambientais e, contou com a presença de aproximadamente 30 anfitriões, alguns que já tinham passado pelos cursos técnicos de guia através da parceria entre o PARNA Tijuca e a Protur.<sup>16</sup>

Resumindo, considerando que a recepção é estudada a partir de uma realidade empírica, elegi, o Parque Nacional da Tijuca, setor Serra da Carioca/ Corcovado, e depois defini as comunidades Guararapes e Cerro-Corá como locus da pesquisa.

### **1.3. Objetivos e Questões**

A memória busca se resguardar do esquecimento provocado pelas transformações do tempo. Assim pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, instituições etc., podem expor valor simbólico cheios de sentido para uma coletividade, e tais conjuntos de bens excepcionais são mantidos num local especial ou são cercados de ações que visam a sua preservação, pois são considerados dotados de valor especial. Esses locais especiais responsáveis pela preservação desses bens culturais singulares, de valor único, e para fins contemplativos, são os chamados “lugares de memórias” (lugares naturais ou naturalizados pela preservação). Tais lugares representam nossas ilusões de eternidades, de produzir um passado, de perpetuar uma memória histórica associada à identidade cultural de um povo ou nação, e estão particularmente evidentes nos museus, parques nacionais e reservas naturais.

---

<sup>16</sup> Para maiores explicações ver: <<http://parnatijuca.blogspot.com.br/2011/10/seminario-gestao-socioambiental-em-ucs.html>>.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000), Parques Nacionais são áreas de proteção integral, com a finalidade básica de resguardar a integridade de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Sendo assim, possíveis relações conceituais entre parques nacionais e museus podem ser levantadas, pois ambos têm o objetivo de conservar o patrimônio cultural e natural para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos, e são abertos ao público. Daí vem a indagação, pois se são instituições a serviço da sociedade, é primordial que conheçam essa sociedade, em suas diversas segmentações e diversidade, e que eles busquem entender os significados, os valores e as atitudes que regem as relações entre o museu/ parque com esses grupos sociais. Por outro lado, a nova museologia há décadas nos mostrou com precisão que o patrimônio em um dado território se relaciona com a sociedade e com aqueles mais próximos a ele.

O Movimento da Nova Museologia<sup>17</sup>, pelo seu caráter contestador e transformador, buscou processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social,

---

<sup>17</sup> Como os anos 1960 trouxe grandes mudanças no campo social, não surpreende que isso tenha refletido na constatação da urgência de se repensar o museu, democratizá-lo e adaptá-lo aos novos tempos, usando para isso outros discursos comunicativos. Assim, o Movimento da Nova Museologia tem suas raízes a partir da “Mesa Redonda de Santiago do Chile”, evento realizado pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus), em 1972. De fato, nesse encontro foi destacado o papel social dos museus, bem como a importância de aumentar a participação dos públicos e a democratização do acesso nesses espaços culturais. Além disso, a ideia de “processo” tem grande realce na nova museologia, assumindo com isso, que o desenvolvimento do museu e das atividades museológicas se inserem numa cadeia de conhecimentos, tendo como pano de fundo as mudanças sociais e culturais no quadro de uma articulação interativa entre os seus recursos efetivos e os grupos sociais. Assim sendo, passam a privilegiar as populações locais - como os atores envolvidos na criação, formação e desenvolvimento de atividades relacionadas ao território -, as peças museológicas, o “modus vivendi” das comunidades, a economia, a arte, a etnografia e tudo que de algum modo possa integrar e interessar às comunidades, suas memórias e o fortalecimento da sua identidade. Contudo, importa ressaltar que foi o enfoque no território e nas pessoas que começou por distinguir a nova museologia da museologia tradicional, pois esta continuava a privilegiar as peças, em detrimento de quem as produzira e do envolvimento das pessoas. Vale lembrar, que tal movimento resultou de uma tomada de consciência, com vista a reformular e desenvolver a ciência e as técnicas museológicas, procurando trabalhar não só com as populações locais, mas dando especial atenção aos visitantes. Logo, estudando as melhores formas de comunicação e trabalhando cuidadosamente as ideias e os conceitos expositivos. Em consequência, em 1984, era lançado o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), em Quebec, no Canadá, respaldando tais inovações. Também foi nesse contexto, que se iniciou e consolidou a discussão entorno dos Ecomuseus, conceito formulado por Henri Rivière e Hugues de Varine-Bohan. Compreendido como museu do homem em seu meio ambiente natural e cultural, o ecomuseu expressa a relação da população de um determinado território com sua história e com a natureza que o cerca, prestando-se como meio de auto-reconhecimento da comunidade a qual está inserido. A população participa de maneira decisiva na gestão do museu como sujeito e objeto de conhecimento público e curador do ecomuseu. (PRIMO, 1999; JULIÃO, 2006; POULOT, 2013).

como reflexo de um contexto histórico marcado por lutas políticas, golpes, revoluções. O mundo contemporâneo passava por transformações radicais como a revolução das comunicações, o aumento da produtividade industrial e agrícola, da urbanização, que, conseqüentemente produzia o aumento da pobreza, da violência, das doenças, da poluição ambiental, das desigualdades, bem como dos conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos, problemas estes globais, cujas soluções eram apresentadas pela sociedade civil organizada, a qual buscava maiores espaços para reivindicar suas demandas sociais em contraposição ao crescente desenvolvimento econômico desenfreado. Desse contexto surgem as reflexões sobre o papel social dos museus, bem como o seu papel pedagógico e da sua relação com o público, chamando a atenção para a atuação do museu como vetor de reflexão da realidade, da vida cotidiana, com exposições que apresentem os problemas e as contradições da sociedade, destacando as contribuições culturais das minorias identitárias, defendendo a participação da população como parte integrante da instituição museu e da sua organização, uma prática museológica ativa, mais aberta ao diálogo.

[...] Santiago, talvez de forma não intencional, o que, no nosso entender, é o marco mais significativo da evolução do processo museológico na contemporaneidade: a passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade. Nessa perspectiva, o preservar é substituído pelo apropriar-se e reapropriar-se do patrimônio cultural, buscando a construção de uma nova prática social. (SANTOS, 2002, p. 111).

A autora complementa que o homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático. É, justamente no argumento em contextos interativos (museus e grupos sociais), ou seja, no diálogo, que a proposta da Nova Museologia está pautada, é na aplicação das ações de pesquisa, preservação e comunicação com a participação dos membros de uma comunidade, de acordo com as características dos diferentes contextos, utilizando para isso, o patrimônio cultural como um instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social. Isto é, a memória coletiva é utilizada como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade.

Considerando esse posicionamento, o que proponho neste trabalho é levar em consideração as comunidades situadas no entorno do bem instituído patrimônio cultural, sejam estas comunidades favelas ou comunidades bairros, pois não devemos impor a

preservação desses bens patrimoniais, assim nenhum sentimento de afinidade ou identificação será alcançado, apenas o sentimento da indiferença ou questionamento do caráter da preservação. É preciso aproximar o patrimônio das pessoas, do seu cotidiano para que se sintam pertencentes a esse lugar e se relacionem com esse bem, em prol da sua preservação e promoção. Além disso, por meio da participação, os possíveis conflitos ou disputas – aqueles inerentes a processos de preservação, em especial de áreas naturais – podem ser resolvidos de maneira democrática entre as partes interessadas. Acredito que somente estabelecendo vínculos é que conseguiremos constituir uma relação dialógica entre Patrimônio e grupos culturais – o receptor nesta pesquisa e no processo de negociação que vislumbramos como necessário ao equilíbrio entre preservação e desenvolvimento humano. Bem como enfatiza Cury (2005b, p. 24), “dos museus como ‘meios às mediações’ (deslocamento de foco) significa que o cotidiano do público é o enfoque contemporâneo a ser enfrentado por essa instituição”. Igualmente no caso do PARNA Tijuca, para alcançarmos a preservação é necessário entender como os grupos de moradores do entorno o veem.

Isso posto, apresento como objetivos específicos da presente pesquisa de mestrado:

- Identificar o perfil, desse público (potencial ou frequentador) do Parque Nacional da Tijuca, especificamente os moradores das favelas do seu entorno, desvelando esses sujeitos ocultos tratados, muitas vezes, como generalizados: quem são?
- Levantar pontos sobre o que esses moradores entendem pelo termo Patrimônio, qual a ideia que eles podem ter e, principalmente o que para eles é patrimônio;
- Analisar a relação que esses habitantes da cidade do Rio de Janeiro têm com o Parque Nacional da Tijuca, como eles o veem no âmbito patrimonial, ou seja, verificar os distintos olhares sobre um patrimônio nacional, traduzidos nos significados, valorações, atitudes, expectativas e críticas diante do um meio ambiente natural e construído.
- Contribuir com possíveis estratégias de participação da comunidade do entorno em áreas protegidas no processo de gestão compartilhada, turismo sustentável e novos equacionamentos na questão dessas comunidades ditas “ameaças” como fator primordial no processo de preservação e promoção do Patrimônio Cultural.

Em busca do alcance dos objetivos tenho algumas questões norteadoras para o desenvolvimento do trabalho:

O PARNA Tijuca não é apenas uma marca da cidade, pois como um Parque Nacional tem por finalidade resguardar a integridade de ecossistemas naturais de relevância nacional para a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de educação, interpretação ambiental e de recreação em contato com a natureza, ou seja, valorização e promoção desse patrimônio. Acredito que somente guardá-lo ou mantê-lo fisicamente não é preservar, esse patrimônio precisa ser conhecido e reconhecido pela população da cidade, principalmente a população local do seu entorno, sua principal e mais fiel parceira e ator ativo. No entanto, a ideia de que a preservação da natureza só pode se dar com a exclusão das populações locais e do seu entorno, permeia a história. Muitos países, inclusive no Brasil, adotaram o modelo preservacionista que culminou no estabelecimento de áreas naturais protegidas no interesse público, calcado na visão do homem como o grande destruidor da natureza e por isso a delimitação de áreas de preservação ambiental, o mito de paraísos naturais intocados. Atividade esta, em grande parte dirigida à gestão de áreas de proteção integral, e, na maioria das vezes, dominada por práticas pouco democráticas e participativas, distantes das paisagens locais, das necessidades, dos saberes e dos interesses das populações do seu entorno. Diegues (2008, p. 121) enfatiza que, nessa proposta, a sociedade é a grande ausente e, no entanto, sem ela não haverá nem conservação nem preservação da natureza.

No caso do Parque Nacional da Tijuca, ignorar essas pessoas de comunidades do seu entorno é distanciá-las do contato com o patrimônio nacional e das finalidades do Parque, fato que prejudica qualquer processo de preservação e promoção do patrimônio. É bem verdade que as comunidades do entorno representam um ponto de conflito, em função dos seus usos cotidianos e crescimento desordenado, que podem confrontar com medidas de conservação indicadas pela administração do Parque. No entanto, somente considerá-las como destruidoras da natureza, como uma ameaça ao Parque, como um problema, uma área a par da cidade e do bairro onde o Parque se encontra – como algumas visões defendem –, é desprezar oportunidades reais de incorporá-las ao projeto de conservação. Considerando-se que uma real ação de preservação caminha com a prática da conscientização ambiental e patrimonial atrelada à realidade social do lugar, acredita-se que é preciso identificar as comunidades no entorno e dar espaço para que elas participem, com seus conhecimentos e demandas, das ações e definições de



conservação, o diálogo é a chave do negócio. Bem como salienta Bensusan (2006, p. 26) a partir de um estudo realizado no entorno de nove unidades de conservação de proteção integral, distribuídas em dez estados brasileiros, mostrou que a gestão da área se torna mais eficiente quanto maior é o envolvimento das comunidades locais, pois o que acontece fora da UC influencia o que se quer conservar no seu interior; quanto maior a participação, organização e informação, e alternativas para a geração de renda das comunidades locais, menos conflituosa será a gestão da unidade. Ademais, essa atitude seria um desafio verdadeiramente democrático, pautado pela plena dignidade dos sujeitos envolvidos. Assim, uma mudança de visão sobre preservação de áreas naturais é necessária para a construção de uma relação equilibrada de interesses. A proposta da pesquisa entende que uma perspectiva de preservação deva levar em conta a realidade dos moradores do entorno, como uma condição. Bem como, as comunidades do entorno do PARNA Tijuca são agentes de preservação.

#### **1.4. Síntese da metodologia adotada**

Os contatos institucionais foram considerados parte da metodologia da pesquisa, principalmente os estabelecidos com Instituições Governamentais como o IBAMA, o Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca e o Núcleo de Educação Ambiental do Parque (NEA), e com instituições não governamentais como a Associação de Moradores das comunidades analisadas e o Projeto Anfitriões do Cosme Velho, os quais me situaram inicialmente sobre a realidade a ser observada.

O trabalho de campo consistiu numa etapa fundamental para fornecer informações detalhadas e enriquecer a compreensão sobre um determinado contexto, principalmente quando se trata de um tema dinâmico e complexo como o olhar sobre o Patrimônio, neste caso, o Parque Nacional da Tijuca. Para alcançar os objetivos desta dissertação, foi utilizada uma combinação de procedimentos de pesquisa pensados para associar pesquisa qualitativa à quantitativa, bem como observação à entrevista. Os instrumentos de coleta de dados foram diversos, como questionários, entrevistas semi-estruturadas, observação durante a participação em reuniões com os interlocutores da pesquisa e notas de campo.

Como precaução, a pesquisa de campo foi autorizada e cadastrada no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO)<sup>18</sup> do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). O período do trabalho de campo foi previamente acordado com o Núcleo de Educação Ambiental, baseado nos dias das reuniões já agendadas e marcadas. Posteriormente, o levantamento de informações com base nas entrevistas e aplicação dos questionários com os moradores das comunidades do entorno analisadas foram realizados no ano de 2009. Contudo, para satisfazer estudos dessa natureza, as amostras retiradas de populações finitas com margem de erro de 10%, na hipótese de 95,5 % de probabilidade, devem ser compostas por no mínimo 100 entrevistados por estrato (FREITAS; MAGALHÃES; GUAPYASSÚ, 2002, p. 1835). Para responder a esse conjunto de questões, além das observações feitas durante o trabalho de campo e das muitas conversas informais com moradores e representantes de instituições governamentais ou não, que já configuravam a rotina de pesquisa, entre os meses de maio a dezembro de 2009, interroguei residentes de diferentes partes das comunidades do Guararapes e Cerro-Corá. Foi preciso deixar bem claro aos entrevistados que a pesquisa não tinha qualquer relação com programas do poder público e que não haveria identificação nominal nos questionários e entrevistas. Sendo assim, a pesquisa de públicos foi realizada nos acessos de cada comunidade e nas reuniões semanais com o NEA, totalizando uma amostragem de cem (100) questionários a sujeitos pertencentes a ambos os sexos, residentes em imóveis diferenciados, com idade acima de 12 anos, escolhidos de forma aleatória, em locais de uso coletivo como ruas, praças, estabelecimentos comerciais, ponto de ônibus etc. E para poder me aproximar e entender melhor o universo desses moradores foram realizadas quatro (04) entrevistas semiestruturadas, pessoais e diretas. Importa também ressaltar que a pesquisadora não obteve ajuda alguma, seja de outros pesquisadores, amigos ou bolsistas, para aplicar os questionários e gravar as entrevistas, somente a própria tinha autorização para realização da pesquisa no local. As informações obtidas na aplicação dos questionários foram sistematizadas num banco de dados criado em programa Microsoft Office Excel (versão 2007 para Windows), que posteriormente possibilitou uma análise mais detalhada e o cruzamento de informações com os resultados das entrevistas.

---

<sup>18</sup> Para maiores esclarecimentos ver: <<<http://www.icmbio.gov.br/sisbio/>>>.

As duas comunidades foram escolhidas para a presente pesquisa por apresentarem as seguintes especificidades:

- Comunidades existentes na área, anteriormente à criação do Parque Nacional da Tijuca;
- São comunidades mencionadas no Plano de Manejo como ameaças aos limites do PARNA Tijuca, no entanto não expandiram suas áreas há pelo menos oito anos e a maioria é proprietária legal de seus imóveis;
- As comunidades não participam da gestão da Unidade de Conservação;
- Nas comunidades existem associações de moradores engajadas e lideranças locais ativas;
- São comunidades que veem a atividade turística como uma ótima fonte de renda e lutam por maiores autonomias nesse ramo;
- São comunidades sob a ação do Núcleo de Educação Ambiental do Parque Nacional da Tijuca, o que facilitou a entrada e o desenvolvimento da pesquisa;

Contudo, fatores negativos também dificultaram o bom relacionamento da pesquisa com as comunidades analisadas, como:

- A presença do crime organizado, o que dificultou muito a entrada e o livre acesso às comunidades;
- O medo de falar, acarretando pouca receptividade e mobilização das comunidades à pesquisa;
- Descontentamentos com ações do IBAMA e do Poder Público em geral, devido a trabalhos sociais inacabados e promessas eleitorais não cumpridas, entre outros fatores;

Os questionários permitiram o levantamento de alguns conjuntos de informações (Apêndice I – Modelo de questionário):

- Perfil dos moradores das comunidades analisadas, a partir de informações demográficas e socioeconômicas;
- Opinião/ideia sobre a palavra patrimônio e o olhar dos moradores frente ao acesso e a frequência de visitação às áreas naturais protegidas, bem como sobre o conhecimento sobre Parque Nacional da Tijuca e seus limites;
- Compreensão dos valores atribuídos ao Parque Nacional da Tijuca e sua importância para as populações residentes no seu entorno;

- Sugestões e reclamações relacionadas ao uso público da área do Parque Nacional da Tijuca, ou seja, quais os pontos positivos e negativos do Parque;

Já com as entrevistas procurei conhecer mais sobre as pessoas entrevistadas, como o seu cotidiano, sua família, seu trabalho etc. (Apêndice II – Roteiro de entrevista). É importante considerar que as informações dos questionários refletem a visão daqueles que os responderam. Outro viés possível é a subjetividade, implícita em qualquer pesquisa, nas interpretações do entrevistado sobre as perguntas realizadas. Entretanto, os questionários têm uma aridez numérica, que os depoimentos enriqueceram com dados qualitativos. Já os dados secundários coletados, também tiveram o papel de enriquecer as informações dos questionários e entrevistas. De acordo com Spindola e Santos (2003, p. 122) acredita-se que o método de relato de vida tem como consequência tirar o pesquisador da posição de “dono do saber” e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo, ou seja, a partir do que ele acredita que seja importante sobre sua vida.

A obtenção dos relatos dos moradores foi um pouco lenta devido à dificuldade em se aproximar dos depoentes, visto que, como foi dito anteriormente, muitos tinham medo de falar. Nos dias das reuniões do NEA era quando as pessoas se sentiam mais à vontade para falar. É importante salientar que nem todas as reuniões marcadas, os educadores do NEA compareceram, causando alguns constrangimentos e confusões com relação à pesquisa realizada, a qual não tinha qualquer vinculação com os objetivos do projeto do NEA. Minha presença nas reuniões era apenas um primeiro contato com as comunidades, bem como para observar como era o seu relacionamento com o PARNA Tijuca, já que o NEA é um órgão que representa o Parque. Muitos moradores demonstraram desânimo e falta de perspectiva com o projeto, externalizando essa visão para a pesquisa, recusando-se, muitas vezes, a participar. No entanto, busquei estar mais presente nas comunidades, procurei escutá-las, tentando participar um pouco do seu dia a dia. Ao indagar sobre essas faltas com o educador do NEA, Gláucio Maciel, que enfatizou que para o NEA concluir suas ações são necessários recursos financeiros e humanos, seja para transporte, alimentação etc., sendo que a administração do Parque carece muito desses recursos. Passadas essas dificuldades, causadas muitas vezes pela desconfiança e descrença, com as pessoas que se interessavam em falar, marcávamos um dia e horário na Quadra da Escola de Samba “G.R.B.C Mocidade do Cosme Velho”

para as gravações. As gravações tiveram duração de 40 a 60 minutos e todas foram transcritas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, fez-se necessário um extenso levantamento bibliográfico sobre definições e discussões a respeito do conceito de memória, identidade, paisagem, patrimônio e suas adjetivações como o patrimônio natural, áreas naturais protegidas, com ênfase em parques nacionais, bem como, o maior número de informações sobre o Parque Nacional da Tijuca. A pesquisa também se baseou em consultas a bibliografias e informações secundárias sobre política e gestão em Unidades de Conservação, turismo, visitação nos parques nacionais e outras pesquisas de público/ visitação no Parque Nacional da Tijuca, obtidas em trabalhos acadêmicos, periódicos, anais de congressos, livros etc. Já os meios de busca foram os mais variados possíveis como bibliotecas, principalmente a biblioteca Alceo Magnanini do Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca, localizada na Floresta da Tijuca e, o banco de dissertações e teses da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre os de outras instituições (UNIRIO, UFF, FIOCRUZ); além do auxílio da Internet e busca por outras fontes como reportagens de jornais e revistas.

O estudo e o entendimento sobre o(s) olhar(es) das populações do entorno de áreas protegidas torna-se fundamental, não só para gerar novos dados científicos, mas para igualmente apontar os possíveis acertos e falhas das políticas públicas e dos projetos atuais voltados para a gestão dessas áreas.

### **1.5. A estrutura da Dissertação**

O presente estudo foi estruturado em quatro capítulos, buscando uma sequência lógica para atingir os objetivos propostos.

A primeira parte tem como elemento central o conceito de memória visto como uma “aventura” da composição em imagens da lembrança. Dessa afirmativa, discorro com base em vários autores trazendo a ideia da memória exercitada, herdada, transmitida através de seus bens eleitos, equivalentes a patrimônio (pontos de referência memorial), como formadores do conceito de paisagem. Contudo, tanto o conceito de memória, quanto de patrimônio e paisagem são construções históricas no tempo e no

espaço social, que ao cruzarmos com o conceito de identidade, ligam-se aos valores atribuídos na representação de si e de uma coletividade. Por isso são fenômenos duráveis e mutáveis, circunstanciais, políticos e ideológicos, isto é, produto cultural e prática social na luta contra o esquecimento, a perda e a destruição.

A segunda parte apresenta uma base teórica sobre as Áreas Naturais Protegidas, no qual são apresentados as principais definições e conceitos sobre Parques Nacionais e o histórico de unidades de conservação e Áreas de Proteção Ambiental no Brasil e no mundo. Bem como também traz para a discussão sobre o tema as possibilidades turísticas que a existência dos parques indica.

A terceira parte destina-se a apresentar o Parque Nacional da Tijuca como uma área protegida legalmente, pela significação do seu patrimônio natural e cultural, considerando-o como um dos principais pontos turísticos e espaço privilegiado de lazer e entretenimento da cidade do Rio de Janeiro, bem como marco simbólico na paisagem da cidade e da representação da identidade da cidade. Para isso, sistematizou-se um breve histórico da área do Parque, os principais conflitos ambientais e medidas conservacionistas, a história da sua criação legal, as ações institucionais etc.

Os procedimentos metodológicos são mencionados na quarta parte, e foram escolhidos e abordados de acordo com critérios que possibilitassem atingir os objetivos propostos da pesquisa, que foi levantar as opiniões e sugestões dos principais envolvidos no processo de desenvolvimento ambiental e turístico do PARNA Tijuca, os moradores do seu entorno. No entanto, o enfoque do trabalho foi analisar, especificamente, a relação dos moradores de favelas no entorno do PARNA Tijuca, considerados, muitas vezes, ameaças à preservação do Parque, devido seu crescimento desordenado e pela proximidade aos limites do Parque. A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas e realizada entre maio a dezembro de 2009. Foram entrevistados 100 moradores. Na parte seguinte, apresento os resultados e discussões da pesquisa de campo e uma análise geral sobre a relação morador e Parque Nacional da Tijuca, baseando-se nas entrevistas realizadas e no referencial teórico. Nessa etapa, os dados foram analisados separadamente e relacionados, com a intenção de melhor entender a percepção dos envolvidos.

Na última parte, encontram-se as considerações finais onde são propostas ações pertinentes a esta pesquisa.

## 2. MEMÓRIA E PAISAGEM

### 2.1. A problemática representação do passado

Paul Ricoeur (2007), na primeira parte do seu livro “A memória, a história, o esquecimento”, busca falar do enigma da memória como uma imagem, a partir de uma abordagem cognitiva, no sentido de investigar sobre o que realmente lembramos. Essa difícil e contraditória representação atual de um dado passado é tomada por uma análise de certa forma psicológica, tratando o sujeito que faz uso da memória, pessoa que se lembra, que retoma ao passado por intermédio da memória.

Com base em Aristóteles, Ricoeur (2007, p. 35) demarca o ponto-chave que percorrerá toda a sua pesquisa: “A memória é do passado”<sup>19</sup>, ou seja, a noção de distância temporal. Trata-se de uma representação de coisas já exibidas anteriormente para si, uma possível reconfiguração de tais dados guardados que são despertados pela rememoração. Nessa afirmação, encontra-se o caráter objetal da memória, pois nos lembramos de alguma “coisa”, falamos de “coisas” passadas, seja aquilo que fizemos, experimentamos, aprendemos e adquirimos em determinada circunstância particular, ou falamos de acontecimentos de que trata a história documentária sobre o estatuto de fatos adquiridos. Para o autor a lembrança tem algo de modelo, na medida em que é o equivalente fenomenal do acontecimento físico, ou seja, ela tem lugar. Logo, as “coisas” lembradas também são associadas a lugares, e nesse caso, esses lugares funcionam como indícios de recordação ou espécie de apoio à memória. Imagens que “[...] permanecem como inscrições, monumentos, potencialmente como documento, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como as palavras” (RICOEUR, 2007, p. 58).

A partir da análise de Henri Bergson, Ricoeur (2007, p. 41-42) enfatiza que não nos lembramos de tudo, a “coisa” lembrada é simplesmente identificada a um

---

<sup>19</sup> Ricoeur se apropria da expressão de René Mugnier: “A memória se aplica ao passado”. Tradução francesa dos Petis *Traité*s d' *histoire* naturelle e do Tratado De La mémoire et de La réminiscence de Aristóteles, nas edições Le Belle Lettres; e Richard Sorabji: “Memory os of the past”. Tradução inglesa, com o título “Aristotleon Memory”, Providence, Rhode Island, Brown University Press, 1972. (RICOEUR, 2007, p. 35).

acontecimento singular. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. Nesse caso, faz-se necessário salientar o caráter seletivo, intencional e circunstancial da própria memória, bem como o lado racional da recordação. Sendo assim, o autor afirma que o esforço da recordação, comprovado pela busca/ trabalho de lembrar-se do passado, oferece a melhor ocasião de fazer “memória do esquecimento”<sup>20</sup>, pois, o dever de memória consiste essencialmente em dever de não esquecer, mas como não conseguimos lembrar de tudo, selecionamos o que consideramos significativo para nós na construção do nosso passado. Para isso os “lugares de memória” se apresentam como um apoio à memória que falha na luta contra o esquecimento. No entanto, é importante salientar que não nos lembramos de somente nós, estamos vivendo, vendo, experimentando, aprendendo também das situações do mundo e, tais situações implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, o espaço onde se vive ou se viveu, enfim o horizonte do mundo e dos mundos, sob a qual alguma coisa aconteceu (RICOEUR, 2007, p. 53). Contudo, desse vínculo entre lembrança (imagem do trabalho de recordar) e lugar, após o uso da memória pela história, surge a problema da originalidade do fenômeno da datação e da localização, que, por sua vez, são elementos solidários que comprovam a ligação problemática entre tempo e espaço. Pois, segundo Ricoeur (2007, p. 59) “[...] os mais memoráveis lugares não pareceriam capazes de exercer sua função de memorial se não fossem também sítios notáveis no ponto de interseção da paisagem e da geografia”.

Prosseguindo sobre o modo racional do esforço de lembrar contra o esquecimento, Ricoeur (2007, p. 41) comenta que tanto nossas recordações como as lembranças de um grupo social se apresentam de acordo com relações complexas atinentes aos temas ou circunstâncias, ou as sequências mais ou menos favoráveis à composição de uma narrativa. Assim, fica claro perceber como a memória é um fenômeno construído, submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Pois são as preocupações do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa, que constituem um elemento da sua estruturação, por isso deve-se levar em conta sua complexidade e seu caráter inacabado. O que a memória busca lembrar ou esquecer é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização, enquadramento, manutenção e coerência. A memória é escolha. Desse ponto em diante, Ricoeur (2007, p. 72) desloca da dimensão cognitiva para o campo prático da memória,

---

<sup>20</sup> Expressão de Ricoeur (2007, p. 48) com base em leituras de Santo Agostinho – obra Confissões.



usando a expressão “memória exercitada” na segunda parte do seu livro, pois lembrar-se consiste num “fazer” alguma coisa, ato que se inscreve na lista dos poderes. O lembrar-se é uma experiência de (re)significação, (re)conhecimento, (re)criação das coisas e de si. A partir daí, enfatiza que o exercício da memória é o seu uso, e que o uso comporta o abuso, e é pelo viés do abuso que a pretensão da memória à fidelidade em relação ao passado está ameaçada, pois não resgatamos o passado, e sim selecionamos/ excluímos/ descartamos circunstancialmente acontecimentos (“coisas” lembradas) para a construção de uma narrativa histórica, como também podemos imaginá-los, é um processo intencional.

A memória é um fenômeno construído social e individualmente, com base em alguns elementos, a citar: por acontecimentos, por pessoas/ personagens e por lugares, sejam eles vividos direta ou indiretamente, sejam eles reais, imaginários ou transferidos, sejam eles situados dentro ou fora do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo, sejam eles herdados ou não. Pollak (1992, p. 05) também relaciona fenomenologicamente a memória ao sentimento de identidade, isto é, entende identidade como a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. Nessa construção da identidade, tanto individual como coletiva, a memória é um elemento extremamente importante para o sentimento de continuidade dentro do tempo e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Consiste num trabalho de busca de lembranças para reivindicação da identidade ou delimitação de fronteiras de pertencimento, espécie de constituição de uma autoimagem que também, não podemos esquecer, se faz por meio da negociação direta com os outros. Portanto, isso também nos mostra que tanto a memória quanto a identidade não são essências imutáveis no tempo, são valores construídos e disputados em conflitos sociais e políticos, na medida em que registram um estado da luta das classificações, sofrendo assim transformações no tempo e conjuntamente nas relações de poder.

Está claro, portanto que a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Para caracterizar essa memória constituída, Pollak (1992, p. 07) introduz o conceito de trabalho de enquadramento da memória, enfatizando que há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores. Partindo dos estatutos veritativos da memória para o seu uso pela história enquanto

prática teórica, Ricoeur (2007, p. 70) busca discutir essa manipulação da memória enquanto processo de “rememoração” social pelo fenômeno das comemorações nacionais, uma vez que elas são objetos de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.), enfatizando assim, que a “escrita da história partilha dessa forma das aventuras da composição em imagens da lembrança, sob a égide da função ostensiva da imaginação” na construção da memória dos grupos. Essa observação sobre a constituição da memória social, segundo Dodebei (2008, p. 20), nos leva a pensar que a transmissão do saber pela história, representante do polo da escrita, se materializou por meio de vestígios ou registros, o qual favoreceu a criação do conceito de documento. Solidário a essa visão, Gonçalves (2002, p.20-21) salienta a importância do papel construtivo desempenhado pelos historiadores na sua atividade de escrever a história passada e dos antropólogos em descrever e analisar a cultura. É através de suas interpretações que eles (historiadores e antropólogos, atores sociais definidos) ordenam e dão sentido aos “fatos históricos” e “fatos etnológicos” dentro de uma estrutura ficcional, sequencial, denominada narrativa histórica. Como reforço de validação, essas narrativas apresentam uma dimensão alegórica, pois ilustram por meio de objetos, coleções, monumentos etc., denominados de “patrimônio cultural”, princípios abstratos como o “passado” e a “cultura”, usados estrategicamente para interpretar os discursos sobre identidade e memória nacional. Espécies de “lugares de memória” que se apresentam como um apoio à memória que falha na luta contra o esquecimento. Complementando, Poulot afirma que

De fato, é evidente que fracassaria o patrimônio que fosse um controle utópico do tempo, tentando reproduzi-lo de uma forma idêntica. O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. [...] A história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio. (POULOT, 2009, p.12).

Nesse sentido, tem-se a memória dos grupos, a partir dos conceitos de “memória coletiva”, “memória social” e “quadros sociais da memória”, de Maurice Halbwachs, uma grande fonte para definir o valor do patrimônio cultural. Segundo Halbwachs (1990, p. 26), embora a memória seja uma capacidade humana, ela é sempre coletiva e socialmente (re)construída e (re)conhecida com base em quadros de referências/ vestígios/ herança. Assim, o patrimônio deve ser apreendido como um conceito em

expansão, que se articula com a memória social. Para o autor, nossos pensamentos são sempre permeados por lembranças e imagens internas e externas, algumas que nunca vimos ou vivemos, mas, sobretudo passadas por familiares, pela escola, comunidade religiosa, livros, pessoas do convívio coletivo etc., utilizadas para entender o mundo e nos integrarmos socialmente. “Nossas lembranças permanecem coletivas. [...] É porque, em realidade, nunca estamos sós [...], porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”. Nossa memória apoia-se nos “quadros sociais da memória” que servem para trazer à memória temas e assuntos relativos a uma coletividade, uma origem, uma integridade, a uma narrativa histórica.

## **2.2. Tecendo a memória e a ideia de patrimônio na reconstrução da paisagem**

O desejo de perpetuar a memória, facilitado pela reprodutibilidade técnica da escrita, direcionando o foco para o mundo materializado dos registros, dos documentos como vestígios do passado, fez com que a sociedade criasse verdadeiras memórias auxiliares na luta exagerada contra o esquecimento. Quanto mais tentamos lembrar de tudo, aumenta cada vez mais o medo de esquecer e a ameaça do desaparecimento. Nesse sentido, a memória é usada e abusada de forma artificial, assegurando aos dados apreendidos e adquiridos, que eles não sejam perdidos pelo exercício da memorização. Para Ricoeur (2007, p.75) esse trabalho de relembração, consiste essencialmente em imagens e lugares, bem como a imaginação é sua potência espiritual, por isso chamada de memória exercitada, cultivada, educada, esculpida, herdada, pois é o poder exercido no ato de fazer memória que é o objetivo de toda tradição da “ars memoriae”<sup>21</sup>.

Essa arte consiste, quanto ao essencial, associar imagens a lugares (topoi, loci) organizados em sistemas rigorosos, como numa casa, numa praça pública, num cenário arquitetural. Os preceitos dessa arte são de duas espécies: uns regem a seleção dos lugares, os outros a das imagens mentais das coisas que queremos nos lembrar e que a arte atribui a lugares escolhidos. [...] Quanto às “coisas” figuradas pelas

---

<sup>21</sup> Maneiras de aprender, arte da memória, técnicas de memorização, chamadas mnemotécnicas. (RICOEUR, 2007, p. 76).

imagens e pelos lugares, trata-se de objetos, de personagens, de acontecimentos, de fatos relativos a uma causa a defender. O importante é que essas ideias estejam vinculadas a imagens e que esses tempos sejam armazenados em lugares. [...] A mnemotécnica a que ela se aplica louva a imaginação, da qual a memória se torna anexo. Ao mesmo tempo a espacialização oblitera a temporalização. [...] São verdadeiras proezas que agraciam a memória fabulosa de verdadeiros atletas da memorização. (RICOEUR, 2007, p.76-77).

Do trajeto da memorização como recusa exagerada do esquecimento surgem os “lugares de memória”<sup>22</sup> (lugares naturais ou naturalizados pela preservação), os quais estabelecem outros tantos modos para uma memória exercitada que alia à rememoração das figuras exemplares a memorização dos ensinamentos maiores da tradição, a comemoração dos acontecimentos fundadores da cultura nacional, chamada de memória coletiva. Assim, os lugares são soberanamente selecionados, sua ordem oculta a arbitrariedade de sua escolha, e as imagens não são menos manipuladas que os lugares aos quais são destinadas. Para Ricoeur (2007, p. 81) a “ars memoriae” ao romper o pacto da memória com o passado em prol de uma escrita íntima num espaço imaginário, passou de uma memória exercitada para uma tarefa de imaginação, no sentido de uma memória manipulada. Indo da magia da memória em direção a uma pedagogia da memória, isto é, de um enquadramento da cultura da memória por um projeto educativo de formação do nacional, bem como reforçar a autoridade dessa herança cultural transmitida pelos seus bens eleitos, os chamados “patrimônios culturais”. Ou seja, construção do passado através do processo de memorização, operação/ trabalho apoiado em “coisas”, em suportes concretos como lugares, objetos, monumentos, equivalentes a patrimônio (pontos de referência memorial), que por sua vez, estão ligados a valores atribuídos a alguma atividade na representação de si e de um povo. Poulot (2009, p. 40) complementa ao falar sobre a representação do saber e da memória que qualquer tipo de patrimônio tem vocação de encarnar uma identidade (memorial ou estética) em certos números de obras, saberes ou lugares, bem como, designa uma pedagogia política e cultural.

---

<sup>22</sup> Expressão do historiador Pierre Nora (1984) para designar os lugares que representam a memória, vestígios de um passado desaparecido ou em desaparecimento. Lugar onde a memória se cristaliza e se refugia, lugares que representam esta memória voluntária ou involuntária e que se tornaram os seus símbolos, pois, para o autor o sentimento de continuidade tornou-se residual aos locais, no sentido de lugares para ancorar nossa memória, como museus, bibliotecas, arquivos e monumentos, isto é, os documentos potenciais necessários para o trabalho da história que ampliaram descomunalmente a capacidade memorização do mundo. (NORA, 1993).

Segundo Lins (2011, p. 271) a percepção da paisagem e dos bens culturais pela coletividade se dá, sobretudo, através dos mecanismos de leitura do território ensinados, principalmente, pela arte. Denominadas de expressões artísticas criadoras, porções de territórios, principalmente os considerados singulares, descritos na literatura e retratados nas artes, passam a ser percebidos e valorizados pela coletividade, a música também potencializa tal valorização, bem como a fotografia e o cinema que oferecem uma ilusão de realidade, de algo que foi subjetivamente escolhido e retratado. A autora ainda completa que

[...] a verdade aparente destas artes, juntamente com sua reprodutibilidade técnica, contribui significativamente na atualidade para a formação da paisagem. A exposição das imagens atinge um número infinitamente maior de pessoas, as quais passam a valorizar o território tal como retratado. (LINS, 2011, p. 272-273).

Por essa razão que Bourdieu (2007a) comenta que a cultura só existe efetivamente sob a forma de símbolos (conjunto de significantes/significados) e que os mesmos são indissociáveis de uma função política, cujo caráter consiste em “naturalizar”, “eternizar”, “consagrar” e “legitimar” a ordem vigente. Ou seja, de reproduzir a ordem social e de um determinado arbitrário cultural, através do papel estratégico que o processo de socialização desempenha por meio das agências educativas como o sistema de ensino, os meios de comunicação de massa e a inculcação familiar. Para o autor não há relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação, pois a seleção de significados que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrário na medida em que é o resultado de uma opção, de uma escolha que cada sociedade realiza em face de um estoque ou matriz mais ampla de modalidades possíveis. Desse ponto em diante, Ricoeur (2007, p. 94) passa de uma memória manipulada pelos detentores do poder da memorização, para uma memória instrumentalizada, ou seja, uso da memória e do esquecimento como instrumento/ estratégia para atingir determinado fim. Essa especificidade em nível prático situa-se no cruzamento entre memória e identidade, fenômeno político e ideológico, pois advém das intervenções que se intercalam entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória, representantes da autoridade institucional.

Nesse sentido, não podemos desarticular, assim como sugere Abreu (2009, p. 34), a noção de patrimônio de outras categorias de pensamento, como “cultura”, “tradição” e “herança”. A autora ainda complementa que a emergência do tema patrimônio como bem coletivo associado ao sentimento nacional, deu-se a partir do ideário desencadeado pela Revolução Francesa com a formação do Estado-nação, em fins do século XVIII, a partir de um viés histórico e de um sentimento de perda. Proclamação pela salvaguarda dos vestígios do passado ameaçados de destruição. O conceito de patrimônio, inicialmente, tendeu a ser absorvido como herança artística e monumental, no qual o povo francês poderia se reconhecer sob o novo formato do Estado-nação. Forjou-se uma nova representação do passado a partir de uma criteriosa distinção entre o desprezível a ser suprimido e algo de memorável a ser instaurado, ou, às vezes, recuperar, sempre em nome de uma reabilitação do “histórico”, através da alegoria.

Opondo-se a sentimentos revolucionários que ameaçavam destruir todas as aquisições de épocas anteriores, alguns intelectuais insurgiram-se contra o “vandalismo”, fomentando o fervor patriótico. Assim, as heranças dos nobres eram apropriadas como herança do povo de cada Estado-nação, sendo relidas com novos sinais diacríticos. Uma nova história heroica das nações passou a ser construída, em que não mais os indivíduos – reis, líderes, heróis – eram sujeitos. A partir de então, o novo sujeito da história era o povo. (ABREU, 2009, p. 35).

A crença em certos valores nacionais acompanhou os programas comemorativos que se deram por missão buscar no passado histórico as raízes identitárias da nação. O fato é que, tendo sido patrimonializado, o passado da cultura se representava de maneira ideal pelos significados e símbolos, segundo três valores fundamentais: a identidade, a continuidade e a unidade. Assim, discursivamente constroem uma história amplamente compartilhada e seus antepassados fundadores, afirmam uma língua e uma literatura comum, e por último, enfatizam uma progressiva sensibilização em relação a uma paisagem concebida como uma representação do território nacional, uma paisagem vinculada à identidade cultural de um determinado povo. Tais conjuntos de valores projetam-se no espaço geográfico e, ao mesmo tempo em que dele vai se apropriando, imprime marcas como que dizendo isto sou eu e, em comunhão com o grupo social, isto somos nós (MARTINS, 2006, p. 36). De forma a exemplificar tal processo, Schama (1996, p. 26) comenta que a identidade nacional “perderia muito de seu fascínio feroz

sem a mística de uma tradição paisagística particular: sua topografia mapeada, elaborada e enriquecida como terra natal”, enfatizando que as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social. Portanto, sua motivação e seu foco de interesse eram os objetos e monumentos concretos tratados como suportes da memória coletiva, responsáveis assim pelo desenho do perfil do território e da nacionalidade em construção.

A partir dessa compreensão, o espaço físico passa a ser considerado a partir de sua organização e o seu sentido como produtos sociais, ou seja, como espaços produzidos por meio de objetos ordenados, espécie de texto, sistema de significação que é comunicado, reproduzido, experimentado e explorado. Como categoria da análise geográfica, o “espaço” contém uma série de outras categorias de apoio como: território, lugar, região e paisagem<sup>23</sup>. Para Ribeiro (2011, p. 259 e 260) a paisagem, qualquer que seja, é sempre produto cultural, é fruto de uma interpretação, de um trabalho de seleção de alguns elementos e de uma determinada leitura, a qual dará materialidade àquele espaço como paisagem e como patrimônio. Por fim, Motta (2011, p. 187) salienta que, para a valorização das marcas impressas nos bens culturais, no sentido de torná-los patrimônio de um povo, foi fundamental a adoção de dois conceitos: “monumento-documento” e “lugar”. Nos dois casos é um trabalho de caráter técnico especializado de construção intencional de referências para os grupos sociais, situando-os como parte da história e pertencentes aos lugares. É justamente nesse ponto que se encontra o fenômeno de patrimonialização: escolha/ seleção e atribuição de valor a determinados bens culturais, a fim de que passem a fazer parte da categoria de “símbolos” de um grupo. Equivalente ao representativo da herança cultural de um povo, os patrimônios tem por objetivo perpetuar uma memória histórica associada à identidade cultural desse grupo. Abreu (2012, p. 28) explica melhor essa tecnologia da patrimonialização, enquanto processos de construção de metadiscursos sobre uma realidade empírica que é validada mediante critérios e regras erigidos por agentes estatais no âmbito de uma política pública. Já para Poulot (2009, p. 28) o fenômeno é caracterizado pelo termo “patrimonialidade”, utilizado para designar “a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, articulação – capaz de autenticá-lo”. E, por isso, o mesmo afirma que o patrimônio contribui,

---

<sup>23</sup> O presente trabalho não se deterá em definir as categorias espaciais, bem como não apresentará as diferenças de leitura do espaço que as classificam.

tradicionalmente, para a legitimidade do poder que participa de uma mitologia das origens.

Nesse sentido, é a motivação ideológica a principal ideia que a questão do patrimônio envolve, tanto no papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto na objetivação e legitimação da ideia de comunidade imaginária. Enquanto prática social, a constituição e a proteção do patrimônio estão assentadas em um arcabouço técnico (os intelectuais especializados, detentores dos critérios de valoração para designar um determinado bem em patrimônio) e jurídico (linguagem performativa que não apenas define os direitos e deveres de um grupo social, como também inscreve determinadas figurações de valores que se quer transmitir e preservar), para dar legitimidade aos valores em disputa, criando os chamados ícones sociais<sup>24</sup>.

Por isso, o relativismo do chamado patrimônio cultural, o qual o risco da perda, pode ser apresentado, a partir de vários “pontos de vistas” e instrumentalizado segundo distintos projetos políticos identitários em constantes disputas. Recapitulando, para Abreu (2012, p. 28) o tema patrimônio “afirmou-se substancialmente na história do Ocidente moderno enquanto veículo de signos e valores capazes de representar justamente esse coletivo de indivíduos”, antes politicamente representados pelo Estado-nação, hoje trazendo novos atores sociais em busca da auto-representação. Gonçalves (2009, p. 26) não discorda dessa sistematização, mas enfatiza que a noção de patrimônio como herança cultural é milenar e está presente nas sociedades tribais, no mundo clássico e na Idade Média. Nesse caso, tomado como categoria de pensamento, o conceito de patrimônio situa sua existência na relação exercida pelo outro, e como está atrelado ao conceito de cultura, pode assumir, no pensar antropológico, diversos contornos semânticos no tempo e no espaço.

Não é à toa que a noção de patrimônio vem-se ampliando ao longo do tempo, marcada, principalmente por novos entendimentos sobre cultura, identidade e história; juntamente com as crescentes preocupações com a degradação da natureza, que provocou o surgimento de diversas iniciativas em prol de conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade do planeta. “Da ideia de um povo indiscriminado

---

<sup>24</sup> Pessoa, facto ou coisa capazes de evocar e representar determinado movimento, período, atividade, etc. Segundo definição de Bourdieu (2007a), o campo simbólico consiste num conjunto de aparelhos mais ou menos institucionais de produção de bens culturais, levando em consideração os agentes altamente especializados na produção e difusão desses bens.



como sujeito da nação dá lugar à concepção de um povo segmentado, formado por uma multiplicidade de culturas” (ABREU, 2009, p. 37). Nesse momento, procurou-se dar mais amplitude às políticas de patrimônio, com maior abrangência para as diversas formas de manifestação cultural e a inclusão dos diferentes segmentos da sociedade, no sentido de democratizá-la e colocá-la a serviço da cidadania. Nos dias de hoje, parece não mais haver limites para a descrição de sua noção e de seus domínios. Segundo Dolak (2008, p. 219), estamos testemunhando uma explosão da palavra patrimônio, geralmente usada junto aos atributos “mundial”, “cultural” e “natural”. Às vezes estamos falando de dois termos: um é chamado de patrimônio tangível e o outro, de intangível.

### **2.3. A paisagem como patrimônio natural: memória da natureza e memória humana**

Para a sociedade moderna ocidental a ideia de natureza vem sendo compreendida como algo separado, externo, distinto do ser humano. Tradicionalmente a filosofia afirmara que os humanos diferem da Natureza graças à linguagem e a ação racional voluntária. Natural era visto como tudo que existe no mundo sem a intervenção da vontade e da ação humana. Para Chauí (2006, p.104), essa distinção é o ponto-chave para o surgimento da diferença entre natureza e a cultura<sup>25</sup>.

Essa relação dicotômica entre sociedade e natureza, ou cultura e natureza, arquitetada pela ciência, desde o século XVIII, foi marcada pelo paradigma cartesiano, tecnocêntrico que, sob a ótica positivista, pretendia superar o mistério, os mitos, as superstições e a intuição, a qual remetia a uma natureza mágica. Tal projeto objetivou uma racionalidade instrumental que fornecesse à ciência mais poder analítico, postulando assim que a realidade é movida por leis imutáveis, onde o homem tem direitos de controle, poder e posse sobre a natureza. Sob esse prisma, natureza consiste numa reserva de recursos naturais inesgotáveis a serem explorados. Um dos pontos

---

<sup>25</sup> A autora já comenta sobre o tema em trabalhos anteriores. Para maiores esclarecimentos ver texto com tema similar publicado anteriormente. CHAÚÍ, Marilena. Natureza, Cultura, Patrimônio Ambiental. In: Meio ambiente: patrimônio Cultural da USP. São Paulo: Ed.USP, 2003. (p. 47-55).

críticos desse reducionismo é o conceito de “meio ambiente”, considerado por muitos como uma dimensão exclusivamente biológica e natural. Segundo Pimbert e Pretty (1997, p. 185) essa ciência tenta descobrir a “verdadeira” natureza da realidade, tendo por objetivo final encontrar, prever e controlar os fenômenos naturais, e o homem acredita que está separado dessa realidade. É nessa ênfase, na cisão entre a ordem da razão humana e a irracionalidade do meio natural, o principal pré-requisito para contemplação nostálgica do paraíso perdido e com isso, a criação de áreas naturais protegidas (LUCHIARI, 2001, p. 12; DIEGUES, 2008, p. 39 e 171).

Segundo Luchiari (2001, p. 21) a expressão positiva da paisagem contemporânea nos remete à natureza domesticada. Mesmo quando conservadas “selvagens”<sup>26</sup>, são controladas, monitoradas, relacionada à complexidade de um mundo. Dessa ideia que parte o modelo de áreas naturais protegidas, tendo como princípios básicos que a alteração e a domesticação da natureza pelo ser humano são inevitáveis e por isso, torna-se necessária a conservação de pedaços do mundo natural em seu estado originário, primitivo, “selvagem”, antes da intervenção humana. Contudo, para Bensusan (2006, p. 14) e Diegues (2008, p. 17-18) a natureza em estado puro (“mito do paraíso perdido”) não existe à parte da humanidade, e as regiões naturais existentes, um mundo natural selvagem, intocado e intocável, correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens, ou seja, essa natureza selvagem seria criação humana. E Delphim nos dá um bom exemplo disso:

Mesmo um sítio jamais ou sequer pisado pelo homem só poderá ser animado pelos significados que ele [o homem], e unicamente ele, pode lhe atribuir. O mundo sem que o homem lhe confira um sentido, é um caos. Saberes pretéritos, atuais e futuros impregnam e irão impregnar cada paisagem, infundindo-lhe significações cada vez mais ricas. Da mesma forma como a paisagem, em constante processo de mutação, assim também mudam as formas que os homens a percebe e os modelos dessa percepção. (DELPHIM, 2008, p. 89).

Partindo dessa perspectiva, Leite (2003, p. 41) e Chauí (2003, p. 48) afirmam que o ambiente natural visto em dimensão histórica, inclui o homem, seus atos, objetos, crenças, ou seja, sua cultura. Sob essa lógica, a natureza não é apenas uma realidade externa, dada e observada, e sim um campo objetivo produzido pela atividade do

---

<sup>26</sup> Ecossistema pouco transformado pelo homem ou sem a interferência humana, paisagem no seu estado puramente natural, testemunhos dos processos naturais e das relações estabelecidas entre os seus elementos.

conhecimento. Sobre esse prisma de objeto científico, mercadoria e patrimônio, a coisa natural não é simplesmente constatada, mas é construída intelectualmente, tornando-se um fato cultural. Bem como enfatiza Luchiari (2007, p. 31), a natureza reclama um sujeito que a signifique e que lhe confira valor através de um olhar.

Tomada pelo imaginário coletivo, a natureza é forma e aparência, ou seja, imagem/ paisagem, e o seu conteúdo só se revela por meio das funções sociais que lhe são constantemente atribuídas no desenrolar da história. Assim, as paisagens naturais são um conjunto de natureza e cultura, pois mesmo paisagens tidas como produtos exclusivos da natureza, revelam-se, também resultados da ação humana, pois funções e valores integram a paisagem ao sistema social. Nesse caso, a paisagem além de ser produto natural de seu ecossistema é também produto material, modificada/ interpretada pelas ações humanas, mutáveis e instáveis (natureza e cultura), configura o registro da interação tempo-espaço, ou seja, mesma lei que rege os processos sociais e consequentemente os processos patrimoniais. Sua percepção muda com a evolução cultural da sociedade e exprime, em seus diferentes modos, o universo de conhecimentos, os propósitos e os valores dessa sociedade.

Para Luchiari (2007, p.25-26) o conceito de “paisagem” é imprescindível para a compreensão dos processos que envolvem a valorização da natureza como patrimônio cultural, pois a natureza tornada patrimônio, herança e memória, é materialidade que se expressa a nós na paisagem, principalmente quando vinculada à identidade cultural de um determinado povo. Delphim (2004, p. 05) nos ilustra esse processo de interpretação do meio ao enfatizar que a paisagem “testemunha e preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geológico, paleontológico, arqueológico. A observação da paisagem informa sobre processos de formação do planeta, da vida, da humanidade”. A paisagem natural valorizada é produto da ação humana, construção cultural, é portadora de sentido, uma forma pela qual se vê o mundo, uma interpretação, resultado da produção social e também da determinação natural. Ou seja, o patrimônio natural não tem nada de diferente do patrimônio construído, pois a percepção da paisagem como um valor, é um dado cultural, na medida em que atribuímos valor a ela, que ela tem uma significação especial para nós.

No entanto, assim como afirma Latour (2009, p. 16), a mesma sociedade moderna que criou, por “purificação”, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, colocando de um lado os humanos e do outro, os não humanos, também criou outros

conjunto de práticas, por “tradução”, entre híbridos de natureza e cultura<sup>27</sup>, pois, eles são reais, sociais e narrados. Para o autor, natureza e sociedade requerem hoje uma explicação conjunta, o que implica em novo modo de olhar a realidade, superando aquela abordagem dicotômica que se coloca como polos opostos. Além de serem humanos, pois são obras nossas, são também naturais porque não foram feitos por nós, bem como são locais e globais.

Os fatos científicos são construídos, mas não podem ser reduzidos ao social, porque ele está povoado por objetos mobilizados para construí-lo. O agente desta dupla construção provém de um conjunto de práticas que a noção de desconstrução capta da pior forma possível. O buraco de ozônio é por demais social e por demais narrado para ser realmente natural; as estratégias das firmas e dos chefes de Estado, demasiado cheias de reações químicas para serem reduzidas ao poder e ao interesse; o discurso da ecosfera, por demais real e social para reduzir a efeitos de sentido. (LATOURE, 2009, p. 12).

Assim sendo, o patrimônio natural tem duplo caráter, pois além da natureza existir em si mesma, como realidade exterior ao homem, ela é também culturalmente integrada ao mundo que as sociedades humanas são capazes de conceber, perceber e

---

<sup>27</sup> Primeiramente, Latour (2009) enfatiza que foram os chamados “descendentes de Hobbes e de Boyle” que nos fornecem os recursos que usamos até hoje: de um lado, a força social, o poder; do outro, a força natural, o mecanismo. De um lado, o sujeito de direito; do outro, o objeto da ciência. Mas, se a Constituição moderna inventa uma separação entre poder científico encarregado de representar as coisas e o poder político encarregado de representar os sujeitos, isso não quer dizer que devemos concluir que os sujeitos estão longe das coisas. O ponto essencial desta Constituição moderna é o de tornar invisível, impensável, irrepresentável o trabalho de mediação que constrói os híbridos. Ela pelo contrário, permite a proliferação dos híbridos cuja existência ela nega. Usando três vezes seguidas a mesma alternância entre transcendência e imanência, é possível mobilizar a natureza, coisificar o social, sentir a presença espiritual de Deus defendendo ferrenhamente ao mesmo tempo, que a natureza nos escapa, que a sociedade é nossa obra e que Deus não interfere mais. O porquê da separação vem da temporalidade moderna, que felizmente nada tem de durável, é uma projeção do Império sobre uma linha transformada em flecha através de uma separação brutal entre aquilo que não tem história, mas que ainda assim emerge na história – as coisas da natureza – e aquilo que nunca deixa a história – os trabalhos e as paixões do homem. Essa assimetria entre natureza e cultura torna-se uma assimetria entre passado e futuro. A modernidade consiste em evolução/ progresso versus decadência, em sair do passado, que consistia na idade das trevas, que misturava as necessidades da sociedade com a verdade científica para entrar numa nova era, a que distingue claramente aquilo que pertence a natureza intemporal e aquilo que vem dos humanos. Por crer na separação total dos humanos e dos não-humanos, e por simultaneamente anular esta separação, a Constituição tornou os modernos invencíveis. Se você os criticar dizendo que a natureza é um mundo construído pelas mãos dos homens, irão mostrar que ela é transcendente e que eles não a tocam. Se você lhes disser que a sociedade é transcendente e que suas leis nos ultrapassam infinitamente, irão dizer que somos livres e que nosso destino está apenas em nossas mãos... Tudo acontece no meio, tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes. Sob a oposição dos objetos e dos sujeitos, há o turbilhão dos mediadores. “Potencialmente” o mundo moderno é uma invenção total e irreversível que rompe com o passado, da mesma forma que “potencialmente” as revoluções são as parteiras de um novo mundo. “Em rede”, o mundo moderno, assim como as revoluções, permite apenas prolongamentos de práticas, acelerações na circulação dos conhecimentos, uma extensão das sociedades, um crescimento do número de actantes, numerosos arranjos de antigas crenças.

organizar. De um lado representa a memória da natureza, ao trazer os testemunhos os processos naturais e das relações e interações ecossistêmicas de uma determinada região. De outro, torna-se também, parte da memória humana, pois adquire significado e sentido para os diversos grupos sociais, torna-se uma referência histórica/ herança e é inserido na memória social. Nesse sentido, Schama (1996, p. 17) enfatiza que por mais que estejamos “habitados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade eles são inseparáveis. [...] a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas”.

### 3. CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL

#### 3.1. Áreas naturais protegidas: a trajetória da ideia de patrimônio natural

As áreas naturais protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e ou preservação de recursos, naturais e/ ou culturais, a elas associados, pelo ou com aval do Estado (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004, p. 84). Como áreas legalmente protegidas, a discussão sobre a gênese e trajetória do patrimônio natural deve ser feita sob o prisma de sua tutela institucional. A natureza, um elemento da cultura a despeito de uma atribuição de valor, principalmente da qualidade de “selvagem”/ “primitiva” ou outros atributos materiais particulares, à semelhança da memória social também pode ser objeto de produção de “lugares de memórias”.

Segundo Bensusan (2006, p. 12) a ideia de reservar determinados espaços onde o planeta preserve sua natureza primitiva é resultante do contínuo questionamento da humanidade acerca de suas relações de domínio do ambiente natural e na confiança na tecnologia como sinal de progresso e desenvolvimento, principalmente no Ocidente; e desde o século XVIII sua importância vem crescendo ainda mais, devido ao reconhecimento do homem como transformador da paisagem. Originalmente sua criação tem pelo menos duas motivações: a preservação de lugares sagrados com paisagens sublimes, lugar de reflexão, o paraíso perdido onde o homem teria chance de estar com o sobrenatural, com o divino; e a manutenção de estoques de recursos naturais, ou seja, do interesse e dependência do homem pelos recursos da natureza sem os quais não pode viver ou substituir. Essa ideia parece operar com base na simbiose entre o pensamento racional e o mitológico, e para Delphim (2004, p. 03) “ambas as posturas se fundamentam em questões culturais”.

Diegues (2008, p. 15) comenta que parte dessa ideologia preservacionista que culminou no estabelecimento de áreas naturais protegidas em propriedade ou espaços de interesse público, está calcada na visão do homem como o grande destruidor da natureza, e a única forma de protegê-la era afastá-la dele. Para o autor, foi por esse

motivo que preservacionistas, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial, propuseram a delimitação de “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade como visitante, pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem/ primitiva, numa espécie de refúgio natural que simbolizavam um modo de vida desejável, no entanto inalcançável com a urbanização. Vejamos:

Enquanto as cidades permaneceram relativamente pequenas sua integração e mesmo sua dependência do entorno eram bastante evidentes. Mas à medida que se tornaram maiores e mais congestionadas, a distância do campo e a nostalgia do paraíso perdido multiplicaram as queixas contra a vida urbana, responsável maior pela sensação de perda e de distanciamento da natureza. (LEITE, 2003, p. 42).

É preciso salientar também a importância dos escritores românticos do século XIX para a valorização do mundo natural selvagem como uma espécie de “museu verde”<sup>28</sup>, pois foram grandes influenciadores para a criação de áreas naturais protegidas de grande beleza cênica, os quais davam ênfase ao seu valor estético como maravilhas da natureza intocada e riquezas nacionais. A intenção era preservar para a posteridade áreas dotada de grande beleza natural em seu estado selvagem. Para Diegues (2008, p. 26), estas áreas naturais eleitas a serem protegidas fizeram da procura do que restava da “natureza selvagem”, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana. Considerados lugares paradisíacos, onde o homem pudesse refazer as energias de uma vida estressante das cidades e do trabalho monótono, lugar de isolamento espiritual, do refúgio e da intimidade, da beleza sublime, do imaginário do paraíso perdido. Bem como, entendem que tais áreas devem ficar sem a presença humana para que apenas processos naturais influenciem sua dinâmica, incentivando a retirada das comunidades que vivem em áreas protegidas, nesse caso o homem pode ser somente mero visitante, apenas apreciador do belo, do harmonioso e da paisagem intocada. Esse “neomito”<sup>29</sup> (áreas naturais

---

<sup>28</sup> Expressão de Bernard Kalaora, retomada por Viard (1990) para designar lugares naturais ou naturalizados pela preservação, revelando assim o aspecto museal dos parques e reservas. (SERRANO, 2007, p. 12). Já para Giraudy & Bouilhet (1990, p. 14 e 40) “os parques nacionais nada mais são que uma coleção viva de paisagens, fauna e flora, habitações, transformadas pelo homem da Idade Média, do século XVIII ou da era industrial”, “são o retorno às fontes dos museus abertos, “museus ao ar livre onde a natureza, a fauna e flora, o habitat tradicional e os costumes quase esquecidos passam a reviver”.

<sup>29</sup> Expressão de Antonio Carlos Diegues para designar um conjunto de representações existentes entre setores importantes do conservacionismo ambiental de nosso tempo, portador de uma concepção biocêntrica das relações homem/ natureza que reportam a ideia de áreas naturais protegidas a partir da imagem do paraíso perdido. (DIEGUES, 2008, p.55- 61).

protegidas como natureza selvagem) se faz com a justificativa da necessidade da criação de espaços públicos, em benefício da “nação”, na verdade, das populações urbano-industriais, excluindo os moradores locais/ tradicionais. É nesse contexto, que Amaral (2006) enfatiza o nascimento do museu como um dos vários sintomas desencadeados pelo movimento romântico, bem como a aparição da palavra tédio. Para o autor,

O romantismo, por sua vez, é filho pródigo da Revolução Industrial europeia, que transformara culturas, extinguiu padrões tradicionais de vida e de existência, reorganizara as nações, incitara o imperialismo ávido de matérias-primas e de mercados, enfim, que fundara decisivamente o moderno cotidiano das grandes cidades. Não são pequenas as transformações pelas quais os europeus passaram nesse momento. Desde a luz elétrica até o advento do estado-nação; da corrida neocolonial até o trabalho exaustivo das fábricas fumacentas. Para onde se olhasse, contemplava-se o avanço do capitalismo impondo um novo modo de vida às pessoas, à organização do espaço (cada vez mais racionalizado) e do tempo (que agora vale dinheiro) e à própria definição de humanidade e de cultura. (AMARAL, 2006, p. 53).

Para Jeudy (2005, p. 40 e 48) a natureza transformada em “objeto primitivo” referencia uma origem, seja como origens das origens, seja como origem ausente ou perdida e, essa origem tem sempre o poder de representar uma história fantasiada. Assim, as áreas naturais preservadas tal qual um monumento histórico, um povo, a nação ao se tornarem objetos patrimoniais têm como objetivo representar aos olhos do mundo uma conservação cuidadosa do que está em vias de extinção. Bem como, sua demarcação busca responder uma vontade de controlar, tudo em nome da preservação, seja do belo, seja dos traços identitários, seja do raro e etc. Portanto, é nessa perspectiva, segundo Bensusan (2006, p. 14) e Diegues (2008, p. 26), que se insere a concepção de parques e reservas nacionais como área natural e selvagem, intocada e intocável, domesticada, originária nos Estados Unidos no final do século XIX, da noção de “wilderness” (vida natural ou vida selvagem). Nestas áreas se concretiza a ideia de uma natureza atemporalizada, destinada à conservação absoluta, refúgio do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana; ou seja, a crença era de que o repouso e não o movimento é o estado natural da paisagem. Schama (1996, p. 17) salienta que “a ideia era que a natureza selvagem estava em algum lugar, no coração do Oeste americano, esperando que a descobrissem, e que seria o antídoto para os venenos da sociedade industrial”. O capitalismo americano já estava consolidado, a urbanização acelerada, e o propósito era reservar grandes áreas naturais colocando-as à disposição



das populações urbanas para fins de recreação e deleite, pois na sociedade capitalista a natureza vira ou objeto de consumo ou meio de produção.

Diante da degradação ambiental instaurada pela expansão urbano-industrial surge o primeiro parque nacional no mundo, chamado de Yellowstone, em 1º de março de 1872, por lei expedida pelo Congresso dos Estados Unidos, com o objetivo de preservar suas belas paisagens “virgens” para gerações futuras. A lei proibia que a área do parque fosse colonizada, ocupada ou vendida. Seria destinada para o desfrute do povo e nesse caso, o ser humano ali seria um visitante, nunca um morador. (BENSUSAN, 2006, p. 13; DIEGUES, 2008, p. 25-26; FRANCO E DRUMMOND, 2009, p. 47). Esse modelo conservacionista norte-americano fez com que a iniciativa de criação de parques nacionais se espalhasse por todo o mundo, tornando-se marco e exemplo de políticas ambientais para a regulamentação do espaço e do uso de recursos naturais, e solução para a proteção da natureza por força de leis federais. Esse modelo de ilhas de conservação da natureza em seu estado primitivo longe da ação do homem se diversificou com o passar do tempo, e atualmente voltam-se não somente para critérios estéticos como era originalmente, mas também seguem critérios técnicos de preservação de espécies vegetais, animais e de ecossistemas ameaçados ou com estoques comerciais em declínio. Como colaboradores para essa concepção estética em relação à natureza e suas mudanças de perspectivas, Lins (2011, p. 276) enfatiza a contribuição da propagação da pintura de paisagem, da poesia naturalística, da literatura de viagens e a introdução na Europa do jardim ‘inglês’.

Como dito, essa concepção de mundo natural selvagem é uma ideologia constituinte da organização socioespacial pós-revolução industrial e para Luchiarri (2001, p. 20) “é na emergência desses territórios que a sociedade mediatiza suas relações com a natureza e lhe atribui valor, uma representação e um controle sobre as paisagens que os homens disputam em um campo relacional de poder”. Seja o reconhecimento de seu valor ecológico, do seu valor estético ou identitário, as áreas naturais protegidas continuam a serem criadas e apreciadas como produto cultural e, nesse cenário, vemos que o domínio ideológico estrutura o espaço, onde escolha e conflito seguem permeando as definições de lugares naturais a serem consagrados com o título de “parque nacional” e, a partir daí, serem considerados dignos de proteção legal. Logo, esse modo de preservação por meio de áreas naturais protegidas é seletivo, e em ambos os casos depende de atributos valorativos, de uma significação do homem

para lhe dar sentido. E Schama nos dá um bom exemplo desse processo ideológico de eleição de lugares para a proteção total da natureza:

Afinal, a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. Foi uma lei do Congresso, 1864, que designou Yosemite Valley como o lugar de significado sagrado para a nação, durante a guerra que assinalou o momento da Queda no Jardim Americano. Tampouco a natureza selvagem venera a si mesma. Foram necessárias visitas santificantes de pregadores da Nova Inglaterra como Thomas Starr King, fotógrafos como Leander Weed, Eadwaerd Muybridge e Carleton Watkins, pintores que usam tintas como Bierstadt e Thomas Moran e pintores que usam palavras como John Muir para representá-la como parque sagrado do Oeste; o local de um novo nascimento; uma redenção para a agonia nacional; uma recriação americana. [...] Como todos os jardins, Yosemite pressupunha barreiras contra a bestialidade. No entanto, seus protetores inverteram as convenções, deixando os animais dentro e os humanos fora. Assim tanto as companhias de mineração que penetraram nessa área da Sierra Nevada quando os índios Ahwahneechee foram meticulosa e energicamente expulsos do idílico cenário. Foi John Muir, o profeta da natureza bravia, que caracterizou Yosemite como um “parque vale” e celebrou sua semelhança com um “grande jardim artificial”. (SCHAMA, 1996, p. 17-18).

Seguindo essa vertente de uma natureza monumental, Serrano (2007, p. 12) integra esse processo de delimitação de espaços para amostras da natureza ao processo de patrimonialização dos bens culturais, pois para a autora a conservação da natureza também é perpetuar uma memória histórica associada à identidade cultural da nação. Então não podemos perder de vista que a conservação da natureza e sua patrimonialização envolvem saberes e valores, bem como envolvem uma ação política oficial e cultural, pois estamos nos referindo à eleição de determinados lugares como possuidores de status para serem protegidos, ou seja, é um processo ideológico de escolha, é um projeto intelectual, e quem os elege é a esfera cultural e sociopolítica num determinado tempo e espaço social. De forma semelhante aos bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacionais, os monumentos naturais; os parques nacionais; os sítios históricos, arqueológicos e paleontológicos; e as paisagens naturais, consideradas relevantes foram protegidas da destruição humana, através de instrumentos jurídicos e técnicos para sua salvaguarda. E, vale também ressaltar, assim como Luchiari (2007, p. 34) comenta, que “o que fundamenta a patrimonialização dos bens da natureza ou da cultura é uma razão social, seja ela voltada para a sobrevivência biológica da espécie humana ou do seu universo simbólico”. Nesse sentido, estamos falando e definindo um

patrimônio natural a ser preservado, atribuindo-lhe o poder de representar. E, como afirma Poulot (2009, p. 13-14), a escolha de um patrimônio consiste no resultado de uma dialética da conservação e da destruição, além de ser um efeito e um desafio de instituição.

Segundo D'Antona (2003, p. 82) “excepcionalidade” é o termo usado para diferenciar os aspectos notáveis de uma paisagem natural eleita parque nacional de outros aspectos naturais fora de áreas preservadas. Criadas a partir de fatores biológicos, geográficos ou históricos, como uma espécie de coleção de aspectos notáveis, é fundamental o reconhecimento da existência de algum atributo especial, único, a ponto de ser oficializado como monumento nacional pela forma de lei. Assim, providos de narrativas preservacionistas e nacionalistas, tornam-se representações genuínas do patrimônio natural nacional, herança para futuras gerações.

Portanto, foi sob o enfoque do monumento, como natureza monumental, a partir de características como o valor estético e o caráter inviolável, que a noção de patrimônio natural foi formulada e consagrada internacionalmente. No século XX, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, foram realizados eventos com representantes governamentais e especialistas de diversas áreas do conhecimento envolvidos na preservação do patrimônio em prol do desenvolvimento de instrumentos jurídicos internacionais voltados especialmente para a reflexão e a elaboração de diretrizes e procedimentos para garantir a proteção do patrimônio histórico e natural em todo o mundo. Os documentos oficiais, resultantes dos trabalhos realizados durante estes eventos /convenções da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura), são chamados de cartas patrimoniais.

A primeira iniciativa de combinar conservação do patrimônio cultural com a conservação do patrimônio natural partiu dos Estados Unidos, em 1965, durante uma Conferência em Washington, na Casa Branca, a qual propôs criar uma "Fundação do Patrimônio Mundial", que estimulasse a cooperação internacional para proteger as "as zonas naturais e paisagísticas maravilhosas do mundo e os sítios históricos para o presente e para o futuro de toda a humanidade" (UNESCO, 2008, p. 07). Seguindo essa vertente, em 1968, a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (IUCN) elaborou propostas similares para seus membros, as quais foram apresentadas à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pela UNESCO em Estocolmo, em 1972. Ainda que anteriormente, já se

ênfatizava o valor universal excepcional das paisagens naturais, apesar de não usar explicitamente o termo patrimônio natural, pode-se desse modo, considerar o documento intitulado “Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios”, elaborado na Conferência Geral da UNESCO, em dezembro de 1962, em Paris, um dos percussores da questão, uma vez que ressaltou na proteção de paisagens e sítios de interesse cultural e enfatizou a relação existente entre a degradação dessas áreas e o empobrecimento do patrimônio cultural, bem como incentivava a criação de parques e reservas naturais, a proteção por zona ou sítios isolados e outras medidas preservacionistas.

Mas, foi realmente a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de novembro de 1972, que avançou em relação à discussão sobre novas ações em prol do patrimônio natural, fundando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que posteriormente passou a ser o principal órgão do sistema da UNESCO a catalisar as ações internacional e nacional para a proteção do meio ambiente no contexto. Desse ponto em diante, patrimônio natural, vai além da valorização de critérios estéticos, implantando uma visão sistêmica relativa ao funcionamento e as relações entre os elementos da natureza, a qual aprecia a importância da natureza para a ciência e para a conservação a partir de critérios ecológicos. A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, resultou na Declaração sobre o ambiente humano, no qual traz uma preocupação com a proteção da natureza enquanto suporte de qualidade de vida no planeta, não somente para as gerações presentes, mas também, para as gerações futuras.

No entanto, cabe ressaltar, assim como Roncaglio (2007, p. 47), que o destaque dado ao patrimônio natural na década de 1960 e 1970, teve muito influência das retóricas apocalípticas sobre os desastres ecológicos mundiais e a possibilidade de destruição do planeta devido ao grande crescimento populacional e industrial. Para a autora, tais manifestações ambientais, foram importantíssimas, pois incluíram o tema meio ambiente no debate global sobre o desenvolvimento socioeconômico, tornando-se um desafio ao qual teriam que reagir políticos, economistas, pensadores sociais, cientistas em geral, nas décadas seguintes. Essa grande preocupação com a degradação ambiental, fez com que no mesmo ano, na 17ª Conferência Geral, em Paris, a UNESCO reforçasse e completasse a Carta de Estocolmo, adotando uma convenção sobre a

salvaguarda do patrimônio cultural e natural mundial, na qual busca estabelecer, mesmo que genericamente, as definições de patrimônio cultural e natural. A convenção tenta, sobretudo, a partir de uma ideia de proteção do patrimônio mundial, criar um sistema internacional de cooperação e assistência (técnica e financeira) que garanta a preservação e a identificação desse patrimônio em perigo. A chamada Convenção do Patrimônio Mundial foi um importante passo para unir conceitos de conservação natural e preservação de propriedades culturais, cujo objetivo é proteger e preservar lugares e características que são parte insubstituível da herança cultural de toda a humanidade. Isso inclui notáveis sítios históricos e arqueológicos, monumentos e conjuntos paisagísticos (edificados ou parte da natureza), sítios naturais, formações geológicas e fisiográficas. De certa forma, tais definições procuram estabelecer consensos acerca dos sentidos dos termos empregados, bem como uma orientação mínima aos Estados-membros na identificação e delimitação dos diferentes bens que podem ter caráter de patrimônio mundial, isto é, valor universal excepcional. Neste evento, foram criados um comitê intergovernamental de proteção do patrimônio cultural e natural internacional, chamado Comitê do Patrimônio Mundial, e também um Fundo do Patrimônio Mundial para apoiar atividades de treinamento e cooperação técnica, e auxílio emergencial. Ao Comitê, entre outras atividades, caberá organizar, publicar e divulgar uma Lista do Patrimônio Mundial em perigo, ou seja, com sérias e concretas ameaças de desaparecimento.

Apenas poderão figurar nesta lista os bens do patrimônio cultural e natural ameaçados de desaparecimento devido a uma degradação acelerada, projetos de grandes trabalhos públicos ou privados, rápido desenvolvimentos urbano e turístico, destruição devida a mudança de utilização ou de propriedade da terra, alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por qualquer motivo, conflito armado surgido ou ameaçando surgir, calamidades e cataclismos, grandes incêndios, sismos, deslocamentos de terras, erupções vulcânicas, modificações do nível das águas, inundações e maremotos. (UNESCO, 1972).

As noções de natureza e cultura, tanto tempo consideradas antagônicas, agora, na Convenção de 1972, começam ser vistas como complementares, procurando alterar a visão de que a natureza era entendida apenas como instrumento técnico e científico a ser analisada e explorada pelo homem. Dez anos depois, em maio de 1982, a Assembleia Geral da UNESCO, reuniu-se em Nairóbi, capital do Quênia, para comemorar uma

década da realização da conferência que se tornou um marco histórico no campo ambiental. No entanto, os problemas com doenças diversas, mudanças climáticas, buraco da camada de ozônio, poluição de mares e rios, lixos tóxicos, extinção de espécies, entre outros casos de destruição da natureza, indicavam, cada vez, mais, uma conexão entre meio ambiente, desenvolvimento, população e recursos naturais e seus impactos ambientais. Anunciava-se, assim, uma proposta de uma nova ordem econômica internacional, no sentido de buscar um esforço global para reverter o curso da agressão ambiental que ameaça cada vez mais o planeta. Na década de 1980, o tema da sustentabilidade começa a surgir, era preciso conciliar o desenvolvimento econômico e minimizar os impactos ambientais, tornando-se assim, assuntos imperativos perseguidos pelas diversas reuniões internacionais.

Os anos de 1990 confirmaram que a preocupação com a preservação dos recursos naturais tornara-se internacional. Já a Carta do Rio, resultante da Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, reuniu mais de cem chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A Conferência do Rio, que ficou mais conhecida como a “Cúpula da Terra”, “Rio-92” ou “Eco-92”, consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, como um modelo de crescimento menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico, o qual proporcionaria aos seres humanos o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. Esse tema, da sustentabilidade para um desenvolvimento mais consciente, certamente foi o ponto-chave para uma mudança nas atitudes planetárias sobre os problemas ambientais mundiais. Após a Conferência, a ideia de desenvolvimento sustentável ganhou vida própria, impondo-se nas deliberações de organismos, desde conselhos municipais a organizações internacionais. A Convenção Rio-92 deu origem à elaboração de vários documentos oficiais, tais como: A Carta da Terra<sup>30</sup>, aprovada posteriormente pela ONU

---

<sup>30</sup> A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada, voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação. Oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável. Ela reconhecer que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis.

em 2002; as Convenções Internacionais de Mudanças Climáticas<sup>31</sup>, de Biodiversidade<sup>32</sup>, e de Desertificação; uma declaração de princípios sobre florestas; e o Agenda 21<sup>33</sup>, principal documento da Rio-92 e que serve de base para que cada país, estado, município e/ou instituição elabore seu plano de preservação para o meio ambiente. Um ponto alto da Convenção sobre Diversidade Biológica ocorreu quando reivindicavam políticas destinadas a garantir os direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais sobre os recursos genéticos, haja vista a estreita relação entre preservação desses recursos e os conhecimentos, costumes e tradições dessas populações. Emergiu, portanto, desse contexto, uma nova compreensão do patrimônio natural, a partir do reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica. Outro documento de extrema importância, publicado durante a Conferência, foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que se tornou referência para a Educação Ambiental no mundo.

Dessa nova perspectiva para o entendimento da natureza, possibilitou compreendê-la com parte da vida humana. O entendimento da natureza como patrimônio, legado cultural a ser deixado às futuras gerações foi produto da mudança do próprio conceito de patrimônio cultural. É possível perceber duas direções no sentido da

---

<sup>31</sup> A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Convenção do Clima), elaborada durante a Rio-92, faz parte de uma série de acordos internacionais por meio dos quais países do mundo inteiro estão se unindo para enfrentar o desafio das mudanças climáticas. A Convenção do Clima enfocou o fato de os lançamentos de gases estufa e outros, na atmosfera terrestre, estarem alterando a forma com que a energia solar interage com essa atmosfera. Entre as consequências possíveis está um aumento na temperatura média da superfície da Terra e mudanças nos padrões climáticos mundiais. O objetivo da Convenção do Clima é de estabilizar as concentrações de gases estufa, em níveis que não impliquem alterações climáticas perigosas, por meio do controle das emissões dentro de níveis que permitam uma adaptação natural e progressiva dos ecossistemas às mudanças climáticas. Tal comprometimento se explicita no Protocolo de Quioto de 1997.

<sup>32</sup> A Convenção da Biodiversidade foi o acordo aprovado durante a RIO-92, por 156 países e uma organização de integração econômica regional. Foi ratificada pelo Congresso Nacional Brasileiro e entrou em vigor no final de dezembro de 1993. Os objetivos da convenção são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão equitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos. Neste documento destaca-se o "Protocolo de Biosegurança", que permite que países deixem de importar produtos que contenham organismos geneticamente modificados.

<sup>33</sup> O principal documento produzido na Rio-92, o Agenda 21 é um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional. Os 21 objetivos da Agenda busca conciliar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. As ações prioritárias da Agenda 21 brasileira são os programas de inclusão social (com o acesso de toda a população à educação, saúde e distribuição de renda), a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Mas o mais importante ponto dessas ações prioritárias, segundo este estudo, é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício.

construção da ideia de patrimônio natural: primeiramente firmou-se como expressão de grandiosidade e beleza que, por sua vez, advém da visão de patrimônio como monumento ou obra excepcional e como preocupação estética. Pressupõe também a intocabilidade, no qual os grandes testemunhos da natureza foram poupados da intervenção humana, seu predador. Agora, o patrimônio natural se aproximou dos diversos grupos sociais, nesse caso, a sua legitimidade passa pela discussão do valor social e afetivo que determinados grupos lhe conferem. O patrimônio natural passou a ser entendido como conquista da sociedade, como uma noção ligada às práticas sociais e às memórias coletivas diversas, entendidas como produto de uma relação que é estabelecida com a natureza, ou seja, consiste numa abordagem que leva em conta a relação dos grupos com o lugar, as práticas socioespaciais. Superou também uma visão de patrimônio centrada no edificado para valorizar também outros tipos, como práticas culturais, saberes etc., processo que se deu como fruto de uma conquista social na medida em que a sociedade, sob a forma de grupos organizados, colocou na agenda política esta nova demanda.

### **3.2. O caso Brasileiro**

Durante séculos, o Brasil experimentou um desenvolvimento baseado na exaustiva exploração dos recursos naturais, gerando surtos de crescimento econômico conhecidos na historiografia nacional como ciclo do pau-brasil, ciclo do açúcar, ciclo do café, ciclo da borracha etc. Esse processo de devastação do território brasileiro fez com que intelectuais, cientistas e instituições de pesquisas refletissem sobre as consequências econômicas e sociais dessas práticas predatórias e a indicarem soluções para conter ou atenuar a destruição dos estoques naturais. Diversas iniciativas tanto no decorrer do governo colonial quanto no governo imperial em prol da proteção da natureza foram realizadas, como propostas de estabelecer normas e regimentos que freassem o indiscriminado corte da madeira, adotar mudanças nos métodos agrícolas, criar instituições científicas, reflorestamentos de áreas devastadas e outras medidas (RONCAGLIO, 2007, p. 63). Mas, é importante ressaltar que a instituição de áreas naturais protegidas foi um fenômeno típico do período republicano, sobretudo no



decorrer do século XX. Segundo Medeiros, Irving e Garay (2004, p. 84), a década de 1930 “representa um marco haja vista da criação de um conjunto mais amplo de instrumentos legais de uma estrutura administrativa no aparelho do Estado voltado especificamente para a gestão de áreas protegidas”.

Refletindo sobre o período de 1930, é claro que as reflexões e práticas sociais de proteção à natureza no Brasil também tinham relação com a percepção da crescente destruição do ambiente natural pela ação antrópica. No entanto, Franco e Drummond (2009, p. 11) enfatizam que o pensamento sobre a proteção à natureza dessa época “foi concebido em conexão com o ambiente político-intelectual da época, caracterizado por preocupações nacionalistas e cientificistas”, o qual relaciona “proteção da natureza com a construção de um Estado nacional forte e de uma identidade nacional” em prol de um amplo projeto de reforma da sociedade brasileira. Para os intelectuais idealizadores desse projeto nacional, a riqueza natural do território brasileiro precisava ser conhecida, promovida e protegida como substrato da desejada identidade nacional. Em busca de eliminar as instituições herdadas da Primeira República (consideradas indiferentes e “imitações” de modelos estrangeiros), bem como aliados ao desejo de modernização, acreditavam que “organizar a nação” e “forjar o povo” era tarefa urgente que caberia a elite intelectual do país e, para eles, o caminho para o progresso implicaria “dar forma” à sociedade mediante uma ação orientada “de cima” (FRANCO E DRUMMOND, 2009, p. 16-17). Para isso, apropriaram-se de pensamentos que envolviam conhecimentos científicos do mundo natural e a ideia de que esse mundo deveria ser conservado por motivos tanto econômicos quanto estéticos. Tal discurso preservacionista por apresentar cunho cientificista e nacionalista acabou ganhando espaço e adentrando no ambiente político do regime autoritário de Getúlio Vargas, como também conseguiram mobilizar o sentimento de grupos e associações cívicas, colaborando e muito para a formulação e aprovação de leis, decretos e regulamentos em prol da proteção à natureza. A citação abaixo exemplifica bem esse momento:

A reestruturação do Estado nacional deveria, segundo os intelectuais, se dar de acordo com as noções de patriotismo e interesse geral, associadas à percepção da ordem política como um todo orgânico, indivisível nos seus elementos constituintes. O imperativo de “integrar a nação” legitimava a ação de um Estado forte como promotor da unidade, do equilíbrio entre as classes e do desenvolvimento econômico. A falta de “consciência nacional” e a necessidade de sua “construção” reatualizavam a questão do nacionalismo, visto como resposta à crise e à anarquia atribuída à ordem liberal. Uma concepção

organicista (o todo não é a soma das partes; cada parte só pode ser analisada como contendo os elementos do todo) e elitista (o Estado representa a nação e se compõe dos mais “sábios” e “capazes”, que podem arbitrar o que é melhor para a nação como um todo) marca o estilo de pensamento da época (FRANCO E DRUMMOND, 2009, p. 19).

Segundo Franco e Drummond (2009, p. 45), a elite intelectual brasileira usava duas linhas de argumentação para justificar a proteção da natureza, tendo como base principalmente os ideais do modelo dos parques nacionais norte-americanos, no sentido de acompanhar as iniciativas aplicadas em outros países. A primeira delas valorizava o mundo natural como recurso econômico a ser usufruído racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras. Já a segunda alegação consistia em ver o mundo natural como objeto de culto e fruição estética, como também objeto de pesquisa a ser preservado. Nesse sentido, estética e utilidade convergem na pretensão de justificar e dar sentido ao conceito de proteção da natureza fundado na percepção de riquezas naturais e como fontes da nacionalidade. Assim a natureza também era relacionada com a questão da identidade nacional, seja por sua riqueza, diversidade e beleza, criando assim, laços afetivos entre o indivíduo e a terra natal. Também se encontra a preocupação com o lazer e a recreação das populações do Sudeste brasileiro, área intensamente urbanizada, a qual a preservação de áreas verde era urgente. Para melhor visualizar as linhas de argumentação, Bensusan enfatiza que

Os parques nacionais, estaduais e municipais se incluíam na categoria das florestas remanescentes e foram definidos como monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem ou florestas em que abundarem ou se cultivarem espécimes preciosos, cuja conservação se considera necessária por motivo de interesse biológico ou estético. (BENSUSAN, 2006, p. 18).

Como consequência disto, ainda em 1934, os principais dispositivos legais de proteção da natureza são criados para garantir progresso e a manutenção do patrimônio natural. A rede de áreas naturais legalmente protegidas tem seu início com a primeira série de leis relacionadas à proteção da natureza como: o Código Florestal, o Código de Águas, o Código de Minas, o Código de Caça e Pesca, o Decreto de proteção aos Animais e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas Científicas, todos publicados entre maio de 1933 e outubro de 1934. Outro instrumento de tutela da paisagem natural foi o processo de tombamento, criado pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de

novembro de 1937, o qual em seu primeiro capítulo, artigo 1º, enfatiza que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, por estar vinculado a fatos memoráveis da história do país, ou pelo seu excepcional valor arqueológico, etnológico, bibliográfico ou artístico. Como também, no seu inciso 2º equipara aos bens que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens de excepcional valor estético ou científico que importa conservar e proteger. Mais tarde, reafirmando esses primeiros passos institucionais de proteção do mundo natural, encontram-se a criação dos Parques Nacionais de Itatiaia (1937), da Serra dos Órgãos e do Iguazu (1939) - que com o passar do tempo passaram a receber a denominação genérica de unidades de conservação (UC)<sup>34</sup>. (FRANCO E DRUMMOND, 2009, p. 42-43; LINS, 2011, p. 280).

Vê-se assim que o patrimônio natural nasceu, também no Brasil, sob a designação de monumentos naturais, sítios e paisagens naturais de feições notáveis, como uma categorização que qualificava o chamado monumento, ou seja, expressividade estética, grandiosidade, beleza e testemunhos da identidade nacional. Há o monumento histórico, o artístico e o natural, todos fazendo parte de uma mesma preocupação nacional, digna de constar na lei maior do país.

Roncaglio (2007, p. 74) e Franco e Drummond (2009, p. 42) em seus trabalhos, enumeram as primeiras instituições organizadas pela sociedade civil e o papel dos cientistas e intelectuais na sensibilização da sociedade brasileira e na mobilização dos setores públicos para a necessidade de proteger a natureza. Destacam-se as associações como o Centro Excursionista Brasileiro; a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que contava com a bióloga Bertha Lutz como uma de suas líderes; a Sociedade de Amigos de Alberto Torres; a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro; a Sociedade dos Amigos das Árvores, fundada em 1931 por Alberto José Sampaio; a Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, constituída por funcionários do MNRJ; a Sociedade de Amigos da Flora Brasílica. Essa mobilização envolvendo organizações da sociedade civil e instituições públicas preocupadas com a conservação da natureza culminou, em 1934, com a realização da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada no Rio de Janeiro no Museu Nacional.

---

<sup>34</sup> De acordo com Bensusan (2006, p. 19) a expressão “Unidades de Conservação” (UCs) foi criada no Brasil e não tem correspondência com termos em outros idiomas.

Ações e parcerias internacionais também foram efetivas no campo da proteção à natureza e uma delas foi a Convenção sobre a Proteção da Flora e Fauna em seu Estado Natural, de 1933, a qual buscou clarificar o conceito e a missão dos parques nacionais com base em três características básicas: “áreas controladas pelo poder público, nas quais a caça é proibida; missão de preservar a fauna e a flora e objetos de interesse estético, geológico, arqueológico; e abertura à visitação pública” (FRANCO E DRUMMOND, 2009, p. 104). Depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na década de 1940, foram realizados eventos e criados instrumentos jurídicos internacionais voltados especialmente para a reflexão e a elaboração de diretrizes e procedimentos para garantir a proteção do patrimônio cultural e natural em todo o mundo, e um exemplo disto são as cartas patrimoniais e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). Destacando-se assim, a vertente universalista da noção de patrimônio da humanidade, e para Jokilehto (2008, p. 339) o reconhecimento da natureza comum do patrimônio da humanidade ocupou um papel em manter a paz, além de convocar uma responsabilidade compartilhada. Complementando, Abreu (2009, p. 36) enfatiza que essa vertente universalista veio contrapor as tendências racistas que haviam desencadeado a guerra que acabara de acontecer, o conceito antropológico de cultura, como diversidade de expressões humanas (várias culturas e subculturas nacionais), foi apropriado como antídoto aos conflitos entre os povos.

Durante o Estado Novo (1937-1945) o nacionalismo aparece como uma política de Estado articulada a uma política de busca de uma nacionalidade genuinamente brasileira, sem influências estrangeiras, a qual contou com instituições públicas e a atuação de técnicos intelectuais e artistas que se encarregaram de promover símbolos e imagens, assim como produzir e divulgar o conhecimento sobre o patrimônio do país. As conquistas referentes à proteção da natureza nesse período histórico foram importantes, contudo pontuais, mas demarcam a configuração legal da natureza no país. No período subsequente, considerado por alguns historiadores como uma experiência democrática (1945-1964), a ação do Estado guiou-se menos por uma ideologia nacionalista e mais para uma vertente do desenvolvimentismo, promovendo o setor de infraestrutura e incentivando a industrialização e a urbanização. Nesse contexto a atuação dos órgãos governamentais relacionados à proteção do patrimônio cultural e natural nacional ficou para segundo plano, à margem, tanto sob o aspecto simbólico (a

ideologia desenvolvimentista se opunha à continuidade e à tradição) quanto nos aspectos econômico e social (valorização do solo urbano, dos processos migratórios para os grandes centros, crescente exploração dos recursos naturais, desfiguração da paisagem natural etc.) (RONCAGLIO, 2007, p. 93). Ainda assim, algumas ações do Estado, mesmo que pontuais, continuaram a ocorrer.

Todavia, foi durante o governo militar (1964-1985), que mais uma vez consolidaram-se a legislação e a criação de instituições em prol à proteção da natureza, que traziam diversas reinvenções, como conquista da integração e da segurança nacional, a questão ambiental pela defesa da natureza ameaçada pelo crescimento populacional e industrial, as lutas de grupos diversos. Quanto aos instrumentos jurídicos, Bensusan (2006, p. 18-19) e Roncaglio (2007, p. 93-100) citam: uma nova versão do Código Florestal (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965), a qual define como parques nacionais as “áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna, e das belezas naturais com a utilização para os objetivos educacionais, recreativos e científicos”; a Lei de Proteção a Fauna (Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967); Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967) para administrar as áreas protegidas e desenvolver políticas de meio ambiente; Criação do Regulamento dos Parques Nacionais (Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979); Criação de outras categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica (EE) e Áreas de Proteção Ambiental (APA) com a Lei 6.902, de 27 de abril de 1981; Criação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981) que constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Assim como nas áreas de telecomunicações, turismo e cultura, o regime autoritário do governo militar buscava implantar uma ação sistêmica e centralizada que garantisse a integração das diferenças regionais no interior de uma hegemonia estatal. O Sistema Nacional de Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Turismo (1967), o Sistema Nacional de Telecomunicações (1972) e o Sistema Nacional de Cultura (1975) foram criados para definirem diretrizes e elaborar planos e normas que integrassem os diferentes órgãos e setores da União, dos estados e dos municípios a um centro de decisão – o Poder Nacional. (RONCAGLIO, 2007, p. 119).

A partir do final da década de 1970, aumenta o número de manifestações em prol das diversidades culturais, da democracia, dos direitos da mulher e dos

homossexuais, dos negros, dos indígenas, dos trabalhadores urbanos e do campo, das questões ambientais de âmbito regional, nacional e internacional. Uma pluralidade de grupos sociais e uma diversidade de interesses coletivos, os quais contribuíram para uma nova noção de patrimônio natural, indo além das características estéticas e da preservação pela intocabilidade, para uma visão mais ligada às práticas sociais, da experiência de vida coletiva e da dimensão do cotidiano. Um patrimônio natural que antes de tudo faz parte da vida humana e não que se opõe a ela. Nesse cenário surgem as Organizações não governamentais (ONGs) internacionais e nacionais, de cunho ambientalista e socioambientalista alertando a opinião pública para os problemas globais decorrentes do desmatamento, principalmente na Amazônia. Para Roncaglio (2007) foram, principalmente, as manifestações no campo que marcaram essa nova era em defesa do meio ambiente em atitude de indignação face às condições de vida e os caminhos da economia e das políticas públicas. Atitudes essas expressas:

[...] nas greves de assalariados e boias-frias pela melhoria de salário e das condições de trabalho; pelos acampamentos e passeatas dos trabalhadores rurais sem-terra que lutavam por uma reforma agrária imediata; pelo movimento das mulheres agricultoras que reivindicavam direito à sindicalização e à previdência social. [...] Destacam-se os movimentos de agricultores atingidos por barragens, lutando por indenização justa ou tentando impedir tais obras, sob o argumento de não ser possível garantir a reprodução do seu grupo social em outras terras que não aquelas onde criaram raízes e estabeleceram a sua identidade cultural; o movimento dos indígenas atingidos por grandes obras como barragens e rodovias, lutando pela manutenção de suas terras, a sua comunidade e a sua identidade étnica; o movimento dos seringueiros, defendendo a criação de reservas extrativistas e de um modo peculiar de se relacionar com a Floresta Amazônica; o movimento de gênero, lutando pelo reconhecimento e a valorização do papel da mulher na agricultura familiar, não só como ajudante na unidade de consumo (parte da produção voltada para a subsistência da família) mas também com coadjuvante na unidade de produção (parte da produção voltada para o mercado). (RONCAGLIO, 2007, p. 116-117)

A competência para o assunto foi reforçada após a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, a qual simbolizava os esforços pela redemocratização do país após 21 anos de Ditadura Militar, bem como buscava garantir os direitos políticos e sociais dos cidadãos brasileiros. A Carta Magna traz uma nova conceituação de patrimônio cultural no seu artigo 216, mais ampla que as anteriores, incluindo tanto patrimônio natural, como também o chamado patrimônio imaterial. A mesma, também

dedica um capítulo ao Meio Ambiente e assegura a todos no seu artigo 225, um meio ambiente ecologicamente equilibrado e uma qualidade de vida saudável, impondo ao poder público com o apoio da sociedade civil o dever de defendê-lo e preservá-lo, em nome das presentes e futuras gerações. Incluindo aí, o reconhecimento de um novo aspecto, a noção ecológica de meio ambiente, ou seja, a importância dos fatores, das relações e dos processos estabelecidos na dinâmica da natureza. Seguidamente, para concentrar a gestão das áreas protegidas federais em um só órgão, o governo brasileiro funde o IBDF, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, a Superintendência da Borracha e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, criando assim o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Interior, através da Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. E, a partir dessa base constitucional, o país concebeu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no qual o resultado (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000) significou um avanço importante na construção de um sistema mais efetivo de áreas naturais protegidas no país, bem como em seus objetivos reflete uma preocupação com as comunidades que vivem no interior ou entorno de unidades de conservação, principalmente as consideradas tradicionais, populações que têm sido historicamente excluídas das áreas protegidas (BENSUSAN, 2006, p. 62-63; RONCAGLIO, 2007, p. 169). Atualmente a unidade gestora responsável pelas unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais, é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), que substituiu o IBAMA em de agosto de 2007 (Lei nº 11.516. de 28 de agosto de 2007).

Já outro instrumento de tutela da paisagem natural importante a ser citado e que reflete também essa mudança do modo de preservação, é o Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, e Lins (2011, p. 280-281) nos dá alguns exemplos de paisagens tuteladas, como: a Cachoeira de Iauaretê/ MA; o registro do modo artesanal de fazer o queijo de minas e do ofício das baianas de acarajé, vinculados aos seus territórios e culturas, como também o registro do toque dos sinos de Minas Gerais e outros. Por fim, encontra-se a chancela da Paisagem Cultural Brasileira (Portaria IPHAN nº 127 de 05 de maio de 2009) como instrumento semelhante ao da Declaração de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, a qual valoriza porções

peculiares do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, que a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Com relação à consagração de qualquer bem cultural ou área como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, é preciso compreender melhor como se dá esse reconhecimento internacional, que ocorre basicamente, na inclusão desse bem num documento oficial, denominado de Lista do Patrimônio Mundial em perigo de degradação ou de desaparecimento. A solicitação deve ser feita pelo Estado onde o sítio se encontra, pois a UNESCO não faz recomendações para a inclusão de nenhum sítio na lista, bem como, o processo de candidatura deve satisfazer a alguns critérios de seleção. Não podemos esquecer a grande contribuição da Convenção do Patrimônio Mundial para a conservação do patrimônio, a qual trouxe reflexões sobre os problemas de degradação ambiental, crescimento populacional e industrial, como a importância da cooperação internacional (no sentido obvio da palavra, colaboração entre nações) contra a degradação ou o desaparecimento de bens do patrimônio cultural e natural, que com a sua perda constituiria um empobrecimento efetivo das riquezas de todos os povos do mundo. Contudo, alguns autores têm apontado para a crescente valorização dos patrimônios (ou processo de patrimonialização) como um traço característico da contemporaneidade. Para Jeudy (2005, p. 21), esse processo de patrimonialização aparece sob várias evidências, levando em alguns casos a um excesso de conservação como, por exemplo, a prioridade total pela restauração de fachadas em centros históricos; o esgotamento da identificação e da proteção do patrimônio industrial; as crescentes pesquisas etnográficas que buscam identificar toda espécie de rito, de simbolismo; a preservação das memórias das catástrofes. E, para o autor, essa grande procura pelo patrimônio tem relação com a formação de uma consciência coletiva dos riscos da perda dos referenciais de memória e identidade diante das grandes transformações na vida social e urbana, que se deu principalmente na década de 1980.

Partindo desse excesso de patrimônio, é possível verificar que não só a consciência da perda explica esse fenômeno. Não se pode minimizar o papel que os patrimônios passam a desempenhar na perspectiva do mercado do turismo nacional e internacional, tanto como poderosos atrativos de viagens, como, ao mesmo tempo, a importância que um título internacional representa, espécie de chancela que garante a qualidade e “autenticidade” do bem a ser visitado. É claro que a relação do turismo com o patrimônio pode ter significado positivo, contribuindo para a sua divulgação e



proteção, além conscientizar sobre a sua importância, estimulando assim, a inserção dos bens na dinâmica social, dando-lhes uma função e retirando-os da condição de isolamento. No entanto, acredita-se que o fator econômico, em alguns casos, é o principal motivador das candidaturas ao título de Patrimônio da Humanidade. Isto é, o seu aproveitamento pela exploração turística, seja pela própria divulgação que propicia a candidatura e/ou entrada nessa lista, como o seu aproveitamento depois do título alcançado, cria uma espécie de marca da cidade, país ou região, que, muitas vezes, torna-se paisagem estetizada/ cenário para e pelo consumo. Deixando assim, para segundo plano a questão de formação de consciência da importância da história e da natureza. Não obstante, Scifoni (2006, p. 64-65) enfatiza que os países líderes em número de bens inscritos na Lista de Patrimônio Mundial são também os mais importantes destinos turísticos no roteiro internacional. Bem como, alerta para a postura do Estado, mostrando que quando há um tombamento ou registro dos patrimônios em várias esferas, seja federal, estadual ou municipal, ele é encarado com descaso e falta de importância, até pela escassez de investimentos para a sua conservação. Mas, quando um patrimônio é reconhecido pela UNESCO como Mundial, os mesmos, são considerados pela EMBRATUR como um segmento especial do mercado turístico, para o qual há inclusive um programa específico de divulgação do exterior. Nesse caso, o título internacional, tendo em vista a potencialidade do mercado, representa um status, e o reconhecimento dos outros patrimônios é quase sempre um problema quando não há mercado possível para o consumo.

### **3.3. Patrimônio natural: o potencial turístico dos parques nacionais**

Primeiramente alguns entendimentos sobre o turismo devem ser apresentados. Gonçalves (2006, p. 27) salienta que o turismo e o lazer são fenômenos sociais, econômicos e comportamentais, ligados a práticas remotas que se modificaram conjuntamente com as transformações das próprias sociedades.

O hábito de viajar é antigo, pelo menos, têm-se indícios que a elite do império romano desfrutava de uma estrutura de viagens voltadas para o prazer e a cultura. Também temos as peregrinações religiosas do século XII e as excursões de cristãos que

iam à Veneza, considerada Terra Santa no século XV. Já no século XVII, as famílias da aristocracia e da nobreza mandavam seus filhos completarem sua educação com viagens nas quais aprendiam línguas e costumes de outros povos, visitavam monumentos da Antiguidade, compravam obras de arte e entre outras atividades em busca de conhecimento, os chamados Grand Tour, tinha como clientela cativa a classe alta inglesa. No fim do século XVIII os filhos dos profissionais da classe média passaram a compor esse grupo que viajavam para instrução e enriquecimento cultural. Logo depois, surgiram as excursões de caráter romântico que privilegiavam a observação e o contato com natureza, principalmente como práticas medicinais com o surgimento dos balneários na Europa. Em meados do século XIX, as viagens passaram a ser organizadas por pessoal especializado, tornando-se uma forma de negócio. O pioneiro no ramo parece ter sido Thomas Cook, que construiu na Inglaterra uma empresa dedicada às excursões ferroviárias de recreação, uma vez que o trem era o mais rápido e moderno meio de transporte da época. Com o advento desses novos meios de locomoção mais velozes, o tempo de viagem diminuiu, barateando os custos das viagens, assim a classe média passou a usufruir de um status antes reservado às elites, surgindo assim, o fenômeno do turismo de massa. A sociedade industrial moderna incrementou o consumo de bens e serviços e pôs em marcha a economia e os homens, transformando o turismo em uma prática comum a todas as camadas da sociedade, o qual se tornou elemento necessário na vida moderna, todo trabalhador tinha direito às férias e ao descanso remunerado. Dessa difusão e promoção do lazer como um bem necessário para o ser humano, fundado no modelo existencial da sociedade industrial “trabalho - casa - lazer - viagem” fez com que o turismo se expandisse significativamente no século XX, principalmente pelo progresso técnico-informacional (Internet e TV a cabo) que desperta, cada vez mais, interesses em conhecer outras culturas e paisagens; pelo avanço no setor de transportes, possibilitando uma maior mobilidade dos indivíduos e por fim, pelas facilidades de crédito (RODRIGUES, 2003, p. 15; GONÇALVES, 2006, p. 27).

Segundo Martins (2006, p. 45), o turismo como atividade econômica surge com o advento da Revolução Industrial, período que o trabalho passou a ocupar o lugar de atividade central na inserção social no mundo moderno urbanizado, demarcando assim a estruturação dos quadros temporais. O tempo de trabalho passa a ser quantificado e comercializado na sociedade industrial, tornando-se mercadoria (adquirindo valor econômico). Nesse espaço onde o tempo vale dinheiro, surge a pressa, elemento típico

da atualidade, e assim, uma busca incessante por mais tempo, seja para o trabalho ou para o descanso. É justamente, no caos entre as necessidades econômicas e existenciais, que o homem da atualidade se vê dividido entre as obrigações impostas por suas atividades laborais e o desejo de libertar-se dessas tarefas e, assim, de poder usufruir um tempo para si, de um tempo livre, de um tempo de descanso. Para Gonçalves (2006, p. 29) “o ritmo cada vez mais veloz de trabalho e o desgaste físico e mental fizeram com que as férias passassem a ter grande importância para a saúde dos homens e das empresas”. Tais fatores, portanto, seriam os desencadeadores do turismo como necessidade humana, ligada às atividades de saída do cotidiano em busca de lugares relacionados aos ideais de vida e descanso. Turismo como sinônimo de férias, viagens, atividade de lazer. Mas, a autora alerta que, aproveitando-se que as férias e as atividades de lazer são necessidades inerentes ao homem moderno, as estratégias do marketing do turismo se voltaram para imagens de vidas idealizadas de um mundo perfeito, belo, totalmente distante da realidade na qual os indivíduos trabalhavam e viviam. Complementando, Martins (2006, p. 45) enfatiza que o turismo surge ainda como possibilidade de reencontro, da fantasia, repouso e felicidade, longe de tudo que pode significar controle. Assim, em dados períodos, principalmente nos de férias, as populações das cidades saem em busca dos chamados paraísos utópicos, sonhando com o exotismo do paraíso e com o encontro consigo mesmo, de uma vida idealizada no campo, ou seja, tudo que fosse longe da realidade urbana.

Dessa busca pelo paraíso, por belas paisagens naturais, paz, tranquilidade, descanso físico e mental de corpos cansados e estressados da vida caótica, corrida, insalubre e industrial das cidades, que, também surge o primeiro Parque Nacional, o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos. Yellowstone foi um marco de um modelo adotado em todo o mundo como parte de políticas ambientalistas em prol da preservação ou “proteção total/ integral” de áreas naturais consideradas “selvagens”, diante da crescente degradação ambiental decorrente da expansão urbano-industrial. Tal modelo de preservação buscava manter a natureza “primitiva” ali guardada e segura sem a interferência humana, seu maior destruidor e, que nesse caso, só podia ser um mero visitante, apenas apreciador do belo, do harmonioso mundo natural intocado. Espécie de espaços públicos de proteção das paisagens naturais excepcionais, raras, sublimes criadas por Deus, que merecem serem conservadas para desfrute contemplativo, sobrenatural ou de lazer pelo cidadão estressado. Como ilustrativo, dessa relação de

criação de parques naturais e degradação ambiental pelo crescimento e desenvolvimento das cidades e da atividade industrial, D'Antona salienta alguns aspectos.

Pelas datas de criação de várias unidades se percebe nítida correlação entre o aparecimento dos parques brasileiros e ocorrência de grande impacto: o Parque de Itatiaia (1937) e a industrialização do eixo Rio de Janeiro – São Paulo; os parques da Chapada dos Veadeiros, Emas e Brasília (1961) e a construção de Brasília; o parque da Serra da Bocaina (1971) – originalmente pensado como área tampão para as usinas nucleares em Angra – e a abertura da rodovia BR101 no norte do estado de São Paulo; a criação dos parques amazônicos e a expansão de fronteiras agrícolas a partir da década de 1970. (D'ANTONA, 2003, p. 86).

É importante ressaltar que os parques naturais não foram criados somente com o propósito de serem áreas contemplativas, refúgio natural de uma vida idealizada. É verdade que num primeiro momento os critérios de seleção de áreas verdes a serem preservadas, priorizavam uma visão mais monumentalista e estética, na qual os bens eleitos como patrimônio natural representavam verdadeiras belezas monumentais. Com a contribuição da Conferência de Estocolmo em 1972 e, posteriormente, a Rio 92, a discussão ambiental tomou proporções maiores, trazendo novos objetivos para a preservação ambiental, uma mudança da relação homem – natureza, que antes vistas como polos opostos, agora como coisas híbridas, traz uma visão mais holística do mundo, na qual com o fim da natureza também é o fim da vida humana. Logo, a partir desses novos projetos de preservação, a natureza se tornou sinônimo de qualidade de vida, que a preservação de ecossistemas diversos é essencial para o equilíbrio das atividades químico-físicas da vida na Terra, entre outras características importantes.

No entanto, para D'Antona (2003, p. 81), tanto atualmente quando no passado, os parques naturais são espaços coordenados pela “atividade econômica e social, é o lugar da não produção, do lazer, da preservação”, e por conservarem caracteres naturais cada vez mais distantes do cotidiano urbano, são por excelência destinos turísticos. E para explicar melhor essa característica, apresenta três pontos principais de aproximação entre unidades de conservação e uso recreativo ou turístico. O primeiro ponto seria a relação entre degradação e preservação que fundamenta o modelo de UCs como lugares reservados para o contato com a natureza, que cotidianamente, está distante do modo de vida dito moderno. Já o segundo ponto seria a excepcionalidade dos recursos naturais preservados nessas áreas incorporadas ao patrimônio nacional, como espécie de coleção

de atrativos significativos da diversidade natural e cultural do país (rios, cachoeiras, florestas, montanhas, espécies animais e vegetais, etc.), paisagens/ imagens/ marcas singulares que representam a identidade nacional. E, o terceiro ponto estaria ligado a uma das funções de um Parque Nacional que seria a vocação para a educação dos visitantes e o turismo ecológico, pois como uma área de preservação ambiental requer regras de conduta humana e restrições ambientais, as quais estruturam a visitação nos parques e a relação com o seu entorno. Mas, para isso, essa vocação somente se realizará de modo pleno, mediante a existência de condições reais para o uso sustentável do Parque. Ou seja, a busca pela qualidade ambiental é mantida e melhorada quando os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda comunidade, tanto local como externa e, não somente em prol dos visitantes externos.

Nesse sentido, Luchiari (2001, p. 20-21) comenta que por mais contraditório que possa parecer, a valorização do meio ambiente pressupõe um certo consumismo, pois como concepção provisória e relativa da sociedade, isto é, uma interpretação/ criação cultural, a valorização da paisagem é organizada em torno da tensão entre o mundo natural e o mundo criado pelo homem, com suas possibilidades técnicas, políticas e econômicas. Bem como, complementa que a mitificação das paisagens naturais faz parte desse processo maior de estetização do consumo na vida social – e é este o paradoxo contemporâneo que a euforia pelo meio ambiente deve enfrentar. Assim concluímos que somente a interpretação cultural é que traz os significados e valores, ou seja, dá a medida do patrimônio dos parques nacionais, dimensiona a excepcionalidade de seus atributos, justifica a sua importância como área a ser preservada e aprofunda o conteúdo apropriável pelo turismo. Não podemos esquecer que a tarefa de determinar o valor singular da natureza pode ser encarada como um desafio para os intelectuais, especialistas, cientistas, cada qual munido de seus respectivos aparatos intelectual e científico.

Alguns intelectuais brasileiros imbuídos de ideais nacionalistas e desenvolvimentistas, como Alberto José Sampaio e Cândido Mello Leitão<sup>35</sup>, viam a preservação da natureza por meio de parques nacionais, intimamente ligada a uma moral mais utilitarista e estética. Nesse sentido a natureza desempenhava um papel

---

<sup>35</sup> Para maiores explicações sobre Alberto José Sampaio e Cândido Mello Leitão, ver: FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, p. 65 e 145, ou ler o capítulo 02 e 03 do respectivo livro.

estratégico para a construção de uma identidade genuinamente brasileira, pois como objeto de culto e beleza, a natureza, erigida em utilidade pública, deveria ser protegida por motivos que eram ao mesmo tempo, econômicos, estéticos, científicos e sociais. Contudo, entendiam que, além da proteção à natureza, motivos mais pragmáticos justificavam a seleção e preservação de monumentos naturais no Brasil, sendo o principal deles o turismo. D'Antona (2003, p. 87) comenta que “de qualquer modo, os aspectos notáveis materializam as possibilidades turísticas que a existência dos parques indica e, lado a lado, suas fotografias vão expressando o patrimônio de um país”. Assim, para esses intelectuais, o turismo é entendido como uma das forças mais influentes na proteção da natureza e do patrimônio nacional. Pois, com a criação de parques nacionais, semelhantes ao modelo norte-americano, espalhados em todo país, seria, justamente o turismo, que teria o papel de gerar arrecadação para sua manutenção, empregos através de uma ampla rede de serviços e assim a garantia da conservação do patrimônio natural (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 111-117).

D'Antona (2003, p. 86-87) ainda complementa que, no caso brasileiro, a nacionalização dos atributos particulares da natureza, incorporados pelos aspectos folclóricos, étnicos e culturais próprios dos locais onde estão os parques foi importante para posicionar cada unidade na teia nacional. A relação entre caracteres naturais, socioculturais e históricos, apropriados como atributos nacionais na criação dos parques, buscaram revelar de fato contextos locais, representações e referenciais culturais locais, de memórias coletivas de populações específicas, como também expressões do patrimônio de um país “plural”/ “diverso”. O patrimônio histórico artístico nacional, patrimônio mundial, unidade de conservação ambiental, é também, reivindicado pelos grupos marginalizados da e pela história oficial (índios, quilombolas, população ribeirinha, caiçaras, etc.), em alguns casos como novos patrimônios, outros, como uma interessante reapropriação de símbolos nacionais já instituídos, a partir de outros valores, a exemplo do Parque Nacional Monte Pascoal<sup>36</sup>, na Bahia. É nessa busca

---

<sup>36</sup> Em 29 de novembro de 1961, foi oficialmente criado o Parque Nacional do Monte Pascoal, com 22 500 hectares e 110 quilômetros de perímetro, no município de Itamaraju- Bahia - Brasil. O Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal é uma das mais importantes unidades de conservação integral do sul da Bahia. Neste parque nacional localiza-se o Monte Pascoal, que foi a primeira porção de terra avistada por Pedro Álvares Cabral em 1500. Ou seja, ícone relacionado ao Descobrimento do Brasil. Bem como, possui terras com grupos da etnia pataxó, que desde 1861 ocupavam a região. Estes, os esquecidos pela história oficial como os verdadeiros detentores de tais terras. A área do parque foi demarcada onde tradicionalmente era território pataxó, o que causou um impasse em como deve ser feita a conservação da área entre lideranças indígenas, Fundação Nacional do Índio e os interesses conservacionistas de gestores do governo e ambientalistas.

tanto pela preservação da natureza e da cultura, que motivam a criação de parques. E, nesse caso, os patrimônios tornam-se atrativos singulares para o desenvolvimento do turismo. Esse grande interesse do turismo pelo patrimônio pode ter um significado positivo contribuindo para a sua proteção física e recuperação; para a geração de benefícios econômicos, emprego e renda; para a valorização das tradições e fortalecimento das raízes locais; além de divulgar sua importância estimulando, assim, a inserção dos bens na dinâmica social, dando-lhe uma função e retirando os parques da condição de preservação como isolamento.

No Brasil, a aproximação entre a indústria turística e o patrimônio é reforçada a partir do regime militar (1964-1985), quando cresceu a intervenção do Estado brasileiro na cultura. A valorização turística do patrimônio fundamentava-se no reconhecimento de seu valor cultural, como também de sua potencialidade como mercadoria de consumo. O governo militar impulsionou no país a indústria turística, pois tais medidas de valorização já se mostraram eficientes em outros países e, além disso, possibilitava a manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o reforço do civismo. A propaganda dos “monumentos históricos”, juntamente com a das “festas típicas” e das “belezas naturais”, poderia promover aos olhos do mundo, e dos brasileiros, a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro (RODRIGUES, 2003, p. 19). Também foi nessa época, que o governo instituiu o Conselho Nacional de Turismo, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)<sup>37</sup> e o Sistema Nacional de Turismo. Segundo Rodrigues (2003, p. 19 e 21), tais ações eram em prol da coordenação das atividades de turismo relacionadas às necessidades do desenvolvimento econômico e cultural, bem como, voltava-se para “fomentar uma atividade econômica que atendia ao desenvolvimento social, meta que, com a segurança e a integração nacional, constituía, então, o núcleo da política do governo federal”. A autora ainda complementa que o regime militar também impulsionou a indústria cultural no país procurando sanar o desemprego e buscando promover o desenvolvimento, no qual o casamento entre patrimônio e turismo parecia perfeito, apresentando-se como solução para diversas situações, incluindo a “salvação” do patrimônio pelo seu aproveitamento econômico. Posteriormente, cada vez mais o Governo Federal vem criando mecanismos para fomentar programas de incentivo ao turismo no país através de instituições como a EMBRATUR e o IBAMA, e no caso dos parques federais, a

---

<sup>37</sup> Agora com o nome de Instituto Brasileiro de Turismo, contudo, permaneceu com a mesma sigla EMBRATUR.

instituição responsável é o ICMBio, e a iniciativa privada. No entanto, a exploração comercial, em tese só pode ser autorizada após estudos de viabilidade econômica e investimentos elaborados pelo órgão executor e ouvido pelo conselho da unidade. Justificam-se as atividades de aproveitamentos turísticos por sua pretensão de gerar empregos, reduzir gastos públicos em unidades e aumentar a arrecadação do governo etc.

No entanto, a natureza como a cultura, singularizadas como patrimônio, são utilizadas cada vez mais como recursos turísticos, muitas vezes, visando aos lucros que a atividade turística pode gerar e fazendo do passado, da sensação da perda, do contato com o exótico<sup>38</sup>/diferente uma mercadoria. É nesse universo que a mercantilização das paisagens naturais, valorizadas pela produção de imagens, emerge. A valorização das paisagens naturais para o turismo de acordo com Luchiari (2007, p. 42) consiste em um dos elementos de grande importância para a construção de representações das identidades sociais. E, complementando essa visão, Scifoni (2006, p. 68) enfatiza que a captura do patrimônio pelo mercado turístico é um fenômeno da contemporaneidade, que se relaciona com a própria dimensão que o turismo tomou enquanto atividade econômica e com as transformações que marcaram o universo cultural. Para a autora, o patrimônio tornou-se um poderoso instrumento não só para atração turística em si, como também para a promoção das cidades no mercado global. Uma nova estratégia na gestão urbana baseada na visão da cidade como empresa, elege o patrimônio (natural, edificado e imaterial) como foco central de seu marketing territorial, em busca de novos investimentos e para atração do capital internacional.

Já Moraes (2003, p. 97) salienta que consolidar o turismo com motor de desenvolvimento socioeconômico tem sido um das metas do poder público hoje no Brasil e no mundo, pois dificilmente há de se encontrar um governo que não tenha incluído um programa de turismo como opção de aquecimento da economia local. Essa lógica visa a vender um produto cultural “construído” para turistas, no sentido como afirma Jeudy (2005) que a “coisa patrimonial” funciona como marca de singularidade cultural ou “autenticidade encenada”<sup>39</sup> e com finalidades gerenciais, gera uma espécie de “estetização universal” e “espetacularização” da cidade, criando grandes cenários para turistas.

---

<sup>38</sup> Uso o termo exótico para expor tudo que for diferente/ fora da vida urbana.

<sup>39</sup> Expressão de MacCannell (apud CORIOLANO, 2001, p. 216).



Nas políticas e nos projetos urbanos contemporâneos, principalmente dentro da lógica do planejamento estratégico, existe uma clara intenção de se produzir uma imagem singular da cidade. Essa imagem, de marca, seria fruto de uma cultura própria, da dita “identidade” da cidade. Paradoxalmente, essas imagens de marca de cidades distintas, se parecem cada vez mais. Essa contradição pode ser explicada: cada vez mais, as cidades precisam seguir um modelo internacional extremamente homogeneizador, imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos. Este modelo visa basicamente turistas internacionais – e não o habitante local – e exige um certo padrão mundial, um espaço urbano padronizado (JEUDY, 2005, p. 09-10).

Seguindo essa perspectiva Scifoni (2006, p. 65 e 67) traz alguns exemplos de projetos de revitalização do patrimônio natural e de centros históricos, totalmente desvinculados de preocupações sociais e culturais, no sentido de formação de consciência da importância da história e da natureza a ser preservada e difundida, contudo, profundamente voltados para o desenvolvimento do mercado turístico, citando o caso do Pelourinho na Bahia e, com mais detalhes, o município de Bonito em Mato Grosso do Sul. Para Ruschmann essa noção prevalece.

No Brasil, discute-se a viabilidade e a validade do turismo ecológico, muito mais como opção econômica, para atrair turistas de países desenvolvidos e divisas em moeda estrangeira, do que como alternativa para a preservação do inigualável potencial turístico natural do país. (RUSCHMANN, 1997, p. 11).

Nesses casos, o turismo se desenvolve de forma desordenada e, sem orientação, há superexploração<sup>40</sup> de determinados aspectos notáveis e subexploração<sup>41</sup> de outros, desencadeando diversos fatores prejudiciais à preservação do patrimônio. Como o desordenado crescimento urbano no seu entorno; instalações de infraestrutura turística incompatível com a preservação ambiental, como aberturas de estradas e construções de grandes hotéis; estabelecimentos de inúmeras agências de turismo e outras empresas de serviços que por critérios próprios organizam roteiros e regras de atuação totalmente despreocupadas com a conservação do local; poluições diversas; descaracterização do bem a ser preservado; entre outros problemas. Ainda, a relação entre a população local e

---

<sup>40</sup> Número de visitantes maior que a capacidade de suporte do local visitado.

<sup>41</sup> Abando e descaso na preservação de determinadas áreas e ou patrimônios que não demonstram interesse para a visitação turística.

o bem patrimonial pode se dar pelo viés econômico por aqueles que se beneficiam do processo.

Rodrigues (2009, p. 144) também comenta que “experiências internacionais sinalizam que o manejo de parques nacionais está fortemente orientado pelo turismo, mas precisamente pela possibilidade de estimular uma alternativa de geração de renda para o manejo destas áreas”. Essa busca pelo desenvolvimento econômico das atividades de visitação, segundo a autora, pode induzir a uma interpretação equivocada por parte da esfera pública e privada sobre as funções dos parques nacionais, pois o objetivo básico destas áreas é a conservação da natureza – sendo incentivadas as atividades de visitação, pesquisa, educação e interpretação ambiental – e não somente a obtenção do lucro pela atração, cada vez maior de turistas. Nesse sentido, ver e tratar o turismo apenas sob o enfoque econômico, desconectado do território e da realidade social pode acarretar também a pobreza em determinados setores, a exclusão espacial e social, degradação e descaso do patrimônio cultural e ambiental. Pois, a questão fundamental que se coloca neste caso é a necessidade de controlar o crescimento quantitativo dos fluxos turísticos, visto que ecossistemas sensíveis ficam comprometidos quando se ultrapassam os limites de sua capacidade de visitação. Para muito, o turismo sustentável viria a determinar a capacidade de carga dos espaços turísticos, limitando o acesso de pessoas. No entanto, a escolha dessa opção sem uma reflexão e planejamento específico para cada realidade de unidade de conservação, gerará uma demanda maior do que a oferta que, conseqüentemente aumentará os preços para os visitantes. Assim as pessoas com maior poder aquisitivo voltaram a predominar nesse contexto do turismo como era antigamente. Deve-se buscar a criação de unidades turísticas que permitam a prestação de serviços gratuitos ou a preços razoáveis, acessíveis a todas as classes sociais. Por isso, é de extrema importância a ação do poder público nessas atividades, tanto na regulação, aplicação das leis, gestão e ofertas de serviços, diminuindo assim as ações de empresas despreocupadas e indiferentes com a preservação dessas áreas. Bem como, as ações de turismo devem priorizar o desenvolvimento das economias locais no sentido de conscientizar cada vez mais a preservação do meio ambiente onde o parque se encontra inserido (RUSCHMANN, 1997 p. 27).

Logo, não se pode, portanto, falar em planejamento ambiental sustentável sem se preocupar com o futuro do turismo. Por outro lado, não se pode permitir que a

exploração dessa atividade, seja realizada sem um mínimo de compreensão dos vários tipos de sustentabilidades, entre eles a ambiental, a econômica e a social. Por isso, o planejamento dessas áreas devem sempre buscar equilibrar recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras do parque e do desenvolvimento turístico que ele propicia, evitando assim que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

## 4. A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

### 4.1. A representação simbólica da cidade carioca

Atualmente a cidade do Rio de Janeiro é conhecida, entre tantos aspectos, por suas belezas naturais. Esse cenário que mistura serra, floresta e mar, atrai o olhar, inspiram poetas, artistas e turistas, que quando à visita ou revisita, encantam-se e se apaixonam pela cidade, e que por isso lhe deram o título de “Cidade Maravilhosa”, bem como o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Segundo Arruda (2008, p. 95) esse imaginário narrado, transmitido ao longo dos tempos, sempre contribuiu para os modos como vemos o Rio de Janeiro.

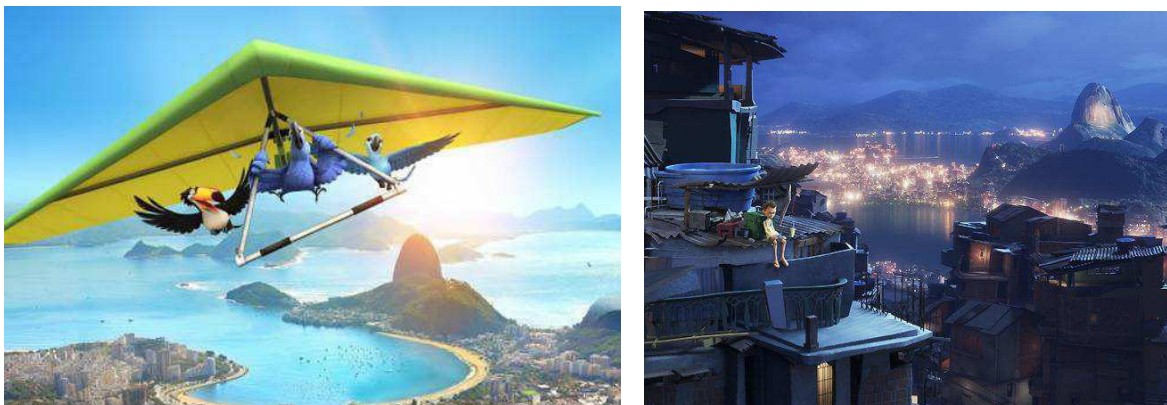
Das descrições do conde Gobineau e os romances de Machado de Assis às crônicas de Paulo Mendes Campos e Rubem Braga, passando por discursos políticos e jornalísticos, a iconografia cinematográfica, sambas, marchinhas, a descrição das realidades material e simbólica ajudou a conformar, ao longo do tempo, a imagem que temos da cidade do Rio de Janeiro. Toda vez que têm efeitos sociais e, portanto, são partilhados, tais discursos contribuem para formar uma memória sobre a cidade e seus habitantes, constituindo-se em patrimônio coletivo. (ARRUDA, 2008, p. 95-96).

E um bom exemplo disso é o filme animado “Rio”, produzido pela 20th Century Fox, Blue Sky Studios e dirigido pelo brasileiro Carlos Saldanha (2011), no qual mostra a diversidade florística e faunística da Mata Atlântica, representada por diferentes espécies de aves e outros animais presentes no filme, bem como não se esquece de representar o carnaval, o samba e as favelas, marcas singulares da cidade carioca, seja para o bem ou para o mal. Isto é, veículo/ meio de comunicação utilizado para divulgar ao mundo a cidade carioca e sua cultura, como também, ao se apropriar de clichês sobre a cidade, reforça estereótipos e estigmatiza seu povo<sup>42</sup> (Figura 02, p. 93).

---

<sup>42</sup> Segundo a crítica ao filme animado “Rio” pelo site UOL, na parte entretenimento – Cinema, “no geral, ‘Rio’ é um belo cartão postal animado da Cidade Maravilhosa. Mas não mais do que isso”. O filme pega carona na atenção angariada pela capital fluminense que se tornará nos próximos anos sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas, para fazer um discurso ecológico, contar uma história de amor entre duas

**Figura 02** - Cenas do Filme Rio. Vista da cidade do Rio de Janeiro, representação da sua paisagem natural e das favelas.



Filme Rio, animação em 3D, produzido pela 20th Century Fox e pela Blue Sky Studios, dirigido por Carlos Saldanha. No Brasil teve sua estreia nos cinemas em 08 de abril de 2011.  
Fonte: <http://www.rio-ofilme.com.br/> (Site oficial).

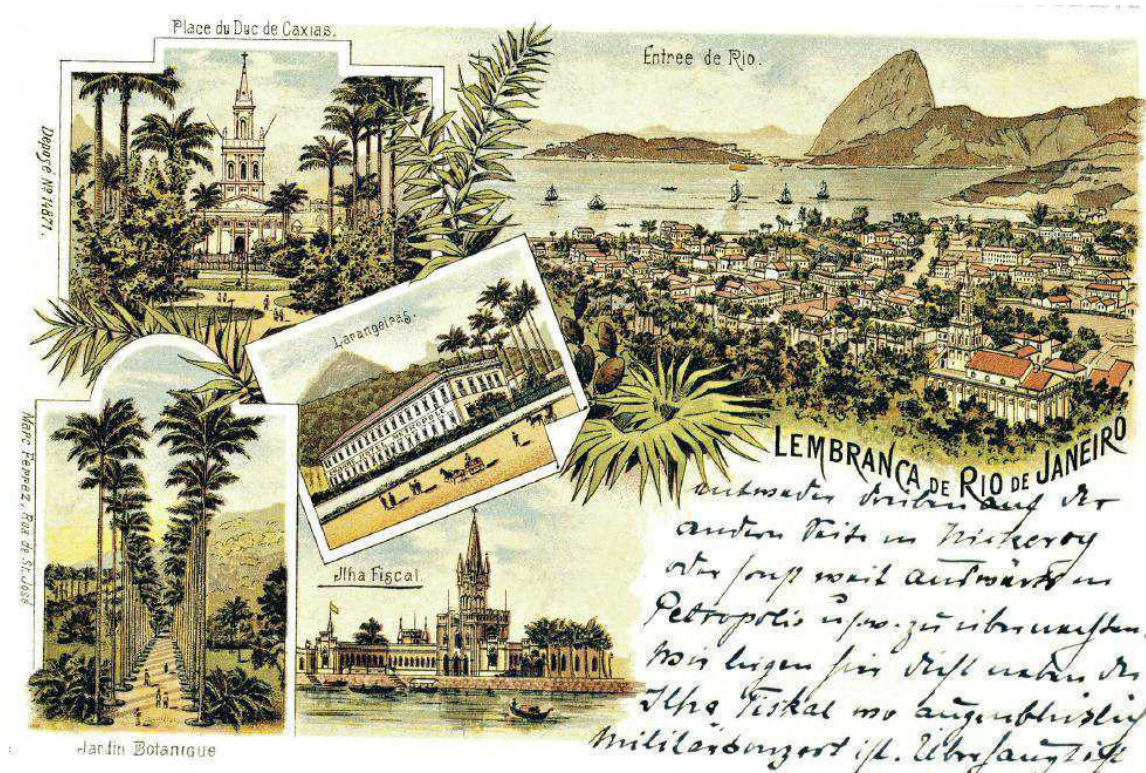
Segundo documentos quinhentistas, a paisagem do Rio de Janeiro vem fascinando viajantes desde os seus primórdios. Paisagem esta que enfeitiçou o almirante francês Nicolas Durand de Villegaignon e o fez contestar o domínio de Portugal no Brasil. As afamadas paisagens da Baía de Guanabara, do Corcovado e do Pão de Açúcar, no século XIX se transformam no cartão-postal da República e, para transformar o Rio de Janeiro na sala de visitas do país, faltava modernizar o espaço urbano. Assim, o Governo Federal e a Prefeitura, entre 1903 a 1906, realizaram uma das maiores políticas de intervenção urbana já vista até então na história da cidade. Além das obras do porto, obras de alargamento, prolongamento e abertura de novas ruas implicaram a demolição de cerca de dois mil prédios no centro da cidade e, paralelamente às obras, foi lançado um programa de combate às epidemias, comandado por Oswaldo Cruz. Esse momento histórico ficou conhecido como “Reforma Pereira

---

ararinhas azuis e ainda por cima ser um cartão postal atualizado do Rio de Janeiro com apelo mundial. Isso tudo, agradando a crianças e adultos. O problema, é que sob o peso de tantos compromissos, algumas pretensões morrem na praia. Visualmente, o filme também impressiona. As recriações em 3D da paisagem carioca são de tirar o fôlego, a partir da riqueza de detalhes e o bom gosto, inéditos para o gênero. Em tudo isso, Saldanha lida, como um malabarista, com os clichês de brasilidade (samba, Carnaval, sensualidade etc.), que estão, sim, presentes, mas apenas na medida do bom humor. Não há nada no filme que chegue perto da enxurrada de generalizações e clichês que esmaga o Zé Carioca de "Alô Amigos" e "Os Três Cavaleiros" da Disney, e isso já é uma grande qualidade. Os personagens e a trama, no entanto, deixam a desejar. A trilha sonora também decepciona. Tendo em vista a magnitude dos nomes envolvidos, espera-se mais do que um manjado refrão "laiá-laiá" do tema principal ou ouvir "Mas Que Nada", mais uma vez. Talvez seja o quesito do filme em que os clichês de brasilidade mais pesaram, exceção feita à canção do vilão, Nigel (Jemaine Clement), que traz um clima decadente de cabaré à cena. Escrito por Antonio Farinaci, 07/04/2011. Fonte: <<http://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2011/04/07/rio-e-um-belo-cartao-postal-animado-da-cidade-maravilhosa-mas-nao-decola.htm>>.

Passos”, nome do prefeito da época (GERODETTI E CORNEJO, 2004, p. 15-16). (Figura 03).

**Figura 03** – Cartão-postal alegórico da cidade do Rio de Janeiro, datado de 1899.



Cartão-postal com legenda em francês e destaque para Igreja Nossa Senhora da Glória; o Grande Hotel Metrópole, em Laranjeiras, no local onde atualmente ergue-se a Igreja do Cristo Redentor; o Jardim Botânico e a Ilha Fiscal. À direita, panorama da Baía de Guanabara. Fonte: GERODETTI E CORNEJO, 2004, p. 14.

Martins (2001, p. 14 e 16) acredita que, por mais que a iconografia oitocentista carioca seja usada como “clichê do Rio Antigo”, essas imagens não “testemunham uma geografia estática do passado, mas uma geografia imaginativa em formação, onde, no registro material das paisagens dos lugares, vislumbrem-se, nebulosas, as paisagens das ideias”, pois, o que transforma essa cena (Rio de Janeiro, cidade de montanha, floresta e mar) em paisagem é o observador, que emoldura a vista, que seleciona, classifica, valoriza ou desvaloriza os elementos que a compõem, conferindo-lhe sentido, e, tanto o sujeito observador e o objeto observado constituem-se mutuamente. Isto é, essas iconografias, representações do lugar, são construções da imagem brasileira para satisfazer a curiosidade e o interesse europeu pelo novo mundo. Contudo, determinados gostos de apreciação do universo Europeu do século XIX vão de encontro à motivação

topográfica da geografia natural brasileira, em especial a do Rio de Janeiro. Nesse caso, a paisagem artística é uma construção social da memória, da realidade social, e não uma mera reprodução desta. Para Arruda (2008, p. 96) são as maneiras de observar, escutar, refletir, escolher, narrar e fotografar esses ditos bens memoriais (patrimônios), ações decisivas na formação do significado dos espaços da cidade e na conformação do imaginário social.

Seguindo essa vertente, Jeudy (2005, p. 118) enfatiza que as maneiras de representar as cidades se cristalizam na imagem. Já essa representação da cidade, apreendida em imagem e apresentada em telas (pela pintura, fotografia e cinema), criam paisagens imaginadas, seja efêmeras ou duráveis no tempo e no espaço. Estamos nos referindo à memória social transmitida pela cultura, representando o acervo cultural e o símbolo de uma sociedade. Nesse caso, faz-se necessário salientar, assim como Lins (2011, p. 272) comenta que a origem da valorização da paisagem é exclusivamente artística, pois, um ambiente natural ou urbano que não foi representado pela arte, seja poética ou pictórica, passa despercebido pelo homem. É através da arte que as paisagens são retratadas e assim passam a serem percebidas e valorizadas por uma coletividade, seja através da pintura, da literatura, da música, da fotografia e do cinema.

Para explicar melhor esse jogo de alternância espacial entre a duração e o efêmero nas paisagens urbanas, Jeudy (2005, p. 124) nos dá o exemplo das favelas do Rio de Janeiro, que antigamente eram consideradas “feridas” na cidade e depois, a partir de diferentes correntes de pensamento de alguns intelectuais e artistas, estrangeiros e nacionais (como músicos, poetas, cineastas e pesquisadores), que modificaram esse ponto de vista, transformando a favela em representação aceitável e essência da “brasilidade”, principalmente como local onde se desenvolveram as escolas de samba. Segundo o autor, a favela e seus “favelados”, tornou-se ao longo do século XX o território mais simbólico da cultura brasileira, transformando o habitat num ato cultural coletivo e singular do samba carioca<sup>43</sup>. Ou seja, essas imagens do Rio (pinturas,

---

<sup>43</sup> O samba é um gênero musical, do qual deriva um tipo de dança, de raízes africanas, surgido no Brasil e considerado uma das principais manifestações culturais populares brasileiras. O samba de roda nasceu no Recôncavo Baiano e foi levado, na segunda metade do século XIX, para a cidade do Rio de Janeiro. Em 2005, o samba de roda baiano, tornou-se um Patrimônio da Humanidade da UNESCO e, o mesmo foi uma das bases para o samba carioca. Apesar de existir em várias partes do país - especialmente nos Estados da Bahia, do Maranhão, de Minas Gerais e de São Paulo - sob a forma de diversos ritmos e danças populares regionais que se originaram do batuque, o samba como gênero musical é entendido como uma expressão musical urbana do Rio de Janeiro, onde esse formato de samba nasceu e se desenvolveu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Foi no Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, que o samba adquiriu um caráter totalmente singular. Desta forma, ainda que

fotografias, filmes, músicas, etc.) apresentam uma estética da “Cidade Maravilhosa”, que atribuída de valor positivo, recebe o selo de singularidade cultural, tanto para as belezas naturais, quanto para a miséria e violência da paisagem familiar da favela, peculiares a cidade carioca, como uma espécie de marca e que, não deixam de ser construções sociais.

No entanto, essa paisagem da cidade apresentada, e, portanto representada pela arte, (re)conhecida como “Cidade Maravilhosa”, por suas belezas naturais, pelo seu patrimônio cultural e crescimento das favelas em encostas de morros, tem tudo a ver com o Parque Nacional da Tijuca. Segundo Machado (1992, p. 10) o “Rio é verde e azul”, e muito deste verde que compõe a paisagem carioca é por causa da área do Parque Nacional Tijuca. “Pode-se dizer que a silhueta do Parque Nacional da Tijuca delinea o perfil da cidade que o cerca, tornando-se impossível dissociar visualmente um personagem do outro: o Rio é o Parque e o Parque é o Rio” (MACHADO, 1992, p.10). Assim, partindo do fenômeno da “difusibilidade” da imagem da cidade do Rio de Janeiro como “Cidade Maravilhosa”, espécie de cenário que mistura serra, floresta e mar, apresentaremos o Parque Nacional da Tijuca como imagens e memórias preservadas na paisagem da cidade, que tem total relação com a representação da cidade do Rio de Janeiro e dos cariocas.

#### **4.2. Apresentação do Parque**

O Parque Nacional da Tijuca está totalmente inserido ao município do Rio de Janeiro, localizado no coração metropolitano da cidade carioca. Geograficamente, situa-se na porção centro sul do Estado do Rio de Janeiro, nas montanhas do Maciço da Tijuca entre os paralelos 22°55” e 23°00” de Latitude Sul e os meridianos 43°11” e 43°19” de Longitude W Greenwich, englobando assim, a maior parte do Maciço de mesmo nome. É verdade que o Maciço da Tijuca sempre desempenhou um papel relevante para a cidade do Rio de Janeiro, principalmente, como um fator de estruturação da cidade, a qual cresceu obedecendo a orientação de suas encostas e, com

---

existissem diversas formas regionais de samba em outras partes do país, o samba carioca urbano saiu da categoria local para ser alçado à condição de símbolo da identidade nacional brasileira durante a década de 1930.



isso, confinando-se entre o mar e o maciço. Geologicamente, o relevo movimentado, mostra vales, escarpas e grutas que lhe conferem notável beleza cênica. Principalmente pela presença do gnaisse facoidal, responsável pelos aspectos morfológicos peculiares como os pontões (popularmente conhecidos como "pão-de-açúcar"), os paredões escarpados, os picos, as mesas e todo um conjunto geomorfológico que passou a simbolizar a cidade carioca (MACHADO, 1992, p. 28; FRANCISCO, 1995, p. 26; MMA/ ICMBio, 2008, p. 03). (Figura 04).

**Figura 04** - Conjunto morfológico, símbolo da paisagem da cidade do Rio de Janeiro.



Foto de Marcos Teixeira Estrella. Fonte: TV Globo, site da globo.com.

Reforçando a relação entre degradação e preservação, é importante destacar que o PARNA Tijuca foi criado através do Decreto N° 50.932, emitido pela Presidência da República em 06 de julho de 1961, denominado Parque Nacional do Rio de Janeiro, no entanto, abrangendo uma área reflorestada por iniciativa de D. Pedro II diante do comprometimento do abastecimento de água na cidade. Sua história remonta ao ano de 1861 quando foram criadas as Florestas da Tijuca e das Paineiras. De acordo com o seu atual Plano de Manejo (MMA/ ICMBio, 2008, p. 38), o “Estado do Rio de Janeiro é um importante centro de biodiversidade, sendo uma região de alta concentração de

endemismos”, o qual abriga porções exuberantes da Mata Atlântica, concentra monumentos e sítios naturais únicos na sua paisagem, de grande beleza e relevância cultural e, por isso, cerca de 17% da área total do Estado são protegidas por unidades de conservação federais e estaduais. Também, acrescenta-se a área protegida do Estado, as reservas particulares do patrimônio natural, as unidades de conservação municipais e as áreas tombadas pelo poder público. Já a área do PARNA Tijuca corresponde a 0,09% da área do Estado.

Considerado um importante fragmento do domínio de Mata Atlântica, coberto por Floresta Ombrófila Densa Secundária em avançado estágio de regeneração, o PARNA Tijuca conta com um total de 3.953 hectares de área, o que faz dele o menor parque nacional em área territorial e, representando apenas 0,003% da área do bioma da Mata Atlântica preservado no país. No entanto, a área do PARNA Tijuca equivale a 0,33% das áreas de parques nacionais dentro do bioma Mata Atlântica e, a Floresta Tijuca é a segunda maior Floresta Urbana em nível estadual e a terceira em nível mundial<sup>44</sup>. Por esse motivo o PARNA Tijuca foi reconhecido pela UNESCO como uma das primeiras áreas de preservação do Estado a compor a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica<sup>45</sup>, em março de 1991, passando a receber um reconhecimento internacional pelo seu valor, para a conservação da natureza, para o conhecimento científico e para o desenvolvimento sustentado. Atualmente, o PARNA Tijuca pertence à categoria das “Unidades de Proteção Integral” do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), cujo objetivo básico é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”, no qual o processo de lazer e recreação é

---

<sup>44</sup> A maior floresta urbana do mundo, também se encontra na cidade do Rio de Janeiro, e trata-se do pouquíssimo conhecido Parque Estadual da Pedra Branca, localizado na Zona Oeste do município, com 12.500 hectares. E, a segunda maior floresta urbana do mundo, também está localizada em território nacional, trata-se do Parque da Cantareira, localizado na Zona Norte de São Paulo, com 7.916 hectares.

<sup>45</sup> A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma. O reconhecimento da RBMA no Estado do Rio de Janeiro se deu em duas fases. Em meados de 1991, três áreas protegidas de relevância nacional foram consideradas: os Parques Nacionais da Tijuca e da Serra dos Órgãos e a Reserva Biológica do Tinguá. Em novembro de 1992, na fase II da RB, o reconhecimento foi estendido a toda área pleiteada, abrangendo quase que 2/3 da totalidade dos municípios fluminenses. Atualmente estão inseridos na Reserva da Biosfera no Estado do Rio de Janeiro, cinco parques nacionais, cinco parques estaduais, seis reservas biológicas, duas estações ecológicas, 11 áreas de proteção ambiental, duas áreas de relevante interesse ecológico, quatro reservas ecológicas, uma reserva extrativista marinha e 29 reservas particulares do patrimônio natural, abrangendo 31 municípios. (RAMBALDI, et. al., 2003; MMA/ ICMBio, 2008, p. 11, 12, 13).

controlado. E, sua unidade gestora responsável é o ICMBio, que substituiu o IBAMA, a partir de agosto de 2007 na gestão das unidades de conservação federal (MACHADO, 1992, p. 126; MMA/ ICMBio, 2008, p. 36 e 38).

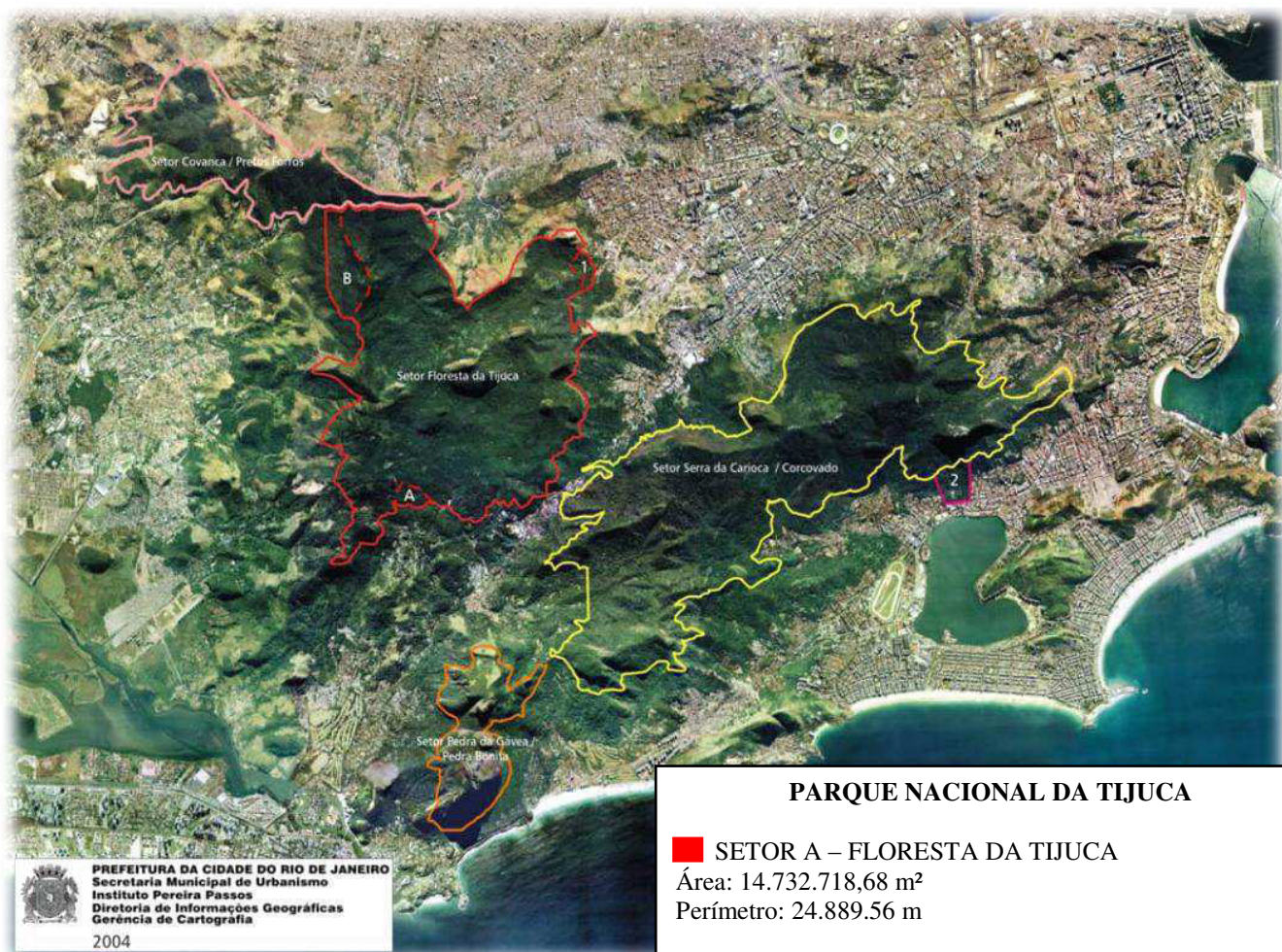
O município do Rio de Janeiro é organizado administrativamente por agrupamentos de regiões que possuem proximidade e identidade entre si, denominados pelos gestores da cidade de Áreas de Planejamento (AP). No total, o município do Rio de Janeiro está dividido em cinco APs (AP1, AP2, AP3, AP4 e AP5), que se subdividem em 33 Regiões Administrativas (RA) e que comportam 159 bairros. O PARNA Tijuca possui limites com quase todas as APs, exceto com a AP5, abrangendo 10 regiões administrativas<sup>46</sup> e 22 bairros, a saber: RA – Botafogo (bairro Botafogo e Cosme Velho), RA – Lagoa (bairros Jardim Botânico, Gávea, São Conrado), RA – Tijuca (bairro Tijuca e Alto da Boa Vista), RA – Vila Isabel (bairro Andaraí e Grajaú), RA – Méier (bairros Lins de Vasconcelos, Engenho de Dentro, Água Santa, Piedade), RA – Madureira (bairro Quintino Bocaiúva), RA – Jacarepaguá (bairros Jacarepaguá, Freguesia, Tanque), RA – Santa Teresa (bairro Santa Teresa), RA – Barra da Tijuca (bairros Joá, Itanhangá, Barra da Tijuca), RA – Rocinha (bairro Rocinha). Esta inserção urbana confere ao PARNA Tijuca características históricas e ambientais únicas e distintas de qualquer outro parque nacional brasileiro (MMA/ ICMBio, 2008, p. 67).

O PARNA Tijuca é constituído por quatro setores descontínuos e o acesso a cada um desses setores é realizado de forma particular, os quais se diferenciam pelo uso e ocupação, pelas características ambientais e por seu estado de conservação (Figura 05, p.100).

---

<sup>46</sup> As Regiões Administrativas foram criadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro como divisões setoriais de caráter tributário, ou mesmo de conservação e limpeza para facilitar a coordenação das atividades dos estabelecimentos de natureza local, e melhor atender à população. Para maiores esclarecimentos ver: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>.

**Figura 05** - Imagem de satélite da área de abrangência do Parque Nacional da Tijuca.



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2004; IBASE, 2006, p. 16; MMA/ICMBio, 2008, p. 37.

**SETOR A - Floresta da Tijuca:** O setor A apresenta uma área de 14.732.718,68 metros quadrados, ou seja, 1.473,27 hectares. Está localizado na parte superior da Serra dos Três Rios. Limita-se ao norte pelos bairros de Lins de Vasconcelos e Camarista Méier e pela Estrada Menezes Cortes, onde faz limite com o setor Covanca/ Pretos-Forros; a oeste pelo bairro de Jacarepaguá; a sudoeste pelo bairro

do Itanhangá; a sul com a Gávea Pequena e Alto da Boa Vista; a leste pelos bairros da Usina, Grajaú, Andaraí e Vila Isabel. É formado pelo conjunto de Florestas do Andaraí, Tijuca e Três Rios e segundo o Plano de Manejo do PARNA Tijuca é a área mais visitada pela população local. A Floresta da Tijuca dispõe de várias áreas de uso intensivo, onde estão localizados o Centro de Visitantes, restaurantes, cachoeiras, represas, áreas de lazer e de piquenique, inúmeras trilhas, grutas e mirantes, entre os pontos mais conhecidos, encontra-se a Cascatinha Taunay<sup>47</sup>. Nesse setor, também estão situadas construções históricas, como a Capela Mairynk, o Barracão (sede administrativa do PARNA Tijuca), a antiga sede campestre da Hípica, a casa-sede da Fazenda Luiz Fernandes e várias ruínas do século XIX (IBASE, 2006, p. 17 e MMA/ICMBio, 2008, p. 05 e 238).

**SETOR B - Serra da Carioca/ Corcovado:** O setor B apresenta uma área de 117.100,82 metros quadrado e está situado na parte superior da Serra Carioca, separando a zona sul da zona norte da cidade. Limita-se ao norte pelos bairros da Usina, Muda, Tijuca, Engenho Velho, Rio Comprido e Santa Teresa; a leste pelo centro da cidade e os bairros da Glória e Catete; a sudeste pelos bairros de Laranjeiras e Cosme Velho; a sul pelos bairros de Botafogo, Humaitá, Jardim Botânico, Horto, Gávea e São Conrado; a sudoeste pelo bairro da Gávea Pequena. Essa área possui alguns dos mais importantes atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro: Mirante Dona Marta, Alto do Corcovado, Mirante Andaime Pequeno, Mirante Bela Vista, Mirante Barro Branco, Mirante Vista Chinesa<sup>48</sup>, Mesa do Imperador<sup>49</sup> e Mirante Curva dos Bonecos, além do monumento do Cristo Redentor, símbolo maior da cidade do Rio de Janeiro. O deslocamento nesse setor se dá por uma série de estradas, tais como: do Redentor, da Vista Chinesa e do Sumaré. Apresenta também áreas de uso intensivo, com cachoeiras,

---

<sup>47</sup> Cascatinha Taunay: Queda d'água formada pelos rios Tijuca, Caveira e Cascatinha, e cujo nome se deve a Nicolau Antoine Taunay, pintor francês que chegando ao Rio como membro da Missão Artística Francesa em 1816, fez diversas representações dessa paisagem. Por ter se maravilhado com a paisagem de grande beleza cênica, adquiriu um sítio fronteiro à cascata, onde passou a residir com a família. (MACHADO, 1992, p. 136).

<sup>48</sup> Mirante da Vista Chinesa: Belvedere construído no governo Pereira Passos, lembrando seus antigos moradores. Era o local de um acampamento montado na segunda metade do século XIX por imigrantes chineses que vieram para o Rio de Janeiro trabalhar na construção das estradas da Tijuca e no plantio de chá. (MACHADO, 1992, p. 128).

<sup>49</sup> Mirante Mesa do Imperador: Antiga mesa de pedra natural, com dois níveis de observação, e seu nome se origina no fato de o Imperador D. Pedro II ter mandado preparar o local para os dias em que a Corte ia até ali à passeio e para fazer as refeições. (MACHADO, 1992, p. 128).

grutas, mirantes e áreas de piquenique e áreas de uso restrito, encravadas em vales de difícil acesso, como a Mata do Pai Ricardo.

O Parque Henrique Lage também faz parte desse setor, situado abaixo do Corcovado e entre a Rua Jardim Botânico, serve como área tampão<sup>50</sup> para o Parque Nacional da Tijuca (IBASE, 2006, p. 17 e MMA/ ICMBio, 2008, p. 05 e 238).

**SETOR C - Pedra Bonita/ Pedra da Gávea:** O setor C possui uma área de 2.578.421,16 metros quadrados e, limita-se ao norte pelo bairro do Alto da Boa Vista; ao sul pelo Joá; a sudoeste pela Barrinha; ao leste pelo bairro de São Conrado e a oeste pelo bairro do Itanhangá. De todos os setores do PARNA Tijuca, é o que mais impressiona por suas características geomorfológicas (rochosas). A Pedra da Gávea<sup>51</sup> é o maior monolito encontrado no mundo. Esse setor é muito frequentado por praticantes de esportes, tais como o montanhismo e o voo livre (IBASE, 2006, p. 18 e MMA/ ICMBio, 2008, p. 05 e 238).

**SETOR D - Covanca/ Pretos Forros:** O setor D apresenta uma área de 478,22 hectares e está localizada a norte e noroeste do setor da Floresta da Tijuca e separada dele apenas pela estrada Grajaú–Jacarepaguá, constituindo-se numa extensão natural do PARNA Tijuca. A área é definida pelo Plano de Manejo como de recuperação ambiental, portanto, não existe uma intenção de se intensificar a visitação na área, até por causa da sua localização. Limita-se ao norte com os bairros Camarista Méier e Inácio Dias; ao sul com a Floresta da Tijuca; a leste com o bairro de Lins de Vasconcelos e a oeste com o bairro de Jacarepaguá. Este setor é importante por apresentar uma cobertura vegetal em vários estágios de regeneração, dispondo também de algumas áreas com vegetação natural ou pelo menos próxima ao seu clímax. Sua preservação objetiva uma conexão com o Parque Estadual da Pedra Branca (espécie de corredor ecológico). Assim, a existência dessa área contribui em muito para a manutenção do ecossistema e o aumento da viabilidade de populações da fauna e flora da Mata Atlântica (IBASE, 2006, p. 18 e MMA/ ICMBio, 2008, p. 05).

---

<sup>50</sup> Área tampão é a mesma coisa que Zona de Amortecimento.

<sup>51</sup> Pedra da Gávea: o nome gávea foi dado pelos portugueses por lhes lembrarem, ao ser vista do alto-mar, uma gávea do veleiro antigo. Em muitas cartas inglesas de navegação do fim do século XVIII e princípio do século seguinte, também aparece assinalada com a designação de Nariz do famoso almirante Lord Samuel Hood. Na verdade, vista a sul, assemelha-se a um perfil nasal voltada para o céu. Em um dos lados sua formação rochosa apresenta o aspecto de uma cabeça barbada, daí o apelido “Cabeça do Imperador”. (MACHADO, 1992, p. 136).

Em suma, o Parque Nacional da Tijuca, apesar de não possuir grande representatividade no cenário federal com relação à extensão territorial, é uma das unidades de conservação com maior visibilidade do Brasil. O PARNA Tijuca é conhecido como uma das maiores florestas urbanas do mundo, como também é um dos parques nacionais, mais visitado do país, recebendo mais de dois milhões de visitantes por ano (Tabela 01). Não se pode esquecer que o PARNA Tijuca é muito significativo para a cidade do Rio de Janeiro, o qual exibe paisagens de grande beleza cênica e relevância ecológica, histórica e cultural, bem como, protege os recursos hídricos que abastecem a cidade e contribui para a sua regulação climática. É importante área de lazer, de esportes e é ponto de atração turística nacional e internacional, contendo símbolos da cidade carioca e do país.

**Quadro 01 - Listagem dos Parques Nacionais do Brasil.**

<b>Parques Nacionais</b>	<b>UF</b>	<b>Região</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Bioma</b>
PARNA dos Pontões Capixabas	ES	Sudeste	17.496	Mata Atlântica
PARNA Cavernas do Peruçu	MG	Sudeste	56.648	Cerrado-Caatinga
PARNA de Caparaó	MG	Sudeste	31.853	Mata Atlântica
PARNA Grande Sertão Veredas	MG	Sudeste	231.675	Cerrado
PARNA das Sempre Vivas	MG	Sudeste	124.554	Mata Atlântica-Cerrado
PARNA da Serra da Canastra	MG	Sudeste	198.380	Cerrado
PARNA da Serra do Cipó	MG	Sudeste	31.734	Cerrado-Mata Atlântica
PARNA de Itatiaia	RJ/ SP	Sudeste	28.155	Mata Atlântica
PARNA Restinga de Jurubatiba	RJ	Sudeste	14.903	Costeiro
PARNA da Serra da Bocaina	RJ	Sudeste	98.115	Costeiro-Mata Atlântica
PARNA da Serra dos Órgãos	RJ	Sudeste	10.527	Mata Atlântica
<b>PARNA da Tijuca</b>	<b>RJ</b>	<b>Sudeste</b>	<b>3.698</b>	<b>Mata Atlântica</b>
PARNA dos Campos Gerais	PR	Sul	...	...
PARNA do Iguçu	PR	Sul	170.036	Mata Atlântica
PARNA de Ilha Grande	PR	Sul	108.166	Mata Atlântica
PARNA de Saint-Hilaire Lange	PR	Sul	25.166	Costeiro-Mata Atlântica
PARNA do Superagui	PR	Sul	33.928	Mata Atlântica-Costeiro
PARNA da Lagoa do Peixe	RS	Sul	36.753	Mata Atlântica-Campos Sulinos
PARNA da Serra Geral	RS/SC	Sul	17.300	Mata Atlântica
PARNA de Aparados da Serra	RS/SC	Sul	13.058	Mata Atlântica
PARNA das Araucárias	SC	Sul	12.871	...
PARNA de São Joaquim	SC	Sul	42.837	Mata Atlântica
PARNA da Serra do Itajaí	SC	Sul	57.741	Mata Atlântica
PARNA de Brasília	DF	Centro-oeste	31.895	Cerrado
PARNA da Chapada dos Veadeiros	GO	Centro-oeste	260.152	Cerrado

PARNA das Emas	GO	Centro-oeste	133.063	Cerrado
PARNA da Serra da Bodoquena	MS	Centro-oeste	77.232	Cerrado
PARNA da Chapada dos Guimarães	MT	Centro-oeste	32.776	Cerrado
PARNA do Pantanal Mato-grossense	MT	Centro-oeste	136.028	Pantanal
PARNA do Juruena	MT/AM	Norte	1.957.000.	Amazônia
PARNA da Serra do Divisor	AC	Norte	841.091	Amazônia
PARNA da Amazônia	AM	Norte	1.116.971	Amazônia
PARNA do Jaú	AM	Norte	2.377.889	Amazônia
PARNA do Pico da Neblina	AM	Norte	2.262.365	Amazônia
PARNA do Rio Novo	AM	Norte	540.368	...
PARNA dos Campos Amazônia	AM	Norte	873.570	Amazônia
PARNA do Cabo Orange	AP	Norte	660.235	Amazônia
PARNA Montanhas do Tucumaque	AP	Norte	3.882.312	Amazônia
PARNA da Serra do Pardo	PA	Norte	441	Amazônia
PARNA do Jamanxim	PA	Norte	863.751	...
PARNA da Serra da Cutia	RO	Norte	284.615	Amazônia
PARNA de Pacaás Novos	RO	Norte	711.488	Amazônia
PARNA do Araguaia	TO	Norte	557.715	Cerrado-Amazônia
PARNA do Monte Roraima	RR	Norte	117.261	Amazônia
PARNA Serra da Mocidade	RR	Norte	377.975	Amazônia
PARNA do Viruá	RR	Norte	215.919	Amazônia
PARNA do Descobrimento	BA	Nordeste	21.213	Mata Atlântica
PARNA do Monte Pascoal	BA	Nordeste	44.816	Mata Atlântica
PARNA do Pau Brasil	BA	Nordeste	11.590	Costeiro
PARNA Marinho dos Abrolhos	BA	Nordeste	88.246	Costeiro
PARNA da Chapada Diamantina	BA	Nordeste	152.574	Cerrado-Caatinga
PARNA de Jericoacoara	CE	Nordeste	8.416	Costeiro
PARNA de Ubajara	CE	Nordeste	18.894	Caatinga-Amazônia
PARNA da Chapada das Mesas	MA	Nordeste	160.634	...
PARNA dos Lençóis Maranhenses	MA	Nordeste	157.259	Costeiro
PARNA do Catimbau	PE	Nordeste	62.554	Caatinga
PARNA Marinho de Fernando de Noronha	PE	Nordeste	10.796	Costeiro
PARNA da Serra da Capivara	PI	Nordeste	92.228	Cerrado-caatinga
PARNA da Serra das Confusões	PI	Nordeste	526.105	Cerrado-caatinga
PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba	PI	Nordeste	733.162	Cerrado
PARNA de Sete Cidades	PI	Nordeste	6.331	Caatinga
PARNA Serra de Itabaiana	SE	Nordeste	8.031	...
<b>Área Total de PN</b>			<b>18.949.985 ha</b>	

Fonte: MMA/ ICMBio, 2008, p. 34, 35.



**Tabela 01** – Número de visitantes por parques nacionais<sup>52</sup>

Parque Nacional (P. N.)	UF	N.º de pagantes por ano
PARNA do Iguaçu 1º	PR	699 089 pessoas em 2003
PARNA da Tijuca 2º	RJ	263 290 pessoas em 1997
PARNA de Brasília 3º	DF	218 124 pessoas em 2001
PARNA de Itatiaia 4º	RJ/SP	53 989 pessoas em 2002
PARNA da Chapada dos Guimarães 5º	MT	53 184 pessoas em 2000
PARNA da Serra dos Órgãos 6º	RJ	49 670 pessoas em 2002
PARNA Marinho de 7º	PE	35 591 pessoas em 2000
PARNA de Caparaó 8º	MG/ES	31 532 pessoas em 2002
PARNA de Aparados da Serra 9º	RS	25 892 pessoas em 2002
PARNA Marinho de Abrolhos 10º	BA	10 543 pessoas em 1998
PARNA do Jaú	AM	438 pessoas em 2002
PARNA de Ubajara	CE	31 614 pessoas em 2002
PARNA de Sete Cidades	PI	10 280 pessoas em 2001
PARNA das Emas	GO	695 pessoas em 2000
PARNA da Serra Geral	RS	19 626 pessoas em 2001

Fonte: IBAMA, 2004.

### Quadro 02 – Ficha Técnica do Parque Nacional da Tijuca.

Ficha Técnica do Parque Nacional da Tijuca
<b>Nome da UC:</b> Parque Nacional da Tijuca.
<b>Unidade Gestora Responsável:</b> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
<b>Endereço da Sede:</b> Estrada da Cascatinha nº 850, Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.531-590.
<b>Telefone para contato:</b> (21) 2492-2252 / 2492-2253.
<b>Superfície:</b> 3.958,38ha.
<b>Perímetro Total:</b> 88,89km. Setor Floresta da Tijuca – 25,01km Setor Serra da Carioca – 35,50km Setor Pedra Bonita/Pedra da Gávea – 9,88km Setor Pretos-Forros/Covanca – 18,49km
<b>Municípios Abrangidos pela UC e Percentuais:</b> Município do Rio de Janeiro.
<b>Estado Abrangido pela UC:</b> Rio de Janeiro.
<b>Coordenadas Geográficas:</b> 22°55'-23°00'S e 043°11'- 043°19'W.
<b>Data de Criação e Número do Decreto:</b> Decreto Federal Nº 50.923, de 06/07/1961, sendo redefinido pelo Decreto Federal s/Nº, de 03/06/2004.
<b>Marcos Geográficos Referenciais dos Limites:</b> O Parque Nacional da Tijuca está inserido na cidade do Rio de Janeiro e sua área é formada por quatro setores descontínuos, a saber: 1- O Setor Floresta da Tijuca, limita-se ao norte pelos bairros de Lins de Vasconcelos e Camarista Méier e pela Estrada Menezes Cortes, onde faz limite com o setor Pretos-Forros/Covanca; a oeste pelo bairro de Jacarepaguá; a sudoeste pelo bairro do Itanhangá; a sul com a Gávea Pequena e Alto da Boa Vista; a leste

<sup>52</sup> Os dados sobre o número de visitantes nos parques nacionais foram fornecidos pela Coordenação-Geral de Unidades de Conservação/Diretoria de Ecossistemas/IBAMA (junho/2004). Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008), atualmente o PARNA Tijuca é o parque nacional mais visitado no país, contudo não apresenta fonte mais atualizadas sobre a visitação no Parque.

---

pelos bairros da Usina, Grajaú, Andaraí e Vila Isabel.

2- O setor Serra da Carioca limita-se ao norte com os bairros da Usina, Muda, Tijuca, Engenho Velho, Rio Comprido e Santa Teresa; a leste pelo centro da cidade e os bairros da Glória e Catete; a sudeste pelos bairros de Laranjeiras e Cosme Velho; a sul pelos bairros de Botafogo, Humaitá, Jardim Botânico, Horto, Gávea e São Conrado; a sudoeste pelo bairro da Gávea Pequena.

3- O setor Pedra Bonita/Pedra da Gávea, limita-se ao norte pelo bairro do Alto da Boa Vista; ao sul pelo Joá; a sudoeste pela Barrinha; ao leste pelo bairro de São Conrado e a oeste pelo bairro do Itanhangá.

4- O setor Pretos-Forros/Covanca, limita-se ao norte com os bairros Camarista Méier e Inácio Dias; ao sul com a Floresta da Tijuca; a leste com o bairro de Lins de Vasconcelos e a oeste com o bairro de Jacarepaguá.

---

**Biomias:** Mata Atlântica.

---

**Ecosistemas:** floresta ombrófila densa (alto Montana, Montana e submontana).

---

Fonte: MMA/ ICMBio, 2008, p. 04, 05.

### 4.3. Breve histórico

Segundo Machado (1992, p. 38) as florestas ocupavam quase que todo o território fluminense até 1565, ano de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e, os habitantes dessa densa região de floresta eram indígenas da etnia Tupinambá. No decorrer dos séculos, com o crescimento humano e econômico do litoral, essa paisagem de natureza primitiva foi sendo devastada para dar lugar às culturas agrícolas. Acredita-se que as primeiras fontes de exploração sistemática das florestas locais foram as plantações de cana e derrubada de árvores para servir de combustível aos engenhos. Sendo que na região do Parque Nacional da Tijuca, o primeiro sinal de desmatamento para plantação de cana, foi um engenho de propriedade dos jesuítas, datado de 1569, na Serra da Tijuca que verte para Jacarepaguá, onde foram criadas as fazendas do Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão. Com a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal em 1759, as grandes fazendas dos jesuítas foram confiscadas pelo Fisco Real, depois subdividas e loteadas, dando origem mais tarde a numerosos bairros da Zona Norte, entre eles, a Tijuca (MACHADO, 1992, p. 70- 71).

Já o século XVIII é o século do ouro e segundo o atual Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 137), no início do século XVIII existiam onze minas de ouro nas encostas do Morro do Elefante, que “funcionavam em escavações contínuas, explorando filões encontrados em terrenos do complexo cristalino”. O Rio de Janeiro tornou-se empório das minas, daqui saía o ouro rumo a

Lisboa e era destino das mercadorias, dos escravos e negociantes, virando em 1763, capital da colônia e, passando assim, a ter maiores projeções dentro e fora do país. Com isso, transformando-se e crescendo, simultaneamente com os desmatamentos no Maciço da Tijuca (MACHADO, 1992, p. 72).

Por volta de 1760 o café começou a ser plantado no Rio de Janeiro, onde em muitos sítios substituiu a cultura da cana, cobrindo os morros da Gávea, ao redor da lagoa, ocupou a Gávea Pequena, Jacarepaguá e áreas altas da Tijuca, devido ao solo ser bastante rico. Mas, foi na Tijuca que o café prosperou, subindo a Serra da Carioca até a Floresta da Tijuca e deixando lá suas cicatrizes. Foi também na área da Gávea Pequena que se instalaram as duas maiores fazendas de café do Rio de Janeiro: a de Louis François Lecesne e a do holandês Charles Alexander Von Moke<sup>53</sup>. A região do Parque Nacional da Tijuca, por volta do século XIX foi ocupada por nobres, que por sua vez construíram suas residências em busca de clima ameno, principalmente na parte da Tijuca, recebendo em 1820 o apelido de “Tijuca Imperial” (MACHADO, 1992, p. 74, 76 e 78; IBASE, 2006, p. 10; MMA/ ICMBio, 2008, p. 138). Mas, segundo Lima (2007, p. 08) a região da Floresta da Tijuca e do Andaraí, também era conhecida por abrigar grupos quilombolas desde o final do século XVIII, no entanto, ninguém sabe ao certo quando se formaram os primeiros quilombos da Tijuca.

Com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 (em torno de 15 mil pessoas), o crescimento do Rio de Janeiro com sua vitalidade econômica, somariam mais de 50 mil pessoas na metade da década de 1850. Um dos grandes problemas era o de como fornecer água a tanta gente se o único abastecimento d'água existente, o aqueduto do Carioca, mostrava-se insuficiente. Nos anos de 1824, 1829, 1833 e 1844, a cidade foi atingida por secas severas, entremeadas por estiagens menos graves, que dificultaram ainda mais o problema do fornecimento de água. E, nessa mesma época, os cafezais alcançavam predominância ainda maior no Maciço da Tijuca. O plantio de café estava cada vez mais associado a uma redução da disponibilidade de água, mudando inclusive o regime de chuvas na cidade, bem como também passaram a contribuir decisivamente para a aceleração dos processos erosivos, sentidos pelas rotineiras

---

<sup>53</sup> Segundo Machado (1992, p. 76), Louis Lecesne era médico e comerciante, com experiência de cultivo de café em São Domingos e Cuba, chegando ao Rio de Janeiro em 1816. Sua fazenda ficou conhecida como “Palácio da Tijuca”, contando com 60 mil pés de café plantados. Charles von Moke também era médico e comerciante, chegou ao Brasil por volta de 1818, sua propriedade conhecida como Sítio Nassau, era vizinha de Lecesne, situava-se ao final do Caminho do Corrégo Alegre. Suas terras chegavam à Mesa do Imperador e à atual Vista Chinesa.

enxurradas em encostas e inundações repentinas nas partes baixas da cidade. (MACHADO, 1992, p. 82; LIMA, 2007, p. 09-10).

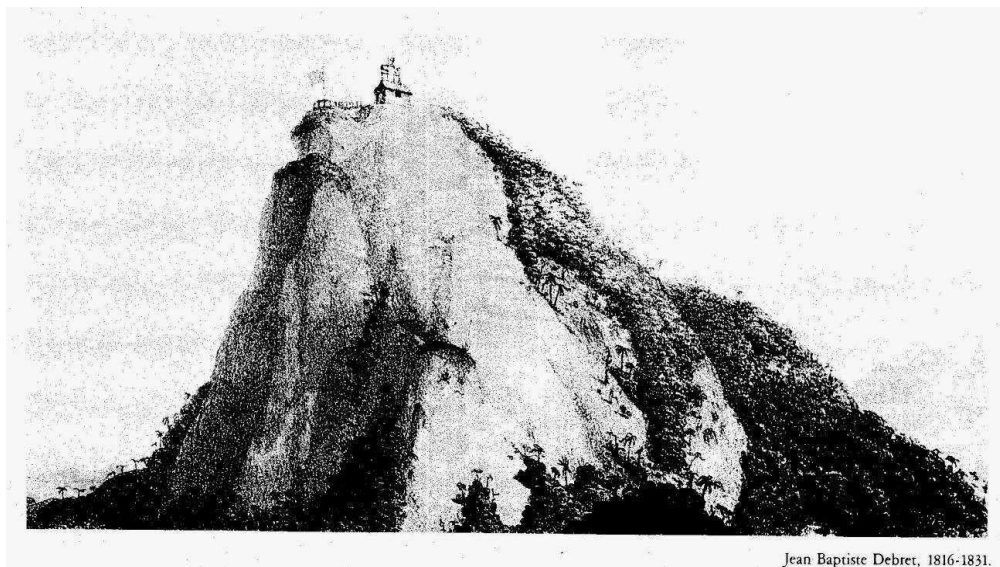
A devastação florestal pela qual a região do PARNA Tijuca passou desde a extração vegetal até as atividades agrícolas, foi agravada pelo ciclo econômico do café, o qual reduziu os mananciais de água, que naquela época abasteciam a cidade, ocasionando, a partir de 1817, as primeiras medidas governamentais de recuperação das florestas do Maciço da Tijuca, através de uma série de decretos baixados por D. João VI, visando preservar os mananciais da região, através do fim do corte de árvores junto a nascentes e margens de rios, e da desapropriação de terras de particulares. Não havia, entretanto, uma preocupação com a natureza (MALTA; COSTA, 2009, p. 278). De acordo com Machado (1992, p. 84) e Lima (2007, p. 11), em 1853, Luis Pedreira de Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro, morador da Tijuca Imperial, teve significativa presença na defesa da região, principalmente na sua gestão dentro do Ministério de D. Pedro II, no qual consegue verba para dar início ao processo de desapropriação nas áreas vitais à manutenção dos cursos dos rios Carioca, Maracanã e Comprido. Em setembro de 1860 foi aprovada a lei que mandava desapropriar as nascentes de águas que fossem necessárias ao abastecimento da cidade e, em 1861, a recém-criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas baixou as Instruções Provisórias para o plantio e conservação das Florestas da Tijuca e das Paineiras, dando um caráter oficial ao termo “Floresta Nacional”. Loureiro, Azaziel e Franca (2007, p. 42) enfatizam que tal processo de desocupação, expropriação e reapropriação ocorreram inicialmente em duas etapas: 1ª) início do reflorestamento em 1861, pelo major Manoel Gomes Archer, então primeiro administrador da Floresta da Tijuca; 2ª) recuperação da mata das encostas do Rio de Janeiro e alteração da floresta da Tijuca de modo a adquirir aspecto de parque (acesso à visitação, lugar de lazer e recreação) pelo barão Gastão d’Escragnole, em 1874, então segundo administrador do local, contando também com a ajuda do paisagista francês Auguste Glazou, o qual introduziu recantos, fontes e lagos, deixando-nos um acervo histórico e artístico de tamanha importância. Para Machado (1992, p. 86) o trabalho de reflorestamento empreendido por estes dois administradores, segundo um levantamento realizado no Arquivo Nacional, totalizaram o plantio de 84.896 árvores: 61.852 plantadas durante a gestão Archer e 23.044 por Escragnolle até o ano de 1885. Segundo Malta e Costa (2009, p. 278), a primeira fase de reflorestamento, organizada pelo Major Archer,

priorizou as espécies nativas da Mata Atlântica. Porém, seu sucessor, o barão d'Escragnolle, optou, em maior escala, por espécies exóticas.

O final do século XIX viu começar a surgir o turismo como atividade econômica e que se fortalecerá na cidade do Rio de Janeiro no século XX. A valorização das paisagens naturais, como local salubre e sagrado, seria de vital importância dentro desta nova perspectiva. Segundo Semenovitch (1997, p. 14) foi em 1824, em meio às festividades em comemoração à nova Constituição do Império, que D. Pedro I organizou uma expedição oficial ao cume do Corcovado. No entanto, a empreitada não ofereceu muitas dificuldades, pois por ordem do imperador, já haviam sido abertos, caminhos mais definidos ao topo da rocha. Jean-Baptiste Debret fez parte da comitiva do imperador e pintou o primeiro mirante do Corcovado (Figura 06, p. 110). Para Gerodetti e Cornejo (2004, p. 36) o desejo de apreciar a cidade do Rio de Janeiro pelo alto do Corcovado acertou o coração de D. Pedro I, tornando-se um dos pioneiros na realização de tal proeza. E, os autores, com base na obra “Rio de Assis, imagens machadianas do Rio de Janeiro” citam:

A primeira trilha que deu acesso ao Corcovado foi aberta pessoalmente por D. Pedro I, em 1824. Desde então, tornou-se moda ir ao Corcovado. Todos os domingos, a fina flor da sociedade carioca e também os visitantes estrangeiros afluíam em grande número ao belvedere. Subia-se a cavalo até as Paineiras e, dali, o resto da excursão era feito a pé. Aqueles que optavam por não empreender a jornada eram vistos com espanto e até com contrariedade pela população (GERODETTI E CORNEJO, 2004, p. 36).

**Figura 06** - Vista do alto do Corcovado, um dos primeiros mirantes da região carioca.

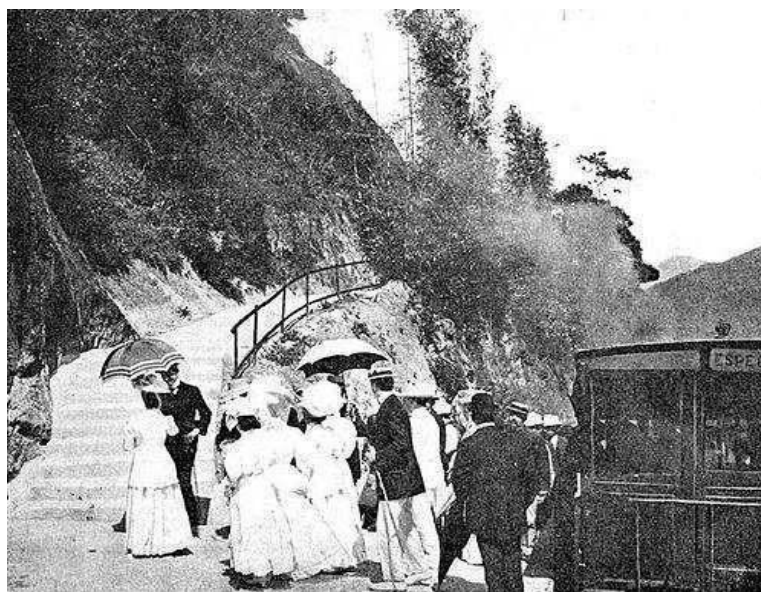


Representação de Jean Baptiste Debret, século XIX. Fonte: MACHADO, 1992, p. 133.

Com o tempo, a montanha do Corcovado acabou transformando-se em local de passeios dos nobres e estrangeiros, e com o aumento pela procura dessas regiões mais altas, fez desenvolver uma série de investimentos no Maciço da Tijuca, principalmente com a construção da Estrada de Ferro do Corcovado (1º trecho até as Paineiras) e do Hotel Paineiras, concessão dada aos engenheiros Francisco Pereira Passos e João Teixeira Soares em 1882, e inaugurados em 09 de outubro de 1884, com a presença do Imperador D. Pedro II juntamente com a Família Real. O 2º trecho Paineiras-Corcovado foi aberto ao público no ano seguinte, quando também foram concluídas as obras da Estação “Ferrocaril”, na Rua Cosme Velho (GERODETTI E CORNEJO, 2004, p. 36). De acordo com Semenovitch (1997, p. 19) a “Estrada de Ferro do Corcovado seria a primeira a ser construída no Brasil exclusivamente para atender a fins turísticos” (Figura 07). Devido a isso, na mesma época em que foram concluídas as obras da ferrovia, foi construído um pavilhão de ferro (planejado e construído na Bélgica, e depois montado no local), de base circular, espécie de um coreto, denominado de “Chapéu de Sol”, que servia de abrigo e local de descanso para os visitantes do Corcovado, de onde poderia concomitantemente apreciar o panorama da cidade e, em algumas ocasiões especiais, ouvir concertos musicais (Figura 08). Em 1910 a ferrovia foi eletrificada, sendo a primeira do país a contar com tal melhoramento. Somente em 1926, deu início a construção do monumento do Cristo Redentor com projeto de Heitor da Silva Costa e

escultura do francês de origem polonesa Paul Landow, concluída em 12 de outubro de 1931, dia de Nossa Senhora Aparecida. A cidade assim ganha seu principal símbolo com 38 metros de altura e 28 metros de largura. (MACHADO, 1992, p. 134; SEMENOVITCH, 1997, p. 26, 41, 44; GERODETTI E CORNEJO, 2004, p. 36; LIMA, 2007, p. 14-15) (Figura 09).

**Figura 07** - Grupo da alta sociedade, na Estação do Alto, preparando-se para subir ao topo do Corcovado. Fim do século XIX.



Fonte: Fotografia do Arquivo CEIPN. Imagem retirada de SEMENOVITCH, 1997, p. 75.

**Figura 08** - O “Chapéu de Sol” ou “Pavilhão de Ferro”.



Construído em 1885, no alto do Corcovado, foi transferido para uma área um pouco abaixo, funcionando como restaurante, sendo desmontado em 1940. Fonte: Diário do Rio de Janeiro.

**Figura 09** - Vista aérea da obra do Cristo, junho de 1930.



Fonte: Fotografia do Arquivo CEIPN. Imagem retirada de SEMENOVITCH, 1997, p. 82.

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, muitos atos da gestão do Governo Imperial passaram a despertar desprezo pelo novo regime. Assim, até 1943, a Floresta da Tijuca viveu um período de abandono administrativo. Já na segunda metade do século XX, o poder público implantou novas medidas conservacionistas no Rio de Janeiro, marcada pela criação de reservas florestais ou unidades de conservação sob responsabilidade do Estado. Sendo assim, por meio de um decreto-lei Nº 3.889 de 5 dezembro de 1941, as florestas passaram à jurisdição do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, sendo criada a Seção de Proteção das Florestas, especialmente para supervisionar e conservar matas pertencentes à União e mananciais de água doce.

Em 1944, a área do Parque Nacional da Tijuca, principalmente a Floresta da Tijuca, passa a ser fiscalizada, conservada e administrada pela prefeitura do Distrito Federal através do Serviço de Águas e Esgotos (Decreto-Lei Nº 7.459, de 12 de abril de 1944). Contudo a área continuava pertencente à União pelo seu valor excepcional à ser preservado, mas os serviços de manutenção e conservação das mesmas, seriam de responsabilidade da Prefeitura. E o prefeito da cidade carioca, Henrique Dodsworth, nomeia Raymundo Ottoni Castro Maya para ser o novo “Administrador da Floresta da



Tijuca”. A gestão de Castro Maya (1944-1947) recuperou várias instalações e equipamentos da Floresta da Tijuca, como: a iluminação, a abertura de vários caminhos, canalizações, sinalizações, reformas, incluídas aí as da Capela Mayrink (datada de 1860 e que contém pinturas de Cândido Portinari no altar), da Praça da Cascatinha, do antigo prédio da residência do Barão do Bom Retiro, hoje ocupado pela sede campestre da Sociedade Hípica Brasileira, do antigo prédio da residência dos Midosi, onde se localiza o restaurante “Os Esquilos”, da antiga senzala da Fazenda de Archer, onde está instalado o restaurante “A Floresta”, dentre outras obras. Chamando para auxiliá-lo nas reformas o arquiteto Wladimir Alves de Sousa e o paisagista Roberto Burle Marx (MACHADO, 1992, p. 86 e 122; LIMA, 2007, p. 15; MMA/ ICMBio, 2008, p. 144).

Em 1960, a Floresta Tijuca passava a ser gerida administrativamente num repasse da Prefeitura do extinto Distrito Federal para o recém-criado Estado da Guanabara. Foi então, que no ano de 1961 que o governo federal criou o Parque Nacional do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Federal N° 50.923 de 06 de julho de 1961. Tal medida interessava a proteção das florestas de domínio público, denominadas Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapiche, Andaraí, Três Rios e Covanca. A partir de então a área do parque ficou sujeita ao regime do Código Florestal de 1934, sob administração do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e sob administração de vários órgãos estaduais. Após cinco anos o Parque foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) baseado na Lei Estadual N° 948 de setembro de 1966 (MACHADO, 1992, p. 124; IBASE, 2006, p. 11; MMA/ ICMBio, 2008, p. 144).

Em 08 de fevereiro de 1967, por meio do Decreto n° 60.183, os limites espaciais do Parque são redefinidos e seu nome foi alterado, pois Parque Nacional do Rio de Janeiro causava constantes confusões com os parques nacionais de Itatiaia e Serra dos Órgãos, ambos localizados no estado do Rio de Janeiro. Como a área do parque abrange o Maciço da Tijuca cujo ponto culminante é o Pico da Tijuca, seu nome foi definitivamente alterado para Parque Nacional da Tijuca. A palavra “tijuca” vem do tupi e significa “brejal, lamaçal, charco, pântano, ou ainda, caminho lamacento que leva ao mar” (MACHADO, 1992, p. 12; IBASE, 2006, p. 11; LIMA, 2007, p. 16; MMA/ ICMBio, 2008, p. 144). Devido às propostas de redelimitação do Parque, nessa mesma época foi excluída dos seus limites a Floresta da Covanca e parte da floresta do Andaraí, como também as chácaras da Bica e do Cabeça na Gávea, partes consideradas

irrecuperáveis pelos técnicos do parque devido a intensa ocupação por favelas. Contudo, outras áreas foram acrescidas aos domínios do Parque a partir de 1967, como o conjunto da Pedra da Gávea e Pedra Bonita, bem como, numerosas áreas no Morro Dona Marta, Corcovado, Gávea, Cochrane, Alto da Boa Vista, Edson Passos e Jacarepaguá (IBASE, 2006, p. 18; MMA/ ICMBio, 2008. p. 144).

Na década de 1980 toda a área do Parque passou a ser administrada pelo Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF). Em 1981 foi publicado o primeiro Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, que focava principalmente no seu zoneamento, devido às enormes pressões que o parque urbano sofria com a megalópole que o cercava. E, somente em 1989 é que se cria o IBAMA, que a partir de então, fica responsável pela proteção de todas as unidades de conservação federais do Brasil, como parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, florestas nacionais, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico e reservas ecológicas, e pela execução da política ambiental no território nacional.

A área do PARNA Tijuca é novamente alterada em 2004, por meio do Decreto Federal s/nº, de 03 de junho de 2004, sendo ampliada em 753,22 ha, a qual passa a compor os setores Floresta da Tijuca; conjunto Corcovado - Sumaré - Gávea Pequena, incorporando o Parque Lage; Pedra Bonita e Pedra da Gávea e o conjunto Preto-Forros/Covanca, que foram re-inserido (IBASE, 2006, p. 11; MMA/ ICMBio, 2008, p. 145 e anexo II, p. 75).

O PARNA Tijuca soma-se a outros importantes remanescentes florestais existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, constituídos ou não por outras unidades de conservação. Devido o aumento da pressão urbana sobre a área do Parque, foram estabelecidas novas regras de construção de habitações a partir do Decreto 322/1976, criando assim, uma faixa de proteção ao entorno do Parque, proibindo construções acima de 100 metros de altura. Depois, surgiram outros decretos regulamentando áreas diversas já ocupadas no maciço, como por exemplo, o eixo Furnas-Edson Passos, criando a área de proteção ambiental e de recuperação urbana (APARU) do Alto da Boa Vista, em 1992, com o objetivo específico de garantir a conservação e a recuperação ambiental dessas áreas. Outra ação almejada pelos ambientalistas locais é a criação de um corredor ecológico entre o PARNA Tijuca e o

Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)<sup>54</sup>. Neste sentido, a ampliação do PARNA Tijuca em 2004, com a incorporação do setor Pretos-Forros/ Covanca foi um importante passo para assegurar a conectividade desses fragmentos. Atualmente, a ideia é aumentar ainda mais a conexão física do Parque a outras áreas verdes da cidade, pois além do Parque Estadual da Pedra Branca, há projetos com a mata de Grumari e áreas de proteção ambiental (APAs) do Cosme Velho e de Santa Tereza (CÁSSIA, 2009, p. 17). Já para Lima (2007, p. 20), essa iniciativa conjunta do Governo Estadual e o Município com apoio da União, em criar um corredor ecológico entre o PARNA Tijuca e o PEPB, denominado de “Bosque Pan”, esbarra na realidade e parece ser mais uma iniciativa de interesse temporário e de marketing, pois existem algumas dificuldades físicas como o fator da grande ocupação urbana entre esses parques, impossibilitando assim essa tão sonhada integração física.

Entre 1999 e 2005, a administração do PARNA Tijuca foi compartilhada entre a União e município. A parceria começou efetivamente em 2001, no entanto, desde 2005, a co-gestão foi suspensa (época da gestão do prefeito César Maia). Mas, no dia 11 de maio de 2009, foi assinado, aos pés do Cristo Redentor, um acordo de cooperação entre os governos federal, municipal e estadual para a gestão do Parque. Depois de quatro anos, a prefeitura do Rio volta agora a dividir a administração do Parque, prestando serviços como fiscalização, pesquisa e limpeza (LOUREIRO, AZAZIEL E FRANCA, 2007, p. 48; CÁSSIA, 2009, p. 17) (Figura 10, p.116).

---

<sup>54</sup> Segundo o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) o PEPB foi criado pela Lei 2.377, de 28 de junho de 1974, possui uma área de 12.394 hectares e abrange pouco mais de 10% do território do município, o que lhe garante o título de maior UC do município e uma das maiores florestas urbana do mundo.

**Figura 10** - Assinatura do acordo de cooperação técnica para a gestão compartilhada do Parque Nacional da Tijuca entre Prefeitura, Estado e Governo Federal.



O prefeito Eduardo Paes, o governador Sérgio Cabral e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc assinaram no dia 11 de maio de 2009 um acordo de cooperação técnica para a gestão compartilhada do Parque Nacional da Tijuca. Em 2011 foi renovado o Acordo de Cooperação para a Gestão Compartilhada do PARNA Tijuca com a Prefeitura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro e a Secretaria do Patrimônio da União. O plano de trabalho prevê investimentos significativos e novos projetos para aprimorar a gestão e melhorar as condições de visitação do Parque. Fonte: ICMBio. Relatório de Gestão. 2011, p. 29.

Separadamente ao acordo de cooperação compartilhada, o município e o estado apoiam o PARNA Tijuca à medida que são solicitados, mas muitas vezes, há ingerências políticas que prejudicam o desenvolvimento de parcerias. De acordo com o Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 129-130) o Parque conta com o apoio das seguintes instituições:

- A Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) que é uma sociedade anônima de economia mista, que tem a Prefeitura do Rio como acionista majoritária. A empresa efetua a limpeza e coleta de lixo no setor Floresta da Tijuca, nas ruas e estradas inseridas no setor Serra da Carioca, com exceção para a Estrada do Corcovado e nas vias de acesso aos setores Pedra Bonita/Pedra da Gávea e Pretos Forros/Covanca. Em contrapartida ocupa um

imóvel existente na Estrada do Açude s/nº, que abriga a Gerência da Floresta da Tijuca, com 54 funcionários e 46 garis.

- A Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro (GEORIO) que é um órgão da Secretaria Municipal de Obras criado para elaborar e organizar o plano de proteção das encostas, além de cadastrar as características geológico/geotécnicas dos solos, rochas e das jazidas de materiais de construção do município. Também elabora o orçamento das obras de contenção de encostas, dirige e fiscaliza estas obras sob a forma de administração direta ou de empreitada, aprova, licencia e fiscaliza projetos de contenção de encostas e de exploração de jazidas da iniciativa privada. Na ocorrência de deslizamentos de encostas, sempre que solicitada, a empresa efetua o orçamento das obras e dependendo da localização e dos riscos que apresenta à comunidade e ao sistema de circulação viária da cidade, executa a obra sem custo para a Unidade de Conservação.
- O Instituto Pereira Passos (IPP), órgão pertencente à Secretaria Municipal de Urbanismo que é o responsável pelo fornecimento de toda a base cartográfica do PARNA Tijuca.
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através de docentes da Universidade que desenvolvem pesquisas no PARNA Tijuca desde a sua criação, no entanto deve-se destacar que, desde os anos 70, o departamento de Geociências adotou o Maciço da Tijuca como laboratório de campo e desenvolveu pesquisas no campo da geomorfologia, hidrologia e geocologia.
- Vislumbra-se, no entanto, a possibilidade da implementação de parcerias com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), que ainda mantém infraestruturas de captação e tratamento de águas; com a LIGHT SA - empresa de distribuição, comercialização, geração e transmissão de energia, que possui várias torres de transmissão; e com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), empresa de capital aberto, que possui no Morro do Sumaré uma grande base de transmissão de dados entre outros serviços de telecomunicações.

Ainda relacionada à gestão compartilhada, de acordo com o poder público, melhorias são previstas. Na última reunião do Comitê de Gestão Compartilhada, realizada no Parque Lage, no dia 22 de março de 2013, dia Mundial da Água, os representantes das instituições responsáveis pela gestão do PARNA Tijuca assinaram

termo de apoio técnico e operacional em prol de melhorias socioambientais na região do Parque. Estavam presentes a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, o secretário de Estado do Ambiente, Carlos Minc, o presidente do ICMBio, Roberto Vizentin, e o chefe do Parque Nacional da Tijuca, Ernesto Viveiros de Castro. Os principais temas abordados durante a reunião segundo notícias do site oficial do PARNA Tijuca<sup>55</sup> foram:

- Acesso ao Corcovado: Está sendo realizado o projeto executivo para a reforma da plataforma superior do Trem do Corcovado, que conta com o incentivo do BNDES, Bem como, aumento da capacidade do Trem do Corcovado. Além de realização de estudo técnico para a implantação de duas novas linhas de ônibus, partindo da Lagoa (Parque da Catacumba) e do Largo do Machado em direção ao Corcovado, o que vai amenizar a aglomeração no Cosme Velho; e, venda de bilhetes antecipados pela internet para acesso ao monumento durante a Jornada Mundial da Juventude, que acontece no Rio de Janeiro, de 23 a 28 de julho de 2013.
- Proposta de Novo Centro de Visitantes: Criação do novo Centro de Visitantes, no Setor Floresta da Tijuca, a ser instalado no Palacete do Itamaraty. A Prefeitura se propôs a colaborar com a recuperação do Palacete. Além disso, desde que haja um estudo de viabilidade econômica que possibilite a realização de licitações para a criação de restaurantes, loja de souvenirs, estacionamento etc., além da restauração e reforma da construção, o prefeito se propôs a colaborar com o processo de desapropriação do imóvel que possui dívidas de IPTU. A Prefeitura se mostrou também disposta a modernizar o modelo de educação ambiental em funcionamento do Parque, com a contratação de uma ONG que desenvolva e implemente uma proposta mais dinâmica e ajustada à realidade do Parque.
- Circuito de Arvorismo: Foi relançado, no Diário Oficial da União, o edital para os interessados na implantação do Circuito de Arvorismo no PARNA Tijuca, que vai ter mais de um quilômetro de extensão e ficará localizado no Setor Floresta da Tijuca.

---

<sup>55</sup> Para maiores esclarecimentos ver: < [http://www.parquedatijuca.com.br/noticia.php?id\\_noticia=86](http://www.parquedatijuca.com.br/noticia.php?id_noticia=86)>.

- Obras em andamento: Segundo informações da reunião, várias melhorias estão sendo feitas no Setor Floresta da Tijuca, com recursos liberados pelo Ministério da Integração Nacional em consequência das chuvas ocorridas em 2010, e estão sendo executadas pela GEORIO. Entre elas: contenção de encostas, recuperação de guaritas, do Açude da Solidão (praticamente concluída) e do Meu Recanto (em andamento). A Secretaria Municipal de Conservação contribuiu com verbas para a recuperação da Vista Chinesa e da Fonte Wallace. O ICMBio está executando as obras na sede administrativa do Parque (Barracão), a recuperação do Lago das Fadas (já concluída), a adequação da rede de esgotamento sanitário do Setor Floresta da Tijuca, além da modernização do sistema de comunicação e do embutimento da rede de energia elétrica.
- Segurança: Foi ampliado recentemente o efetivo da guarda municipal. Estão sendo realizados estudos para a implantação de uma UPAM (Unidade de Policiamento Ambiental), mediante parceria com o Governo do Estado. Essa unidade segue o modelo das UPPs, mas com o objetivo de combater crimes ambientais, fiscalizando trilhas e atuando também na educação ambiental.
- Regularização fundiária: Realocação dos moradores que ocupam áreas que estão dentro dos limites do PNT poderá contar com programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.

No entanto, podemos observar que as propostas de melhorias, voltam-se principalmente para o fomento do ramo turístico e para à iniciativa privada, pois os únicos setores do Parque enfatizados na Reunião para o desenvolvimento de atividades de melhoramento foram os setores Corcovado e Floresta da Tijuca.

Com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), progressos foram alcançados no que cerne a gestão participativa, principalmente, por apresentar diretrizes que tem como objetivo estar em harmonia com a possibilidade de construção ou reorganização de um conselho consultivo em prol de uma gestão mais democrática. No caso das Unidades de Conservação a formação de um conselho consultivo é uma exigência do SNUC e um dos instrumentos principais para nortear as ações do conselho consultivo é o Plano de Manejo. Por isso, em 2008 entrou em vigor o novo Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca que deve ser revisado e atualizado de cinco em cinco anos.

Para atender as novas indicações da Lei do SNUC na questão da participação paritária, tornava-se essencial a reorganização do conselho consultivo do PARNA Tijuca. Então, segundo Lima (2007, p. 35), em 2006 o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) iniciou um processo de mobilização e articulação entre os mais diversos atores sociais e interesses envolvidos, visando o fortalecimento da gestão participativa em unidades de conservação. Com base no depoimento do antigo Superintendente Regional do IBAMA-RJ, Rogério Rocco (2007 apud LIMA, 2007, 36-37), a avaliação da entidade sobre a participação do Conselho Consultivo junto a Administração do PARNA Tijuca foi a seguinte: embora tenha sido implantada há pouco tempo (criado através da Portaria nº 98, de 06 de agosto de 2002), o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca busca ter uma composição muito rica, com a devida representação de setores fundamentais, com interesse direto na gestão do Parque. Em 2007 o Conselho Consultivo do PARNA Tijuca era composto pelos seguintes atores sociais:

**Quadro 03** – Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, 2007.

Setor Governamental	Sociedade Civil
Chefia do Parque Nacional da Tijuca	ESFECO - Estrada de Ferro Corcovado Administração Ltda. – Trem do Corcovado
NUC/ IBAMA	ISER - Instituto de Estudos e Religião
CEDAE - Companhia Estadual de Água e Esgoto	Movimento Rocinha Comunidade 21
SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas	Sociedade de Assistência Social Novo Horizonte (Morro da Formiga)
Instituto Estadual de Floresta/ IEF Parque Estadual da Pedra Branca	Complexo de Jacarepaguá, Associação de Moradores e Amigos da Covanca
Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Associação de Amigos do Parque Nacional da Tijuca
RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A.	FEMERJ - Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro
GEOHECO – Laboratório de Geo-hidroecologia – Deptº de Geografia do Instituto de Geociências da UFRJ	Viva Rio/ MIR – Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro	Instituto Terra Brasil Projetos e Educação Ambiental
Guarda Municipal do Rio de Janeiro	Associação Defensores da Terra
Polícia Federal	Viva Santa
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Rádio Grande Tijuca

Fonte: Lima, 2007, p. 35.



É importante registrar, assim como Loureiro, Azaziel e Franca (2007, p. 35-36) enfatizam, que tanto a Lei que instituiu o SNUC, como o Decreto 4.340/2002, que o regulamenta, falam superficialmente de normas e diretrizes relacionadas à democratização na gestão de áreas protegidas. Isso faz com que gestores de UCs tenham diferenciados entendimentos e práticas no que diz respeito à implantação e ao funcionamento dos conselhos, que muitas vezes, vão de acordo com o perfil técnico, político ou ideológico dos funcionários mais diretamente envolvidos pela condução dos assuntos relacionados à gestão das unidades, não levando em consideração as disparidades na capacidade de participação do processo decisório. Como consequência disto, observa-se uma frustração quanto às expectativas de segmentos da sociedade envolvidos com os conselhos das UCs, principalmente daqueles grupos sociais que sempre estiveram à margem das medidas decorrentes da gestão. Segundo os mesmos autores a palavra “participação” diz respeito a “tomar parte”, mas isso não é algo espontâneo ou dado, e sim aprendido e conquistado. Assim, é preciso desenvolver ações de mobilização, envolvimento e formação que possibilitem aos membros do conselho uma intervenção qualificada, sobretudo, daqueles em condições de maior vulnerabilidade socioambiental e que não têm acesso aos mecanismos tradicionais de representação política. Para tanto, no planejamento e na realização das ações, é preciso considerar as desigualdades existentes no acesso a informações e na infraestrutura de suporte administrativo.

Por esses motivos, podemos observar na primeira composição do Conselho Consultivo do PARNA Tijuca uma participação igualitária em quantidade de membros tanto do Setor Governamental quanto entre os componentes da sociedade civil, incluindo a participação de grupos sociais considerados marginalizados e em condições de maior vulnerabilidade socioambiental como os moradores de favelas, representados pelo Movimento Rocinha Comunidade 21, o Complexo de Jacarepaguá e Associação de Moradores e Amigos da Covanca, Sociedade de Assistência Social Novo Horizonte (Morro da Formiga, Tijuca).

Já a atual composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, modificada a partir da Portaria nº 74, de 25 de junho de 2012, é marcada por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

**Quadro 04** – Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, 2012.

Setor Governamental	Sociedade Civil
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.	ESFECO - Estrada de Ferro Corcovado Administração Ltda. – Trem do Corcovado
Superintendência Estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no estado do Rio de Janeiro	ISER - Instituto de Estudos e Religião/Movimento Inter Religioso
CEDAE - Companhia Estadual de Água e Esgoto	Arquidiocese do Rio de Janeiro
Instituto de Biociência/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca
Instituto Estadual do Ambiente	Associação Defensores da Terra
Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro	Associação de Moradores e Amigos da Taquara do Alto da Boa Vista/Conselho da Cidadania
Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro	FEMERJ - Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro
RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A.	Instituto Terra Brasil Projetos e Educação Ambiental
Guarda Municipal do Rio de Janeiro	Fundação Roberto Marinho
	Jeep Tour
	Sociedade de Amigos do Cristo
	Associação Brasileira de Voo Livre
	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico
	Cooperativa Vale Encantado
	Igreja Batista Nova Canaã
	Trilha Carioca Eventos
	Associação de Moradores e Amigos do Horto
	Instituto Decolar Aero Desportivo
	Associação de Moradores do Recanto da Barra

Fonte: Adaptado da Portaria nº 74, de 25 de junho de 2012, que modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca.

Ao observarmos o quadro 04, constatamos que a participação da sociedade civil é muito maior em quantitativo de membros no atual Conselho Consultivo do PARNA Tijuca do que do Setor Público. No entanto, os grupos sociais representativos da sociedade civil refletem mais os interesses privados na participação de decisões, representados pelas empresas como ESFECO, FEMERJ, Fundação Roberto Marinho, Jeep Tour, Trilha Carioca Eventos entre outros. Outro seguimento representativo no Conselho são os oriundos das Associações de moradores de classe média a alta como a Associação de Moradores e Amigos da Taquara do Alto da Boa Vista, Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico, Associação de Moradores e Amigos do Horto etc. Nessa nova composição não observamos mais a participação em representação no Conselho dos grupos sociais em condições de maior vulnerabilidade socioambiental como os moradores de favelas, organizações de moradores de bairros mais pobres,

movimento de trabalhadores e de cooperativas etc., antes presentes no Conselho Consultivo de 2007.

Por ser classificado como uma Unidade de Conservação de caráter integral e de patrimônio plural supõe-se o entendimento do Parque como “patrimônio” de cunho natural, pois protege fragmentos de Mata Atlântica com alta diversidade biológica e áreas naturais de excepcional beleza cênica. Além de ser “patrimônio” de cunho cultural (material e imaterial) representado pelos vestígios indígenas dos séculos XVI, XVII, evidência da ocupação e expansão econômica dos séculos XVII, XVIII e XIX, através dos monumentos arquitetônicos, com destaque a memorável obra do Monumento do Cristo Redentor, eleito em julho de 2007, uma das sete maravilhas do mundo moderno (por meio de um concurso público internacional, informal e popular) e tombado como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), publicado no Diário Oficial da União no dia 03 de dezembro de 2009. Além de ser um atrativo singular, o Parque é de fundamental importância para a população da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que contribui para a manutenção do volume hídrico das fontes produtoras para abastecimento da cidade; na atenuação de enchentes através da interceptação das chuvas pelo sistema florestal; na prevenção a desmoronamento das encostas e controle de processos erosivos; na regulação climática; na manutenção estética da paisagem e redução da poluição atmosférica.

Segundo o Programa de Turismo nos Parques realizado em parceria pelo ICMBio e a EMBRATUR, em 2008, o Parque Nacional da Tijuca é um dos parques mais visitados do país, necessitando para isso, de uma infraestrutura condizente com o alto fluxo de visitantes. Teve uma aplicação dos recursos da ordem de R\$ 50 milhões advindos da concessão, e tanto a gestão do parque quanto a experiência dos visitantes obterão saltos de qualidade.

Já em 2011, o ICMBio comunicou em seu Relatório de Gestão, que a estratégia de delegação de serviços de apoio à visitação foi revista, buscando maior efetividade na formalização e qualificação dos serviços prestados por operadores privados nas UCs federais. A delegação por meio de concessões foi mantida para UCs com grande visitação e foram ampliados os esforços de formalização de pequenos operadores turísticos por meio de permissões e autorizações. No caso do PARNA Tijuca, foram publicados novos editais de concessão, incluindo o do Complexo Paineiras-Corcovado, que envolve a delegação de serviços de transporte interno, cobrança de ingressos,

estacionamento, serviços de alimentação, lojas de conveniência e centro de visitantes no maior atrativo turístico do País. A licitação foi realizada em 15 de fevereiro de 2012 e o consórcio vencedor é formado pelas empresas Beltour (atual permissionária do serviço de vans no parque), a Esfeco (arrendatário do Trem do Corcovado) e Cataratas S.A. (concessionária que opera serviços no Parque Nacional do Iguáçu). No entanto, o ICMBio será o responsável por planejar e estabelecer as normas de visitação, monitoramento da qualidade ambiental e de fiscalizar o cumprimento do contrato, em conjunto com os órgãos que compõem o acordo de gestão compartilhada do Parque (Prefeitura, Estado, Secretaria do Patrimônio da União e Miltra Episcopal). O projeto prevê investimento de R\$ 40 milhões em melhoria na estrutura e operação no setor Corcovado, incluindo a ampliação da capacidade dos estacionamentos na área para quase 400 vagas, e a revitalização do histórico prédio do Hotel das Paineiras, que abrigará as novas estruturas e serviços aos visitantes do PARNA Tijuca, como um restaurante panorâmico, diversos cafés, lojas de lembranças, além de espaços para eventos. A previsão é que em fevereiro de 2014, um pouco antes da Copa, todos os serviços estejam em operação. (Figura 11).

**Figura 11** – Complexo Hotel Paineiras/Corcovado. Imagem do estado atual do hotel (à esquerda) e Imagem do Projeto de reestruturação vencedor do concurso, Estúdio America.

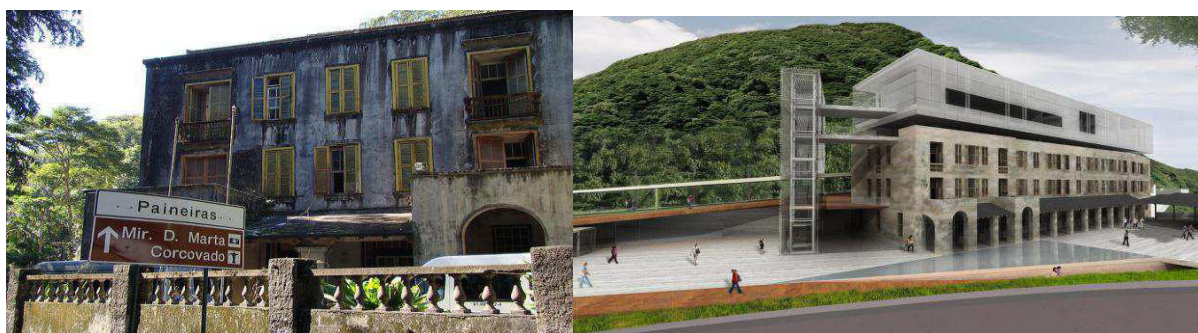


Imagem atual

Proposta para 2014.

Fonte: Portal de Comunicação do ICMBio/ Notícias de 16/02/2012.

Em síntese, segue quadro com as principais ações governamentais para a Conservação do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural da Região do Município do Rio de Janeiro e do Parque Nacional da Tijuca.

**Quadro 05** – Resumo das principais ações legais para a proteção do PARNA Tijuca.

Ano	Ações Governamentais
1817/1918	Decretos imperiais visando proteger os mananciais ameaçados.
1833	Criada a Reserva de Florestas através da Decisão Imperial Nº 429.
1837	Decreto da Regência sobre a reserva de florestas.
1850	Vários atos do Governo Imperial referiam-se à desapropriação e guarda de áreas de nascentes.
1860	Através da Lei Nº 1.114, de 27 de setembro, foram desapropriadas as nascentes de águas necessárias para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.
1861	Foram criadas a Floresta da Tijuca e a Floresta das Paineiras através da Decisão Nº 577, Portaria de 11 de dezembro da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
1862	Decisão de Nº 7, Portaria de 22 de janeiro e a de Nº 18, de 19 de fevereiro, proibindo desmatamentos.
1866	O governo através do Decreto Nº 3.762 continuou com as desapropriações, declarando de utilidade pública os sítios das áreas situadas nas Florestas da Tijuca e das Paineiras.
1867	Através do Decreto Nº 3.910, de 17 de julho, o governo declara de utilidade pública alguns sítios que restavam nas mãos de particulares.
1941	Através do Decreto Nº 3.889, de 5 de dezembro, a área passa a ser administrada pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.
1944	Decreto Nº 6.565, de 7 de junho, declara como floresta protetora a área de matas de propriedade de D. Maria Cascado e, em 21 de setembro do mesmo ano, transfere para a Prefeitura do Distrito Federal, depois, para o Estado da Guanabara e para o Município do Estado do Rio, a administração, fiscalização e conservação da Floresta da Tijuca, através do Decreto Nº 7.182.
1961	Decreto Nº 50.923, de 6 de julho, cria o Parque Nacional do Rio de Janeiro, no antigo Estado da Guanabara, constituído pelas áreas das florestas do domínio público da União, denominadas Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covança.
1965	Lei Nº 4.771, de 15 de setembro, cria o Código Florestal.
1967	Decreto Federal Nº 60.183, de 8 de fevereiro, altera o nome Parque Nacional do Rio de Janeiro para Parque Nacional da Tijuca, e define seus limites.
1967	Tombamento federal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, com o nº de inscrição 42 folha 10, protegendo como Monumento Natural e Patrimônio Histórico da União, o Parque Nacional da Tijuca, na categoria Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
1972	Decreto Nº 70.186, de 23 de fevereiro, delega competência ao IBDF a administração e conservação de todas as áreas integrantes do Parque Nacional da Tijuca e dos imóveis nele localizados.
1976	Devido o aumento da pressão urbana sobre a área do PARNA Tijuca, foram estabelecidas novas regras de construção de habitações a partir do Decreto Nº 322, criando assim, uma faixa de proteção no seu entorno, proibindo construções acima de 100 metros de altura.
1979	Decreto Nº 84.017, de 21 de setembro, cria o regulamento de parques nacionais.
1988	A Mata Atlântica é considerada, pela Constituição Federal, patrimônio nacional e “sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (art.225, §4).
1989	Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 cria o IBAMA, que entre as muitas atribuições, é o órgão responsável pela criação e gestão das Unidades de Conservação Federais.

1991	O PARNA Tijuca foi reconhecido pela UNESCO como uma das primeiras áreas de preservação do Estado a compor a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Passando assim, a receber um reconhecimento internacional pelo seu valor, para a conservação da natureza, para o conhecimento científico e para o desenvolvimento sustentado.
2000	Lei Nº 9.985, de 18 de julho, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
2002	O Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto, regulamenta o SNUC.
2004	Decreto s/Nº, de 3 de junho, redefine os limites do Parque Nacional da Tijuca, sendo agora constituído das seguintes áreas: Setor A – Floresta da Tijuca; Setor B – Conjunto Corcovado –Sumaré – Gávea Pequena (Serra da Carioca), englobando o Parque Lage; Setor C – Pedra da Gávea e Pedra Bonita; Setor D – Conjunto Pretos Forros e Covança.
2007	Lei Nº 11.156, de 28 de agosto de 2007, cria o ICMBio , órgão responsável pela criação e gestão das Unidades de Conservação Federais.
2007	Em julho por meio de um concurso público internacional, informal e popular o Monumento do Cristo Redentor foi eleito uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno.
2009	O Monumento do Cristo Redentor foi tombado como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), publicado no Diário Oficial da União no dia 03 de dezembro de 2009.
2012	No dia 1º de julho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a primeira do mundo a receber o título da UNESCO de Patrimônio Mundial, na categoria Paisagem Cultural Urbana. O sítio proposto como Rio Paisagem Cultural contém áreas exemplares da cidade, que foram reunidas em dois setores articulados entre si pela malha urbana com suas cadeias montanhosas, constituindo a zona de amortecimento. O primeiro setor é formado pelo Parque Nacional da Tijuca, Parque Lage e Jardim Botânico. O outro, pela sucessão dos elementos litorâneos – Parque do Flamengo com Museu de Arte Moderna e áreas adjacentes (Passeio Público, Praça Paris, Outeiro da Glória); entrada da Baía da Guanabara com seus morros e fortalezas dos lados leste e oeste (Rio e Niterói), estendendo-se até a enseada de Botafogo; e praia de Copacabana com suas pontas (morro do Leme e forte de Copacabana estendendo-se à pedra do Arpoador).

Fonte: MMA/ ICMBio, 2008, p. 146-147; BATISTA, M. et. al., 2009.

#### 4.4. Conflitos Ambientais: o PARNA Tijuca e o desenvolvimento urbano atual

A trajetória da formação e expansão urbana do Rio de Janeiro é marcada por grandes agressões cometidas contra o mundo natural e, também pode ser vista como um processo ininterrupto de conquista do espaço. A cidade do Rio de Janeiro aumentou seu espaço urbano conquistando a planície, as colinas e os vales, avançando sobre o brejo, os mangues e também sobre a montanha e fazendo recuar cada vez mais a linha do litoral.

É importante salientar que o Parque Nacional da Tijuca se encontra de alguma forma associado à história do crescimento social e econômico da cidade do Rio de Janeiro e às consequências que esse crescimento trouxe às áreas hoje abrangidas pelo Parque. Com relação ao uso do solo na área do PARNA Tijuca, ao contrário dos séculos

anteriores, aonde a relação da cidade do Rio de Janeiro e o Maciço da Tijuca foi marcada pelo extrativismo e atividades agrícolas, no século XX foram os fatores eminentemente sociais que ditaram tais mudanças, e as questões relacionadas a habitações ilegais são as mais comentadas pelos meios de comunicação em geral. Por isso, não podemos deixar de enfatizar que, em geral, os conflitos ambientais estão inscritos na dinâmica histórico-social local, constituída por complexos jogos de valores, interesses e projetos convergentes e divergentes entre grupos distintos.

Segundo Fuks (2001, p. 26 e 81) nem todos os setores da sociedade entram na arena do conflito ambiental. Logo as versões disponíveis no debate público são aquelas apresentadas pelos grupos sociais que possuem recursos (organizacionais e simbólicos) apropriados para encaminham suas demandas de proteção ambiental ao campo judicial ou na arena pública. No caso da cidade do Rio de Janeiro, os conflitos ambientais envolvem, de um lado, o Estado e setores das classes média e alta, organizados em associações de moradores, principalmente os da Zona Sul da cidade e, de outro, as atividades do mercado direcionadas para a expansão urbana (crescimento/ especulação imobiliária), que também se refletem em populações de baixa renda residentes em favelas. Contudo, para o mesmo autor, esses litígios de proteção do meio ambiente têm como principal protagonista o Estado e, na maioria das vezes ocupando o banco dos réus<sup>56</sup>. E, nesse contexto, os principais assuntos encaminhados pelo setor civil ao Ministério Público em defesa do meio ambiente na cidade carioca, são aqueles associados a problemas urbanos, sendo que os principais acusados de degradação ambiental são os setores de serviço e diversão (restaurantes, bares, clubes etc.), respectivamente em primeiro e segundo lugar, e os indivíduos de classe média/alta em terceiro lugar no ranking dos agentes poluidores nos inquéritos da Procuradoria da Justiça do Rio de Janeiro. No entanto, os indivíduos de baixa renda representam 6,84% dos inquéritos de conflitos ambientais, sendo apenas o oitavo no ranking dos agentes poluidores da cidade (Tabela 02).

---

<sup>56</sup> Segundo Fuks (2001, p. 81) um quarto dos inquéritos judiciais abertos na cidade do Rio de Janeiro responsabiliza o Estado pelos danos causados ao meio ambiente. No entanto, muitas vezes, cabe ao Ministério Público a função de proteger judicialmente o meio ambiente contra as agressões causadas pela ação ou omissão da máquina administrativa ou pelas atividades (serviços e produção) exercidas pelo Estado.

**Tabela 02** - Frequência de inquéritos, segundo agente poluidor por setor.

Agente Poluidor	Capital		Interior		Total	
	N	%	N	%	N	%
1- Diversões	19	16,24%	04	2,44%	23	8%
2- Serviços	16	13,68%	08	4,88%	24	9%
3- Indivíduos de classe média/ alta	14	11,97%	11	6,71%	25	9%
4- Órgãos estatais	12	10,26%	07	4,27%	19	7%
5- Indústrias	12	10,26%	31	18,90%	43	15%
6- Mineradoras	11	9,40%	19	11,59%	30	11%
7- Imobiliárias	09	7,69%	21	12,80%	30	11%
8- Indivíduos de baixa renda	08	6,84%	02	1,22%	10	4%
9- Executivo	06	5,13%	28	17,07%	34	12%
10- Comércio	05	4,27%	01	0,61%	06	2%
11- Empresas estatais	03	2,56%	09	5,49%	12	4%
12- População em geral (não identificado)	02	1,71%	05	3,05%	07	2%
13- Fazenda	00	0,00%	18	10,98%	18	6%
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>100%</b>	<b>164</b>	<b>100%</b>	<b>281</b>	<b>100%</b>

Dados do Arquivo da Equipe de Proteção ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Comunitário da Procuradoria da Justiça do Rio de Janeiro. Fonte: FUKS, 2001, p. 83.

De acordo com dados do Relatório Anual da qualidade do ar no Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA (2009, p. 20), a cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior região em concentração de população, de veículos, de indústrias e de fontes poluentes da atmosfera do país. Além disso, apresenta características físicas que aumentam os problemas relacionados à qualidade do ar, como sua acidentada topografia, a presença do mar, o clima tropical, e a estes fatores físicos soma-se sua heterogênea e intensa ocupação do solo. Isso tudo atinge a população da cidade, bem como, também atinge o Parque Nacional da Tijuca. Já com relação aos tipos de poluição, dentre as mais frequentes nas brigas judiciais em prol da preservação do meio ambiente, os relacionados ao PARNA Tijuca temos: desmatamento, destruição de ecossistemas, poluição da água, danos ao patrimônio cultural e à paisagem, entre outros danos, estão respectivamente no terceiro, sexto, sétimo, décimo e décimo segundo no ranking dos processos de litígios ambientais na Procuradoria da Justiça do Rio de Janeiro (Tabela 03).



**Tabela 03** - Frequência de processos, por tipo de poluição.

Tipo de Poluição	Capital		Interior		Total	
	N	%	N	%	N	%
1- Poluição sonora	33	24,81%	04	2,17%	37	11,67%
2- Poluição do ar	16	12,03%	06	3,26%	22	6,94%
3- Desmatamento	14	10,53%	64	34,78%	78	24,61%
4- Extração mineral	09	6,77%	21	11,41%	30	9,46%
5- Segurança da população	09	6,77%	04	2,17%	13	4,10%
6- Destruição de ecossistemas	08	6,02%	04	2,17%	12	3,79%
7- Poluição da água	07	5,26%	26	14,13%	33	10,41%
8- Patrimônio Comunitário	07	5,26%	12	6,52%	19	5,99%
9- Aterro	06	4,51%	12	6,52%	18	5,68%
10- Patrimônio Cultural	05	3,76%	04	2,17%	09	2,84%
11- Saneamento	04	3,01%	07	3,80%	11	3,47%
12- Danos à Paisagem	04	3,01%	02	1,09%	06	1,89%
13- Depósito de lixo	03	2,26%	09	4,89%	12	3,79%
14- Corte de árvores	02	1,05%	01	0,54%	03	0,95%
15- Aterro sanitário	02	1,05%	01	0,54%	03	0,95%
16- Saúde da população	02	1,05%	00	0,00%	02	0,63%
17- Fauna	01	0,75%	01	0,54%	02	0,63%
18- Lixo hospitalar	01	0,75%	00	0,00%	01	0,32%
19- Lixo industrial	00	0,00%	01	0,54%	01	0,32%
20- Indústria nuclear	00	0,00%	01	0,54%	01	0,32%
21- Agrotóxico	00	0,00%	03	1,63%	03	0,95%
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>	<b>184</b>	<b>100%</b>	<b>317</b>	<b>100%</b>

Dados do Arquivo da Equipe de Proteção ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Comunitário da Procuradoria da Justiça do Rio de Janeiro. Fonte: FUKS, 2001, p. 89.

Por esse motivo, faz-se necessário falar das diferenças, tanto em termos de grau de interesse como de quantidade de benefícios associados à proteção do meio ambiente de certa localidade. É importante perceber que o acesso e consumo desse bem (meio ambiente) nem sempre são universais, ou seja, frequentemente o interesse de proteção ambiental responde à demanda de um grupo determinado de indivíduos com interesses próprios, ocasionando uma superposição de tipos de bens e interesses em jogo, mesmo que o meio ambiente seja um patrimônio público e que toda a sociedade tenha também o interesse na sua conservação. Para Fuks (2001, p. 95-96) o tipo de assunto que predomina nos conflitos ambientais da cidade envolve considerações relativas aos procedimentos da administração pública, por meio de seus órgãos fiscalizadores e reguladores, como no caso de atividades associadas a tipos específicos de poluição

(atividades industriais, meios de transportes etc.); bem como protestos contra a especulação imobiliária e outros empreendimentos que criam condições adversas à preservação das peculiaridades da memória e da qualidade de vida local. Mas no campo da mobilização social efetiva, os grupos mais organizados e, por isso, capazes de assegurar a continuidade de suas lutas e demandas, prevalecem. Logo é privilégio, muitas vezes, do Estado e de segmentos das classes média e alta, definir e agir em nome daquilo que consideram meio ambiente e dano ambiental, e uma parcela significativa da população ainda não tomou parte desse bem de uso comum com suas próprias reivindicações (Tabela 04). No entanto, quando Fuks (2001, p. 88) fala que indivíduos e grupos de moradores, principalmente os de classe média e alta têm estimulado propostas de ações ambientais, isso não quer dizer que a população de baixa renda é pouco atuante no âmbito dos conflitos ambientais. Muitas vezes, esse “silêncio” pode está associado a fatores de diversas ordens, como a falta de informação, a não-percepção do dano, a ausência de motivação cultural, a fragilidade de recursos organizacionais, e principalmente, não se encontram organizados em grupos de moradores em prol de seus direitos. Outro dado importante, segundo Lago (2009, p. 45-46) em uma pesquisa sobre o perfil de escolarização e de renda dos conselheiros municipais, é que tais dados, parecem indicar que as organizações sociais com assentos nos Conselhos são representativas de um determinado segmento social, no sentido que apenas uma pequena parcela da população fluminense (24%) está vinculada a organizações associativas de diferentes significados nas distintas áreas da cidade. E, em geral, constata-se que quanto maiores os níveis de instrução, maiores são os níveis de vínculo à organização associativa, bem como de participação político social, principalmente, no que diz respeito às organizações sindicais e culturais. Lago (2009, p. 46) ainda afirma que esse quadro de organização associativa se reproduz na constituição de um padrão espacial de associativismo, onde as áreas habitadas por segmentos da mais alta renda e nível educacional tenderiam também a serem áreas com maior grau de associativismo, e a relação inversa, aconteceria nas áreas habitadas pelos segmentos de baixa renda e nível educacional, predominando nessas áreas o tipo de associativismo religioso em detrimento do tipo sindical, esportivo e cultural. Logo, conclui-se que os segmentos mais vulneráveis não mostram, muitas vezes, capacidade de organização e expressão dos seus interesses na cena pública.

**Tabela 04** - Frequência de denúncias, segundo os autores de denúncias, por setor.

Autor	Capital		Interior		Total	
	N	%	N	%	N	%
1- Associações de moradores	31	27,68%	16	8,99%	47	16,21%
2- Ministério Público	21	18,75%	55	30,90%	76	26,21%
3- Grupo de moradores	19	16,96%	11	6,18%	30	10,34%
4- Órgãos ambientais	17	15,18%	45	25,28%	62	21,38%
5- Indivíduos	16	14,29%	29	16,29%	45	15,52%
6- Grupos ambientalistas	07	6,25%	19	10,67%	26	8,97%
7- Executivo	01	0,89%	03	1,69%	04	1,38%
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100%</b>	<b>178</b>	<b>100%</b>	<b>290</b>	<b>100%</b>

Dados do Arquivo da Equipe de Proteção ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Comunitário da Procuradoria da Justiça do Rio de Janeiro. Fonte: FUKS, 2001, p. 87.

Na formulação do problema ambiental, prevalecem principalmente às ações relativas ao uso do solo urbano, quer sejam as atividades associadas a um grande empreendimento imobiliário ou dos processos de constituição e expansão de favelas, na qual estão em disputa valores e princípios de diversas ordens, como qualidade de vida, fins lucrativos e o direito à moradia. Ou seja, na cidade do Rio de Janeiro, os conflitos centrados no uso do solo, tendem a adquirir a forma de conflito ambiental, representando um campo de batalha pela luta relativa à ocupação e uso do solo, interpretadas e percebidas (ambas as tendências) como formas de privatização de um bem público: o mundo natural ou meio ambiente. Como todo tipo de disputa, os conflitos ambientais na cidade do Rio de Janeiro organizam-se a partir de quadros de referências e recursos culturais, ou seja, espécies de determinados repertórios argumentativos que definem o meio ambiente como problema social, e que irão orientar o debate público a respeito do tema meio ambiente, bem como alimentarão o senso comum. Nesse contexto, o simbólico e o ideológico são indissociáveis, logo esses pacotes interpretativos que definem o problema social como universal, ao organizar símbolos, confere expressão pública a interesses, ideias e valores socialmente localizados. Para Fuks (2001, p. 142) a maioria dos argumentos, veiculados à conjuntura dos conflitos ambientais no Rio de Janeiro, recorre a dois temas culturais bem amplos, ambos centrados na ‘ordem’ e na crítica ao crescimento desordenado da cidade, desembocando na visão das habitações populares/ favelas e ao expansionismo/ especulação imobiliária como os principais responsáveis pelos danos ao meio ambiente. Ou seja, o que singulariza tais fatos é a prevalência do princípio da ordem urbana e da

“legalidade” sobre a identificação do ator responsabilizado, que pode ser o Estado, as populações “faveladas”, como também os portadores de interesses econômicos poderosos, como indivíduos situados nas classes economicamente mais favorecidas. Na maioria das vezes, as populações residentes em favelas são, muitas vezes, responsabilizadas pelos danos ambientais, o que merece análise.

Como caso ilustrativo sobre os principais argumentos relacionados aos danos ambientais apresentados anteriormente, ao longo do ano de 1994, a administração do prefeito César Maia trouxe ao debate público a disputa sobre a responsabilização pelos danos ambientais à cidade do Rio de Janeiro. O caso envolvia a construção de um hotel na encosta do morro Dois Irmãos, no bairro do Leblon, como “antídoto” para a desordem urbana, conforme os argumentos utilizados. Na opinião do ex-prefeito, a justificativa para a negociação com o empresário Antônio Sanchez Galdeano para a construção do hotel Niemeyer era que: “Fiz [o] acordo para evitar a favelização da área. É para evitar um mal maior”<sup>57</sup> (JORNAL DO BRASIL, 1994 apud FUKS, 2001, p. 150). Segundo a opinião do Ministério Público, são esses “poderosos interesses econômicos” que, na prática, determinam a política urbanística do Rio de Janeiro, tendo, portanto, a compreensão da política urbana como resultado da força do empreendedor junto à Administração Pública, representada, nesse caso, pela Prefeitura. Já as ações civis públicas envolvendo comunidades de baixa renda enfatizam que “inúmeros são os complexos comerciais e industriais – e condomínios ali próximos, os quais, certamente, também são causadores de danos ao meio ambiente e, acrescente-se, em maior grau” (FUKS, 2001, p. 158). Já a opinião do presidente da Comunidade do Alto Leblon (CAL) foi a que segue:

A discussão sobre o hotel Niemeyer é polêmica. De um lado estão aqueles que são absolutamente contra, pois preveem a descaracterização de uma das mais notáveis paisagens do mundo. Do outro, os que são a favor por acreditarem ser o hotel o antídoto certo para o processo de favelização em curso nas fraldas do morro. [...] Na verdade essas posições são reações a um problema muito mais grave e que afeta o Rio de Janeiro de uma forma muito mais ampla: a criminoso omissão do poder público na preservação de seu patrimônio. [...] Está na hora de alterarmos, com a nossa atuação e participação, o destino desta cidade, protegendo-a da ganância de uns e da omissão e incompetência de outros. Uma política definitiva de horizontalização da Cidade tem que ser adotada, e medidas práticas como a redução do gabarito em toda Zona Sul têm que ser objeto de

---

<sup>57</sup> Jornal do Brasil, 28/05/1994, p. 10.

nossa mobilização e intransigência. Da mesma forma devemos enfrentar o processo de favelização das encostas, que conta com a criminosa convivência de nossas autoridades, seja por sua omissão no que respeita à obrigação constitucional de prover moradias e preservar as áreas públicas, seja por descaso com a segurança e dignidade de significativa parcela da nossa população submetida à vida desumana desses guetos contemporâneos. No que respeita à briga do hotel Niemeyer seria muito bom se os ‘pró-hotel’ atuassem decididamente, no exercício de sua cidadania, na tarefa de proteger aquela área, sem delegar ao hotel essa função. Também seria muito bom se os ‘contra-hotel’ demonstrassem a mesma intransigência e indignação em relação ao crescimento da favela aí existente, por uma simples questão de coerência. (JORNAL DO BRASIL, 1994 apud FUKS, 2001, p. 147-148).

É importante salientar que a associação entre favela e degradação ambiental não é fortuita e, o ponto de partida desse diagnóstico é que a crise do Rio de Janeiro não deve ser qualificada como uma crise econômica ou social, e sim, como uma crise eminentemente urbana de uso do solo, na qual o poder público é o maior responsável. No caso das encostas do Maciço da Tijuca, já se tinha indícios desde o início do século XX de ocupações por favelas nessa região, no entanto, tal processo, acelerou-se a partir da década de 1940, quando as taxas de crescimento econômico e demográfico da cidade atingiram níveis altíssimos. Para Castro (2004, p. 178) essa visão da favela e seus moradores como problema ambiental/ urbano levou em 1948 o jornalista Carlos Lacerda a iniciar uma campanha, apoiada intensamente pela imprensa, de combate às favelas, afirmando que estas não eram mais um problema localizado ou apenas de habitação, mas um problema que atingia dimensões sociais, psicológicas, sanitárias e educacionais. Esse movimento ficou conhecido como “Batalha do Rio” e propunha pela primeira vez a criação de uma coordenação para tratar o problema das favelas não mais de forma isolada, mas centralizada. As iniciativas desencadeadas por Lacerda e a imprensa em geral tiveram um papel importante do ponto de vista na consolidação de uma visão negativa sobre as populações das favelas, escamoteando o problema, falta de políticas públicas, e desviando a atenção dos responsáveis de fato, o governo.

Enquanto em outras cidades essa fronteira está na periferia do núcleo central, na cidade do Rio de Janeiro, a “periferia é interior”, em local inadequado para o crescimento urbano, ou seja, nos altos dos morros. Contudo, deve-se destacar que as encostas do Maciço da Tijuca não estão apenas ocupadas por favelas, os loteamentos legalizados já eram registrados no início do século XX, sendo sua presença intensificada

por volta da década de 1950. As crises sucessivas de recessão econômica na década de 1980 repercutiram num agravamento da crise habitacional, redefinindo a relação entre a cidade e o maciço: de um lado a necessidade de preservação da floresta, dos mananciais fluviais e, por outro, a ocupação crescente das encostas pelos ricos, pela classe média e pelos pobres (FRANCISCO, 1995, p. 79-80). De acordo com o atual plano de manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 289), em relação ao Maciço da Tijuca, observa-se a presença de elevado número de assentamentos de baixa renda margeando os quatro setores do Parque, a citar: na face voltada para a Zona Sul da cidade, encontram-se as favelas da Rocinha, Vidigal, Dona Marta, Guararapes, Cerro-Corá e mais uma dezena delas no limite da faixa litorânea da cidade. Na vertente Norte, encontra-se provavelmente a maior concentração da população de baixa renda, como favelas do Salgueiro, Formiga, Borel, Casa Branca, Mata Machado, Tijuaçu, entre outras catalogadas ou não pelo Poder Público. E, nas encostas voltadas para o Oeste, onde a cidade mais cresce hoje em dia, têm se multiplicado as ocupações irregulares como o Barão, o Morro da Iguaíba, Vila Campinho e Nova Rocinha. E, para especialistas ambientais, tais comunidades podem representar uma ameaça ao Parque Nacional da Tijuca, seja pela possibilidade de degradação ambiental por adjacência ao limite da unidade de conservação, pelo elevado grau de densidade populacional e potencial de crescimento desordenado, pela ocorrência de acampamentos clandestinos e pela paralisação de projetos socioambientais (PEIXOTO et. al., 2005, p. 26).

Segundo Fuks (2001, p. 176-177), em 11 de julho de 1991, o Ministério Público propôs a primeira ação contra o município do Rio de Janeiro, responsabilizando-o por omissão em relação ao desmatamento no Parque Nacional da Tijuca. Tal ação objetivava a proteção do PARNA Tijuca e de seu entorno que estavam sendo ocupada por uma nova área, denominada Vila Verde, dentro da favela-bairro da Rocinha; pedindo assim, a remoção dessa população da Vila Verde. Em termos jurídicos o conflito envolve duas instituições públicas, mas em termos de realidade local, o combate se refere a duas comunidades bastante heterogêneas, ou duas classes sociais diferentes: os moradores de São Conrado, representados pela Associação dos moradores e Amigos de São Conrado (Amasco), e os moradores de favelas. No caso do primeiro grupo, consiste em pessoas que fizeram a escolha de residir em São Conrado arcando com um pesado ônus, como preços altos para construir suas residências, adequando-as às rígidas normas idílicas para áreas de encostas e altos impostos territoriais. Já no caso

do segundo grupo, envolve a dinâmica perversa, no contexto de mudança do status da Rocinha de favela para bairro, onde na fuga de altos aluguéis, a população carente é mais uma vez vítima da especulação imobiliária. Bem como, o descaso e falta de vontade política do poder público em investir em Programas de Habitação, mas, na contra partida, as favelas tornam-se ótimos locais de especulação política/eleitoreira, espécie de “currais eleitorais”<sup>58</sup>.

Seguindo essa questão da situação fundiária, o plano de manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 218) enfatiza que ao analisar o histórico de criação do Parque Nacional da Tijuca, verifica-se que grande parte de sua área pertence à União, cerca de 70% da área do Parque são formadas por Florestas da União, conforme levantamento fundiário realizado nos cartórios dos serviços de registro de imóveis da Cidade do Rio de Janeiro. Mas, outros fatores que acirram os conflitos ambientais no entorno e nas áreas do Parque é que, dentro dos limites do PARNA Tijuca existem também diversos residentes, na grande maioria irregular. De acordo com o Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 216-217) com base em levantamento cadastral, atualmente, existem cerca de 75 domicílios, num total de 350 moradores, residindo no interior do Parque. Dentre eles, muitos são funcionários aposentados de diversas instituições públicas que, construíram suas residências antes da área se tornar um Parque Nacional ou aqueles que durante algum tempo desempenharam atividades e funções na área do Parque, poucos ainda são funcionários do Estado na ativa, a saber: 13 servidores (17%) da Prefeitura do Rio de Janeiro, e 2 servidores do IBAMA em exercício na esfera federal (3%), cinco servidores do Parque Nacional da Tijuca (7%) e 2 funcionários da concessionária Estrada de Ferro Corcovado (ESFECO), representando 3% dos funcionários. Há também os descendentes destes e outros que ocuparam imóveis abandonados. O perfil socioeconômico predominante é de baixa renda, de renda familiar entre um a três salários mínimos mensais. As residências estão localizadas geralmente em núcleos situados no interior do setor Floresta da Tijuca (Largo do Mayrink “A Fazenda”, Açude da Solidão, Hípica e próximo ao Restaurante

---

<sup>58</sup> Curral eleitoral é uma expressão utilizada por historiadores brasileiros na República Velha (1889-1930) que indicava uma região onde um político possuía grande influência, é bastante conhecido ou onde é muito bem votado. A origem da expressão vem do tempo em que o voto era aberto no Brasil. Assim, os coronéis mandavam capangas para os locais de votação, com objetivo de intimidar os eleitores e ganhar votos. As regiões controladas politicamente pelos coronéis eram conhecidas como currais eleitorais. Nesses locais o coronel oferecia ao eleitor trabalho, dinheiro, moradia, para votar em seu candidato. Atualmente, ainda se usa essa expressão para definir uma forte intimidação e pressão a eleitores, em geral, de baixa escolaridade e poder aquisitivo.

dos Esquilos), setor Serra da Carioca (Avenida Edson Passos, Estrada do Redentor e Silvestre) e no setor Pedra Bonita.

Outra questão que suscita polêmica e conflito para a proteção do Parque Nacional da Tijuca está relacionada à ocupação das empresas de comunicação no morro do Sumaré. Devido, principalmente por suas características topográficas, a Serra do Sumaré tornou-se locus preferencial e estratégico para a instalação de empreendimentos de comunicação como antenas, torres de rádio difusão, telecomunicações e de transmissão de energia. Segundo o Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ICMBio, 2008, p. 267), atualmente estima-se que estejam instaladas nesta área estruturas, como torres e antenas, de cerca de 300 empresas. De acordo com Almeida e Peixoto<sup>59</sup> (1997 apud LIMA, 2007, p. 24), os registros das primeiras autorizações para a ocupação de áreas do PARNA Tijuca e para implantação dessas atividades, remetem ao início dos anos de 1970, quando o IBDF autorizou, a título precário e gratuito, as primeiras construções e instalações de torres e equipamentos de transmissão, de entidades públicas e privadas, no alto do morro do Sumaré. No entanto, a retirada dessas instalações, atingiria as emissoras de rádio, telefonia celular e televisão, bem como de órgãos governamentais, inclusive os de segurança pública. Uma solução deveria ser tomada para viabilizar esta questão. Assim, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com as empresas, e um estudo técnico para sua futura retirada do Sumaré, pois a legislação não permite esses tipos de atividades dentro de Unidades de Conservação, portanto determinados licenciamentos não são possíveis. Também se elaborou um modelo de valoração econômica que abrange os impactos ambientais provocados por essas instalações e os instrumentos jurídicos pertinentes à regulamentação de medidas compensatórias que auxiliem no trabalho de proteção, manutenção e recuperação das unidades de conservação brasileiras que convivem com essa situação de conflito, espécie de atividades de mitigação de impactos. Para Lima (2007, p. 24) um dos primeiros passos para o sucesso dessa estratégia é diferenciar as antenas que são de utilidade pública, consideradas fundamentais para o uso da população, tanto de radiodifusão e de telecomunicações, daquelas outras de uso privado (Figura 12, p. 137). No entanto, para especialistas ambientais, a permanência e implantação de novas torres de televisão no Sumaré contribuem para a desestabilização

---

<sup>59</sup> ALMEIDA, M. C.; PEIXOTO, S. L. Valoração da taxa de ocupação - um novo desafio para o Parque Nacional da Tijuca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais..., V. 2. Curitiba: Unilivre, 1997.



das encostas do Parque, e ampliam um quadro favorável à ocorrência de incêndios florestais (MMA/ ICMBio, 2008, p. 228). Quanto às execuções de medidas compensatórias aos impactos ambientais causados pelas atividades dessas empresas, nada foi feito até então, nenhuma ideia conseguiu sair do papel de fato e se concretizar em acordos reais.

**Figura 12** - Posicionamento das antenas e torres na área interna do Parque Nacional da Tijuca, morro do Sumaré.



Fonte: MMA/ ICMBio, 2008, p. 268.

Seguindo esse mesmo processo de atividades compensatórias dos impactos realizados ao PARNA Tijuca, encontra-se a CEDAE (Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), empresa concessionária dos serviços de água e esgoto<sup>60</sup>. É proibida a captação de água dentro dos limites e adjacências do Parque, mas a CEDAE realiza captações no PARNA Tijuca e Tinguá de forma oficial, contudo, é necessária a desmobilização desta atividade, pois há inúmeras interferências dos processos de captação de água na conservação ambiental. Importa lembrar que a Floresta da Tijuca deve sua existência a seu papel como nascedouro de mananciais; afinal seu

---

<sup>60</sup> A CEDAE capta água nos mananciais localizados na Floresta da Tijuca (na Cascatinha, na represa Mayrink e nos rios Solidão e Bela Vista) e na Serra da Carioca Gávea Pequena (Rio Mocke), nos contribuintes da bacia do Rio Cachoeira; e naqueles localizados nas Paineiras (Rio Paineiras e Represinha), e nos contribuintes da bacia do Rio Carioca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 269).

reflorestamento teve por motor principal a recomposição das matas nas cabeceiras dos rios, de modo a acabar com as recorrentes secas que assolavam a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, segundo o artigo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, TCMRJ, intitulado “Mananciais e Parques Nacionais Urbanos”, escrito pelo ex-Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes, o ambientalista e diplomata Pedro da Cunha e Menezes, empossado no evento da Rio+20 em 2012 e exonerado em 27 de março de 2013<sup>61</sup>, as captações da CEDAE, localizadas em sua maioria nas bordas da Floresta da Tijuca, não representam grande dano ambiental ao Parque, seu maior problema, está mais ligado ao lazer que a qualquer outra coisa. Embora a legislação atual (como determina o Art. 47 da Lei que criou o SNUC- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) determine que a captação de água em Parques reverta compensação financeira para as áreas afetadas, a situação atual, de acordo com a opinião de Pedro da Cunha e Menezes, é bem diferente.

Nem a Pedra Branca nem a Tijuca recebem hoje qualquer investimento extra pelo fato de que a seus usuários seja legalmente vedado o banho de cachoeira, tão comum em outras unidades de conservação; à Tijuca chega-se ao absurdo de lhe ser cobrada conta de água. Absolutamente pressionada por falta de recursos, a CEDAE não tem sido capaz sequer de garantir a vigilância adequada das caixas d'água, que via de regra têm se transformado em piscinas gratuitas, com graves riscos para a saúde pública. [...] A CEDAE poderia contribuir, cumprindo a lei que determina compensação financeira pela captação de água em Parques. Essa compensação poderia ser em forma de salário para guardas florestais especialmente designados para patrulhar os mananciais, o que, em última análise, é um interesse também da própria CEDAE. (MENEZES, S/DATA).

---

<sup>61</sup> Segundo reportagem do Portal Guandu de 29/03/2013, Pedro Menezes foi exonerado do cargo que assumiu há poucos meses devido ao plano de aumentar o uso público das Unidades de Conservação. Pedro Menezes assumiu o cargo de diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação com uma ideia fixa na cabeça: defender o uso público dos parques nacionais. Ganhou adversários dentro do Ministério do Meio Ambiente entre aqueles que defendem que o uso público deve ser feito com cuidado e só em parques que contam com estrutura ideal. Pedro Menezes foi um dos padrinhos do Projeto Transcarioca, uma trilha de 150 quilômetros de extensão que não só cruza o Parque Nacional da Tijuca como o liga a Unidades de Conservação estaduais e municipais no Rio de Janeiro. O trajeto final levaria o andarilho do Pão-de-Açúcar até Guaratiba. Antes de fazer parte da equipe do ICMBio, Menezes foi colunista de ((o))eco desde a criação do site, em 2004. Suas colunas em que explorava e analisava parques nos quatro cantos do mundo ganharam um blog próprio dentro do ((o))eco, o Palmilhando. Durante dois anos, de 1999 a 2000, foi Chefe do Parque Nacional da Tijuca. Ele também é um diplomata de carreira. Em 2011, completou o Curso de Altos Estudos em Diplomacia do Itamaraty com tese sobre administração de parques transfronteiriços, baseada em pesquisa feita durante sua estada como Cônsul brasileiro na Cidade do Cabo, África do Sul. Para maiores informações ver: <<http://portalguandu.com.br/noticia/3530/icmbio--cai-diretor-que-apoiava-abertura-dos-parques->>. Acessado em: 20 de mar. de 2013.

De acordo com Lima (2007, p. 25) a orientação da CEDAE seria diminuir a captação de água no PARNA Tijuca e ampliar esse entendimento dentro da empresa, tanto que vem mantendo um representante no Conselho Consultivo do Parque. No entanto, segundo o antigo administrador do PARNA Tijuca, Ricardo Calmon (chefe do Parque Nacional da Tijuca entre 2007 a 2009) nenhuma negociação de termos compensatórios foi realmente formalizada em termos legais, e isso perdura até os dias de hoje.

Nunca se teve fôlego para abrir uma discussão com eles (CEDAE) no sentido que a gente começou a abrir com outras empresas, por exemplo, a Light, que tem rede de transmissão lá dentro... A TV Globo a gente está trabalhando também. Com a CEDAE, a nossa intenção também é, enquanto eles estiverem lá dentro, trabalhar no sentido de que haja uma compensação sobre ações mitigadoras e compensatórias para esse uso do recurso, enquanto eles não conseguem desmobilizar. Obviamente, a gente também não vai chegar de uma hora para outra e cortar a água de uma parcela da população, não é a nossa intenção. Mas, que pelo menos o ‘ganho ambiental’ fique evidente: já que está havendo a captação, que tenha um menor impacto ambiental. E, além disso, traga um ganho, por meio de outras medidas compensatórias. (CALMON, 2007 apud LIMA, 2007, p. 25).

Outro dado relevante é que as estradas que cortam o PARNA Tijuca promovem uma compartimentação setorizada da vegetação e ameaçam a integridade ambiental do Parque. A Avenida Edson Passos, localizada no Alto da Boa Vista separa o setor Floresta da Tijuca do setor Serra da Carioca; a Estrada das Canoas e Gávea Pequena separa o setor Serra da Carioca do setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea; e a Avenida Menezes Côrtes (antiga Estrada Grajaú - Jacarepaguá) separa o setor Pretos Forros e Covanca do setor Floresta. Algumas dessas vias (Edson Passos e Menezes Côrtes) são extremamente movimentadas e dificultam o tráfego da fauna terrestre entre os setores, podendo implicar na insularização<sup>62</sup> de populações de animais silvestres, afetando diretamente a biodiversidade deste ecossistema. Outro fator a destacar é o efeito de borda que ocorre na vegetação e que é causado, principalmente, pela poluição atmosférica. Este efeito no Parque Nacional da Tijuca provoca o comprometimento da vegetação, observando-se o crescimento de espécies competidoras, como as trepadeiras, lianas e cipós cujo peso nas copas das árvores provoca a queda das mesmas e,

---

<sup>62</sup> Isolamento em ilhas.

consequentemente, contribui para a erosão do solo desprotegido (MMA/ ICMBio, 2008, p. 268-269).

Os conflitos enumerados anteriormente são apenas exemplos de situações adversas que perduram por anos no Parque Nacional da Tijuca, devido aos entraves econômicos, políticos, jurídicos, sociais e culturais. A estas se acrescentam as questões relativas à regularização e adequação das atividades comerciais praticadas na área do Parque. Para o Plano de Manejo (MMA/ ICMBio, 2008, p. 217-218) o PARNA Tijuca apresenta grupos que tem interesses em atuar junto ao Parque e áreas do entorno, no qual identifica a existência de aproximadamente:

- Cerca de 250 empresas privadas em operação na área, em especial do Corcovado, como as de turismo, comércio, comunicação e filmagem, dentre outras;
- Cerca de 35 empresas públicas ou agências de governo (secretarias municipais e estaduais, consulados estrangeiros, forças armadas, universidades, museus etc.);
- 68 concessionários (telecomunicações, radiodifusão, transporte, segurança, serviços públicos, restaurantes, comércio varejista etc.);
- 20 prestadores de serviços (segurança, iluminação, serviços de escritório, coleta de lixo, telefonia, ações ambientais, ações especiais, etc.);
- 13 institutos de pesquisa (universidades, ONG, museus, fundações etc.);
- 15 outras entidades civis (religiosas, sem fins lucrativos, associações de moradores, esportivas etc.).

Com relação aos concessionários, segundo o Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 218), um levantamento detalhado identificou a existência de 11 processos judiciais relativos às lojas e restaurantes situados no Corcovado e no setor Floresta da Tijuca. Até 2008, ano da publicação do atual Plano de Manejo do Parque, ainda em vigor, os comerciantes não tinham suas atividades regularizadas e adequadas à legislação pertinente aos parques nacionais. Constata-se, pois, que desde a conclusão do primeiro Plano de Manejo do PARNA Tijuca, em 1981, o IBAMA não agiu de forma pró-ativa para regularizar suas antigas concessões. No caso do Corcovado, esses estabelecimentos foram construídos por seus proprietários antes da instalação da estátua do Cristo Redentor e ainda hoje persiste o impasse jurídico que dificulta a afirmação de um contrato de concessão adequado. Nesta mesma

situação estão os restaurantes Floresta e Esquilos, localizados na Floresta da Tijuca, que não foram construídos pelos proprietários, mas lhes foram cedidos pelo administrador da Floresta, Raimundo de Castro Maya, na década de 1940 (MMA/ ICMBio, 2008, p. 272). Segundo Calmon (apud LIMA, 2007, p. 19), para as autoridades do PARNA Tijuca, os principais problemas no setor Corcovado são “os derivados de capacidade de carga extrapolada”, pela grande aglomeração de pessoas/ visitantes sem controle e planejamento. Pois, é importante salientar que a área do Corcovado é a mais explorada economicamente.

Por outro lado, é verdade que o Parque Nacional da Tijuca apresenta algumas possibilidades para a delegação de serviços à iniciativa privada. O Plano de Manejo prevê a concessão de serviços de alimentação, transporte, hospedagem, guia e outras atividades de apoio ao turismo em contato com a natureza. No entanto segundo o atual Plano de Manejo do Parque (MMA/ ICMBio, 2008, p. 256) a falta de implantação do subprograma de Turismo, proposto no plano de manejo de 1981, mostrou-se evidente a inexistência de controle de algumas atividades turísticas. Contudo, é importante mencionar, assim como salienta Santos (2010, p. 17) que com relação à base legal para concessões de serviços, no Brasil não existe uma legislação específica para concessão em áreas protegidas, sendo, nesse caso, utilizada a legislação geral que regulamenta as concessões para todos os Serviços Públicos Federais<sup>63</sup>. Importa ressaltar, que as concessões de serviços funcionam via concorrência pública e licitação, o ICMBio oferece à sociedade empresarial uma oportunidade para desenvolver esse tipo de atividade nos Parques Nacionais. Para o ICMBio as concessões são mais que uma forma de captar recursos, é também uma questão de arrumar parceiros, pois seu principal objetivo é disponibilizar serviços de qualidade aos visitantes, administrados por

---

<sup>63</sup> A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Art. 2º - Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão; II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado; III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado; IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

iniciativas privadas, enquanto o poder público se ocupa em zelar pela integridade dos ecossistemas, bem como do patrimônio histórico e cultural nesta área protegida. Os serviços concedidos à iniciativa privada vão desde a simples administração de uma lanchonete até uma atividade mais complexa, como, por exemplo, o desenvolvimento de um passeio, que envolve o planejamento do roteiro, a preparação do local, um meio de transporte, etc. Tudo é feito por meio de licitações, mas a ideia é tratar os empresários que vão lidar com essas concessões como verdadeiros parceiros da gestão pública, que vêm a contribuir para a melhoria da qualidade de um serviço de uso público. No entanto, segundo a legislação, tudo é feito com base em um Plano de Manejo, um instrumento técnico de planejamento que é específico para cada Parque Nacional. Ele leva em conta as características daquele Parque, detalha aquilo de que ele dispõe, define até onde pode ir e lista os serviços que podem ser ofertados na sua área. Tem também os Termos de Referência (TR), que detalham, um a um, esses serviços listados no Plano de Manejo. Por exemplo: no Plano de Manejo, foi definido que é viável e interessante que haja um passeio de bicicleta no Parque. O Termo de Referência deve detalhar as minúcias desse projeto, ou seja, como o passeio será realizado, em que horários deverá funcionar, que tipo de bicicleta deve ser oferecido, que tipo de cuidados a concessionária deverá ter, as necessidades de primeiros socorros, as restrições ambientais, etc. No Termo, também são definidas questões como valores a serem cobrados e o percentual a ser repassado ao Órgão Gestor. Todos os editais de licitação são acompanhados de um Termo de Referência, que já delimita a forma pela qual os interessados devem apresentar suas propostas.

No caso do PARNA Tijuca, como já foi dito anteriormente a administração do Parque implantou um Sistema de Padrão de Conduta junto com as empresas que atuam ou prestam serviços dentro do Parque. Mas, infelizmente, essa avaliação não procurou mensurar as possíveis emissões de gases poluentes dos veículos utilizados e tampouco seus efeitos sobre a fauna e a flora. A maneira correta de incentivar e promover atividades como essa, a outros exemplos de procedimentos, é efetuando estudos de avaliação de impactos ecológicos e, posteriormente estabelecer as regras, as normas e os limites para atuação de cada empresa. E, Alves (2011) em pesquisa de campo sobre os serviços prestados no Corcovado, tanto pela empresa de transporte ferroviário como o transporte de vans, ilustra bem, a falta de planejamento e de fiscalização do Parque com relação a essas atividades de apoio a visitação.

Analisando os indicadores e a qualidade do serviço sob o prisma ambiental, salienta-se que durante o trajeto da van é perceptível os ruídos dos motores, fumaça e conseqüente escapamento de gás dos veículos. Para minimizar estes impactos negativos na fauna e flora, é indispensável que ocorra a fiscalização e manutenção constante dos veículos que circulam nestas áreas, principalmente por estarem operando dentro de um Parque Nacional. (ALVES, 2011).

E, tanto o Plano de Manejo não apresenta claramente seu sistema de concessões ou permissões de serviços a terceiros, quanto o Parque não possui um Termo de Referência de suas atividades. Somente no Concurso Público Nacional do Complexo - Hotel Paineiras foi realizado um Termo de Referência (TR) para concorrência pública e licitação de empresas para realização de Estudo Preliminar de Arquitetura e Urbanização e posterior concessão para exploração turística do local<sup>64</sup>. Apenas, recentemente, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade publicaram um TR para contratação de pessoa jurídica para elaborar o “Estudo de Potencial de Captação de Recursos por meio da Adoção de Áreas e Patrocínio ao Parque Nacional da Tijuca”. A ação dá início aos trabalhos no âmbito da parceria em prol do Parque, assinada em março de 2013<sup>65</sup>.

O PARNA Tijuca se distingue da maioria das unidades de conservação brasileiras pela intensidade da visitação e diversificação de atividades. De acordo com o atual Plano de Manejo do Parque (MMA/ ICMBio, 2008, p. 256-257) a participação da iniciativa privada, em especial das operadoras de turismo, organizações não governamentais e clubes de serviço, perfazem um total de 50 instituições que atuam nas atividades de uso público (Quadro 06). No entanto, o mesmo documento cita que esse tipo de atuação não tem qualquer relação com o Parque, as operadoras atuam de forma independente na exploração dos atrativos turísticos do Parque, ou seja, muitas não passaram por processo de licitação ou concorrência pública para explorarem turisticamente a área. Somente, a partir de 06 de janeiro de 2010, através do Ofício

---

<sup>64</sup> Para maiores esclarecimentos ver Termo de Referência Concurso Complexo – Hotel Paineiras. Disponível em: <[http://www.iabrj.org.br/concursopaineiras/Conteudo/Paineiras\\_Termo\\_Referencia\\_090629.pdf](http://www.iabrj.org.br/concursopaineiras/Conteudo/Paineiras_Termo_Referencia_090629.pdf)>. Acessado em: 20/03/2013.

<sup>65</sup> Para maiores esclarecimentos ver Termo de Referência 01 - Contratação de “Estudo de potencial de captação de recursos por meio de adoção de áreas e patrocínio ao Parque Nacional da Tijuca, município do Rio de Janeiro-RJ”, a ser coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação SOS Mata Atlântica: Disponível em: <[http://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2013/04/TR1\\_Tijuca\\_2013.pdf](http://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2013/04/TR1_Tijuca_2013.pdf)>. Acessado em: 03/04/2013.

circular nº 02/2010<sup>66</sup>, foi que o ICMBio e o PARNA Tijuca iniciaram um cadastramento de guias de turismo e condutores de visitantes, bem como das empresas e associações que realizam o trabalho de visitação turística no âmbito desta Unidade de Conservação, buscando assim, entrar em consonância com a legislação e as normas vigentes na unidade, como Lei Nº 9.985/2000, Lei Nº 9.605/98, Decreto Federal Nº 6.514/08, Decreto Nº 4340/02, Portaria MMA Nº 120 de 12/04/2006, Portaria ICMBio Nº 40 de 25/06/2008, Instrução Normativa Nº 8 de 18/09/08, entre outras. Segundo o próprio Ofício, esta medida, além de legalmente necessária, possibilitará conhecer o universo de pessoas e empresas que atuam dentro do Parque, e avaliar a maneira como desenvolvem suas práticas, criando assim, um canal de comunicação entre as partes. Além do cadastramento, o PARNA Tijuca oferecerá cursos básicos de capacitação, de caráter obrigatório, para todos os profissionais que atuam na condução de visitantes. Notificando os profissionais que não estiverem devidamente credenciados para exercerem a função de guia dentro de seus limites e proibindo seu acesso até que regularizem o credenciamento. A partir de então, o recadastramento é anual.

**Quadro 06** – Relação das principais Operadoras, Agências e Clubes de Serviços de Turismo que atuam no Parque Nacional da Tijuca.

<b>Operadoras</b>	<b>Atividade Desenvolvida</b>
Indiana Jungle	Transporte
Private Tour	Transporte
Jeep Tour	Transporte
Rio by Jeep	Transporte
Tandem Flight	Voo livre
Ar Livre Turismo Ecológico	Voo livre
Sky Center Rio	Voo livre
Assoc.de Vôo livre do RJ	Voo livre
Limite Vertical	Rapel/escalada
Azimuth Expedições Montanhismo	Montanhismo
Ecobrax	Montanhismo
Jequitibá Turismo Ecológico	Montanhismo
Azimuth Expedições	Montanhismo
Igarapé Expeditours	Montanhismo
Curtirio	Montanhismo
Projeto Ecotribo Montanhismo	Montanhismo

<sup>66</sup> Para maiores informações sobre o Ofício de Cadastramento de guias de turismo, condutores de visitantes, empresas e associações que realizam trabalho de visitação turística no âmbito do PARNA Tijuca, ver Ofício na íntegra. Disponível em: <[http://parnatijuca.blogspot.com.br/2010\\_01\\_01\\_archive.html](http://parnatijuca.blogspot.com.br/2010_01_01_archive.html)>. Acessado em: 20/03/2013.



Rio Adventures Montanhismo	Montanhismo
Rio Hiking Montanhismo	Montanhismo
Novos Rumos	Montanhismo
Qualitours	Montanhismo
Rio Turismo Radical	Montanhismo
Trilharte Ecoturismo	Montanhismo
Centro Excursionista Brasileiro	Montanhismo
Centro Excursionista Light	Montanhismo
UNICERJ – União de Caminhada, Escalada do RJ	Montanhismo
Instituto Pedra da Gávea	Montanhismo
Ecoando	Caminhadas e montanhismo
Clube do Turismo Ecológico Caminhadas	Caminhadas
Grupo Caminhante Independente	Caminhadas
Grupo Caminhadas Zona Oeste	Caminhadas
UEB – União dos Escoteiros do Brasil	Caminhadas
Tangará (Agência de Viagem)	Caminhadas ecológicas
Verde Brasil (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Adventure World (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Convencional (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
GB Internacional (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Top Tours Brasil (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Abreu (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Blumar (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Del Bianco (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Rentamar (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Turismo Clássico (Agência de Viagem)	Turismo Receptivo
Vegerio – Grupo de Apoio ao Turismo Ecológico	Atividades sociais e recreativas
Instituto Ecoturismo do RJ (IERJ)	Estudos Ambientais
Instituto Terra Brasil (OSCIP)	Parceiro em Projetos
Instituto Terra Limpa (ONG)	Parceiro em projetos
Núcleo de Artes Integr. Ambiental	Projetos especiais

Fonte: MMA/ ICMBio, 2008, p. 257.

Por esse motivo, outra questão relevante que envolve segurança e proteção do Parque Nacional da Tijuca numa visão mais ampla é o turismo exploratório, ou seja, a sobrecarga e ação irregular/ intimidatória de táxis e vans, flanelinhas, desvio de dinheiro da arrecadação dos ingressos e abertura de clareiras para ampliação de vagas de estacionamento irregulares (LIMA, 2007, p. 21). No que diz respeito aos serviços de transporte, duas empresas operam no parque para viabilizar o acesso ao Corcovado. A empresa Esfeco opera, sob o regime de “concessão”, no trem do Corcovado. Já a empresa Beltour opera o sistema de vans, por meio da modalidade “permissão”, que

permite o acesso ao Corcovado pela estrada das Paineiras. São bem constantes as tensões entre os Administradores das empresas que operam turisticamente no Parque com as medidas de conservação de uma área de preservação ambiental. Segundo O analista ambiental do IBAMA-RJ, Rogério Rocco, essas empresas

têm agido historicamente com uma liberdade, com uma arrogância, que não lhe é permitida, porque ele é um concessionário de um serviço público que funciona no interior de um Parque Nacional. Ele tem que se submeter às regras de funcionamento do Parque. [...] Mas a violação de regras do Parque por parte do concessionário do trem tem sido rotineiro. (ROCCO, 2007 apud LIMA, 2007, p. 21)

A citar, outros exemplos:

- De acordo com reportagem online da Agência Brasil em 13/02/2009, a empresa que administra o trenzinho do Corcovado, a ESFECO, foi obrigada, segundo decisão liminar concedida pela Justiça Federal da 2º Região e atendendo a Advocacia Geral da União (AGU), a reduzir de R\$ 45 para R\$ 36 o preço das passagens até o Cristo Redentor e ainda a devolver aos usuários o dinheiro cobrado a mais pelos bilhetes. No processo, o procurador Daniel Levy argumentou que o valor do passeio estava acima do definido no contrato de concessão do serviço com a União. Na decisão, a Justiça Federal entendeu que o aumento das passagens pela Esfeco “foi arbitrário e ilegal, desrespeitando o contrato de licitação”<sup>67</sup>. Desde então, o valor da tarifa do transporte ao Corcovado é fixada em tabela autorizada em Reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, podendo ser reajustada anualmente.
- Já Lima (2007, p. 21) e notícias online do Ministério Público Federal (MPF), enfatizaram um caso policial, no qual o IBAMA conseguiu, juntamente com a Polícia Federal, em 2007, desarticular uma complexa quadrilha que atuava no desvio de recursos da cobrança de ingressos no Parque Nacional da Tijuca - Monumento Cristo Redentor. A Operação policial, denominada Iscariotes, estima, pelos cálculos da Polícia Federal, que eram desviados R\$ 300 mil reais, por mês. A quadrilha se apoderava de 90% da arrecadação da bilheteria. Os envolvidos são funcionários das empresas de cobrança dos ingressos (Trade-

<sup>67</sup> Disponível em: <<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2009-02-13/justica-obriga-empresa-que-opera-trem-do-corcovado-reduzir-preco-da-passagem>>>. Acessado em: 16/09/2012.

Rio) e de Vigilância (Juiz de Fora), contratadas por licitação pelo IBAMA. Também participavam do esquema policiais militares do Batalhão de Turismo e funcionários da empresa de turismo Jeep Tour. Todos dividiam parte da verba arrecadada pela cobrança dos bilhetes para entrada no Parque. Na época a tarifa era de R\$ 5,00 por carro e mais R\$ 5,00 por cada ocupante do veículo. A partir do desmantelamento do esquema criminoso, em 10/05/2007 ficou suspenso o acesso de carros particulares ao Corcovado. Devido a isto, o IBAMA propôs um novo sistema de cobrança, feito por meio de catraca e de acesso com uso de Vans licitadas, a partir de novas contratações. Foram presas 20 pessoas dos 23 mandados de prisão expedidos pela Justiça, e, segundo a PF, o esquema criminoso existia há pelo menos dois anos, mas há relatos de desvios de arrecadação no Parque desde os anos 1990. No entanto, quem na verdade saiu prejudicada com isso tudo foi a população residente ou visitante da cidade do Rio de Janeiro e não as empresas de turismo concessionárias no PARNA Tijuca, que ainda continuam a explorar turisticamente as áreas do Parque, a exemplo da Jeep Tour que mesmo relacionada ao esquema de desvio de dinheiro continua a explorar turisticamente a área do Parque. Desde 2008 a população local ou turística da cidade foi impedida de subir de carro ou a pé ao Corcovado, e agora, ficou obrigada a pagar uma van até o Cristo Redentor, não tendo mais direito de escolha, ou sobe pelo trezinho ou de van, ambos são serviços terceirizados<sup>68</sup>.

- Outro dado interessante retirado do site do Ministério Público Federal em reportagem do dia 06 de fevereiro de 2012 é que, o MPF quer garantir o acesso de pessoas que queiram chegar a pé ou de bicicleta ao monumento do Cristo Redentor, no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. Com isso, o Ministério Público reivindica que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) precisa viabilizar a entrada e a chegada ao Corcovado a pé, sem cobrança de taxa pelo transporte. A recomendação do MPF pede também adequação das condições de acesso ao ponto turístico para que fosse possível chegar a pé ou de bicicleta com segurança, sem que a taxa de transporte fosse cobrada no preço da entrada, de modo que o valor do transporte prestado por empresa terceirizada do Parque seja cobrado apenas dos visitantes que

---

<sup>68</sup> Disponível em: <<[http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_criminal/operacao-iscariotes-mpf-rj-denuncia-quadrilha-que-atuava-no-cristo-redentor](http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/operacao-iscariotes-mpf-rj-denuncia-quadrilha-que-atuava-no-cristo-redentor)>>. Acesso em 19/06/2012.

efetivamente optem por utilizar esse serviço, em respeito ao Código de Defesa do Consumidor<sup>69</sup>. O desfecho do processo deu causa favorável ao ICMBio, validando a cobrança de ingresso para os visitantes e ou peregrinos que queiram acessar o Corcovado, mesmo que a pé. A resposta do Acórdão proferido pelo Desembargador Poul Erik Dyrlund foi que:

[...] Inicialmente, é importante salientar que a intervenção do Poder Judiciário nos atos administrativos deve se pautar pelo respeito aos poderes legitimamente conferidos aos agentes públicos, só devendo interferir quando o exercício destes poderes contraria os princípios que regem a Administração Pública. Portanto, não cabe ao juiz substituir o administrador na valoração quanto à conveniência e à oportunidade do ato, mas tão somente apreciar-lhe a validade à luz das normas superiores. Assim, em relação ao preço fixado para a utilização da área em questão, impende ressaltar que não cabe manifestação do Juízo neste sentido, tratando-se de poder discricionário da Administração. Cabe aferir, tão somente, se a cobrança de tarifa instituída pelo Réu para visitação do morro do Corcovado é legítima. Conforme visto na decisão que indeferiu a liminar, há possibilidade jurídica de cobrança pelo uso de bem público da União de uso comum do povo, conforme estabelecido no artigo 103 do Código Civil, in verbis: Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem. (grifei)

Frise-se que a cobrança da aludida tarifa foi instituída pela Portaria nº 54/08, do Ministério do Meio Ambiente, sendo certo que o Réu apenas cumpriu a determinação legal, expedindo o comunicado em questão.

Depreende-se da aludida Portaria, que apenas estão isentos do pagamento da tarifa os menores de cinco anos que viajarem no colo do seu responsável, e os estudantes cujos estabelecimentos de ensino agendem previamente a visitação junto à Administração do Parque (fl. 142). Sendo assim, assiste razão ao Réu quando afirma que o ato ministerial que instituiu a cobrança em tela, não isentou os montanhistas, os ciclistas ou os peregrinos do pagamento da tarifa, pelo que não poderia o intérprete criá-la, nem o agente público agir de forma diversa do disposto na norma. Por fim, tenho que não fere o direito de ir e vir dos montanhistas e ciclistas o pagamento da tarifa em epígrafe, já que na cidade do Rio de Janeiro existem diversas outras opções para exercício do esporte, de forma gratuita. E, quanto aos peregrinos, da mesma forma não fere o direito de realização de culto religioso, haja vista o grande número de Igrejas bem distribuídas por toda a cidade. Se alguns ciclistas, montanhistas e peregrinos optem, por preferência própria, exercer suas atividades na área do Corcovado, devem se submeter ao pagamento de tarifa, eis que o interesse pessoal dos mesmos não deve prevalecer sobre o interesse público atinente à exploração do turismo na área mais famosa da

---

<sup>69</sup> Disponível em: <<[http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_consumidor-e-ordem-economica/mpf-quer-facilitar-acesso-de-pedestres-ao-corcovado](http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_consumidor-e-ordem-economica/mpf-quer-facilitar-acesso-de-pedestres-ao-corcovado)>>. Acesso em 19/06/2012.

cidade, qual seja, o monumento do Cristo Redentor. Sendo assim, não vislumbro qualquer ilegalidade no ato administrativo ora atacado, capaz de ensejar a intervenção do Judiciário, pelo que a improcedência do pedido é medida que se impõe [...].<sup>70</sup>

Outro exemplo é a promoção dos voos de helicóptero e dos passeios de jipe pelo Parque. A empresa de helicóptero que atua na área do Mirante Dona Marta (Serra da Carioca), onde instalou um heliponto, trafega no espaço aéreo em torno ao monumento do Cristo Redentor e, em menor frequência ao redor de todo o Parque. Os voos são intermitentes e de pequena duração, sendo mais frequentes nos finais de semana e feriados, principalmente nos dias ensolarados e de boa visibilidade. O maior problema está ligado à altura da aeronave em relação ao solo e os possíveis impactos sonoros emitidos sobre os seres vivos da Floresta, bem como os possíveis danos que possam causar à estátua do Cristo Redentor, em virtude da trepidação e do forte deslocamento de ventos. Quanto aos passeios de jipe, talvez o maior problema se refira às possíveis emissões de fumaça exaladas pelos veículos das empresas de turismo que, no geral são antigos e não possuem controle mecânico similar aos dos veículos modernos. Mesmo que o Plano de Manejo (MMA/ ICMBio, 2008, p. 256) atente para tais ações de turismo exploratório dissonantes dos objetivos do Parque, as atividades são permitidas, as empresas estão cadastradas, bem como, tais serviços turísticos são divulgados no site oficial do Parque Nacional da Tijuca.

Já no setor da Pedra Bonita um frágil instrumento de parceria representado por um documento intitulado “Normas para utilização da rampa de voo livre da Pedra Bonita”, assinado pelo então Delegado Estadual do IBDF e pela Associação Brasileira de Voo Livre do Rio de Janeiro (ABVL), em 13 de outubro de 1980, sem data de validade, permite que os Clubes de Voo Livre do Rio de Janeiro se utilizem da área sem qualquer contrapartida para o Parque. Atualmente a AVLRJ é sua principal usuária. Nessa área também é intensa a visitação em função da prática de esportes radicais com voo livre e montanhismo, mas o Parque não possui controle de acesso, planejamento e segurança nessas áreas (LIMA, 2007, p. 19; MMA/ ICMBio, 2008, p. 252 e 272).

---

<sup>70</sup> Para maiores informações ver reportagem na íntegra, publicada no Blog Direito e religião no dia 17 de março de 2013. Disponível em: <<http://direitosereligiao.blogspot.com.br/2013/03/trf2-aprovada-exigencia-de-taxa-para-o.html>>. Acessado em: 14/04/2013.

Por fim, outros usos sociais específicos em algumas áreas do Parque têm levado a autoridade responsável pelo PARNA Tijuca a se aproximarem de comunidades religiosas, no sentido de tornar mais harmônicas as diversas práticas religiosas à conservação do Parque. Dados da museóloga Ana Cristina Pereira Vieira (técnica ambiental do PARNA Tijuca) e de Ricardo Calmon (2007, apud LIMA, 2007, p. 20) salientam que muitos adeptos de diversas vertentes religiosas procuram as áreas verdes do Parque para meditar, orar, cantar e realizar suas oferendas. E, são exatamente os problemas com oferendas: sejam na alimentação da fauna local, sujeira e poluição dos mananciais hídricos, queimadas, abertura de trilhas etc., que o Parque está buscando atuar para inibir ações como estas. Por esses motivos, segundo o atual Plano de Manejo do Parque (MMA/ ICMBio, 2008), o IBAMA promoveu, nos dias 14 e 15 de junho de 2005, no Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca, a oficina de Planejamento “Práticas Religiosas em Áreas Protegidas” e, em 1997 e 2004, respectivamente o I Workshop Meio Ambiente e Espaços Sagrados, e o Seminário Meio Ambiente Espaço Sagrado, apresentando duas experiências-piloto realizados na Zona de Amortecimento, como parte do Projeto Meio Ambiente e Espaços Sagrados<sup>71</sup>.

Resumindo, de acordo com o atual Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 05) as principais atividades conflitantes no Parque são: os incêndios provocados por balões; especulação imobiliária e pressão antrópica provocada pelas favelas nas áreas do entorno; extrativismo de espécies nativas ornamentais (principalmente bromélias e orquídeas); caça; introdução e crescimento de espécies exóticas que afetam o desenvolvimento de espécimes nativas; os empreendimentos de comunicação e linhas de transmissão de energia; captação de água tanto legal com ilegalmente; e por último as atividades de cunho religioso nas áreas e entorno do Parque. O curioso é que, mesmo que o Plano de Manejo atente para os perigos das atividades provenientes do turismo exploratório nos limites do PARNA Tijuca, o mesmo, em seu resumo final sobre as principais atividades conflitantes, não cita os serviços prestados por terceiros de forma despreocupada com os objetivos do Parque e de forma exploratória como um problema a ser resolvido.

---

<sup>71</sup> Para maiores detalhes sobre o Projeto Espaços Sagrados, ver encarte III do volume I e Anexo XXXII do Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade (ICMBio). Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca. Brasília: Ibama, 2008.

## **5. REVELANDO OS SUJEITOS OCULTOS E/OU GENERALIZADOS**

Assim como bem afirma Cury (2005b, p. 192), a pesquisa de públicos em museus é uma das possibilidades de avaliação institucional. É aquela abordagem que analisa, numa perspectiva compreensiva, os usos que o público faz do museu, no nosso caso, é um Parque Nacional (natureza musealizada), dos serviços prestados e da ação educativa. Também, investiga em que medida os serviços do Parque e sua ação educativa, simultaneamente, ajudam ou dificultam a participação das pessoas na vida/gestão/ preservação do parque ou na vida dessas pessoas.

Estamos tratando de um patrimônio público e suas relações com as pessoas, turistas, moradores do Rio de Janeiro e a população do entorno em particular. As formas de reconhecimento e de apropriação desse patrimônio cultural, na vertente ambiental, são, então, fundamentais, para entendimento do PARNA Tijuca como patrimônio, seus usos culturais e sua inserção no cotidiano das pessoas. Dessa forma, estudos de recepção são estratégias para vislumbrar vínculos, o que fazemos de forma exploratória na presente pesquisa.

### **5.1. Localização e contexto social da área pesquisada**

O Setor Serra da Carioca corresponde à porção leste do PARNA Tijuca abrangendo uma área de 1.730.ha, equivalente a 43,71% da área total da UC e abriga as seguintes Áreas Estratégicas Internas: Vista Chinesa, Paineiras, Corcovado, Sumaré, Silvestre, Parque Lage (IBASE, 2006, p.17; MMA/ ICMBio, 2008, p.173).

Devido à grande extensão do setor, a pesquisa limitou-se a área estratégica interna do Corcovado, especificamente no seu principal ponto, o monumento do Cristo Redentor, símbolo da cidade do Rio de Janeiro, com acesso pelo bairro Cosme Velho.

Antes conhecido como "Águas Férreas", o bairro Cosme Velho, desenvolveu-se às margens do rio Carioca. É um bairro pequeno e eminentemente de classe média a

alta<sup>72</sup>, residencial, situado na zona sul do Rio de Janeiro, no sopé do morro do Corcovado e do morro Dona Marta. A Rua Cosme Velho é a principal via do bairro e se liga por continuidade à Rua das Laranjeiras e ao túnel André Rebouças, fazendo divisa com os bairros de Santa Teresa, Laranjeiras e Botafogo. De acordo com o senso demográfico de 2010 o bairro possui 7.178 habitantes e 2.491 domicílios.

Com relação aos indicadores populacionais, segundo o Portal GEORIO da Prefeitura do Rio de Janeiro<sup>73</sup> com base em dados do IBGE de 2010, a maior parte da população do bairro é formada por mulheres, correspondendo um total 3.856 habitantes, contra 3.322 habitantes do sexo masculino. Há um predomínio maior de pessoas com idade entre 25 a 54 anos e a população com mais de 60 anos, corresponde a um total de 1.172 habitantes referentes a pessoas residentes por grupo de idade.

Segundo Abreu (2007), o Cosme Velho é um bairro que possui nítida vocação turística por sua antiguidade e tradição, contando ainda com muitos imóveis do tempo do império, como, por exemplo, o Museu Internacional de Arte Naif; a estação de trem do Corcovado, na Praça de São Judas Tadeu; o Largo do Boticário, tombado pelo Patrimônio Histórico e que recebeu este nome em homenagem a Joaquim Luiz da Silva Souto, boticário da família real que ali morou em uma fazenda; e a Bica da Rainha, ponto de parada da rainha de Portugal, D. Maria I, em seus passeios, a partir de 1808, para refrescar-se do calor. Além de ser também um bairro marcado pela memória dos moradores ilustres que por lá viveram. Foi endereço de artistas, escritores e compositores como Machado de Assis, Manuel Bandeira, Euclides da Cunha, Austregésilo de Athayde, Alceu Amoroso Lima, Cecília Meireles, Jorge Mautner e muitos outros.

No alto da subida da Rua Cosme Velho, no caminho de carro para o Corcovado, encontram-se as Comunidades Guararapes e Cerro-Corá, bem como tantas outras favelas espalhadas e emaranhadas, que estão situadas no bairro de Santa Teresa. A primeira tem como acesso principal a Rua Almirante Alexandrino e segunda tem a Rua João de Lery. (Figura 13).

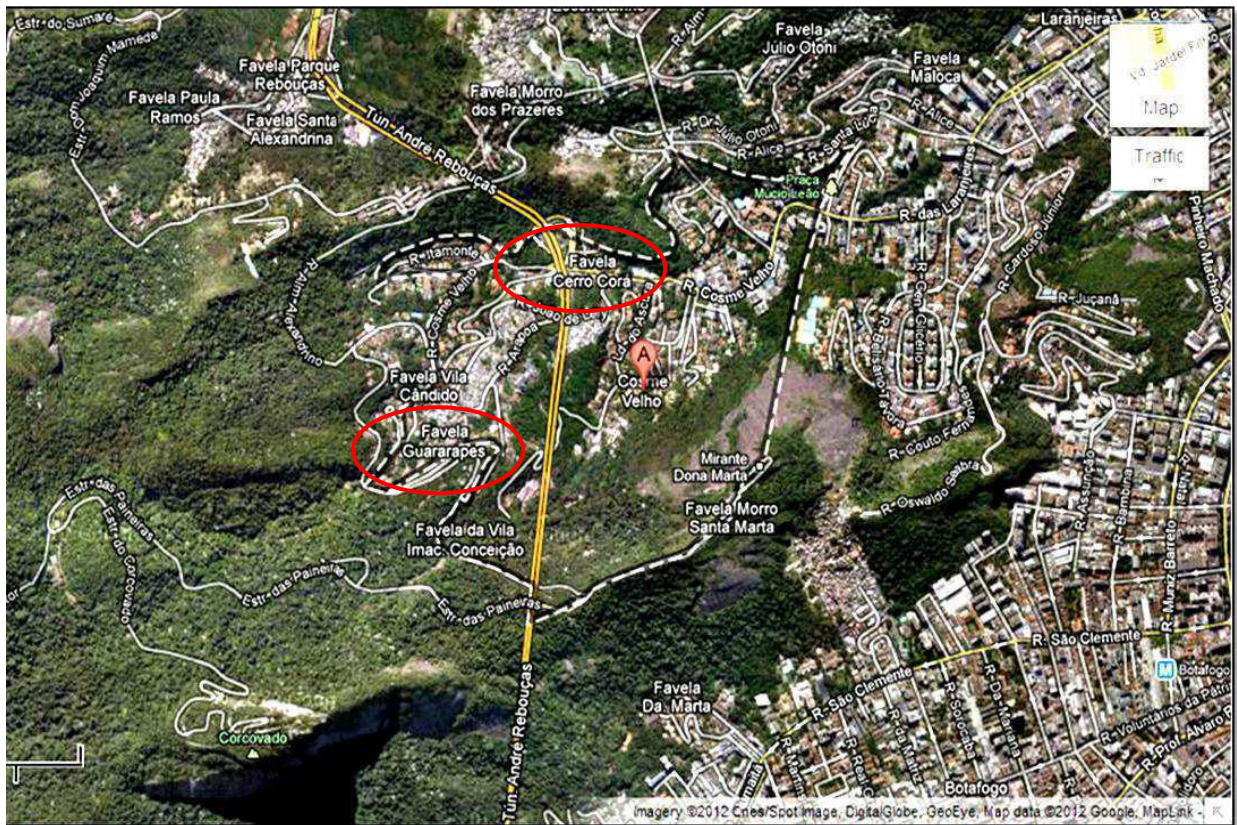
---

<sup>72</sup> Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, o bairro Cosme Velho, ocupa a 11ª colocação dos bairros com maior renda nominal médio domiciliar, renda média de R\$ 8.077,00 reais.

<sup>73</sup> Para maiores informações ver: <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm)>



**Figura 13** - Mapa do bairro Cosme Velho com suas principais vias. Localização das favelas pesquisadas.



Legenda: O bairro Cosme Velho corresponde ao marcador em vermelho com a letra A. Localização das favelas pesquisadas, círculos em vermelho. Fonte: Google Maps Brasil, data 2012. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>.

É importante salientar que a partir da criação do Programa Morar Carioca em 2010 e da lei complementar nº 111 de 1/2/2011, referente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, a Prefeitura do Rio de Janeiro procedeu a uma nova classificação dos assentamentos de baixa renda. Desde então, segundo informações do Sistema de Assentamento de baixa renda (SABREN), gerenciado pelo Instituto Pereira Passos, os assentamentos de baixa renda passaram a ser divididos em três grandes grupos:

- **Grupo 1 - Favelas, subdivididas em complexos e isoladas:** área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes.

- **Grupo 2 - Loteamentos:** corresponde ao parcelamento legalmente aprovado e não executado, ou executado em discordância com o projeto aprovado (loteamento irregular) e ao executado sem aprovação do Poder Executivo Municipal e que não atenda às normas federais, estaduais ou municipais em vigor, relativas ao parcelamento da terra (loteamento clandestino).
- **Grupo 3 - Comunidades urbanizadas:** aquela que tenha sido objeto de programas de urbanização integrada, tais como Favela-Bairro (PROAP), Bairrinho, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros similares, cujo projeto tenha garantido a implantação de infraestrutura básica, equipamentos públicos e níveis de acessibilidade satisfatórios; ou que, por esforço próprio de seus moradores e ações públicas diversas, ao longo do tempo, conseguiu alcançar uma situação bastante satisfatória de urbanização.

Assim, segundo o SABREN as favelas do Guararapes e Cerro-Corá não são mais classificadas como favelas e sim, como “comunidades urbanizadas”<sup>74</sup>, pois ambas foram beneficiadas pelo Programa Favela Bairro da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro na década de 1990. As comunidades analisadas no estudo de público desenvolvido no contexto desta pesquisa fizeram parte da primeira fase do Programa<sup>75</sup>. Serviços como água, saneamento, energia elétrica, pavimentação mínima, são alguns dos aspectos que foram analisados para essa mudança de status. Bem como, suas áreas também estão

---

<sup>74</sup> Reconhecidas então como “unidades sociais” era preciso atribuir um novo conteúdo a estas “unidades” visto que o termo “favela” já era essencialmente carregado de imagens e representações informando pouco sobre os processos sociais existentes. Tal movimento propunha um novo olhar sobre o espaço urbano assim como de suas demarcações geográficas, morais e sociais. Repensar as próprias categorias construídas de identificação e classificação dos agrupamentos sociais. E, como corolário deste repensar, o termo “comunidade” aparece como uma expressão capaz de atribuir positividade a estes aglomerados humanos, pois o termo é resgatado das experiências ligadas aos chamados “trabalhos comunitários”. Desta maneira, o termo “comunidade” foi adquirindo pouco a pouco aura não apenas de categoria analítica para descrever e analisar determinados aspectos da realidade social, mas passou a indicar padrões de comportamento, e estilos de vida. A valorização da proximidade, dos relacionamentos personalizados e familiares é vistos como padrões de comportamento e formas de interação social, ditas “comunitárias”, em oposição às relações impessoais, distantes, anônimas, características dos centros urbanos. Passa-se a considerar agora como positivos os comportamentos, costumes, valores, hábitos, estilos de vida, que no passado serviam para desqualificar certos locais de moradia, assim como seus moradores (CASTRO, 2004, p. 192-193).

<sup>75</sup> Foram selecionadas as 16 favelas seguintes para fazer parte da primeira fase do Programa: Parque Royal, Canal das Taxas/Vila Amizade, Parque Proletário de Grotão, Serrinha, Lad. Dos Funcionários/PQ. São Sebastião, Morro do Escondidinho, Morro da Fé, Vila Candido/Guararapes/Cerro-Corá, Chácara Del Castilho, Mata Machado, Morro dos Prazeres, Morro União, Três Pontes, Conj. Res. Fernão Cardim (CASTRO, 1998 apud CASTRO, 2004, p.188).

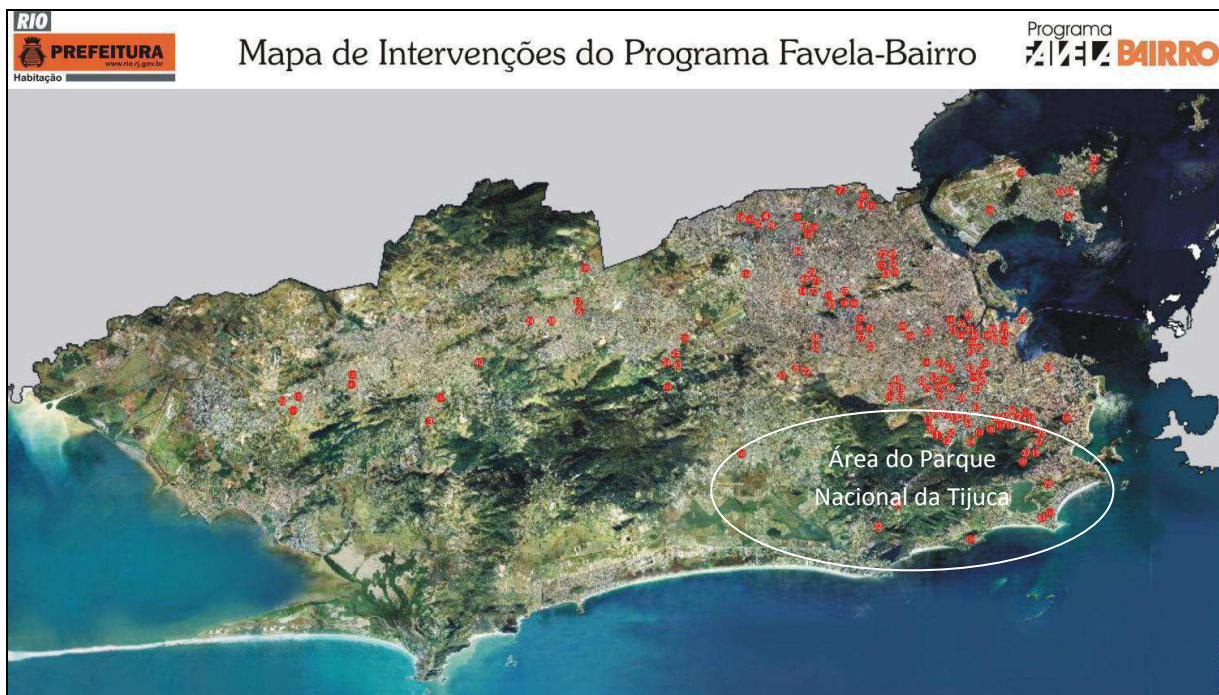
regularizadas, desde 1998, pela Lei de Área Especial Interesse Social (AEIS)<sup>76</sup>. No entanto, em levantamentos e pesquisas demográficas encomendadas pelo Poder Público para planejamento administrativo, bem como, no “Google Maps”, serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite gratuito na web disponibilizado pela empresa Google, essas áreas ainda permanecem cadastradas como favelas, estigma ou espécie de marca/ atrativo de distinção que também permanece no imaginário social. Ainda assim permanece a oposição “integração” x “não integração”, “cidade” x “não cidade”, “aglomerado subnormal” x “aglomerado normal”, “mundo legal” x “mundo ilegal”, reafirmando no plano ideológico a demarcação e o estabelecimento de fronteiras geográficas. Para Castro (2004, p. 195) em todos os tipos de intervenção, o elemento comum era a ideia de que as “favelas” ou “comunidades” eram identificadas como “unidades sociais”, embora o elemento identificador que caracterizam essas unidades varia: ora porque os “favelados” têm formas próprias de solidariedade, ora porque são populações carentes; outras vezes por habitarem locais onde inexitem serviços públicos ou locais insalubres e propagadores de doenças; e ainda seja porque são locais que abrigam marginais e são focos de violência. Locais, muitas vezes, caracterizados como diferentes/ mundo à parte da cidade formal, agora, tal distinção funciona como atrativo turístico, marca de uma singularidade cultural. Neste sentido a substituição de um termo por outro, não contribui para a compreensão da dinâmica dos processos sociais.

Uma das características peculiares das comunidades analisadas é o fato de que ambas estão situadas no entorno do Parque Nacional da Tijuca, praticamente se confundindo com ele. Mas, ao observarmos o mapa de intervenções do Programa Favela Bairro na cidade (Figura 14), verificamos que a maioria das comunidades que circundam o Parque Nacional da Tijuca receberam ações do programa. Ou seja, tornaram-se áreas autorizadas legalmente como área urbana, “integrada” à cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>76</sup> Este instrumento foi criado no Município do Rio de Janeiro pela Lei Orgânica de 1990 e pelo Plano Diretor, que o regulamentou em 1992. AEIS é um instrumento de política urbana que permite que o Poder Público dê tratamento diferenciado a uma determinada área, como favela, loteamento irregular ou conjunto habitacional de baixa renda. A AEIS é aprovada por lei municipal e autoriza a Prefeitura a dar gabaritos e dimensões de lotes diferentes dos permitidos pela legislação que disciplina as ocupações regulares, possibilitando a legalização dessas edificações e incorporando-as à “cidade formal”. A criação de uma AEIS requer estudos técnicos que levantem: necessidades especiais, condições socioeconômicas (faixa de renda, escolaridade, existência de serviços e infraestrutura urbana), particularidades físicas e ambientais (inclinação do terreno, vegetação a ser preservada, rios, lagoas, características geológicas, etc.).

**Figura 14** - Mapa de intervenções do Programa Favela Bairro na cidade do Rio de Janeiro



Legenda: as marcações em vermelho são as favelas beneficiadas pelo Programa Favela Bairro; o círculo branco representa a área de abrangência do Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, s/ data. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/mapas.htm#>>.

A partir de dados do SABREN que tem como base o Censo Demográfico 2010 do IBGE, estima-se que a área de abrangência da comunidade dos Guararapes possui cerca de 673 habitantes<sup>77</sup> e 161 domicílios<sup>78</sup>, e de acordo com pesquisas do Instituto Pereira Passos de 2004 a 2011, a comunidade ocupa a mesma área de 28.039 m<sup>2</sup> (Figura 15). As mesmas fontes estimam que a comunidade do Cerro-Corá possui cerca de 708 habitantes e 200 domicílios, bem como análises desde 1999 até 2011, comprovam que a comunidade ocupa a mesma área de 13.369 m<sup>2</sup> (Figura 16). Ou seja, são comunidades que não se expandiram em crescimento de área há pelo menos oito anos.

Outra questão relevante que confirma essa afirmativa é que segundo dados levantados pelo Instituto Pereira Passos/ Prefeitura do Rio, publicado em dezembro de 2006 na Coleção Estudos Cariocas, a variação da área ocupada por favelas no bairro do Cosme Velho entre os anos de 1999 a 2004 foi de 0,9 %, equivalente à variação

<sup>77</sup> Segundo o IBGE equivalem à Moradores em Domicílios Particulares Permanentes.

<sup>78</sup> Segundo o IBGE equivalem à Domicílios Particulares Permanentes.

absoluta de 634,4 m<sup>2</sup> em toda a área do bairro. Já com relação à listagem das favelas cadastradas e suas respectivas áreas em crescimento na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1999 a 2004, tanto a favela Guararapes quanto a favela Cerro-Corá obtiveram variação 0 (zero) em crescimento de área (CAVALLIERI; LOPES, 2006).

**Figura 15** - Imagem da área de abrangência da Comunidade Guararapes, 28.039 m<sup>2</sup> desde 2004.



Fonte: Sistema de Assentamento de Baixa renda – SABREN, Cartografia ano 2011.

**Figura 16** - Imagem da área de abrangência da Comunidade Cerro-Corá, 13.369 m<sup>2</sup> desde 1999.



Fonte: Sistema de Assentamento de Baixa renda – SABREN, Cartografia ano 2011.

É importante salientar que o surgimento de favelas na zona sul remonta ao século XX, coincidindo com o desenvolvimento urbano da área, deslocando as populações mais pobres para áreas não aproveitadas pelo capital imobiliário. Com isso surgem as primeiras favelas da zona sul, como Cerro-Corá (1903), no bairro Cosme Velho, Julio Otoni (1900), no bairro Laranjeiras, Mangueira (1901) no bairro Botafogo, segundo informações do SABREN, disponível no Portal GEORIO, do Instituto Pereira Passos, e depoimentos dos moradores dessas favelas. Esse desenvolvimento urbano atrelado à força do ramo da construção civil e posteriormente à necessidade de mão de obra em serviços para atender a população de classe alta vai atrair grande parte dos trabalhadores pobres para essa região, principalmente os que chegam à cidade, como os migrantes oriundos de estados do Nordeste, causando um inchaço dessas favelas. De acordo com Cunha (2000, p. 01) “quanto à imigração, a maioria da população residente nestas favelas, que não veio do Estado do Rio de Janeiro, é proveniente da Região Nordeste e do estado de Minas Gerais”. E o histórico de ocupação das áreas analisadas não foge a este. Com base em dados disponibilizados no SABREN e a partir de depoimentos dos próprios moradores:

A comunidade Cerro-Corá teve três momentos distintos de ocupação: a primeira iniciou-se por volta de 1903, onde a área era denominada "nobre" pelos moradores, os quais, afirmam possuir a escritura do lote. Bem como, é considerada uma das primeiras favelas a surgir na zona sul. Já na década de 1930, a ocupação do local se deu próximo a atual Associação de Moradores, e em seguida, ao longo dos anos 1940, a invasão ocorreu no terreno pertencente ao Ministério da Fazenda. Durante essa época, a área era chamada de “Pau da Bandeira”, sendo em 1966, com a inauguração da Associação dos Moradores, denominada de Cerro-Corá.

Já a comunidade Guararapes teve início em 1930 ocupando uma área com a permissão dos proprietários, com um pequeno número de famílias provenientes de uma área próxima, denominada “Fazendinha”. De acordo com Souza (2003, p. 58-59) a proprietária, a Senhora Maria Elisa de Oliveira Passos, cobrava uma taxa de ocupação a cada morador. Com o tempo, a área foi crescendo demograficamente, expandindo-se até o ano de 1960 com a migração de novos moradores para o local, que na sua maioria eram oriundos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Um exemplo desse processo é a história de vida da moradora D, de 78 anos de idade, cozinheira do restaurante da quadra da Escola de Samba “G.R.B.C Mocidade do Cosme Velho”. Nasceu em

Salvador, na Bahia e veio para o Rio de Janeiro com 19 anos de idade trabalhar em casa de família. Segundo a mesma, já trabalhou na casa de Antônio Carlos Magalhães e até hoje, além de cozinhar no restaurante da Escola de Samba, lava e passa para fora com a ajuda de suas filhas e netas. No restaurante da Escola de Samba prepara o almoço dos motoristas do ponto de táxi, localizado em frente à quadra, bem como para receber os turistas do Corcovado. Outro exemplo são as migrações de pessoas do interior do Estado do Rio para a capital, principalmente em busca de maiores oportunidades de emprego. A história de vida de um dos jovens do Projeto Anfitriões do Cosme Velho é bem semelhante com esse novo processo de migração interna que acontece até os dias de hoje. De acordo com o morador A, de 21 anos de idade: “Eu não sou nascido e criado aqui na comunidade, vivia em Campos com a minha avó, depois vim morar numa comunidade perto daqui [...]. Agora moro aqui na comunidade e tenho um filho de dois aninhos”.

Ainda, na década de 1960, a área foi reconhecida como favela Guararapes, fundando assim, uma Associação de Moradores com ajuda governamental denominada “União Pró-melhoramento de Assistência Social de Guararapes”, a qual contribuiu um pouco para melhoria da comunidade. Mas, segundo Cláudio de Moraes (morador e primeiro presidente da Associação dos Moradores do Guararapes), em depoimento no filme “Associação dos Moradores do Guararapes” de Sérgio Péo (1979), essa primeira associação como era “atrelada aos poderes governamentais, todas as suas decisões teriam que ser comunicadas as autoridades e todas as solicitações teriam que ser feitas através de canais competentes”, dificultando e retardando as soluções para os problemas fundiários e sociais nessa comunidade.

A política de remoção para os Guararapes despontou em 1967, quando a equipe da Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM)<sup>79</sup> chegou a fazer um levantamento no local. Cláudio de Moraes em sua fala

---

<sup>79</sup> No auge da ditadura militar, o Governo Federal criou um órgão chamado Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), que tinha com objetivo principal acabar com todas as favelas da cidade, principalmente as da zona sul, num prazo máximo de dez anos. Na década de 1960, principalmente de 1968 até 1975, cerca de 100 comunidades foram destruídas e mais de 150 mil pessoas removidas para a zona oeste. Esse programa do governo consistia em remover os pobres para periferia da cidade, nos moldes do que acontecia nas principais cidades da Europa e Estados Unidos. Nesse período que foram construídas a Vila Kennedy, em Senador Camará, a Vila Aliança, em Bangu, e a Vila Esperança, em Vigário Geral, além da Cidade de Deus, em Jacarepaguá, que sozinha recebeu moradores de 63 favelas extintas. A criação dos conjuntos habitacionais fazia parte do Plano de Habitação Popular, amplamente financiado pelo governo americano através da Aliança para o Progresso. Para maiores esclarecimentos ver: MONTEIRO, Marcelo. Fantasma exorcizado, 2003. Disponível em:

no filme enfatiza que “os técnicos de gabinetes diziam da necessidade de remoção das comunidades faveladas”. Diante da possível remoção, os moradores criaram um movimento coletivo de resistência. Em 20 de julho de 1967 houve a implementação de uma nova Associação de Moradores dos Guararapes, a AMOG, empenhando-se em resolver o problema da posse da terra, e para um dos seus idealizadores, Cláudio de Moraes, “essa entidade foi criada com a finalidade de fugir dessa filosofia de remoção”. Os moradores localizaram a antiga proprietária e iniciaram um processo de compra, sendo uma das únicas ações desse tipo no Brasil. A compra coletiva do terreno, oficializou-se em torno da Associação dos Moradores, através de sistema de reembolso, tendo todos os associados conseguido comprar suas terras. A área comprada foi de 33.720 m<sup>2</sup> pelo valor de 50 mil cruzeiros, arrecadados através de cotas de cada um dos moradores (SOUZA, 2003, p. 58-59). Bem como ilustra o depoimento abaixo:

Antes nós éramos moradores da extinta Fazendinha, de propriedade do coronel Fantainha, sendo o Sr. Rômulo de Moraes Couto o responsável pelos empregados da fazenda, onde hoje localiza-se parte das ladeiras Guararapes, Peixoto, Conselheiro Lampreia e Mauriti Santos. Com a venda da fazenda para a imobiliária Perseverança, as famílias tiveram necessidade de atravessar o Rio Carioca, ocupando a área de propriedade da família Maial Guilei. Em 1967, após 30 anos de ocupação, a nova geração de Guararapes teve a honra de estar organizada e comprar a propriedade de 33.720 m<sup>2</sup>, por 50.000 cruzeiros, pagos de 1967 a 1974, pagando todos os débitos. (Relatos de Cláudio de Moraes, primeiro presidente da Associação de Moradores de Guararapes, em documentos na Associação dos Moradores).

No entanto, a compra não significou mudanças para a favela, pois continuaram com a mesma organização espacial e política. Mesmo com muitas lutas para o reconhecimento em prol de melhores condições de vida e moradia, os moradores de Guararapes, até hoje, encontram-se em situação de descaso público e preconceito. Cláudio de Moraes em depoimento no filme de Sérgio Péo, de 1979, enfatiza: “Estamos ainda em condições de favelados, mas, proprietários”.

Dados jornalísticos sobre as comunidades Guararapes e Cerro-Corá as consideram com alto índice de violência e criminalidade, e, desde 2009 divulgam que ambas as favelas receberão policiamento permanente em breve, semelhante ao do Morro



Santa Marta e à Cidade de Deus, com as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, atividade de governo implantada na gestão Sérgio Cabral. Contudo, apenas em abril de 2013 a promessa foi cumprida, isso após uma van, com dez turistas alemães, ter sido assaltada na Estrada das Paineiras, na Floresta da Tijuca a caminho do Corcovado. Dias depois do episódio, o principal ponto turístico da cidade, o Corcovado, foi palco de uma ambientação operacional das Unidades do Comando de Operações Especiais visando à preparação dos policiais para os próximos eventos na cidade, como a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. E, em seguida, às vésperas da visita do papa Francisco ao Rio de Janeiro por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, que acontece entre 23 e 28 de julho, a Secretaria de Segurança Pública do Estado decidiu modificar o planejamento de pacificação na capital da cidade. No dia 29 de abril de 2013, as Forças de segurança ocuparam as comunidades do Cerro-Corá, Guararapes e Vila Cândido, localizadas sobre o túnel Rebouças, no bairro Cosme Velho, na Zona Sul do Rio de Janeiro, para a implantação da 33ª Unidade de Polícia Pacificadora do Programa do Governo. Segundo comunicado do Secretário de Estado de Segurança, José Mariano Beltrame, publicado no site oficial do Governo do Estado no dia da ocupação: “Não queríamos avançar deixando estas comunidades para trás. Segundo um estudo, em função das chuvas aquela área poderia ser toda removida. Por isso, até agora, havíamos seguido em frente sem ocupar essa região [...]”. Oficialmente a UPP Cerro-Corá foi inaugurada no dia 03 de junho de 2013, com um efetivo de 232 policiais militares, a qual tem como objetivo completar o chamado cinturão de segurança do maciço que liga as regiões da Tijuca e da Zona Sul (Figura 17 e 18).

**Figura 17** - Imagem do comunicado oficial do Secretário de Estado de Segurança, José Mariano Beltrame, sobre a ocupação das comunidades do Cerro-Corá, Guararapes e Vila Cândido, localizadas no bairro Cosme Velho, Zona Sul da cidade.



Fonte: Site Oficial do Governo do Rio de Janeiro, UPP. Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>.

**Figura 18** - Imagem do hasteamento da bandeira da Brasil e do Estado do Rio de Janeiro pela Polícia Militar. Ato simbólico de representação da retomada do território.



Fonte: Site Oficial do Governo do Rio de Janeiro, UPP. Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>.

Em entrevista a um morador sobre como é a questão da violência nessas comunidades a resposta foi a seguinte:

Há uns sete ou oito anos atrás eram favelas terríveis, bem violentas, mas de uns três anos pra cá, na subida do Corcovado e na comunidade tá bem policiado, agora tá tranquilo andar pelas ruas, é difícil ver bandido e é raro ter tiroteio. (Depoimento do morador A).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Social<sup>80</sup> (IDS) do município do Rio de Janeiro, estudo disponibilizado no Portal GEORIO do Instituto Pereira Passos, que teve como base indicadores e variáveis do Censo Demográfico de 2000, se compararmos as condições de vida entre os bairros da zona sul e as favelas da zona sul e suas respectivas posições nas tabelas de IDS na cidade, as favelas representam um mundo à parte da zona sul. Nesse caso, analisou-se comparativamente apenas o IDS do bairro Cosme Velho e das favelas Guararapes e Cerro-Corá (Tabela 05). No ranking referente ao Índice de Desenvolvimento Social e seus indicadores por bairro no município do Rio de Janeiro, o bairro Cosme Velho ocupa a 28ª posição (atrás dos principais bairros da zona sul como Lagoa, Leblon, Ipanema, bem como atrás de grandes bairros da zona norte como Maracanã, Tijuca, Grajaú e Méier). Já as comunidades analisadas, nesse estudo continuam classificadas pelo Poder Público como favelas, descritas em tabela separada de IDS por favelas. Nesse ranking, a comunidade Guararapes ocupa a 54ª posição (atrás de favelas da zona norte como Mata Machado, na Tijuca e a favela Joaquim Méier, no bairro Méier) e a comunidade Cerro-Corá ocupa a 76ª posição.

---

<sup>80</sup> O IDS foi inspirado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pela ONU (PNUD) para inúmeros países do mundo que, por sua vez tem servido de base para a construção de uma série de outros índices compostos. Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza. Como qualquer índice sintético do tipo, o IDS combina algumas variáveis que melhor caracterizem diversas facetas do fenômeno em estudo. A escolha das variáveis, tarefa presidida por uma análise teórico-conceitual decorre da sua pertinência ao tema, mas também da sua disponibilidade e da sua “qualidade estatística”. Exemplo: conjuga informações demográficas (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, número de habitantes por domicílio, número de banheiros por domicílio, alfabetização, nível de instrução e renda), que se expressa em nota que varia, hipoteticamente, entre 0 e 10. Para maiores esclarecimentos ver: CAVALLIERI, Fernando e LOPES, Gustavo Peres. Índice de Desenvolvimento Social – IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas. Nº 20080401, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, abril de 2008.

**Tabela 05 - Índice de Desenvolvimento Social e seus indicadores constituintes por bairro e favela – Município do Rio de Janeiro.**

Bairro/ Favelas	Cosme Velho	Guararapes	Cerro-Corá
Índice de Desenvolvimento Social - IDS	0,713	0,530	0,522
% de domicílios particulares permanentes com rede de água adequada	97,91	98,31	100,00
% de domicílios particulares permanentes com rede de esgoto adequada	99,23	97,75	98,83
% de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo adequada	99,95	100,00	100,00
Percentagem dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo	13,06	26,40	33,20
Percentagem dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo	43,97	3,93	3,13
Percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos	2,51	3,27	4,74
Percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos	21,35	52,81	50,78
Percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos.	50,54	2,81	3,13
Rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos	19,50	3,55	3,34

Fonte: CAVALLIERI e LOPES, 2008.

Curiosamente, no caso do bairro do Cosme Velho e as demais comunidades pesquisadas, existe uma diferença de dois percentuais na nota do IDS. Com relação às percentagens de domicílios com redes de água e esgoto, bem como serviço de coleta de lixo a diferença social entre bairro e favela não é tão grande, ambas tem percentuais semelhantes. Logo, não são comunidades tão poluentes assim, pois se tem rede de esgoto não eliminam seus dejetos em rios e nascentes do Parque; se tem quase 100% de rede de água adequada, não precisam de captações irregulares/ clandestinas; e por fim, se tem coleta de lixo adequada em 100% dos domicílios não tem o porquê despejá-los nas encostas do Parque. Já com relação à renda e escolaridade a discrepância de realidades é muito visível entre o bairro e as comunidades.

É importante enfatizar assim como Diegues e Vianna (1995, p.211) comentam que, no Brasil, uma parte considerável de Unidades de Conservação de proteção integral foram criadas sem que se resolvesse a situação de populações que historicamente vivem no interior ou no entorno dessas áreas. O Estado cria essas áreas, mas, não realiza de forma correta as “desapropriações” necessárias, pois quase sempre não são alocadas verbas suficientes para isso. Como resultado, estas populações que vivem no interior ou no entorno destas áreas, tornam-se “ilegais” e suas atividades “clandestinas”, gerando

assim diversos tipos de conflitos. Muitas vezes essas populações não só não participaram do processo de criação e implantação destas áreas, como se quer foram informadas adequadamente de sua criação e seus limites. É verdade que dentre estas populações existem diversos tipos de moradores, tradicionais e não tradicionais (na sua maioria). Importa ressaltar que segundo a lei do SNUC, implantada em 2000, não existe uma definição de populações tradicionais, vetada pelo presidente da República por ocasião da sanção da Lei nº 9.985, pois a definição proposta no Congresso Nacional deveria incluir tanto as populações residentes em unidades onde sua permanência não era permitida por lei, quanto as populações de reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável. E na lista dos objetivos do sistema, parece refletir uma tendência de maior consideração com as comunidades que residem dentro e nas circunvizinhanças das UCs e de maior compreensão do seu papel na manutenção da biodiversidade. Mas, na pesquisa de Diegues e Vianna (1995, p. 262), as populações tradicionais se caracterizam por indivíduos que desenvolvem atividades de subsistência, através de técnicas tradicionais de produção como a pesca, a lavoura e coleta, possuindo laços histórico-culturais com a "terra", o mar e a área. Nesse caso, incluem-se os índios, caiçaras/pescadores artesanais, camponeses, extrativistas, roceiros/ sitiantes tradicionais. Já as populações identificadas como "não tradicionais", caracterizam-se por desenvolverem atividades que aparentemente, a princípio, são mais impactantes ao meio, seja por ter objetivo de produção em larga escala, seja pela ocupação de espaços maiores, seja pela maior densidade, como fazendeiros, comerciantes, madeireiros, palmiteiros, empresários, veranistas etc. Contudo, as comunidades do entorno do PARNA Tijuca, não são consideradas "tradicionais", mesmo que seu estabelecimento date de muitos anos. São comunidades assentadas ao longo do século XX por diferentes motivos, como desemprego, especulação imobiliária, êxodo rural etc., mas que atualmente preocupam as autoridades pela proximidade dos limites do parque.

Essas questões e outros permeiam esta pesquisa, cujo estudo empírico e exploratório teve lugar no bairro Cosme Velho, local de acesso ao principal ponto turístico da cidade, setor Corcovado do PARNA Tijuca, e nas comunidades dos Guararapes e Cerro-Corá. Trata-se de pesquisa parcial, assim não tem a pretensão de abrangência, mas de conhecimento sobre parcela da realidade, para fundamentar a reflexão. As comunidades foram escolhidas para a presente pesquisa por apresentarem as seguintes especificidades:

- Comunidades existentes na área, anteriormente à criação do Parque Nacional da Tijuca;
- São comunidades mencionadas no Plano de Manejo como ameaças aos limites do PARNA Tijuca, no entanto não expandiram suas áreas há pelo menos oito anos e a maioria é proprietária legal de seus imóveis;
- As comunidades não participam da gestão da Unidade de Conservação;
- Nas comunidades existem associações de moradores engajadas e lideranças locais ativas;
- São comunidades que veem a atividade turística como uma ótima fonte de renda e lutam por maiores autonomias nesse ramo;
- São comunidades sob ação do Núcleo de Educação Ambiental do Parque Nacional da Tijuca, o que facilitou a entrada e o desenvolvimento da pesquisa;

## **5.2. Procedimentos Metodológicos**

Os estudos de públicos são realizados por meio de instrumentos metodológicos como entrevistas, observações e questionários. Para Studart; Almeida e Valente (2003) e Cury (2005) dentro dessa área, realizam-se pesquisas diversas, como estudos demográficos e pesquisa de marketing, avaliações de atividades e outros programas do museu, investigação da experiência museal e do público visitante (comportamento, opinião, percepções, aprendizagem, etc.). Já com relação aos estudos de caráter teórico e acadêmico (investigação), os temas mais abordados são: pesquisas que buscam conhecer o público visitante e não visitante (perfil, gostos, hábitos e características demográficas e socioeconômicas), os padrões de comportamento, as motivações e expectativas, etc. Esses estudos fornecem informações que ajudam na tomada de decisões, na melhoria das relações com o público e aproxima a instituição do seu principal parceiro nas ações de preservação.

Quanto à orientação teórica, pesquisadores vêm enfatizando os benefícios da combinação dos dados por meio de métodos mistos (quantitativo e qualitativo) nas investigações na área das ciências sociais. Nos últimos anos, a tendência é a de que

diferentes métodos sejam usados, na medida do possível, como dados complementares no mesmo estudo.

É importante ressaltar que a pesquisa de campo se caracteriza pela interrogação direta às pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Nesse caso, a pesquisa procurou distinguir quem são essas pessoas, seu perfil e sua história, bem como a de revelar aspectos relativos ao entendimento dos entrevistados sobre Patrimônio e o Parque Nacional da Tijuca, como o de formação de imagens, nível de consciência, conduta, ações e sugestões.

A metodologia, então, compreendeu a aplicação de questionários e entrevistas.

O questionário foi elaborado para possibilitar um mapeamento da situação socioeconômica atual das comunidades analisadas. A aplicação dos questionários foi dirigida a escolha aleatória do público-alvo das Comunidades Guararapes e Cerro-Corá, moradores maiores de 12 anos de idade, nos acessos de cada comunidade, pelo bairro Cosme Velho, e nas reuniões semanais com o NEA (Núcleo de Educação Ambiental do PARNA Tijuca), totalizando uma amostragem de cem (100) questionários a indivíduos pertencentes a ambos os sexos, residentes em imóveis diferenciados. Esta fase foi realizada entre segunda-feira e sábado, durante os meses de maio a dezembro de 2009, em locais de uso coletivo como ruas, praças, estabelecimentos comerciais, ponto de ônibus etc., a citar: na rua Cosme Velho, na rua Conselheiro Lampreia dos Guararapes, na ladeira dos Guararapes, e na ladeira do Cerro-Corá. Importa ressaltar que a pesquisadora não obteve ajuda alguma na aplicação dos questionários, seja de outros pesquisadores, amigos ou bolsistas, somente a própria tinha autorização para realizar a pesquisa no local. Por isso a pesquisa é considerada de caráter exploratório, espécie de amostragem para discussão dos temas sugeridos.

A primeira parte do questionário serviu para caracterizar o entrevistado, enquanto que os outros níveis procuraram distinguir o processo perceptivo de cada indivíduo. Na sequência foram caracterizados os diferentes níveis de informação, baseado na experiência de Oliveira (2006 p. 77-79);

- 1) **DEFINIÇÃO** - Foi perguntado o que eles entendiam pela palavra Patrimônio, em seguida o que eles consideravam patrimônio. Essas perguntas foram elaboradas porque cada pessoa percebe seletivamente aquilo que lhe interessa, aquilo que está acostumado a observar de acordo com o seu contexto sociocultural.

- 2) **CONHECIMENTO** - Nesta etapa do questionamento buscou-se saber qual o nível de conhecimento que a comunidade possuía sobre os diferentes níveis de relação com o Parque Nacional da Tijuca. Foi perguntado se conheciam o Parque e seus limites, bem como se tinham informações sobre outras áreas de conservação ambiental e museus. Finalizando esta etapa foi perguntada qual a importância do Parque Nacional da Tijuca para a sua vida, e questões sobre como reagiriam com a perda desse bem nacional.
- 3) **USO e UTILIDADE** - Esta parte da pesquisa teve como intuito a necessidade de atribuir um valor utilitário ao Parque Nacional da Tijuca. Quais os valores atribuídos? Os valores podem ser diversos e ocasionados por variados motivos. Segundo Oliveira (2006, p. 79) “são úteis os objetos que permitem dar satisfação às necessidades do homem”. Assim a utilidade será maior ou menor quanto maior ou menor for à necessidade que ele puder satisfazer.
- 4) **SUGESTÕES** - Através da pesquisa de campo com os entrevistados, o objetivo desta fase foi obter os tipos de propostas que poderiam ser dadas para melhorar a relação dos moradores com o Parque referente a acesso e divulgação. Foi perguntada qual a solução sugerida para os problemas de acesso e divulgação do Parque Nacional da Tijuca. Esta questão também teve como objetivo analisar o nível de conhecimento e de informação dos entrevistados, contudo de forma mais secundária, através dos problemas por eles enfatizados.

Já os dados sobre a história e o *modus vivendi* dos moradores destas comunidades foram coletados em entrevistas semi-estruturadas, aplicadas e gravadas em dias e horários marcados pelos entrevistados. As entrevistas foram dirigidas a quatro pessoas selecionadas, uma moradora antiga com mais de 70 anos de idade, que vive na comunidade há mais de 40 anos e três moradores jovens do Projeto Anfitrião do Cosme Velho, de idade entre 20 a 30 anos. Dois são nascidos e criados nas comunidades e um, é morador há mais de cinco anos e migrante do interior do Estado do Rio de Janeiro, todos não foram identificados nominalmente e sim por letras do alfabeto. Foi essencial deixar bem claro aos entrevistados que a presente pesquisa não tinha qualquer relação com as atividades do Núcleo de Educação Ambiental do PARNA Tijuca ou de outros órgãos públicos como a Prefeitura e o Governo do Estado, e que não haveria identificação nominal nos questionários, bem como para preservação dos informantes, não haveria divulgação da identidade das pessoas entrevistadas. A escolha desses sujeitos se deu a partir de contatos estabelecidos durante o trabalho de campo e pelas



reuniões ministradas pelo NEA. A entrevista partiu de um roteiro prévio (Apêndice II) como forma complementar da observação. Esta etapa metodológica aconteceu durante os primeiros meses da pesquisa, entre o mês de maio a junho de 2009.

Desta forma, no final do questionamento foi possível obter um parecer bem amplo de todo o grupo analisado.

### **5.3. A paisagem humana do Parque Nacional da Tijuca: o olhar dos habitantes do seu entorno**

A última fase do trabalho empírico foi à análise e interpretação dos resultados obtidos. Para melhor visualizar os resultados, alguns gráficos e tabelas foram gerados, sintetizando os elementos evidenciados, para discussão.

#### **5.3.1. Caracterização dos sujeitos entrevistados**

Para realização da pesquisa e análise dos diagnósticos, utilizou-se como técnica instrumental às entrevistas e os questionários. Os parâmetros utilizados para apresentar as várias categorias e traçar o perfil dos sujeitos entrevistados, para sistematização dos dados, foram:

- gênero (sexo masculino ou feminino);
- faixa etária – variando dos 12 aos mais de 70 anos de idade;
- escolaridade, (Ensinos Fundamentais, Médios e Superior, completos ou incompletos);
- situação econômica (profissão, tipo de trabalho);

O primeiro bloco de indicadores refere-se aos aspectos demográficos dos residentes nas comunidades analisadas comparativamente à população total do bairro onde se encontram localizadas – bairro Cosme Velho. Nesta primeira parte, utilizamos os dados referentes a sexo e idade. Através dessa caracterização, podem ser identificadas particularidades ou generalizações quanto à estrutura etária e gênero.

- Gênero: Foi distribuída em duas categorias, divisão por sexo, masculino e feminino;

- Faixa etária: Foi distribuída em seis categorias com o intuito de possibilitar uma análise de diferentes grupos etários no interior da população das comunidades pesquisadas.

Portanto a tabela para caracterização dos sujeitos ficou distribuída da seguinte forma (Tabela 06):

**Tabela 06** - Tabela comparativa de gênero e faixa etária entre a amostragem levantada pela pesquisa de público e os índices por bairro e favela – Município do Rio de Janeiro.

Gênero	População do bairro Cosme Velho Censo IBGE 2010		População Guararapes Censo IBGE 2010	População Cerro-Corá Censo IBGE 2010	Amostra levantada pela Pesquisa de Público	
	hab.	%			hab.	hab.
Feminino	3.856 hab.	54%	358 hab.	367 hab.	48 hab.	48%
Masculino	3.322 hab.	46%	315 hab.	341 hab.	52 hab.	52%
Total	7.178 hab.	100%	673 hab.	708 hab.	100 hab.	100%
Faixa Etária	População do bairro Cosme Velho Censo IBGE 2010		População Favela Guararapes Censo IBGE 2010	População Favela Cerro-Corá Censo IBGE 2010	Amostra levantada pela Pesquisa de Público	
	hab.	%			hab.	hab.
12 a 15	518 hab.	7%	-	-	11 hab.	11%
16 a 21	501 hab.	7%	-	-	08 hab.	8%
22 a 35	1.713 hab.	28%	-	-	31 hab.	31%
36 a 55	2.016 hab.	32%	-	-	37 hab.	37%
56 a 70	1.052 hab.	18%	-	-	10 hab.	10%
Mais de 70	554 hab.	8%	-	-	03 hab.	3%
Total	7.178 hab.	100%	-	-	100 hab.	100%

Fonte: VIEIRA, 2009 e IBGE - Censo Demográfico de 2010.

As comunidades Guararapes e Cerro-Corá possui uma quantidade populacional de 1.381 habitantes, sendo que os dados levantados pela pesquisa de público equivalem aproximadamente a 7,24% da população total. Com relação aos indicadores populacionais, segundo o Portal GEORIO da Prefeitura do Rio de Janeiro com base em dados do IBGE de 2010, a maior parte da população das favelas analisadas é formada por mulheres, correspondendo um total de 725 habitantes, contra 656 habitantes do sexo masculino. Outro dado comparativo é a pesquisa de Cunha (2000, p. 10) referente ao perfil Sócio Econômico das Favelas da Cidade do Rio de Janeiro<sup>81</sup>. Segundo a autora a

<sup>81</sup> O levantamento de Cunha (2000) teve como base as tabulações específicas da Pesquisa Sócio Econômica das Comunidades de Baixa Renda (PSECBR) atendidas pelo Programa Favela-Bairro, da

distribuição da população por sexo nas comunidades de baixa renda é muito semelhante à da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). O número de mulheres é ligeiramente superior ao de homens (em torno de 51,89% de mulheres nas comunidades contra 52,94% na RMRJ). No entanto, com relação aos dados da pesquisa, nota-se que, o grupo interrogado é constituído por maior número de sujeitos do sexo masculino (52%). Um dos fatores que contribuíram para essa diferença, ou que talvez pode esclarecê-la, é que um dos grupos entrevistados, intitulado “Anfitriões do Cosme Velho” é formado apenas por rapazes. Em algumas das entrevistas realizadas nas reuniões do NEA, foi perguntado por que o grupo de anfitrião é composto somente por homens? E uma das respostas foi a seguinte:

Não tem meninas por causa do perigo, meio que receio pessoal, pois a gente se oferece para guiar a pessoa até o Cristo dentro do carro do visitante, aí tem gente que malda. Pô<sup>82</sup> uma menina vai sozinha no carro de um homem, é perigoso, já teve meninas que tentaram mais ficaram com medo. (Depoimento do morador C).

Com relação à faixa etária não encontramos informações isoladas em quantitativo populacional das comunidades analisadas, somente em grupo de favelas (Vila Cândido, Guararapes e Cerro-Corá de acordo com pesquisa de Cunha, 2000). Nosso primeiro comparativo será através de dados demográficos do bairro. No bairro Cosme Velho há um predomínio maior de pessoas com idade entre 25 a 54 anos, ou seja, os denominados “adultos”, a população com mais de 60 anos, corresponde aproximadamente a 26% do total de residentes por grupo de idade e a população jovem equivale a 14%.

Já com relação aos dados levantados pela pesquisa de público, analisando-se as pessoas de referência por grupos de idade, deve-se ressaltar que a maioria era constituída por moradores “adultos” entre 22 a 55 anos (68%), seguidos pelos jovens ou adolescentes<sup>83</sup>, de idade entre 12 a 21 anos (19%). O grupo mais idoso da população

---

Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 1998. Pesquisa realizada pela equipe do Sistema de Informações da Secretaria Municipal do Trabalho da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>82</sup> Gíria. [Pô] Partícula composta iniciadora de frase (“Pô aê, sei lá”).

<sup>83</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente define “adolescente” como o período compreendido entre 12 a 18 anos. Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO, ao levar em consideração diversas circunstâncias particulares, identifica como “jovem” um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos. Para a escolha da idade limite que separará grupo jovem de grupo adulto, levei em consideração a idade estipulada no Estatuto da Criança e

pesquisada, na faixa etária entre os mais de 60 anos, apresentou a menor participação, 13% no universo das pessoas de referência.

Outro dado comparativo foi a pesquisa de Cunha (2000, p. 11 e 31) referente ao perfil Sócio Econômico das Favelas da Cidade do Rio de Janeiro. Segundo a autora quanto à estrutura etária, há muito mais jovens (com idade inferior a 24 anos de idade) e menos idosos nas comunidades analisadas por ela do que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), como um todo (51,32% contra 41,11%). Este fato associa-se ao maior número de filhos por família e a menor expectativa de vida nas comunidades comparativamente a RMRJ. Na verdade, grande parte das comunidades tem índice de envelhecimento<sup>84</sup> entre 0,20 e 0,05, ou seja, o índice de envelhecimento nas favelas é menor que na RMRJ. Em tabela sobre a composição da população nas Comunidades Vila Cândido, Guararapes e Cerro-Corá por idade observa-se (Tabela 07):

**Tabela 07** – Tabela sobre a composição da população das Comunidades Vila Cândido, Guararapes e Cerro-Corá – Rio de Janeiro, por faixa etária.

Faixa etária da População das Comunidades Vila Cândido, Guararapes e Cerro-Corá											
Total	0 a 9	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 64	65 ou +	NR
100,00	21,32	10,04	6,26	14,57	8,40	13,83	10,29	6,50	3,05	5,76	0,00

Fonte: Cunha, 2000, p. 31.

O segundo bloco de dados tem como objetivo identificar as condições de escolaridade da população analisada comparativamente à população total do bairro onde se encontram localizadas – bairro Cosme Velho.

O grau de instrução é um parâmetro comumente avaliado quando se estuda o comportamento de determinado grupo social. Foi distribuído em seis categorias que indicam o nível de ensino que a população das comunidades analisadas, concluíram, não concluíram ou ainda estão cursando. Elas são: sem instrução/ analfabeto, cursou até o 5º

---

do Adolescente, bem como a pesquisa “O Perfil da Juventude Brasileira”, de iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do SEBRAE, realizada em 2003, que tomou como base, entrevistas com 3.501 jovens entre 15 a 24 anos.

<sup>84</sup> Índice de envelhecimento é a relação existente entre o número de idosos e a população jovem. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos.

ano do ensino fundamental (antiga 4ª série), cursou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental (antiga 5ª a 8ª série), cursou o ensino médio (2º grau), cursou o ensino superior e pós-graduação (Tabela 08).

**Tabela 08** – Tabela sobre a composição das comunidades analisadas por escolaridade.

Escolaridade	Amostra levantada pela Pesquisa de Público	
Analfabeto	Nenhum hab.	0%
Até o 5º ano do ensino fundamental completo	06 hab.	6%
Até o 5º ano do ensino fundamental incompleto	14 hab.	14%
Do 6º ao 9º ano do ensino fundamental completo	09 hab.	9%
Do 6º ao 9º ano do ensino fundamental incompleto	17 hab.	17%
Ensino Médio completo	17 hab.	17%
Ensino Médio incompleto	24 hab.	24%
Ensino Superior completo	07 hab.	7%
Ensino Superior incompleto	06 hab.	6%
Pós-graduação	Nenhum hab.	0%
<b>Total</b>	<b>100 hab.</b>	<b>100%</b>

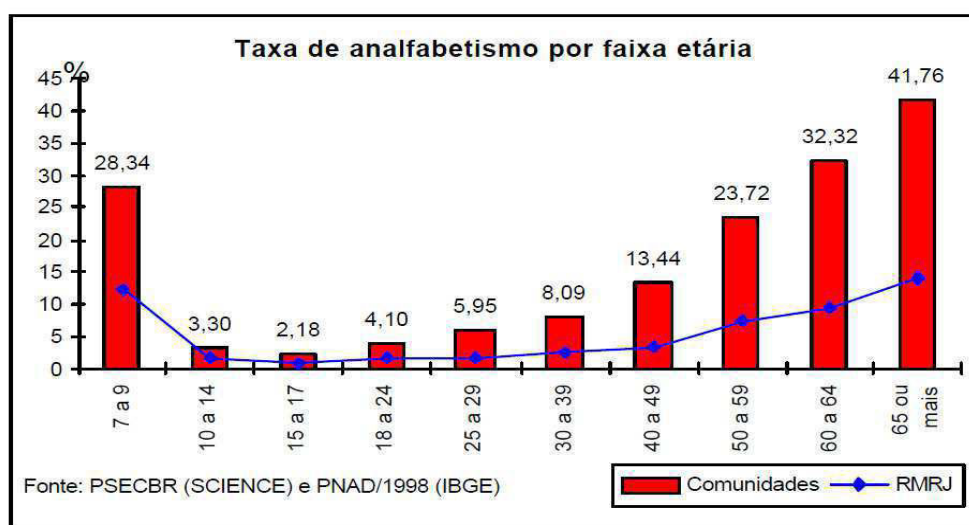
Fonte: Vieira, 2009.

Em relação às características educacionais, a grande maioria da população das comunidades analisadas tem escolaridade até o ensino fundamental (do 1º ao 9º ano escolar) completo ou incompleto (15% + 31% = 46%). Em estudos semelhantes como o de Cunha (2000, p. 13) essa característica também se repete, compondo 85,04% das comunidades atendidas pelo Programa Favela-Bairro, enquanto na RMRJ este percentual cai para 61,43%. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) com base no Censo Demográfico de 2000 do IBGE, a percentagem dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo nas comunidades do Guararapes e Cerro-Corá é respectivamente 26,40% e 33,20%, enquanto em comparação com o bairro Cosme Velho, esse indicador do IDS cai para 13,06%. Ao analisarmos o IDS com relação à percentagem dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo, ou seja, com o ensino médio completo ou ensino superior, essa variação entre bairro e favela é gritante. Enquanto no bairro Cosme Velho, 43,97% da população completou o ensino médio ou tem ensino superior, nas comunidades Guararapes e Cerro-Corá, essa população não chega a 4% (respectivamente 3,93% e 3,13%). Cunha (2000, p. 13)

também enfatiza essa questão da proporção de pessoas com 11 anos ou mais de estudo ser muito maior na RMRJ (31,75%) do que nas comunidades de baixa renda (8,86%).

Os dados da presente pesquisa não fogem às afirmativas anteriores, no entanto qualifica e demonstra um perfil sociocultural mais diversificado e caminhando para futuras mudanças com relação à escolaridade dos moradores de favelas. Dos entrevistados, 41% responderam que cursaram o ensino médio (24% não concluíram ou ainda estão cursando e 17% conseguiram concluir o ensino médio ou técnico) e 13% chegaram ao ensino superior (6% não concluíram ou ainda estão cursando e 7% conseguiram concluir uma faculdade). Outro fator que contribui para essa mudança é a taxa de analfabetismo. De acordo com a tabela número 08, ninguém (0%) respondeu ser analfabeto, bem como, segundo o IDS com relação à percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos comparativamente entre bairro e favelas, a diferença é muito pequena, o bairro Cosme Velho apresenta 2,51 %, a comunidade Guararapes apresenta 3,37% e a comunidade Cerro-Corá apresenta 4,74%. No entanto, para Cunha (2000, p. 13) a taxa de analfabetismo nas comunidades de baixa renda é de 11,98%, bem superior à encontrada na RMRJ (4,51%) e se analisarmos a taxa de analfabetismo por idade, a autora enfatiza que esta é mais alta para os mais velhos, tanto na RMRJ, quanto nas comunidades (Gráfico 01).

**Gráfico 01** - Percentual de analfabetismo por faixa etária das comunidades que foram beneficiadas pelo Programa Favela-Bairro.



Fonte: Cunha, 2000, p. 14.

Outra questão que merece ser falada é que segundo dados do Sistema de Assentamento de Baixa Renda (SABREN), as comunidades Cerro-Corá e Guararapes apresentam equipamentos públicos localizados no assentamento ou em um raio de 500 metros da sua borda, que na sua maioria encontram-se no seu entorno. Com relação aos equipamentos públicos de educação, no banco de dados do SABREN, encontramos em ambas as comunidades apenas três instituições de ensino: o Centro Social Cristo Redentor, a Classe em Cooperação Guararapes Cândido e a creche Municipal Tia Amália. A primeira é uma escola privada de ensino básico, mas também voltada para ações sociais. Já a segunda e a terceira são escolas municipais também voltadas para o ensino básico (infantil e fundamental). Nesse caso, as oportunidades de estudo, além do ensino básico, são encontradas fora do local de moradia. No entanto, no bairro estão localizadas uma das melhores instituições de ensino da rede particular. Os colégios privados lá listados são os considerados mais tradicionais da cidade Rio de Janeiro e destinados, a maior parte, para quem tem elevado poder aquisitivo, como o Colégio São Vicente de Paulo e Colégio Sion, ambos geridos por ordens religiosas.

Vale ressaltar, assim como Silva (2006, p. 26), que, muitos acreditam que o grau de instrução, por ser uma fonte de conhecimento, amplia a percepção sobre o patrimônio cultural, e em muitas das vezes tem total relação aos níveis de acesso aos equipamentos culturais e de capital cultural. Entretanto, é importante considerar outras fontes de percepção como, por exemplo, a vivência, que não traz consigo a obrigatoriedade do estudo ou aprendizado em sala de aula. Por esse motivo, a autora conclui que, apesar de influenciar, ou em muitos dos casos, ser determinante, o estudo formal não é o único fator que determina a qualidade de percepção do indivíduo sobre as coisas.

O terceiro bloco de indicadores tem como objetivo identificar a ocupação/ atividade profissional ou situação econômica, por classificações de setor de atividade e forma de inserção na economia (trabalhador por conta própria, empregado da rede pública ou da rede privada, trabalhador informal, desempregado, estudante, etc.), dos moradores das comunidades analisadas. O nível de ocupação profissional refere-se à forma como esses trabalhadores se inserem no mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro.

- Atividade profissional: Foi distribuída em oito categorias que indicam o tipo de ocupação/ trabalho das populações residentes nas comunidades analisadas. A citar:

trabalhador da rede privada, funcionário público, estudante, aposentado ou pensionista, dona de casa, trabalhador autônomo, outros (Tabela 09). Levaram-se em consideração as diferenças no nível de ocupação e no nível de renda, bem como as diversas atividades econômicas existentes na cidade carioca.

É necessário enfatizar que na presente pesquisa, a questão sobre situação econômica foi expressa, somente pela atividade profissional, o questionário não buscou analisar, especificamente, a questão da renda. Os parâmetros sobre a renda familiar ficou a critério de levantamento de material complementar ou de apoio, visto que periodicamente já são feitas muitas pesquisas sobre essa temática por motivos de demandas políticas e governamentais, bem como já tínhamos dados do IDS com relação à renda das comunidades analisadas.

**Tabela 09** – Tabela sobre a composição das comunidades analisadas por ocupação profissional.

<b>Atividade Profissional</b>	<b>Amostra levantada pela Pesquisa de Público</b>	
Trabalhador da rede privada	35 hab.	35%
Estudante	20 hab.	20%
Trabalhador autônomo	19 hab.	19%
Funcionário público	09 hab.	9%
Aposentado/ Pensionista	08 hab.	8%
Dona de casa	05 hab.	5%
Outros	03 hab.	3%
Desempregado	01 hab.	1%
<b>Total</b>	<b>100 hab.</b>	<b>100%</b>

Fonte: VIEIRA, 2009.

Segundo o Boletim da Pesquisa Mensal de Emprego do Município do Rio de Janeiro (IBGE, OUT/2012), em 2012, havia 5.649 mil pessoas em idade ativa no Município do Rio de Janeiro, sendo que deste montante, 54,0% encontravam-se ocupadas (nível de ocupação), 2,5% desocupadas e 43,5% não economicamente ativas. Em relação à população ocupada, os setores da educação, saúde, administração pública e dos outros serviços têm os maiores contingentes de trabalhadores, respectivamente, 678 mil e 600 mil pessoas.

Referindo-se às pesquisas com enfoque em populações de favelas, Cunha (2000, p. 02 e 19) nos apresenta que a população economicamente ativa (PEA) das 41



comunidades beneficiadas pelo Programa Favela-Bairro é de 97 mil pessoas, correspondendo a 2,2% da PEA total da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cerca de 53% dos moradores das comunidades de baixa renda com mais de 15 anos de idade estão ocupados, ou seja, aproximadamente 85 mil pessoas, absorvidos principalmente nos setores de serviços (55,4%), comércio (15,6%) e indústria (11,6%), em ordem de importância. Observa-se também que da mesma forma que na RMRJ, a maior parte dos ocupados está sendo absorvida pelo setor serviços. Cunha (2000, p. 19) ainda salienta que o peso da ocupação formal é muito mais elevado nestas áreas do que na RMRJ como um todo, mostrando sua maior importância para os moradores das comunidades. Contudo, se analisarmos os trabalhadores sem carteira assinada (SC), os trabalhadores por conta própria (CP), empregadores (EMPRE) e outros tipos, os percentuais são bem semelhantes aos percentuais da RMRJ (SC = 26,4% RMRJ versus 27,2% Favelas respectivamente; CP = 27,4% versus 17,5; EMPRE = 3,9% versus 1,2% e OUTROS = 0,7% versus 1,5%). Já a taxa de desemprego pode ser considerada alta se comparada com a da RMRJ (6,3%), no grupo Vila Cândido/Guararapes/ Cerro-Corá a proporção dos chefes de domicílio entre os desempregados é de 38,2, pois os mesmos possuem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, visto que a taxa de desemprego é maior para aqueles que não têm acesso à capacitação permanente.

É importante salientar que os resultados da pesquisa de público nas comunidades Guararapes e Cerro-Corá não fugiram aos percentuais que representam um contexto macro de análise, tanto com relação aos dados do município quanto aos de outras comunidades de baixa renda da cidade. Dos entrevistados que responderam que o seu tipo de ocupação é “trabalhador da rede privada”, que por sinal foi a maioria, 35% representam empregados de diversos ramos profissionais, principalmente dos setores de serviços, comércio, construção civil e saúde, como vendedores, atendentes, motoristas e trocadores de ônibus, entregadores, pedreiros, técnico em enfermagem, serviços gerais etc., e são também empregados do ramo turístico, principalmente como funcionários das empresas que atuam no Parque Nacional da Tijuca como a Esfeco e Beltour.

Já os entrevistados que responderam que o seu tipo de ocupação é “trabalhador autônomo”, representando 19% do total, são na sua maioria compostos por pequenos comerciantes (lojistas, borracheiros e donos de bares familiares), jornalista, motoristas de táxis e vans, cooperativas diversas, empregadas domésticas, especialistas da beleza (depilação, cabelo e unha), como também muitos atuam no ramo turístico, como

agências de turismo, serviços de transportes, venda, alimentação, comércio, ações sociais (ONGs) e serviços em geral (pedreiro, eletricista, montador, etc.).

No entanto é difícil mensurar uma clara diferença entre trabalhador autônomo, independente ou informal. No meu entendimento, no caso em que tratamos, os três tipos de trabalhadores se enquadram em uma única dimensão, a precarização do trabalho. O núcleo básico seria formado pelos trabalhadores por conta própria, mas também pelos empregadores e empregados de pequenas firmas assalariados, mas sem carteira assinada. Seriam aqueles vinculados ao chamado sistema simples de produção de mercadorias e serviços, onde o assalariamento com base na legislação trabalhista não é a regra, sendo antes a exceção<sup>85</sup>. No caso do Brasil, muitos investimentos estão sendo feitos em prol da valorização e legalização dos trabalhadores informais, no sentido de torná-los pequenos empreendedores. Embora alguns apreciem a “autonomia” do trabalho informal, a maior parte deles está na informalidade em razão do desemprego e a ampla maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade. Logo, isso não exclui a hipótese que alguns dos entrevistados que responderam serem autônomos, podem ser na verdade trabalhadores informais, como os que responderam como profissão: pequenos comerciantes ou ambulantes (pipoqueiros, sorveteiros, carrocinhas de lanches diversos, camelôs/ vendedores de rua), motos taxistas, catadores de materiais recicláveis, bem como os próprios guias de turismo do projeto Anfitriões do Cosme Velho. Já os que responderam a opção “Outros” (3%) também se encontram nessa mesma situação. Em uma das perguntas relacionada ao trabalho do morador e quais outros trabalhos ele fez, um dos moradores respondeu:

[...] Minha mãe apoia meu trabalho como guia turístico. Ela preferia que eu arrumasse um trabalho de carteira assinada, pois é mais seguro. Eu tenho outra profissão, sou barbeiro. Estou pensando em montar um lugarzinho pra mim, que nem tem um pessoal que durante a semana tem seu emprego formal e, fica aqui como guia mais nos fins de semana e feriados. (Depoimento do morador Izequiel dos Santos).

---

<sup>85</sup> Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o trabalho informal é medido pela unidade econômica. Tal unidade é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho. A definição operacional de setor informal obedece aos critérios da OIT contidos na Recomendação aprovada na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, em 1993, além de acrescentar o segmento “assalariados sem carteira de trabalho assinada”, compreendendo as seguintes categorias: 1- Assalariados em empresas com até cinco empregados; com carteira assinada ou sem carteira assinada; 2- Assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados; 3- Empregadores em empresas com até cinco empregados; 4- Donos de negócio familiar; 5- Autônomos: que trabalham para o público, ou que trabalham para empresas; 6- Empregados domésticos; 7- Trabalhadores familiares. (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2000-2001, p. 08).

A informalidade no município do Rio de Janeiro, de acordo com informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), tende a se expandir, pois os índices saltam cada vez mais. Essa expansão do setor informal é determinada, principalmente, pelo crescimento dos percentuais de assalariados sem carteira assinada em pequenas e grandes empresas; de donos de negócio familiar; de empregados domésticos e de autônomos (Tabela 10).

**Tabela 10** – Tabela sobre a composição dos trabalhadores do Município do Rio de Janeiro, segundo a posição na ocupação.

<b>Mês de outubro</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Posição na ocupação:</b>	<b>% na População Ocupada</b>		
Empregados COM carteira de trabalho assinada no setor privado	44,1	44,9	47,0
Empregados SEM carteira de trabalho assinada no setor privado	8,9	9,1	9,6
Militares ou Funcionários Públicos	11,2	12,3	11,5
Trabalhadores por conta própria	20,9	19,4	17,9
Empregador	5,1	4,8	5,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego – outubro de 2010, 2011 e 2012.

De acordo com Cunha (2000, p. 17) para determinados grupos da população total, a participação no mercado de trabalho é inferior, pois a inserção na atividade econômica não é considerada prioridade. Um exemplo claro disso diz respeito aos jovens (com idade inferior a 24 anos de idade). A participação dos jovens no mercado de trabalho é consideravelmente mais baixa que da população que está situada nas faixas etárias intermediárias (de 25 a 49 anos). Mas, nas 41 comunidades de baixa renda analisadas pela autora, a taxa de participação da população mais jovem é consideravelmente superior a da RMRJ. No caso da presente pesquisa de público, considerando jovens até aproximadamente os 24 anos, os entrevistados que responderam como atividade ocupacional “estudante”, compõem 20% do total, sendo a maioria da faixa etária dos 12 aos 21 anos.

Com relação aos entrevistados que responderam que o seu tipo de ocupação é “funcionário público”, compondo 9% do total, são, na sua maioria, representados pela

atuação de professor, gari (limpeza e conservação urbana), carteiro e também muitos não especificaram qual o tipo de profissão.

Ao analisarmos a questão da renda, no Censo Demográfico de 2000, o IBGE avaliou separadamente os indicadores por área administrativa/ bairros da cidade e por favelas. Foram alguns dos indicadores analisados por essa pesquisa que subsidiaram os resultados do Índice de Desenvolvimento Social do Município. De acordo com o IDS do município a percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos no bairro Cosme Velho equivalem a 21,35% do total dos moradores do bairro, contra 52,81% dos moradores da favela Guararapes e a 50,78% dos moradores da favela Cerro-Corá, ou seja, mais da metade da população das comunidades. Outra informação levantada foi a percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos, segundo dados que compõe o reflexo do bairro, 50,54% dos moradores se enquadram nesse perfil de renda, enquanto os moradores da favela dos Guararapes equivalem a 2,81% e da favela Cerro-Corá a 3,13% da população total das favelas. Como dado final o IDS trouxe o indicador de rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos, onde os moradores do bairro ganham em média 19,50 salários mínimos, já os moradores das favelas Guararapes e Cerro-Corá, respectivamente, possuíam uma renda média de 3,55 salários mínimos e 3,34 salários mínimos<sup>86</sup>. Para Cunha (2000, p. 22) o nível de rendimentos dos trabalhadores das comunidades considerados ocupados varia de aproximadamente 1 a 3 salários mínimos, bem abaixo do nível de renda dos ocupados da RMRJ como um todo.

Atualmente, o Censo Demográfico do IBGE de 2010 é talvez, o estudo mais detalhado sobre as mudanças que ocorreram ao longo do tempo no município, depois desses dez anos que se passaram. Ainda nas metodologias do IBGE, é recorrente a separação bairro versus favela, sendo a última classificada em publicação separada como “Aglomerado subnormais”<sup>87</sup>. Ao compararmos o valor do rendimento nominal<sup>88</sup> médio domiciliar (excluindo os sem rendimento) por bairro, o valor é de R\$ 8.077,00

---

<sup>86</sup> O salário mínimo na época era de R\$ 151,00 reais. Norma legal: Lei 9.971/2000.

<sup>87</sup> É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. IBGE. Censo Demográfico. 2010. Aglomerados Subnormais. Primeiros resultados.

<sup>88</sup> O valor do rendimento nominal equivale à soma dos rendimentos brutos de todas as pessoas do domicílio.

reais e o rendimento mediano é de R\$ 4.500,00 reais para os moradores do bairro Cosme Velho. Ou seja, quase quatro vezes maior que o valor do rendimento nominal médio per capita dos domicílios particulares do Município do Rio de Janeiro, que é de R\$ 1.784,44 conforme o Censo Demográfico de 2010. Ao trazermos os resultados referentes aos valores do rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade em domicílios particulares (excluindo os sem rendimento), referente à pesquisa do IBGE sobre os “Aglomerados Subnormais”, a renda mensal é de R\$ 600,00 reais para as pessoas que moram em favelas. Contudo, o mesmo indicador para a área do bairro Cosme Velho, encontramos o rendimento médio equivalente ao valor de R\$ 4.173,00 reais e ao rendimento mediano de R\$ 1.540,00 reais<sup>89</sup>. Ou seja, bem maior que a renda mensal de moradores em favelas (de 2 a 7 vezes mais alta).

### **5.3.2. Caracterização do significado/ ideia de patrimônio, das práticas culturais e de lazer.**

Os parâmetros utilizados para classificar as várias categorias foram:

- frequência a museus;
- frequência a áreas de preservação ambiental;
- qual a noção que as pessoas têm de patrimônio? O que elas acham que é?
- o que as pessoas consideram patrimônio explicitamente, através das respostas às perguntas da pesquisa de público.

Consideram-se práticas culturais e de lazer fora do domicílio: manifestações de cultura (cultivada, ou de massas) e de entretenimento e/ou lazer que ocorrem fora do domicílio, como por exemplo: ir ao teatro/cinema; assistir a espetáculos de música e dança (show, concerto, ópera, balé); acessar à internet; ir a estádios/ginásios esportivos; ir a fortes/jardins públicos/Floresta da Tijuca; ir ao Jardim Zoológico e/ou Aquários; ir ao Jardim Botânico; ir a bibliotecas; ir a encontros sociais/festas; ir a shoppings/restaurantes.

---

<sup>89</sup> O salário mínimo na época era de R\$ 510,00 reais. Norma legal: Lei 12.255/2010.

Com isso, buscou-se trazer as opiniões/ conhecimentos ou as noções dos sujeitos entrevistados sobre as práticas culturais e de lazer, voltados para as temáticas: museus e áreas de preservação ambiental.

O quarto conjunto de dados da pesquisa tem como objetivo identificar qual o percentual de presença ou ausência dos moradores das comunidades analisadas em instituições museológicas, ou seja, a frequência a museus, entendendo o PARNA Tijuca como uma instituição museal.

Primeiramente, interessa-nos informações sobre visitas a museus, ato voluntário de se deslocar a determinado Museu, e permanecer no interior das áreas expositivas, abertas ao público. Esse conjunto de dados da pesquisa foi dividido num primeiro momento em duas categorias que indicam uma resposta afirmativa ou negativa sobre a indagação à frequência a museus, ou seja, visitou ou nunca visitou uma instituição dessa de memória (Gráfico 02). Já a segunda parte, da mesma pergunta, buscou aprimorar ou elucidar em exemplos, quais os tipos de museus mais visitados pelo grupo analisado, as instituições de sua preferência (Tabela 11).

**Gráfico 02** - Percentual de moradores que visitaram (ou não) museus



Fonte: VIEIRA, 2009.

A maioria (80%) dos moradores entrevistados declarou já ter visitado algum museu. Com relação à frequência a museu por gênero, o percentual de homens foi maior do que o percentual de mulheres, 42 pessoas do sexo masculino responderam que já haviam visitado um museu antes contra 38 pessoas do sexo feminino. No entanto, verificou-se que a proporção de homens e de mulheres que nunca visitaram museus foi

praticamente a mesma. A análise por nível de ensino dos entrevistados revela que à medida que aumenta o nível de instrução, também cresce a parcela de moradores que já havia visitado museus antes (Tabela 11). Tais dados confirmam, mesmo que analisada de forma cautelosa, o que várias pesquisas de público em museus já indicaram, assim como uma das pioneiras nessa temática, os estudos de Bourdieu e Darbel (2007, p. 37) sobre o público dos museus franceses<sup>90</sup>, no qual os mesmos afirmam que a frequência aos museus aumenta consideravelmente à medida que o nível de instrução é mais elevado, ao menos naqueles museus objetos da pesquisa. Ou seja, para os autores, o nível de instrução é, de fato, o mais determinante, mesmo que o diploma seja um indicador limitado para determinar o nível cultural dos grupos. Pode parecer arbitrário comparar uma pesquisa pequena, de caráter amostral, como a da presente dissertação, a qual envolveu um número pequeno de entrevistados e de participantes em um curto período de tempo, com uma pesquisa de maior abrangência territorial e de recursos físicos e financeiros, de caráter estatístico, financiada por órgãos do Governo, como foi a de Bourdieu e Darbel (2007), a qual envolveu seis museus da Europa num período de um ano. No entanto, ambas as pesquisas voltam-se para objetos distintos, mesmo tendo como método a pesquisa de público como objeto de análise. E, se não usarmos o cabedal de pesquisas voltadas para análise de público em museus como dados comparativos em diversas naturezas de estudos, mesmo que para suscitar reflexões, acredito que os dados tornam-se estéreis, pois não são aplicados ao mundo real, voltando-se para o questionamento da realidade e interação entre os campos do conhecimento.

Também na “Pesquisa Domiciliar sobre a Percepção e Visita a Museus – VAMUS” do IBGE, realizada em 2008 no Rio de Janeiro, também nos deparamos com resultados semelhantes, ou seja, realidade igualmente observada num determinado universo da população carioca, passíveis de críveis generalizações, mesmo que não conclusivas, pois estamos nos referindo a um universo museal específico, diferentemente dos recentes museus de favelas e/ou em pontos de culturas. É verdade, no entanto, que hoje os museus e suas equipes, buscam cada vez mais incentivar

---

<sup>90</sup> O trabalho “O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público” saiu originalmente em 1966, tendo uma edição revisada e ampliada em 1969. Bourdieu dirigiu o conjunto da pesquisa com a colaboração de Dominique Schnapper, enquanto Alain Darbel construiu o plano de sondagem e elaborou o modelo matemático destinado à análise da frequência das visitas a museus. O trabalho envolveu uma grande equipe de pesquisadores e auxiliares e foi financiado parcialmente pelo Serviço de Estudos e Pesquisas do Ministério das Questões Culturais francês. Constituiu na aplicação de questionários em amostras selecionadas de museus na França, Espanha, Grécia, Itália, Holanda e Polônia em 1964 e 1965.

projetos voltados para ações educativas para, assim, atrair mais estratos diversificados da população aos espaços dos museus, independente da sua origem, formação, local de residência, idade, gênero, entre outras variáveis. Então, levamos em consideração essa relação frequência a museus x escolaridade em face de um tipo de organização programática e discursiva. No entanto, cabe lembrar, assim como enfatiza a Pesquisa Piloto Perfil/ Opinião do primeiro Boletim do Observatório de Museus e Centro Culturais do Rio de Janeiro e Niterói (FIOCRUZ/MV e DEMU/IPHAN/MINC, DEZ/2007, p. 05) que o nível médio de anos de estudo da população da Região Metropolitana é de 8,3 anos, correspondendo ao ensino fundamental, mas com relação ao nível de escolaridade dos visitantes aos museus, estes são bastante elevados, 47,5% declaram ter concluído o ensino superior. Mas, vale ressaltar, que a pesquisa pecou por não ter explorado mais o indicador “visita a museus por escolaridade” e suas variáveis através de outras questões como: quando o entrevistado visitou um museu, ou seja, em que momento da vida; com que frequência ele costuma visitar tais instituições; entre outras possibilidades de perguntas.

**Tabela 11** – Percentual de moradores entrevistados, por visita (ou não) a museu, segundo sexo, faixa etária e escolaridade.

<b>Sexo</b>	<b>Visitou</b>		<b>Nunca visitou</b>	
Masculino	42 hab.	52,5%	10 hab.	50%
Feminino	38 hab.	47,5%	10 hab.	50%
<b>Total</b>	<b>80 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>20 hab.</b>	<b>100%</b>
<b>Escolaridade</b>	<b>Visitou</b>		<b>Nunca visitou</b>	
Com até Ensino Fundamental	33 hab.	41,25%	13 hab.	65%
Com Ensino Médio	34 hab.	42,5%	07 hab.	35%
Com Ensino Superior	13 hab.	16,25%	Nenhum hab.	0%
<b>Total</b>	<b>80 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>20 hab.</b>	<b>100%</b>
<b>Faixa etária</b>	<b>Visitou</b>		<b>Nunca visitou</b>	
12 a 15	08 hab.	10%	03 hab.	15%
16 a 21	08 hab.	10%	Nenhum hab.	0%
22 a 35	25 hab.	31,25%	06 hab.	30%
36 a 55	29 hab.	36,25%	08 hab.	40%
56 a 70	07 hab.	8,75%	03 hab.	15%
Mais de 70	03 hab.	3,75%	Nenhum hab.	0%
<b>Total</b>	<b>80 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>20 hab.</b>	<b>100%</b>

Fonte: VIEIRA, 2009.



Com relação aos tipos de museus mais visitados pelos respondentes que já haviam visitado algum, os museus de caráter histórico foram identificados como os mais visitados (76%). Bem como, os mais citados foram o Museu Imperial de Petrópolis e o Museu da República. Os museus de caráter artístico ficaram em segundo lugar, sendo o Museu Internacional de Arte Naif, localizado próximo das comunidades analisadas (na Rua Cosme Velho, ao lado da Estação de Trem do Corcovado), um dos mais citados nas respostas. Por conseguinte, encontram-se os museus de caráter científico com 34%, e entre os museus mais citados estão, o Museu/ Memorial da Pediatria Brasileira, localizado também próximo das comunidades (Rua Cosme Velho, também próximo da Estação de Trem do Corcovado), o Planetário da Cidade do Rio de Janeiro na Gávea e alguns responderam o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Importa ressaltar, que os visitantes tendem a frequentar museus mais próximos do seu local de residência, assim como podemos observar pelos dados da pesquisa e, também indicada pelas informações da Pesquisa Piloto Perfil/ Opinião do primeiro Boletim do Observatório de Museus e Centro Culturais do Rio de Janeiro e Niterói (FIOCRUZ/MV e DEMU/IPHAN/MINC, DEZ/2007, p. 07). Enfatizado por 31% dos entrevistados, os Centros Culturais também tiveram um percentual razoável de respostas, contudo poucos exemplos foram elucidados, entre eles citaram o Centro Cultural Banco do Brasil, o da Caixa Cultural e muitos alegaram não lembram o nome do local visitado. Por último ficaram os museus virtuais com 6%, também sem maiores esclarecimentos sobre quais os museus visitados na internet. Importa enfatizar, que nesse contexto, a pesquisa não se deteve em apresentar as discussões sobre o conceito de museu virtual. Na sua maioria, considera-se museu virtual como um museu cujo espólio consiste em digitalizações e projeções de objetos já existentes, que assentam no recurso de técnicas informáticas e não num museu que apenas está disponível on-line, através da Internet. Isto é, existência apenas no espaço cibernético, e não museus físicos com páginas eletrônicas (sites) de acesso online. A pesquisa partiu do que, popularmente, chama-se “virtual”, isto é, tudo aquilo que diz respeito às comunicações via Internet<sup>91</sup>.

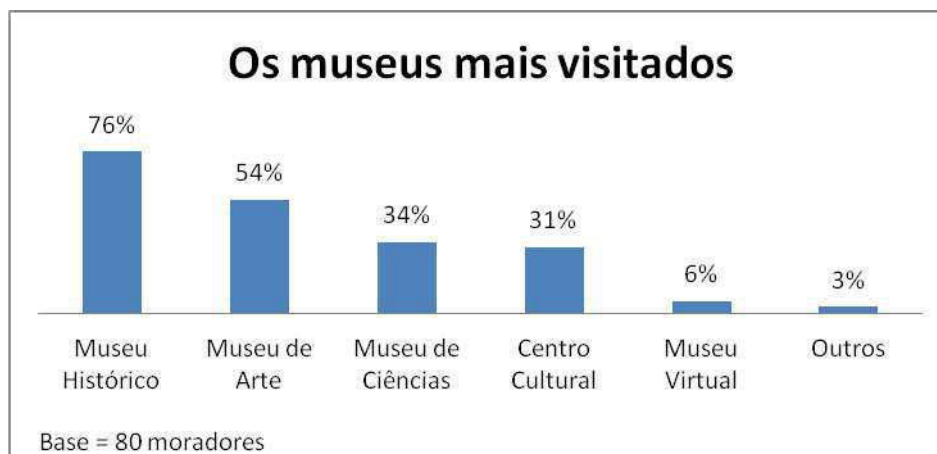
O item “Outros tipos de museus” foi comentado por dois moradores, os quais citaram: Museu Arqueológico e Museu Ecológico, no entanto, sem especificar quais os museus visitados referentes a essas tipologias (Gráfico 03). É importante salientar que a

---

<sup>91</sup> Para maiores informações das discussões sobre museus virtuais ver: GODOY, Karla Estelita. A museologia diante do virtual: repensando os elementos conceituais e a memória, a partir das novas tecnologias informáticas. 1999.

pesquisa permitiu aos respondentes apontar mais de uma das opções dispostas referente aos tipos de museus por eles visitados. Por essa razão, pode-se observar a ocorrência de um número absoluto maior que o número total de respondentes e, por conseguinte, um total superior a 100%.

**Gráfico 03** – Percentual dos museus mais visitados, segundo opinião das comunidades analisadas.



Fonte: VIEIRA, 2009.

O quinto conjunto de dados da pesquisa tem como objetivo identificar qual o percentual de presença ou ausência dos moradores das comunidades analisadas em instituições de preservação ambiental, bem como seu conhecimento sobre estas instituições.

Visita a áreas de preservação ambiental é o ato voluntário de se deslocar a determinado Parque, ou áreas afins, em busca do contato com a natureza, de práticas de atividades ao ar livre, de recreação, lazer, esporte, aprendizado, entre outras motivações. Esse conjunto de dados da pesquisa foi dividido num primeiro momento em duas categorias que indicam uma resposta afirmativa ou negativa sobre a indagação à frequência às áreas de conservação da natureza, ou seja, visitou ou nunca visitou uma instituição desse tipo (Gráfico 04). Já a segunda parte, da mesma pergunta, buscou aprimorar ou elucidar em exemplos, quais os tipos de áreas de conservação da natureza que as pessoas mais conheciam (Gráfico 05).

**Gráfico 04** - Percentual de moradores que visitaram (ou não) áreas de conservação da natureza



De acordo com um estudo intitulado “Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais”, realizado pela Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas e pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas, na gestão de Marina Silva como ministra do Meio Ambiente<sup>92</sup>, “nos últimos anos, observações empíricas indicam que as atividades em contato com os ambientes naturais têm aumentado tanto com relação às modalidades, como em relação ao número de praticantes” (IBAMA, 2004). Seguindo essa vertente, cerca de 90% dos moradores entrevistados, declararam já ter visitado algum tipo de área de conservação da natureza. Acredita-se que esse alto percentual de moradores que já visitaram ou visitam áreas de conservação da natureza, consiste no fato de serem áreas caracterizadas pelo lazer e diversão, bem como o município do Rio de Janeiro é um local que favorece bastante tais práticas. Segundo o Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ ICMBio, 2008, p. 38), o Estado do Rio de Janeiro é um importante centro de biodiversidade, sendo uma região de alta concentração de endemismos, o qual abriga porções exuberantes da Mata Atlântica,

<sup>92</sup> A pesquisa junto aos parques nacionais e estaduais do país foi realizada em 2003. Utilizando como base as informações presentes no “Relatório sobre a visitação nos parques nacionais”, organizado pela equipe técnica do Setor de Uso Público/ CGEUC/ DIREC / IBAMA, 2003, no país totalizam-se 53 parques nacionais, contudo apenas 37 responderam à pesquisa. De acordo com o levantamento realizado nos estados, existem atualmente cerca de 155 parques estaduais, número que representa o conjunto de unidades estaduais presentes no cadastro de unidades de conservação (UC), atualizado de acordo com as informações enviadas pelos estados. Do total de parques estaduais, 55 (35,48%) responderam ao questionário. Para maiores informações ver: IBAMA. Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais, 2004.

concentra monumentos e sítios naturais únicos na sua paisagem, de grande beleza e relevância cultural e, por isso, cerca de 17% da área total do Estado são protegidas por unidades de conservação federais e estaduais. Também, acrescenta-se a área protegida do Estado, as reservas particulares do patrimônio natural, as unidades de conservação municipais e as áreas tombadas pelo poder público. Para o SNUC, existem diferenciados objetivos de preservação ambiental que determinam a criação de tipos distintos de unidades de conservação, ou categorias de manejo, de modo a viabilizar a manutenção das características biofísicas singulares, ou outras qualidades e potencialidades socioculturais nacionais (Tabela 12).

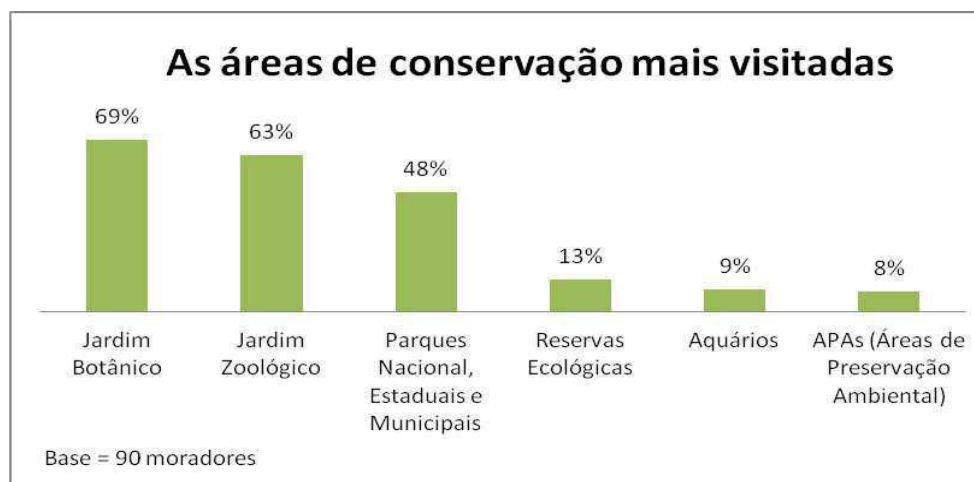
**Tabela 12** – Áreas protegidas por Legislação Ambiental, segundo as Tutelas das Diversas Esferas Governamentais, Município do Rio de Janeiro.

Área Protegidas por Legislação Ambiental	Quantitativo por Categorias	Tutela		
		Municipal	Estadual	Federal
<b>Unidade de Conservação (1)</b>	<b>56</b>	<b>49</b>	<b>04</b>	<b>01</b>
Áreas de Proteção Ambiental (APA)	26	25	01	00
Áreas de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU)	03	03	00	00
Reservas	02	01	01	00
Parques Naturais	21	16	03	02
Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	04	03	00	01
<b>Áreas de Expressivo Valor Ambiental Legalmente Protegida (2)</b>	<b>51</b>	<b>24</b>	<b>17</b>	<b>10</b>
Tombamento de bens naturais	32	05	17	10
Parques (urbanos) (3)	14	14	00	00
Áreas de proteção do entorno do bem tombado	02	02	00	00
Área de preservação ambiental	01	01	00	00
Área de preservação ecológica e paisagística	01	01	00	00
Jardim zoológico	01	01	00	00
Jardim botânico	01	01	00	00
<b>Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) (4)</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

Notas: (1) Categoria de Unidade de Conservação Ambiental definida pela Lei Complementar 16 de junho de 1992 (Plano Diretor Decenal da Cidade), com base na Lei federal № 9.985/2000 (SNUC). (2) Áreas de Expressivo Valor Ambiental, embora não constituam UC. (3) Áreas criadas como parques e jardins. Foram considerados aqui apenas os parques urbanos que apresentam características naturais relevantes. (4) Categoria de UC definida pelo Artigo 124 da Lei Complementar de 16 de junho de 1992 que institui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: MMA/ ICMBio, 2008, p.121-122.

Para os que responderam que já haviam visitado alguma área de conservação da natureza, foi também indagado quais os tipos de áreas de conservação da natureza a pessoa conhecia. Assim como na pergunta sobre quais os tipos de museus eram conhecidos pelo público alvo, a pesquisa também permitiu aos respondentes nessa questão apontar mais de uma das opções dispostas referente aos tipos de áreas de conservação da natureza ela já tinha tido algum contato (Gráfico 05).

**Gráfico 05** – Percentual das áreas de conservação da natureza mais visitadas, segundo opinião das comunidades analisadas.



Fonte: VIEIRA, 2009.

Com base no gráfico 05, visualiza-se que 69% dos moradores entrevistados conhece e considera os jardins botânicos uma área de preservação da natureza, bem como, foi citado, a título de exemplo, a instituição Jardim Botânico, localizado no bairro do mesmo nome, única instituição desse tipo no município do Rio de Janeiro. Quase com o mesmo percentual, 63% dos moradores enfatizaram que os jardins zoológicos também são as áreas de preservação da natureza por eles mais visitadas, consideradas áreas de intenso lazer como passeios em família, igualmente como o jardim botânico. O Jardim Zoológico da Quinta, única instituição desse tipo na cidade, também foi citada como exemplo. Com 48%, seguem os Parques Nacional, Estadual ou Municipal, visto que o Estado do Rio de Janeiro é marcado por uma variedade e uma quantidade significativa de parques naturais e urbanos dos três órgãos gestores. Alguns dos exemplos citados foram: o próprio PARNA Tijuca (o mais citado pelos entrevistados), o Parque Henrique Lage, Parque do Flamengo, a Quinta da Boa Vista, o Parque Garota de

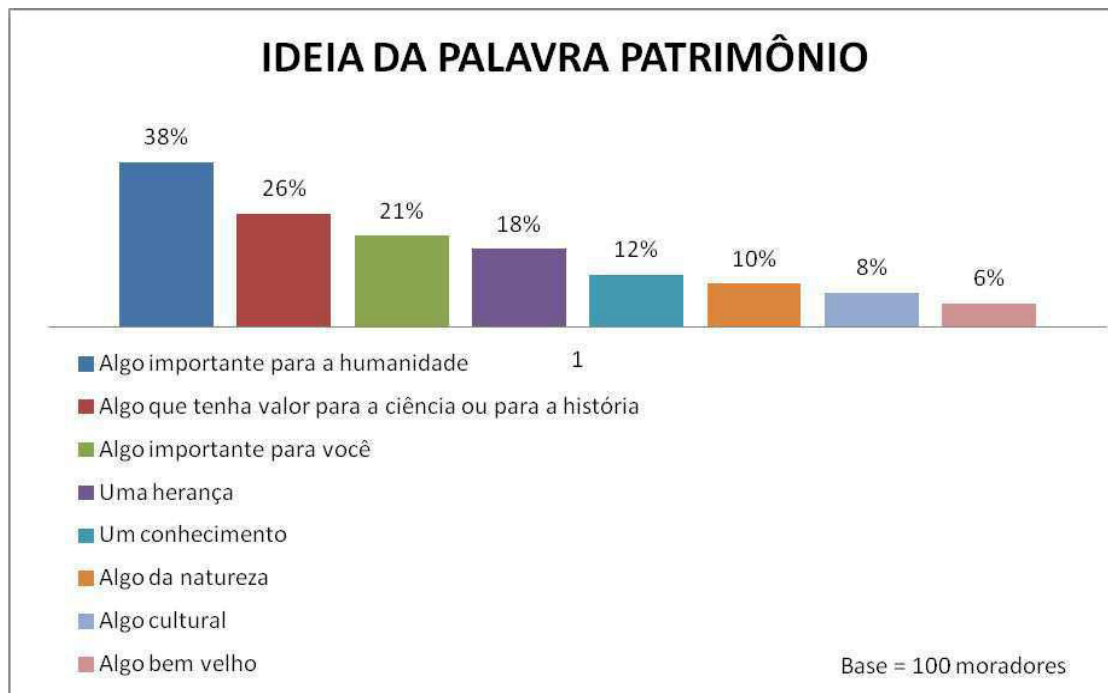
Ipanema e o Parque da Cidade. O menor percentual foi os relacionados às Reservas Ecológicas e as Áreas de Preservação Ambiental (APAs), talvez por causa das suas características de preservação que, muitas vezes, o tipo de acesso em suas áreas é restritivo. Alguns citaram a Reserva de Grumari, a Reserva da Prainha e a APA do Morro do Leme e Urubu, bem como uma pessoa considerou as praias do Rio de Janeiro como Reserva Ecológica<sup>93</sup>. Por fim, 9% dos entrevistados reconhecem os Aquários como áreas de preservação da natureza, um espaço também considerado de intenso lazer, contudo seu baixo percentual pode ser caracterizado pelo fato da cidade do Rio de Janeiro não possuir nenhum Aquário, nem público ou privado. Segundo a “Pesquisa Domiciliar sobre a Percepção e Visita a Museus – VAMUS” do IBGE, realizada em 2008 no Rio de Janeiro, a ida a locais como Floresta da Tijuca, Jardim Zoológico, Jardim Botânico, Aquários e Fortes destacou-se como a terceira prática cultural exercida fora do domicílio, por 66,4% dos moradores (26.775) da cidade do Rio de Janeiro.

O sexto bloco de dados da pesquisa tem como objetivo identificar qual seria a ideia que as pessoas fazem da palavra Patrimônio, qual o sentido do termo, como eles compreendem/ veem/ entendem tal termo, o que de fato é isso para eles. Bem como, o que na vida deles, os mesmos analisam e avaliam, definem como Patrimônio, o que é atribuído de valor para ser caracterizado como seu Patrimônio. Entretanto, busquei mapear minimamente o que conheciam e o que pensavam sobre o foco da dissertação: o Patrimônio Nacional, Parque Nacional da Tijuca, atrativo turístico e cartão-postal da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, foram redigidas questões com múltiplas escolhas, com espaços para justificativas ou esclarecimentos por meio de respostas abertas.

---

<sup>93</sup> É importante salientar que segundo as definições oficiais do governo brasileiro, as Reservas Ecológicas ou Biológicas são áreas mais restritas à presença humana do que os Parques Nacionais, de modo a conservar a natureza e manter o processo evolutivo sem perturbações. Elas visam proteger amostras ecológicas representativas do meio ambiente natural para, de um lado, a realização de estudos científicos, monitoramento ambiental e educação científica; e, de outro, a manutenção de recursos genéticos em estágio dinâmico e evolucionário. Logo algumas praias do Rio de Janeiro realmente apresentam essas características, já outras não, são de livre acesso para banhistas.

**Gráfico 06** – Resultado Geral sobre o que os moradores pensam ser a palavra Patrimônio.



Fonte: VIEIRA, 2009.

Dos moradores interrogados 38% consideram que a ideia de patrimônio é “algo importante para a humanidade”, ou seja, noção de universalidade. Para Andrade isso se dá atualmente principalmente pela globalização a qual rompem fronteiras.

A conscientização existente da necessidade de preservar bens culturais de interesse especificamente nacional, soma-se hoje o entendimento, cada vez mais nítido de que valores culturais locais muitas vezes transcendem as limitações de uma só cultura ou nação e passa a ser relevante para a toda humanidade. (ANDRADE, 2008, p. 286)

No entanto, é importante trazer para a discussão, que a forte campanha publicitária em incentivo à Candidatura da cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural, e posteriormente a sua vitória, agora valorizada ainda mais com um selo de paisagem única, pode ter contribuído para essa visão. Outro fator também pode ter contribuído para tal visão, refere-se ao concurso público popular para eleger as Sete Maravilhas do Mundo Moderno, em 2007, no qual o Cristo Redentor era candidato e ganhou, bem como, mais uma vez, campanhas diversas inculcaram imagens, valores e ideias, na população carioca em geral, visto que os

monumentos foram escolhidos por meio de votos de milhões de pessoas por telefone ou pela internet. Acredita-se que esse entendimento por parte do público e os discursos que ela gera são construções, enunciações elaboradas e veiculadas por diversas mídias, e assimiladas pela população.

Já 26% dos moradores analisados consideram que a ideia de patrimônio é “algo que tenha valor para a ciência ou para história”, portanto nesse caso, o entrevistado vê a preservação patrimonial como algo com foco em áreas de conhecimento, pois tem valor para a ciência e para história, sendo que os critérios de definição de o quê preservar são definidos por especialistas e com a participação restrita da população em geral.

Contrários à visão anteriormente citada, 21% consideram que a ideia de patrimônio é “algo importante para eles”, e Chagas (2005, p. 117) enfatiza que um anelo preservacionista e um sentimento de posse são estímulos que se encontram na raiz da instituição patrimônio, sugerindo que somente “aqueles que se consideram possuidores [...], do ponto de vista tanto individual quanto coletivo, é que estão em condição de instituir o patrimônio, de deflagrar (ou não) os dispositivos necessários para a sua preservação”. Para Gonçalves (2009, p. 27) a literatura etnográfica apresenta vários exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são considerados como objetos separados dos seus proprietários. No entanto, esses bens nem sempre possuem atributos estritamente utilitários, carregando, simultaneamente, significados econômico, jurídico, moral, mágico, estético e psicológico, sendo, portanto, inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem a condição humana. Como “algo importante” a produção do patrimônio está mais voltada para os aspectos ideais e valorativos, ou seja, nos julgamentos e raciocínios de diversos contextos e concepções de visão de mundo.

Seguindo, 18% responderam que a ideia de patrimônio é “uma herança”, algo que herdamos e que, por conseguinte, deve ser protegido. Tal visão também está imbuída de um sentimento de posse, e remete a visão tradicional, a qual foi utilizada como referência à “herança paterna” ou aos “bens familiares” transmitidos de pais para filhos, em particular no que se referia aos bens de valor econômico e afetivo, bem como saberes apreendidos, hoje noção modificada para bens culturais, tangíveis ou intangíveis, e relação que se estabelece entre patrimônio, memória e herança cultural.



Os que responderam acreditar que a ideia de patrimônio é “um conhecimento” (12%), ou “algo *da natureza*” (10%), ou “algo cultural” (8%), foram vistos como visões mais específicas e fragmentárias, a partir da nossa interpretação. A primeira são os que consideram práticas e costumes também uma forma de patrimônio, e que hoje em dia é classificado por estudiosos como patrimônio imaterial ou intangível, perspectiva que ganhou força no Brasil, principalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 216 ampliou a definição de patrimônio cultural brasileiro. É, portanto, a partir de uma reflexão sobre a função do patrimônio e de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, que se passou adotar uma concepção mais ampla de patrimônio, não mais centrada nos monumentos e objetos artísticos e históricos excepcionais do passado, e sim, numa relação da sociedade com sua cultura. Sobretudo, atualmente vive momento especialmente fértil, depois da aprovação do Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e o registro do denominado “patrimônio cultural imaterial”, colocando em cena uma antiga preocupação de alguns intelectuais sobre o patrimônio cultural brasileiro, entre os quais se vinculam as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães, que destacaram o tema do intangível como a ser valorizado para a construção social e política de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais, como línguas, festas, danças, lendas, músicas, saberes e fazeres diversos.

Já as duas respostas seguintes apresentam uma visão material dos bens a serem patrimonializados, sejam representados por espécimes naturais, sejam objetos construídos pelo homem, classificados como patrimônio natural e patrimônio cultural. Por fim, 6% dos entrevistados acreditam que a ideia de patrimônio é “algo bem velho”, e tais respostas indicam de forma clara que apenas uma minoria associa o patrimônio a elementos do passado, a palavras como: velharia, coisa velha, coisa antiga, de acordo com o senso comum, a semelhança do que Chagas coletou no estudo “Museu: lugar de coisa velha, coisa antiga” (1987). Em 1987, Chagas realizou uma pesquisa de opinião em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de compreender de que modo os transeuntes urbanos percebiam as instituições museais. Essa iniciativa possibilitou traçar um panorama das imagens que, de modo geral, as pessoas associavam ao termo museu. Os pedestres transeuntes eram entrevistados aleatoriamente na rua e solicitados a responder o que lhes vinha à mente quando se falava a palavra “museu”. O resultado mostrou que a imagem mais difundida no

imaginário social dos respondentes estava ligada à ideia de museu como “coisa velha, coisa antiga”<sup>94</sup>. No entanto, considerar algo velho, não necessariamente é considerá-lo sem importância, não há juízo de valor, apenas uma forma de se expressar. Importa refletir sobre a presente pesquisa, que o uso da expressão “velho” pode ter causado algum tipo de estranhamento aos entrevistados, além de parecer pejorativo. Talvez, a pesquisa poderia ter priorizado o uso do termo “antigo” em vez de “velho”. Contudo, apenas constantes pesquisas de públicos poderão apresentar novos horizontes quanto a essa questão.

Como o objetivo da pesquisa não é trazer visões estanques sobre o conceito de Patrimônio, era permitido aos respondentes nessa questão apontar mais de uma opção de resposta, que aconteceu e que representa a visão plural da amostra da pesquisa.

A Constituição Brasileira em seu artigo 216 determina o que é patrimônio cultural no Brasil:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2006, p.42).

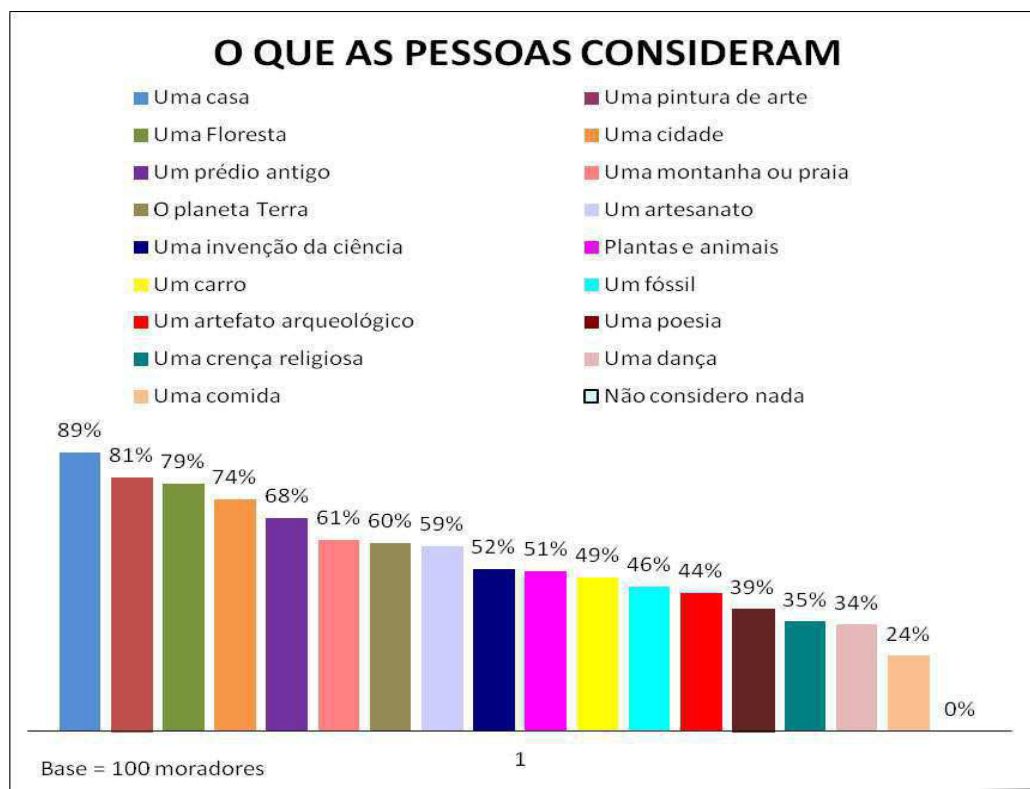
Muitas vezes, por motivos práticos e operacionais, o Patrimônio recebe adjetivações para melhor visualização dos seus diversos tipos: Patrimônio Cultural, Patrimônio Natural, Patrimônio Tangível e Intangível, Genéticos, Subaquático, Arqueológico, Etnográfico, Indígena etc. Seguindo essa perspectiva, os tipos de Patrimônio foram distribuídos em dezoito categorias, no sentido de elucidar em exemplos do cotidiano das pessoas, quais os tipos de Patrimônio são por elas considerados relevantes (Gráfico 07). São especificamente os exemplos práticos da pergunta sobre qual a ideia da palavra Patrimônio. Como o objetivo da pesquisa não é

---

<sup>94</sup> A pesquisa denominada: “Museu: Coisa Velha, Coisa Antiga”, foi realizada por estudantes matriculados na disciplina Introdução à Teoria Museológica do Curso de Museologia da UNIRIO, 1987. Mais informações ver: CHAGAS, 1987.

trazer visões fechadas sobre o termo Patrimônio, era permitido aos respondentes apontar mais de uma opção de resposta, o que aconteceu, enriquecendo os dados.

**Gráfico 07** – Resultado Geral sobre o que os moradores consideram Patrimônio.



Fonte: VIEIRA, 2009.

Dentre as respostas analisadas podemos perceber todos os tipos de patrimônio cultural assim considerado como: cidades históricas; paisagens naturais e urbanas; territórios sagrados; museus; artesanato; herança documental; tradições orais como línguas, festivais folclóricos, ritos e crenças, música, artes cênicas, literatura, tradições culinárias; produção intelectual, etc. Essa lista mostra que há uma imensa variedade de bens que estão atualmente inseridos na categoria de patrimônio, e isso ficou bastante claro nos resultados da pesquisa, visto dos itens citados, ninguém (0%) respondeu não considerar nada daquilo como patrimônio.

Todas essas questões nos dão uma primeira informação que mereceria ser aprofundada. Ao indagar sobre esses pontos, é possível a formulação de uma primeira camada de muitas outras que constituem o modelo que esses moradores têm sobre o a

questão patrimonial, com o cuidado de evitar generalizações sobre a visão dos moradores da cidade do Rio de Janeiro e quiçá do Brasil. É necessária a realização de muitas outras pesquisas sistemáticas na área, com recortes diferentes.

As informações a seguir fazem parte do terceiro seguimento da pesquisa que estão mais voltadas às questões estritamente relacionadas ao PARNA Tijuca.

### 5.3.3 Aspectos da frequência ao Parque Nacional da Tijuca

O oitavo conjunto de dados da pesquisa tem como objetivo identificar qual o percentual de presença ou ausência dos moradores das comunidades analisadas no Parque Nacional da Tijuca. Visto que os moradores moram muito perto da área do Parque. Será que o conhecem?

Visita ao PARNA Tijuca é entendida como ato voluntário de se deslocar da sua residência para entrar em contato com áreas do Parque por qualquer motivação. Esse conjunto de dados da pesquisa foi dividido num primeiro momento em cinco categorias que indicam respostas afirmativas ou negativas sobre a indagação à frequência ao Parque, tais como: visitou ou nunca visitou, com que frequência vista, somente ouviu falar sobre o Parque ou nunca ouviu falar (Gráfico 08). Já a segunda parte, da mesma pergunta, buscou aprimorar ou elucidar em exemplos, se as pessoas que responderam conhecer o Parque, o visitou acompanhado ou não.

**Gráfico 08** – Percentual de moradores que visitam (ou não) o Parque Nacional da Tijuca.



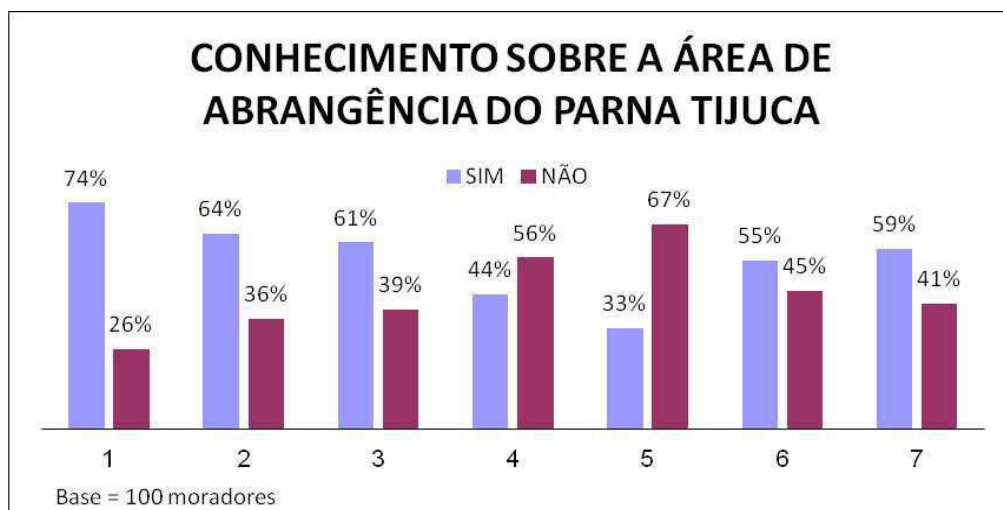
Fonte: VIEIRA, 2009.

Dos sujeitos entrevistados, 54% responderam que já visitaram o Parque Nacional da Tijuca. Dentre estes, encontram-se os que frequentemente visitam o Parque (19%), os que já visitaram duas ou mais vezes (19%), ou seja, os visitantes esporádicos e os que só o visitaram uma única vez (16%). No entanto, 46% dos moradores responderam nunca ter visitado o PARNA Tijuca. Sendo que 41% enfatizaram que já ouviram falar sobre o Parque e somente 5% nunca ouviram falar do PARNA Tijuca, isto é, que não sabem nada sobre ele, sobre sua existência, história, localização e sobre suas ações. Tal percentual nos mostra que mesmo que a maioria (54%) dos entrevistados já visitou em algum momento o PARNA Tijuca, uma quantidade significativa dos moradores do seu entorno, especificamente das comunidades dos Guararapes e Cerro-Corá não frequenta de fato o Parque (46%), o que demonstra que o PARNA Tijuca não faz parte da rotina desses moradores.

Do total dos moradores que já visitaram o PARNA Tijuca, a companhia mais frequente na visita ao Parque, é a da família, de acordo com a declaração de 37% dos moradores. Já 26% declararam ter realizado a visita por incentivo ou na companhia dos amigos, 24% responderam que visitaram o Parque por motivos de trabalho; 19% visitaram o Parque por iniciativa própria, foram sozinhos e 9% mencionaram que a Escola foi quem proporcionou sua visita a PARNA Tijuca. Nota-se, ao considerar tanto as visitas em parques como as em museus, na sua maior parte, acontecem em família ou na companhia de amigos, dados também indicados pela Pesquisa Piloto Perfil/ Opinião do primeiro Boletim do Observatório de Museus e Centro Culturais do Rio de Janeiro e Niterói (FIOCRUZ/MV e DEMU/IPHAN/MINC, DEZ/2007, p. 10).

O nono agrupamento da pesquisa tem como objetivo identificar se os moradores conhecem a área de abrangência do Parque que, por sinal, é bastante extensa. Importa enfatizar que conhecer/ saber dos limites do Parque, assim como vimos em dados anteriores, não necessariamente é ter visitado de fato o Parque e suas respectivas áreas. Esse conjunto foi dividido em sete categorias que remetem às respostas afirmativas ou negativas sobre possíveis conhecimentos aos limites do PARNA Tijuca (Gráfico 09).

**Gráfico 09** – Resultado Geral sobre o conhecimento dos limites do Parque Nacional da Tijuca.



Legenda: 1- FLORESTA DA TIJUCA 2- O CORCOVADO E O CRISTO REDENTOR 3- AS PAINEIRAS 4- O PARQUE LAGE 5- FLORESTA PRETOS - FORROS COVANCA 6- PEDRA DA GÁVEA E PEDRA BONITA 7- VISTA CHINESA. Fonte: VIEIRA, 2009.

É interessante observar que a maioria dos moradores, conhece ou tem alguma informação sobre os locais mais visitados, os principais pontos turísticos do PARNA Tijuca, como a Floresta da Tijuca, o Corcovado e a Vista Chinesa, sendo capaz de relacioná-los. Já os lugares menos divulgados também são os menos conhecidos, como o Parque Lage, que era realmente um parque distinto dos demais da cidade do Rio de Janeiro, mas em 2004 foi inserido aos limites do PARNA Tijuca como área tampão ou de borda; e a Floresta Pretos-Forros Covanca, área restrita, destinada somente para pesquisas científicas e, não é permitido a visitação nessa parte do Parque. Segundo informações adquiridas nas entrevistas, um morador comenta:

Eu só vim conhecer o Cristo e outras partes do parque depois que entrei como guia. Os lugares que eu já fui, foi no Cristo, Vista Chinesa, Mesa do Imperador, Paineiras, Mirante Dona Marta, e a pouco tempo que fui na Floresta da Tijuca, pois uma das reuniões foi lá, aí vi a Cascatinha, o Centro de Visitantes e outros lugares que não sei o nome. Acredito que o Cristo e o Mirante Dona Marta a maioria do pessoal da comunidade conhece, mas as outras partes do parque, aí quase ninguém conhece. Na minha opinião, a maioria dos turistas só vem para conhecer o cartão postal do Rio de Janeiro, o Cristo Redentor, e nem sabe que o Cristo faz parte do parque e nem conhecem os outros lugares. Alguns até se interessam em conhecer depois que a gente fala. (Depoimento do morador A)

Mas, quando foi perguntado sobre qual a sua opinião com relação aos moradores das comunidades, se eles conheciam o PARNA Tijuca, o mesmo respondeu: “Acredito que o Cristo e o Mirante Dona Marta a maioria do pessoal da comunidade conhece, mas as outras partes do parque, aí quase ninguém conhece” (Depoimento do morador A).

Em pesquisa análoga, realizada com moradores de comunidades no entorno do PARNA Tijuca, no setor Floresta da Tijuca, Silva (2002, p. 138) ao perguntar se existe diferença entre o Parque Nacional da Tijuca e a Floresta da Tijuca, levantou: que 53% dos moradores responderam que existe uma diferença entre o Parque e a Floresta, 27% responderam que não há diferença, 10% indagaram que não sabem responder a pergunta e 10% responderam que não conhecem o Parque. Mas, quando foi pedido para que esclarecessem qual seria essa diferença, 40% responderam que a Floresta é uma parte de um Parque maior que abrange outras áreas; 20% declaram que o Parque é limitado e fica dentro da Floresta da Tijuca; 20% mencionaram que algumas partes do Parque podem ser visitadas, mas a Floresta é a mais visitada (pelo turismo e comércio); 10% enfatizam que o Parque é um lugar para fazer piquenique com a família e a Floresta é para ir passear e ver a natureza; e por final 10% responderam que o Parque é uma Associação da Floresta.

Logo, entre os moradores do entorno existem algumas confusões, ou entendimentos não muito claros sobre os setores do PARNA Tijuca, muitos os veem como setores separados do Parque. O mesmo acontece com o Parque Lage, a Vista Chinesa, as Paineiras, Pedra da Gávea e Pedra Bonita, no qual muito dos entrevistados tem conhecimento que essas áreas fazem parte do Parque, mas também, um significativo percentual não tem noção da relação dessas áreas com o PARNA Tijuca (Tabela 13).

**Tabela 13** – Resultado Geral sobre o conhecimento dos limites do Parque Nacional da Tijuca, entre os que já ou nunca o visitou antes.

<b>Indicadores</b>	<b>Visitou o PARNA Tijuca</b>		<b>Nunca visitou o PARNA Tijuca</b>	
Conhece a Floresta da Tijuca	49 hab.	90,75%	26 hab.	56,5%
Não conhece a Floresta da Tijuca	05 hab.	9,25%	20 hab.	43,5%
<b>Total</b>	<b>54 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>46 hab.</b>	<b>100%</b>
<b>Conhece o Corcovado e o Cristo Redentor</b>				
Conhece o Corcovado e o Cristo Redentor	42 hab.	77,8%	22 hab.	47,8%
Não conhece o Corcovado e o Cristo Redentor	12 hab.	22,2%	24 hab.	52,2%
<b>Total</b>	<b>54 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>46 hab.</b>	<b>100%</b>
<b>Conhece as Paineiras</b>				
Conhece as Paineiras	40 hab.	74%	20 hab.	43,5%
Não conhece as Paineiras	14 hab.	26%	26 hab.	56,5%
<b>Total</b>	<b>54 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>46 hab.</b>	<b>100%</b>
<b>Conhece o Parque Lage</b>				
Conhece o Parque Lage	31 hab.	57,4%	13 hab.	28%
Não conhece o Parque Lage	23 hab.	42,6%	33 hab.	72%
<b>Total</b>	<b>54 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>46 hab.</b>	<b>100%</b>
<b>Conhece a Floresta Pretos – Forros Covanca</b>				
Conhece a Floresta Pretos – Forros Covanca	23 hab.	42,6%	10 hab.	21,7%
Não conhece a Floresta Pretos – Forros Covanca	31 hab.	57,4%	36 hab.	78,3%
<b>Total</b>	<b>54 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>46 hab.</b>	<b>100%</b>
<b>Conhece a Pedra da Gávea e Bonita</b>				
Conhece a Pedra da Gávea e Bonita	36 hab.	67%	19 hab.	41,3%
Não conhece a Pedra da Gávea e Bonita	18 hab.	33%	27 hab.	58,7%
<b>Total</b>	<b>54 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>46 hab.</b>	<b>100%</b>
<b>Conhece a Vista Chinesa</b>				
Conhece a Vista Chinesa	45 hab.	83,3%	14 hab.	30,4%
Não conhece a Vista Chinesa	09 hab.	16,7%	32 hab.	69,6%
<b>Total</b>	<b>54 hab.</b>	<b>100%</b>	<b>46 hab.</b>	<b>100%</b>

Fonte: VIEIRA, 2009.

Outra questão semelhante é com relação ao Corcovado como parte integrante do Parque. Segundo o Plano de Manejo do PARNA Tijuca, somente 63% dos visitantes do Parque Nacional da Tijuca sabem que a o Cristo Redentor faz parte desta unidade de conservação que, inclusive, é seu principal atrativo cultural, alegando que algumas causas são determinantes nesse desconhecimento, como:



[...] a divulgação deficiente dos atrativos turísticos e dos recursos ecológicos e culturais do Parque; a qualidade de informação constante nas placas de sinalização instaladas na área do Corcovado e nas vias de entrada da unidade; o tipo de relacionamento estabelecido entre os gestores do Parque e as empresas de turismo, governamentais ou não; a participação conjunta entre o Parque e os agentes operadores nas atividades de capacitação e treinamento dos guias de turismo e, sobretudo a seleção de especialistas em ecoturismo que devem atuar na área do Parque. (MMA/ ICMBio, 2008, p. 256).

Curiosamente, esse percentual é semelhante aos resultados referentes da opinião dos moradores analisados. No entanto, percebe-se que os moradores têm uma noção geral dos limites do PARNA Tijuca, mesmo que superficialmente ou um pouco confusa, o que é fácil entender. Talvez, o conhecimento desses pontos turísticos, pode ser também, em função do espaço ocupado pelo tema na mídia, pelo fluxo turístico no local, bem como pela atividade de trabalho que exercem na região.

Como comparativo, uma pesquisa recente, realizada com visitantes do Corcovado, salienta que embora a maioria dos visitantes entrevistados (51%) demonstrou conhecimento que o Corcovado está localizado no PARNA Tijuca, uma parte significativa (49%) desconhece essa informação. Para a autora do estudo, tal fato pode estar relacionado à motivação dos visitantes, pois, 45% dos entrevistados visitaram o Corcovado para “conhecer um dos pontos turísticos mais famosos do mundo” e 44% enfatizaram que a principal motivação foi “apreciar a paisagem e a cidade do Rio de Janeiro” (ALVES, 2011). Ainda que a motivação objetiva dos visitantes não seja conhecer o PARNA Tijuca, a visita ao Corcovado poderia ser utilizada como uma estratégia para reforçar a importância do parque para o município do Rio de Janeiro, além de divulgar os outros parques nacionais brasileiros. Segundo informações da entrevista com um morador e também guia do Projeto Anfitriões do Cosme Velho, tal opinião é confirmada:

90% dos turistas que a gente recebe não conhece o Parque. Com certeza a divulgação é maior só sobre o Corcovado e o Cristo Redentor. A maioria dos turistas que a gente leva é brasileiro, principalmente de São Paulo, tem muito paulista. Já os turistas gringos visitam o Corcovado nos pacotes turísticos de empresas, e nesse caso já incluí o trenzinho. Visitar pelo trenzinho do Corcovado é bem mais caro do que ir de carro por onde a gente fica. (Depoimento do morador C).

O agrupamento Aspectos Positivos sobre o Parque Nacional da Tijuca foi dividido em duas partes. A primeira teve como objetivo identificar o que os moradores consideram importante no PARNA Tijuca (Gráfico 10). E, a segunda parte teve como objetivo identificar qual ou quais os valores que os moradores atribuem ao PARNA Tijuca (Gráfico 11).

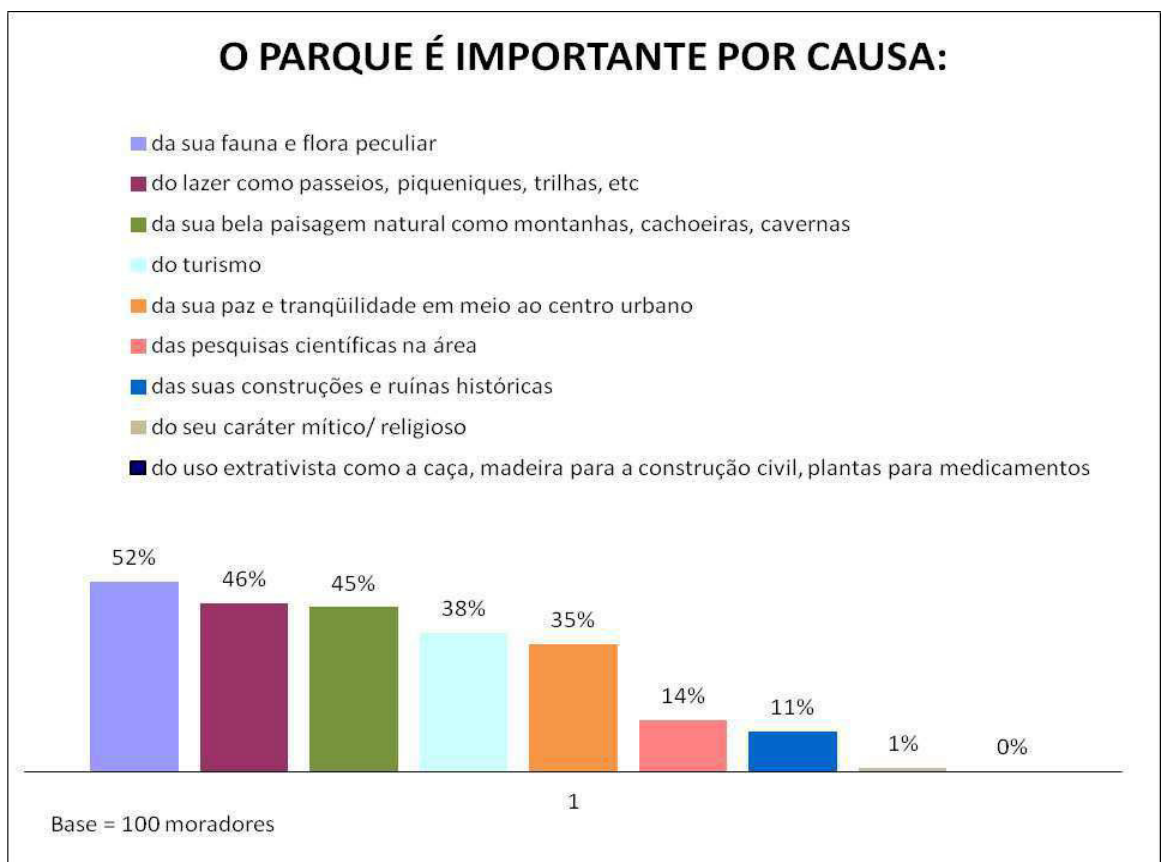
O contexto cultural pode ser visto como uma associação sociocultural das qualidades das coisas e dos lugares. Disso resulta a ideia de que os valores podem ser interpretados como construções. [...] e ainda resultam de processos de aprendizagem. (JOKILEHTO, 2008, p. 346).

Ou seja, para entender se um bem é especial, as percepções de valor precisam ser ao contexto histórico-cultural de cada pessoa, e é por isso que existe relatividade dos valores. No entanto, não significa que essa relatividade seja arbitrária, a qual depende dos desejos e diferentes pontos de vista dos indivíduos. Seguindo o mesmo pensamento, Chagas nos dá mais argumentos.

Enquanto dois corpos não podem ocupar um mesmo lugar no espaço, dois ou mais sentidos podem ocupar um mesmo corpo patrimonial uma vez que estão (os sentidos) na dependência do lugar social que ele (o corpo) é destinado. Esse lugar social, no entanto, é dado pelas relações dos indivíduos e dos grupos sociais com o referido corpo, decorrendo dessas relações o seu alto grau de volatilidade. A capacidade de os corpos patrimoniais encarnarem múltiplos sentidos contribui para a ampliação de tensões e conflitos. (CHAGAS, 2005, p. 124).

Nesse caso, como as pessoas podem atribuir diversos motivos/ valores para qualificar o que é ou não importante para ela, nessa questão era permitido aos respondentes apontar mais de uma opção de resposta.

**Gráfico 10** – Percentual sobre qual a importância do Parque Nacional da Tijuca para os moradores analisados.



Fonte: VIEIRA, 2009.

O principal fator considerado de importância do PARNA Tijuca pela maioria dos moradores do seu entorno é a sua fauna e flora peculiar (52%), seguido pelo lazer (46%) e, por conseguinte, a sua bela paisagem natural (45%). Segundo Freitas, Magalhães e Guapyassu (2002, p. 1838-1839), atualmente a grande procura por áreas verdes para atividades de recreação e lazer consiste em um dos principais atrativos e usos dos cariocas, além da necessidade do contato do homem urbano com a natureza, bem como a contemplação e o relaxamento também são apontados como atrativos do PARNA Tijuca como um todo.

Em pesquisa realizada com comunidades no entorno da Floresta da Tijuca, o tema lazer é o que desperta maior interesse pelos moradores, bem como o fato de morar perto de uma floresta é visto como uma vantagem/ privilégio, sendo a tranquilidade o principal elemento diferenciador do local (SILVA, 2002, p. 86). Já estudos de avaliação com visitantes do PARNA Tijuca, em 2002, enfatizam que a paisagem, atribuída de

componentes como sua vegetação e exuberante silhueta do Maciço da Tijuca, foi a responsável pela preferência de 18,0%, 8,0%, 15,0% e 22,0% dos visitantes/frequentadores entrevistados na Cascatinha, Corcovado, Meu Recanto e Paineiras, respectivamente, os quais, caracterizaram o Rio de Janeiro como “cidade-natureza”. Desses usuários do Corcovado, a contemplação da paisagem foi responsável pela preferência da maioria (56,0%) (FREITAS, MAGALHÃES E GUAPYASSU, 2002, p. 1838-1839).

Outro fator também levantado como relevante foi a questão do Turismo, pois 38% dos entrevistados responderam ser esta a causa da importância do PARNA Tijuca, e se compararmos com os resultados da pergunta relacionada ao trabalho e renda, um percentual expressivo de moradores vê o Parque como uma ótima fonte de renda, principalmente para os trabalhadores informais. Segundo dados do Ministério do Turismo em Relatório, intitulado “Turismo no Brasil 2011-2014”, a prestação de serviços turísticos no Brasil se desenvolveu de maneira informal em decorrência das dificuldades burocráticas inerentes ao processo de formalização empresarial. Com uma grande parcela destes prestadores de serviços composta por organizações familiares e de pequeno porte, o Turismo brasileiro ainda é uma atividade que opera com grande participação do mercado informal, e um dos objetivos do governo é qualificar cada vez mais esses serviços e atrair um número cada vez maior de agentes turísticos para a formalidade.

Sendo assim, o resultado referente ao trabalho com turismo na região mostra que os moradores no entorno do Corcovado têm atividades relacionadas direta ou indiretamente com o turismo. No entanto, é importante discutir que da perspectiva da geração de renda, a relação com o mercado, tem-se mostrado desfavorável para os moradores, pois, ao olharmos as atividades do Projeto Anfitriões do Cosme Velho, e na maioria dos casos, os moradores são transformados em mão-de-obra barata. Nas entrevistas, foi possível perceber o que esses moradores entendem sobre esse serviço.

[...] Ah! Nós não temos salário, e isso que é ruim, pois tem época que ganhamos dinheiro e épocas bem fracas; por isso to fazendo um curso no centro da cidade para ganhar o cartão de guia da TURISRIO para trabalhar nos ônibus de turismo. (Depoimento do morador B).

Foi o pessoal do governo do Estado e do Parque que veio procurar a gente, tentar legalizar nossa situação. Acho que o Projeto Anfitrião Maravilha tem uns três anos, foi uma parceria com o Eduardo Paes e o

Minc, mais representantes do Governo do Estado e da Secretaria de Turismo do Rio de Janeiro, junto com o Parque Nacional da Tijuca. Eles deram camisas e crachás mais um curso básico, eu tenho o certificado lá em casa. E quem tivesse o 2º grau completo ganhava uma bolsa de estudos para um curso de especialização em Turismo da TURISRIO. Por isso, que pra dá continuidade no projeto, o governo está cobrando que o pessoal termine os estudos. É esse curso que o Milton está fazendo. E com o projeto, o governo implantou uma tabela de preço, o preço máximo da visita é R\$ 28,00, desse valor, R\$ 13,00 são da van e o restante fica pra gente. Mas, só se o visitante quiser a visita guiada, se ninguém quiser a visita, a gente não ganha nada. (Depoimento do morador A).

[...] O fato de não termos salário também é muito ruim, por isso que com o tempo o pessoal vai saindo. Na minha opinião, eles estão profissionalizando a gente, pois eles querem tirar a gente daqui, estão querendo acabar com isso, ou pra colocar uma empresa no lugar, sei lá, ou até mesmo dá a oportunidade de emprego pra gente em outro lugar. (Depoimento do morador C).

Considerando o potencial científico ligado à bio e a geodiversidade de um parque com características únicas, remanescentes da Mata Atlântica e paisagem natural singular. Pontos já enfatizados pela maioria dos entrevistados como principal importância do PARNA Tijuca, 14% dos sujeitos levantaram como importantes às pesquisas científicas na área do Parque, voltados para estudos de espécies de fauna e flora características da região, para estudo dos impactos ambientais no parque e na cidade, meteorologia etc.

É importante enfatizar que a história do Parque tem total relação com a história da cidade do Rio de Janeiro, fato que lhe deixou um vasto legado que pode ser facilmente constatado através da arquitetura, dos monumentos erguidos nos mirantes e de diversas obras de arte e objetos utilitários, tais como as fontes, que refletem o apogeu do período áureo do 1º ciclo do café no Brasil e das administrações públicas posteriores. Todo esse legado convive em harmonia com o patrimônio natural. Voltando-se mais para essas características, 11% dos moradores, enfatizaram o caráter histórico e artístico do Parque como fator de importância, através das suas construções e ruínas históricas. Por fim apenas 1% dos entrevistados considerou a apropriação do PARNA Tijuca como espaço sagrado, mesmo que dados da museóloga Ana Cristina Pereira Vieira saliente que muitos adeptos de diversas vertentes religiosas procuram as áreas verdes do parque

para meditar, orar, cantar, realizar suas oferendas etc.<sup>95</sup> Nenhum dos sujeitos (0%) considera o Parque importante para a retirada de madeira, da caça, ou seja, do uso extrativista, nesse caso todos demonstraram ter consciência da importância do PARNA Tijuca como área de preservação ambiental, ou da legislação que o cerca, assim como as possíveis punições às infrações.

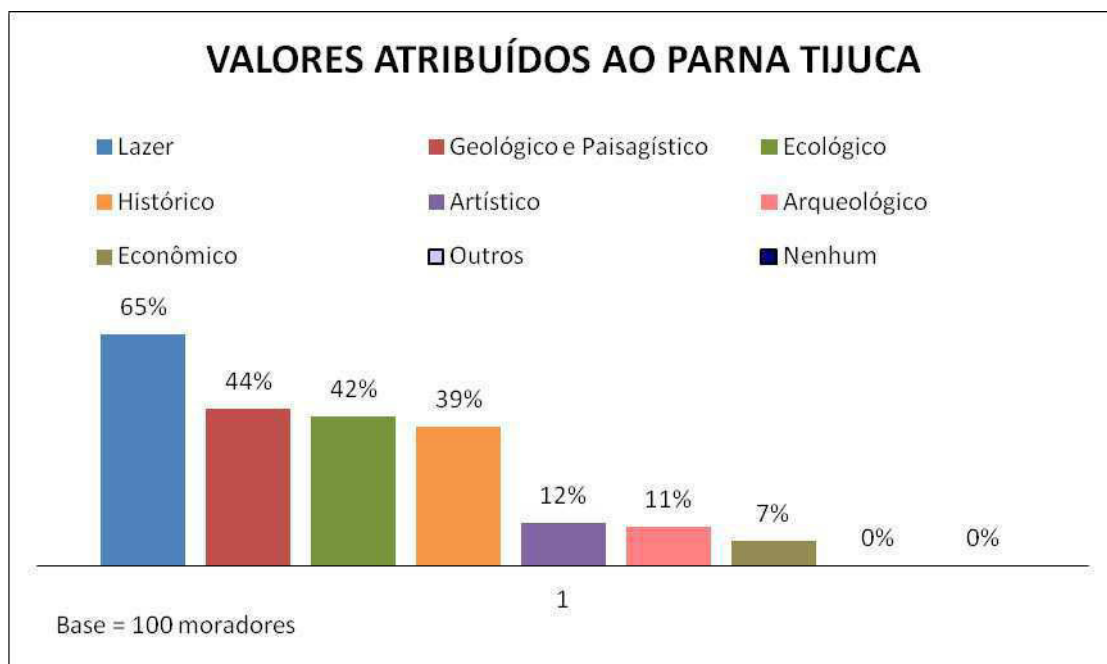
Silva (2002, p. 137) em pesquisa semelhante com moradores de comunidades no entorno do PARNA Tijuca, setor Floresta da Tijuca, apresenta que todos os entrevistados acham importante preservar o Parque Nacional da Tijuca. Destes, 31 % enfatizaram que o homem depende da Floresta para sobreviver; 26% responderam pela preocupação com as gerações futuras; 26% para a renovação do ar; 20% responderam que a natureza não deve ser destruída; 15% enfatizam que o Parque é o ouro da comunidade e 5% acham o Parque importante porque é o ponto turístico do local.

Nesse caso, percebe-se que a preservação do Parque está relacionada à elevação e à manutenção da qualidade de vida dessas pessoas. Pois, como já vimos e analisamos anteriormente, com base no IDS das comunidades analisadas, ambas possuem sistema de água e esgoto eficiente em mais de 97% dos seus domicílios, bem como há coleta de lixo regularmente. Neste aspecto, os moradores demonstram que existe preocupação com a preservação e conservação do PARNA Tijuca.

---

<sup>95</sup> Informações obtidas em conversa informal, no final de 2008, com a museóloga e coordenadora de cultura do Parque Nacional da Tijuca, Ana Cristina Pereira Vieira, sobre o Projeto Espaços Sagrados. Segundo o atual Plano de Manejo do parque, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA promoveu, nos dias 14 e 15 de junho de 2005, no Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca, a oficina de Planejamento “Práticas Religiosas em Áreas Protegidas” e em 1997 e 2004, respectivamente o I Workshop Meio Ambiente e Espaços Sagrados, e o Seminário Meio Ambiente Espaço Sagrado, apresentando duas experiências-piloto realizados na Zona de Amortecimento, como parte do Projeto Meio Ambiente e Espaços Sagrados. Ver encarte III do volume I e Anexo XXXII. (MMA/ ICMBio, 2008).

**Gráfico 11** – Percentual sobre qual a importância do Parque Nacional da Tijuca para os moradores analisados.



Fonte: VIEIRA, 2009.

A questão do lazer e da recreação, como caminhadas em trilhas, locais para a prática de piquenique, passeios a céu aberto, banho de cachoeira e outras atividades, são, de acordo com a pesquisa, o que estabelece a maior relação com os habitantes, pois o Parque é caracterizado pela maioria dos moradores (65%) pelo seu valor de lazer. No entanto, vimos anteriormente, que uma quantidade expressiva de moradores (46%) nunca visitou o PARNA Tijuca. Ou seja, os dados mostram que para as pessoas que praticam algum tipo de atividade no Parque, pois, 54% responderam que já o visitaram, o Parque é valorizado por ser um espaço de lazer para os moradores. Contudo, não podemos deixar de enfatizar que a utilização do PARNA Tijuca como atrativo e local de lazer para uma parte significativa dos moradores ainda é pouco ou quase nada utilizada, precisando ter mais ações que estimulem a prática de atividades de lazer na região.

Por conseguinte, a paisagem foi levantada como outro valor característico do Parque (44%), marcada por montanhas, cachoeiras, grutas, etc. Não foi a toa que seus limites foram, dentre outros aspectos da cidade, descritos no projeto da candidatura da cidade carioca como Patrimônio da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural, e hoje simbolizam a cidade.

O seu caráter ecológico foi enfatizado por 42% dos entrevistados, visto que o Parque é marcado e entendido pelos moradores, como uma área de preservação da Mata Atlântica e importante por causa da sua biodiversidade. E o quarto valor mais comentado foi o caráter histórico do Parque (39%), o qual é marcado por indícios da ocupação no local desde o século XVII, visíveis em ruínas e arquiteturas antigas. Com percentuais mais baixos ficaram: o caráter artístico com 12%, visto que o Parque é marcado por um acervo artístico como esculturas, fontes, chafarizes, portões, etc.; o caráter arqueológico com 11%, devido a sua pretérita ocupação, o Parque conta com aproximadamente 150 sítios arqueológicos dispersos por seu território, contudo, essa informação não é muito divulgada; e por fim foi enfatizado por 7% dos moradores o caráter econômico, principalmente pelo turismo. Todas essas considerações destacadas já são suficientes para mostrar que o Parque Nacional da Tijuca exerce um importante papel na medida em que é um patrimônio coletivo de múltiplos valores.

Outro dos objetivos da pesquisa foi identificar quais os Aspectos Negativos do PARNA Tijuca, tanto nos problemas de divulgação interna e externa, quanto os relacionados às dificuldades de acesso.

É importante salientar que a pesquisa permitiu aos respondentes apontar mais de uma das opções dispostas referente aos pontos negativos por eles considerados, o que passamos a apresentar.

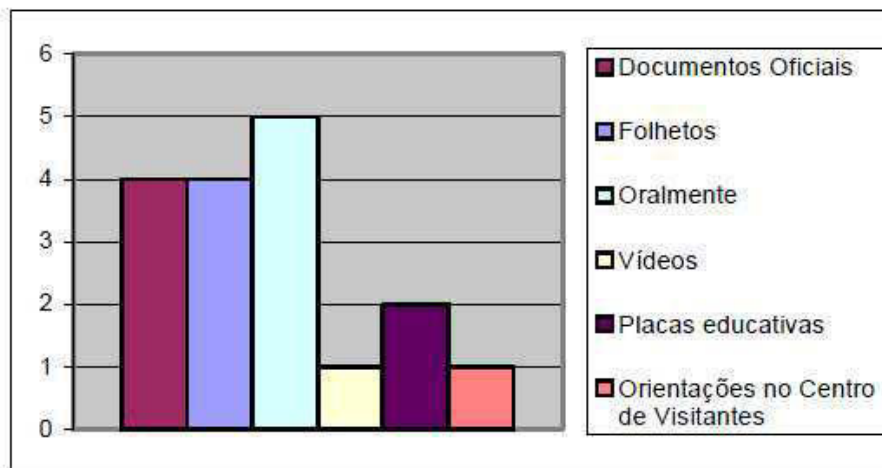
## **1º PONTO – DIVULGAÇÃO**

De acordo com a pesquisa do Ministério do Meio Ambiente para identificar a existência das normas de visitação adotadas pelos parques nacionais e os seus mecanismos de divulgação, intitulada “Diagnóstico da visitação em Parques Nacionais e Estaduais” (IBAMA, 2004, p. 23), a maioria, dos parques da região sudeste, respondeu que possui normas e/ou regulamentos específicos para a visitação, e que as mesmas são divulgadas, bem como suas atividades em geral. Os mesmos responderam que a divulgação em seus parques é feita por meio de documentos oficiais, folhetos e oralmente. Elucidando as ações dos Parques Nacionais ou Estaduais, essas normas são divulgadas em palestras, folhetos, vídeos e em atividades no Centro de Visitantes. Outra forma bem eficaz de divulgação, refere-se à utilização de placas interpretativas e de



sinalização específica em áreas estratégicas do Parque, com informação sobre sua área, vegetação, fauna, geologia, entre outras informações (Gráfico 12).

**Gráfico 12** – Meios de divulgação das normas de visitação – Região Sudeste.



Fonte: IBAMA, 2004.

É importante notar que, apesar da importância desses dados, há uma certa confusão entre divulgação – veiculação de ideia institucional - e comunicação e educação – processo de interação entre gestores e visitantes. A confusão é maior se considerarmos que normas são aquisições atitudinais, ou seja, dá-se por meio de processo educacional.

No caso do PARNA Tijuca, o atual Plano de Manejo (MMA/ ICMbio, 2008, p. 254) enfatiza que a principal forma de publicizar orientações e as normas de visitação aos usuários do Parque, é por meio de folhetos informativos. Neles constam as informações gerais sobre o Parque, tais como: sua localização, seu tamanho, seu grau de importância, características ambientais, principais atividades, mapa das trilhas, avisos sobre a preservação do Parque e entre outros dados. A semelhança de um museu, o que consideramos que o PARNA Tijuca é, esse folheto reúne informações gerais de acesso e serviços, mas também, traz outras importantes para que o visitante estabeleça o seu circuito em um contexto patrimonial / cultural em um ambiente natural. Discriminando os tipos de dados, é possível perceber que o folheto tem um papel importante, com informações objetivas e outras de apelo comunicacional, ao valorizar e ao orientar formas de apropriação no espaço. O Plano de Manejo também comenta que entre os anos de 2000 a 2012, foi instituído e revitalizado um sistema de trilhas na Floresta da

Tijuca, denominado: Circuito Circular Interno e Externo, para caminhadas longas e extensas. Além disso, na década de 1990 e início do século XXI foram produzidos vários vídeos e publicados vários livros sobre o Parque Nacional da Tijuca, em prol da “comunicação museal”. Contudo, para Alves (2011) com relação a avaliação dos visitantes no Corcovado, o fornecimento de informações sobre o Parque é limitado e requer melhorias. Segundo a autora existe nos serviços turísticos do Corcovado, tanto para os que visitam de trem quanto de van uma ausência de informações sobre o Parque Nacional e o monumento Cristo Redentor.

Foi possível perceber a frustração de alguns visitantes por não estarem informados sobre um dos pontos turísticos mais visitados e comentados do mundo. Alguns visitantes forneceram como sugestão a presença de um guia no percurso da van, o que tornaria a viagem mais interessante e proveitosa, pois atualmente os funcionários da Beltour só comunicam o estritamente necessário para os visitantes. Uma solução para minimizar esta falha, é a qualificação dos funcionários que estão em contato diretamente com os turistas (supervisores, motoristas e orientadores de embarque e desembarque) para que obtenham conhecimento de línguas estrangeiras, principalmente o espanhol e o inglês, a fim de facilitar a comunicação entre os interlocutores. Outra forma de auxiliar os visitantes do parque é fornecendo folhetos (bilíngue e/ou trilingue) explicativos dentro das vans durante o percurso Paineiras – Corcovado. (ALVES, 2011).

Mesmo sendo a principal ação de divulgação do PARNA Tijuca, apenas 18% dos moradores entrevistados, enfatizaram que a divulgação por meio de cartazes e folder é uma saída para melhorar a divulgação sobre o Parque.

Outras formas de divulgação sugeridas por 28% dos moradores entrevistados foram: incentivar e criar mais eventos no parque, pois os moradores sentem falta de atividades que fortaleçam suas vidas ao Parque; investir em mais explicações sobre o Parque, como placas explicativas, por exemplo, nos acessos e nos pontos mais estratégicos, explicações do tipo da fauna e flora presente na região, da sua geodiversidade, do seu acervo histórico e artístico, etc.; e, os moradores também salientaram que o Parque deve estimular propagandas na televisão sobre sua história, limites, atividades, etc., sendo uma ótima forma de divulgar o PARNA Tijuca.

A maioria dos moradores entrevistados (48%) salienta que as possibilidades e potencialidades do Parque como trilhas, piqueniques, clima agradável, silêncio, a contemplação da paisagem, o contato com a natureza, a prática de esportes, entre outros,

têm seu valor aumentado pela entrada gratuita, o qual torna o espaço mais democrático e convidativo à participação das pessoas; sendo essa medida, uma ótima maneira também de divulgação do parque, pois as pessoas teriam nesse espaço uma oportunidade de lazer constante e assim, divulgariam mais, a famosa divulgação “boca a boca”. Mas, supomos necessária outra pesquisa que corrobore com o ideal de gratuidade como fatos de participação, pois, a exemplo de muitos museus, somente o ingresso gratuito não significa acesso, questão mais complexa que envolve diversos aspectos, muito além do físico. Outra questão interessante como dado comparativo, é que segundo os dados da Pesquisa Piloto Perfil/ Opinião do primeiro Boletim do Observatório de Museus e Centro Culturais do Rio de Janeiro e Niterói (FIOCRUZ/MV e DEMU/IPHAN/MINC, DEZ/2007, p. 07), o “boca a boca” é a principal fonte de informação sobre museus (53,3%) e em seguida ficaram as mídias de comunicação de massa, como a TV, jornais e revistas (33,9%).

É importante comentar que nenhum morador entrevistado respondeu se contentar com o que já tem e é feito para a divulgação do PARNA Tijuca, o que não surpreende necessariamente, pois a divulgação sempre pode melhorar.

**Gráfico 13** – Sugestões para melhor a divulgação do PARNA Tijuca, segundo a opinião dos moradores analisados.



Fonte: VIEIRA, 2009.

## 2º PONTO – ACESSO

O principal fator levantado pelos moradores com relação ao que dificulta o acesso ao PARNA Tijuca foi a questão da violência (41%), pois ambas as comunidades (Guararapes e Cerro-Corá) são consideradas de “alta criminalidade”, segundo informações de Peixoto et. al. (2005, p. 26) e reportagem do site oficial do Governo do Estado para divulgação das ações das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) do dia 29 de abril de 2013 e do dia 29 de maio de 2013 (<http://www.upprj.com>), além de ser uma região cercada de pontos turísticos importantes para a imagem da cidade carioca. Com a implantação da 33ª UPP do Rio de Janeiro, o Secretário de Estado de Segurança, José Mariano Beltrame, acredita que a retomada desses territórios, além de devolver a paz aos moradores e visitantes, trará ainda uma diminuição gradual no número de roubos a transeuntes e de veículos na região e adjacências. Foi identificado ainda que, com a pacificação em outras regiões da Zona Sul, criminosos responsáveis por esses crimes buscavam refúgio, principalmente na comunidade do Cerro-Corá. Para Cássia (2009, p. 17) a retomada da gestão compartilhada do PARNA Tijuca entre os governos federal, estadual e municipal em 2009, tinha em seus objetivos aumentar a segurança no entorno do Parque e preservar as matas, e, desde aquela época, já estava prevista a pacificação das comunidades Cerro-Corá e dos Guararapes, concretizada com a inauguração da UPP Cerro-Corá no dia 03 de junho de 2013.

Então, o acesso ao PARNA Tijuca por duas das comunidades é limitado por aspectos do Rio de Janeiro presentes nas próprias comunidades, como o crime, demonstrando que a relação da população com o Parque envolve outras questões. Outro dado levantado nas entrevistas é com relação ao papel da polícia nessas comunidades. Casos de corrupção e problemas com a polícia foi recorrente nos depoimentos dos moradores, ao falarem sobre o seu trabalho.

Nosso maior problema era com a polícia, agora como Anfitrião Maravilha que as coisas melhoraram. Antes a gente tinha que dar dinheiro para os policiais, e se não desse, não dava para trabalhar, eles não deixavam a gente subir com os turistas, faziam a gente descer. Tinha um policial, agora ele não está mais aqui, que cobrava R\$ 5,00 de todo mundo para liberar a gente para trabalhar, tinha que dar para eles “um agradinho” como eles chamavam. (Depoimento do morador A).

A gente tinha muito problema com a polícia na subida do morro, pois para subir o Corcovado temos moto táxi ou vamos no carro do turista, só que antes das camisas e dos crachás a polícia embarrava nós, apreendendo as motos, pois algumas o documento estava vencido. Agora com as camisas eles sabem quem é a gente, aí não mexe mais. (Depoimento do morador B).

Outro fator relevante foi que 35% dos moradores entrevistados, enfatizou que a questão financeira dificulta o acesso ao Parque, visto que principalmente no Corcovado ocorre a cobrança de ingresso (Tabela 14), o que reforça, por um lado, a necessidade de gratuidade de acesso.

**Tabela 14** - Tabela esquemática com as tarifas referente à visitação no Corcovado.

Tarifa pelo Trem do Corcovado	Tarifa pela Van
Adulto: R\$ 44,00	Adulto: R\$ 26,53 (Alta temporada) e R\$ 18,53 (Baixa temporada)
Criança (06-12 anos): R\$ 22,00	Criança (Até 12 anos): Isento de pagamento
Idosos (acima de 60 anos) e Portadores de necessidades especiais: desconto de 50% mediante apresentação de documento.	Idosos (acima de 60 anos) e Portadores de necessidades especiais: Isento de pagamento

Fonte: <<http://www.corcovado.com.br/info.html>> e <<http://parnatijuca.blogspot.com.br/2011/10/reajuste-de-tarifas-corcovado.html>>.

Relacionada à questão financeira, encontra-se com o terceiro fator que dificulta o acesso ao PARNA Tijuca, declarado por 27% dos entrevistados, o transporte público. Pois, existem apenas duas opções de linhas rodoviárias para se chegar ao principal ponto turístico do PARNA Tijuca, o Corcovado. No entanto, de ônibus chega-se somente até a localidade denominada Portão das Caboclas, situada na confluência da Rua Almirante Alexandrino (ponto final dos ônibus) com a Estrada das Paineiras. Desta forma, tem-se uma larga caminhada em direção às Paineiras, por caminhos íngremes, sendo que nas Paineiras o visitante é obrigado a pegar uma van até o Corcovado. Segundo o atual Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ICMBio, 2008, p. 135-136) o acesso ao Corcovado é realizado por duas vias. Uma das vias de transporte é o trem (Estação de trem Cosme Velho e Estação Paineiras). Outra forma é por meio de automóvel. O acesso ao Parque feito em automóvel se dá pelo bairro Cosme Velho, através da Ladeira dos Guararapes, Rua Conselheiro Lampreia, Rua Prof. Mauriti Santos, Rua Almirante Alexandrino e Estrada das Paineiras. O acesso de veículos só é

permitido até o estacionamento de pedras das Paineiras. A partir deste ponto o Parque oferece um serviço de transporte rodoviário cobrado, em modalidade de vans, até o Corcovado. Dessa forma, um adulto paga R\$ 26,56 (alta temporada) ou R\$ 18,53 (baixa temporada) para visitar o Corcovado. E, como vimos anteriormente, tanto as visitas em parques como em museus consiste em um programa em família, o valor do ingresso para visitar o Corcovado é um fator que sobrecarrega o orçamento familiar nas escolhas das opções de lazer de determinadas famílias.

A falta de divulgação também foi levantada como um fator negativo, por 23% dos entrevistados. Ou seja, esse fator dificulta a visita ao Parque, pois as pessoas não o conhecem e muito menos sabem quais são seus limites, vias de acesso e atrativos. Já 21% dos moradores salientaram que o descaso do poder público para com o PARNA Tijuca e com as populações residentes nas comunidades no seu entorno, é um dado que dificulta o acesso, enfatizando que parte do Parque está abandonado e com várias entradas desativadas, bem como as vias públicas não passam por manutenção etc. E como uma coisa desencadeia em outras, também relacionado à divulgação e ao descaso do poder público, encontra-se como um fator que dificulta o acesso por 20% dos moradores, a falta de sinalização nos acessos e dentro do Parque. Com relação aos problemas de sinalização o Parque reconhece suas falhas e no Plano de Manejo comenta tal aspecto.

A sinalização foi implantada em todo o Parque, mas sem uma norma única para todas, pois sua instalação se deu ao longo do tempo, conforme as doações ou mesmo as necessidades do Parque. Na atualidade, a unidade dispõe de placas interpretativas, informativas e diretivas. Todavia, com o passar do tempo os elementos de sinalização se deterioraram ou sofreram ações de vandalismo. Em determinados setores, como o Corcovado, a Pedra Bonita e Pedra da Gávea e as estradas da Serra da Carioca (Redentor, Paineiras, Vista Chinesa) as placas praticamente desapareceram ou foram retiradas, pelos motivos expostos. Atualmente, as placas de sinalização necessitam de manutenção ou recuperação, pois além da depredação, muitos projetos realizados com a ajuda de parceiros resultaram na confecção de placas fora de padrão. (MMA/ICMBio, 2008, p. 254).

Buscando minimizar tais problemas de sinalização e outros diversos presentes nas UCs federais, como também de desenvolver o uso público e os negócios para o ramo do turismo no país, em prol dos grandes eventos esportivos esperados no Brasil,

em 2011, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) lançou o Projeto Parques da Copa, desenvolvido em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, aprovado na Câmara de Sustentabilidade da Copa do Mundo e, sendo reconhecido como um programa oficial da Copa de 2014. A partir do presente projeto, foram definidos os critérios para que as UCs possam fazer parte do Programa e definidas as 27 unidades contempladas: Parnas de Anavilhanas, Jaú, Lençóis Maranhenses, Ubajara, Jericoacoara, Serra da Capivara, Marinho de Fernando de Noronha, Chapada Diamantina, Marinho de Abrolhos, Caparaó, Serra do Cipó, Restinga de Jurubatiba, Serra dos Órgãos, **Tijuca**, Itatiaia, Serra da Bocaina, Iguaçu, Aparados da Serra, Serra Geral, Brasília, Chapada dos Veadeiros, Pantanal e Chapada dos Guimarães; além das Resex do Rio Unini e Arraial do Cabo e das APAs da Costa dos Corais e do Delta do Parnaíba. A estrutura mínima para inclusão no projeto foi definida como portais, centros de visitantes, exposição, sinalização bilíngue e no mínimo dois atrativos com acessibilidade, e todas as UCs foram avaliadas para definição dos investimentos e serviços necessários, após oficinas e reuniões técnicas com os gestores das unidades. Foram também preparados Termos de Referência para contratação de projeto unificado de sinalização e de projetos arquitetônicos e de exposições, que estão em fase de licitação (ICMBio, 2011, p. 25-26). No caso do PARNA Tijuca, foram publicados dois novos editais de concessão, incluindo o do Complexo Paineiras-Corcovado, que teve abertura de propostas no início de 2012, envolvendo a delegação de serviços de transporte interno, cobrança de ingressos, estacionamento, serviços de alimentação, lojas de conveniência e centro de visitantes no maior atrativo turístico do País, previsto para ficar pronto em 2014.

Importa ressaltar que os visitantes participantes da Pesquisa Piloto Perfil/Opinião do primeiro Boletim do Observatório de Museus e Centro Culturais do Rio de Janeiro e Niterói (FIOCRUZ/MV e DEMU/IPHAN/MINC, DEZ/2007, p. 10) afirmaram também que a falta de divulgação é um fator que dificulta a visita aos museus (72,4%), sendo o segundo motivo mais citado a violência urbana (53,3%), seguido pelos custos da visita – transporte e alimentação (39,9%) e, por fim, dificuldade de transporte (38,6%). Ou seja, fatores recorrentes que dificultam a visita nessas instituições.

O último conjunto de dados da pesquisa teve como objetivo identificar qual a importância do PARNA Tijuca na vida das pessoas. Essa última pergunta do

questionário, foi de caráter aberto e livre para qualquer forma de expressão: “Se o parque deixasse de existir, o quê você perderia com isso?”

Dos moradores participantes pela modalidade questionários, 24% não quiseram responder a essa pergunta; 6% responderam que não perderia “nada” se o Parque deixasse de existir; 12% responderam expressões positivas de perda, porém vagas, sem maiores explicações, como perderia “muita coisa” (7%) e perderia “tudo” (5%). Nos dois casos os respondentes não discriminam o “pouco” ou o “muito” que conhecem, que ganhariam ou perderiam com relação ao PARNA Tijuca.

Já 5% responderam que iria perder sua fonte de renda, perder os turistas, seu emprego, respostas bem objetivas para perdas impactantes na vida de certos moradores. Uma quantidade expressiva de moradores respondeu que perderiam o “lazer” e a “diversão” como passeios (14%). Já a questão da perda da natureza, do verde, do ar puro, do oxigênio e da qualidade de vida também foi bem recorrente, entre 23% dos entrevistados; assim como outros percentuais bastante variados (Quadro 07).

**Quadro 07** - Respostas dos moradores entrevistados relacionada à última questão da pesquisa, intitulada “Se o parque deixasse de existir, o quê você perderia com isso?”.

RESPOSTAS DOS MORADORES.	
1.	"Muita coisa, lazer, diversão"
2.	"Pra mim o parque vai sempre existir, o que falta é atenção do poder público"
3.	"Não ia fazer muita diferença, mas eu ia perder a renda, pois trabalho com táxi aqui"
4.	"Tudo ia ficar sem sentido"
5.	"Não só eu como todo mundo perderia a Floresta que nos dá o oxigênio, e sem ela iríamos sofrer muito!"
6.	"Perderia a natureza, o visual verde."
7.	"Perderia um lugar para passear, para se divertir".
8.	"Ia acabar com a fonte de renda de muita gente".
9.	"Perderia o lazer"
10.	"O Lazer"
11.	"Perderia as visitas do turismo, as áreas de lazer, lugar de distrair a mente".
12.	"Não sei"
13.	"Muita coisa, a paz e a tranquilidade, a beleza da natureza".
14.	"Cultura, deixaria de passar pros meus filhos tudo isso."
15.	"Perderia o ar puro, com relação à saúde."
16.	"O parque é importante para a vida, tem muito verde. É o pulmão da cidade".
17.	"Nada"
18.	"Muita coisa, o lazer por exemplo".
19.	"Tudo".
20.	"Perderia o lazer".



21.	"Perderia o lazer, a diversão, o patrimônio".
22.	"O Patrimônio"
23.	"A poluição iria aumentar. Eu iria perder a qualidade de vida."
24.	"Particularmente nada"
25.	"Tudo, porque ali é bom demais, a paz. Os nossos netos tem que conhecer e dar valor a um lugar assim".
26.	"Nada"
27.	"Perderia o verde, a natureza, muitas coisas. Seria horrível."
28.	"Não mudaria nada"
29.	"Ficaria muito triste, pois aumentaria a marginalidade."
30.	"Perderia o pouco de oxigênio puro no país"
31.	"Perderia parte da nossa cultura"
32.	"Perderia muita coisa, porque onde tem o parque tem tudo."
33.	"Iria destruir a natureza"
34.	"Nada"
35.	"Perderia a brincadeira das crianças"
36.	"Perderia a natureza, porque vamos morrer sem água".
37.	"Nada"
38.	"Valor do lazer, da diversão"
39.	"Perderia os turistas"
40.	"Muita coisa"
41.	"Iria perder os passeios, não ia poder mais me divertir, porque o parque é legal."
42.	"Perderia os passeios pra gente se divertir"
43.	"Perderia o lazer com os meus filhos."
44.	"Perderia uma maravilha"
45.	"Perderia referência da vida, qualidade de vida, ar..."
46.	"Tudo"
47.	"Um local de lazer"
48.	"Contato com a natureza"
49.	"A oportunidade de conhecê-lo melhor"
50.	"A bela paisagem"
51.	"Tudo"
52.	"A vida"
53.	"As plantas"
54.	"Perderia um refúgio"
55.	"Perderia um lugar de natureza em plena cidade"
56.	"Muita coisa"
57.	"A cultura"
58.	"Perderia a distração e a diversão"
59.	"Muita coisa"
60.	"Qualidade de vida por não poder desfrutar dos benefícios que o parque nos traz"
61.	"Natureza, ar puro, etc. Aspectos importantes para o bem estar do ecossistema, que influenciam diretamente na qualidade de vida e bem estar".

O quadro apresenta somente a quantidade de pessoas que não deixaram em branco a questão. Fonte: VIEIRA, 2009.

Em pesquisa semelhante, Silva (2002, p. 140) indagou aos moradores em comunidades do entorno da Floresta da Tijuca, sobre qual a importância da Floresta na vida deles e as respostas foram as seguintes: 40% mencionaram que é muito bom morar perto de uma floresta, bem como olhar e sentir a natureza; 35% enfatizam que a Floresta é importante por causa do ar puro, a falta de poluição; 25% comentaram que dependem dela de alguma forma; 20% salientam que nasceu e foi criado lá; 20% por causa da tranquilidade e do silêncio da região e 5% acredita que é por causa do rio.

Importa ressaltar que tanto a pesquisa de público da presente dissertação, realizada com moradores do entorno dos limites do Corcovado, quanto a pesquisa de Silva (2002), realizada com moradores do entorno dos limites da Floresta da Tijuca, ambas, locais abertos à visitação pública (este de forma gratuita e aquele por meio de cobrança de ingresso), á práticas de lazer e contato com a natureza, ícones da paisagem da cidade carioca, entre outros aspectos semelhantes, demonstraram que a principal relação do PARNA Tijuca ao cotidiano desses moradores, ou o maior valor atribuído a essa UC e sua importância se dá pelo privilégio do contato com a natureza, o ar puro sem poluição e da tranquilidade de viver na região, atitudes tão contrastantes do ambiente presente nas grandes cidades. Outra questão também recorrente é a visão da importância do Parque como ótima fonte de renda, ou seja, relação de dependência de alguma forma, seja através do turismo ou outros serviços por ele proporcionado.

Não obstante, a maioria dos moradores das comunidades analisadas, tanto os que já visitaram quanto os que nunca visitaram o Parque, tem consciência que é preciso preservar o Parque Nacional da Tijuca, que ele é importante por causa da sua bio e geodiversidade marcada na sua paisagem, porque se o parque deixar de existir eles irão perder a natureza, o verde ou a qualidade de vida; além de perder o lazer e a diversão, seu o trabalho, sua fonte de renda; a cultura e o patrimônio para passar para outras gerações; a história do Rio de Janeiro...

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio de Janeiro não é uma cidade como tantas outras, pois sua natureza especial e os modos como esta foi percebida ao longo dos tempos, sempre detiveram a atenção na sua paisagem. Pode parecer banal uma cidade ter ambientes imagináveis em grande escala, imagens parada no tempo como cartão-postal, ambientes construídos e transmitidos como marca da cidade, e, por isso, são cenários cada vez mais belos, poéticos e simbólicos. A beleza natural que o Rio de Janeiro oferece é de grande interesse turístico, principalmente depois do título alcançado como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural singular, bem como, a cidade será sede de megaeventos esportivos internacionais, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. E, muito dessa beleza natural está preservada no Parque Nacional da Tijuca, o parque mais visitado do país, o qual apresenta o principal ponto de referência da cidade, o Corcovado e a Estátua do Cristo Redentor. Como símbolo patrimonial da cidade, também é o principal ponto turístico do Rio de Janeiro, juntamente com o Pão de Açúcar, outra formação rochosa, marca da paisagem da cidade.

A despeito da força da indústria do entretenimento é preciso refletir sobre os casos de superexploração e subexploração de determinados pontos da cidade decorrente da falta de políticas públicas. Com relação ao Corcovado existem muitos conflitos ambientais e sociais relacionados a esses dois eventos exploratórios proporcionados pela exposição turística do bem patrimonial que a falta de políticas públicas permite. Para a preservação, o turismo deve associar-se ao desenvolvimento social e, em consequência, à participação de todos e, em particular, dos moradores do entorno como agentes e beneficiários desse bem patrimonial. É inquestionável a importância do turismo, enquanto atividade econômica, tanto para os moradores das comunidades analisadas, quanto para o desenvolvimento do bairro Cosme Velho e conseqüentemente da cidade, bem como, para a manutenção do Parque Nacional da Tijuca, apesar dos desdobramentos socioeconômicos, culturais e naturais que podem ser prejudiciais, se não houver planejamento e envolvimento de todos no processo, pois a cidade está crescendo de forma desordenada e sem planejamento o que pode colocar em risco seu patrimônio histórico e ambiental.

O propósito principal deste trabalho foi de analisar qual(is) seria(m) o(s) olhar(es) e o envolvimento de comunidades que vivem no entorno do Parque Nacional da Tijuca, sobre esse patrimônio instituído bem nacional e considerado símbolo da cidade carioca. Identificamos que as comunidades analisadas se mostraram conscientes sobre a importância de preservação do Parque e da necessidade de ter mais conhecimento sobre o assunto. Pois, ao levantarmos os principais argumentos que caracterizam os Aspectos Positivos do PARNA Tijuca, seja através das respostas sobre o que os moradores consideram importante no Parque, quanto a partir dos valores por eles atribuídos ao Parque. E, o principal fator considerado de importância do PARNA Tijuca pela maioria dos moradores do seu entorno foi a sua fauna e flora peculiar (52%), seguido pelo lazer (46%) e, por conseguinte, a sua bela paisagem natural (45%). Outras respostas referentes à questão, qual a importância do PARNA Tijuca na sua vida, trouxe informações complementares sobre a consciência da importância da preservação do Parque. Uma quantidade expressiva de moradores respondeu se o Parque deixasse de existir, perderia o “lazer” e a “diversão” como passeios; outros trouxeram a questão da perda da natureza, do verde, do ar puro, do oxigênio e da qualidade de vida; e também foi bem recorrente a perda da sua principal fonte de renda, perda dos turistas, do seu emprego, isto é, respostas bem objetivas para perdas impactantes na vida de certos moradores. Nesse caso, percebe-se que a preservação do Parque está relacionada à elevação e à manutenção da qualidade de vida dessas pessoas, seja no aspecto físico como financeiro. Outro ponto relevante é que nenhum dos sujeitos (0%) considera o Parque importante para a retirada de madeira, da caça, ou seja, do uso extrativista, nesse caso todos demonstraram ter consciência da importância do PARNA Tijuca como área de preservação ambiental, ou da legislação que o cerca, assim como as possíveis punições às infrações. Bem como, com base no IDS das comunidades analisadas, ambas possuem sistema de água e esgoto eficiente em mais de 97% dos seus domicílios, bem como há coleta de lixo regularmente. Neste e em outros aspectos, os moradores demonstraram que existe preocupação com a preservação e conservação do PARNA Tijuca.

Outro dos objetivos da pesquisa foi identificar quais os Aspectos Negativos do PARNA Tijuca, tanto nos problemas de divulgação interna e externa, quanto os relacionados às dificuldades de acesso. No caso do PARNA Tijuca, o atual Plano de Manejo (MMA/ ICMbio, 2008, p. 254) enfatiza que a principal forma de publicizar

orientações e as normas de visitação aos usuários do Parque, é por meio de folhetos informativos. Contudo, pesquisas de público com relação à avaliação dos visitantes no Corcovado (Alves, 2011), enfatizam que o fornecimento de informações sobre o Parque é limitado e requer melhorias, tanto para os que visitam de trem quanto de van. Para a autora, existe uma ausência de informações sobre o Parque Nacional e o monumento Cristo Redentor nos seus acessos e serviços oferecidos por Órgãos Gestores (poder público e empresas concessionárias). Mesmo sendo a principal ação de divulgação do PARNA Tijuca, uma minoria dos moradores entrevistados, enfatizou que a divulgação por meio de cartazes e folder é uma saída para melhorar a divulgação sobre o Parque. Já umas das formas de divulgação sugerida por um número significativo de moradores foram: incentivar e criar mais eventos no parque, pois os moradores sentem falta de atividades que fortaleçam suas vidas ao Parque; investir em mais explicações sobre o Parque, como placas explicativas, por exemplo, nos acessos e nos pontos mais estratégicos, explicações do tipo da fauna e flora presente na região, da sua geodiversidade, do seu acervo histórico e artístico, etc.; e, os moradores também salientaram que o Parque deve estimular propagandas na televisão sobre sua história, limites, atividades, etc., sendo uma ótima forma de divulgar o PARNA Tijuca. No entanto, é necessário que o poder público invista mais em infraestrutura, sinalização e informação sobre o PARNA Tijuca. Isto é, a cidade deve investir mais em informações que divulguem plenamente seus patrimônios, no sentido de levar conhecimento para os seus moradores e visitantes, e não somente valorizar e divulgar o belo em detrimento de seu conteúdo cultural. Assim, a ideia de educação não pode estar distante da preservação e um processo de comunicação é essencial para aprimorar os usos do Parque. Além do mais, os benefícios que podem trazer o contato em relação à preservação dessas áreas são enormes. Os dados mostram que os moradores do seu entorno não têm conhecimento aprofundado sobre o atrativo natural e que precisam de informações sobre o que é um atrativo natural, um Parque Nacional e uma Área de Preservação Ambiental. Em outras palavras, falta uma ação educacional estruturada. Já a pesquisa análoga realizada com visitantes do Corcovado também demonstra que muito menos os visitantes conhecem o PARNA Tijuca, sua área de abrangência, seus objetivos, o que ele preserva, sua função etc.; apenas visitam para conhecer o principal ponto turístico da cidade e por causa da bela paisagem, certamente bons motivos, mas limitados se atribuímos um potencial inestimável ao Parque. Alves (2011) enfatiza que embora a maioria dos visitantes entrevistados no Corcovado (51%) demonstrou

conhecimento que a área pertence ao PARNA Tijuca, uma parte significativa (49%) desconhece essa informação. Para a autora do estudo, tal fato pode estar relacionado à motivação dos visitantes, pois, 45% dos entrevistados visitaram o Corcovado para “conhecer um dos pontos turísticos mais famosos do mundo” e 44% enfatizaram que a principal motivação foi “apreciar a paisagem e a cidade do Rio de Janeiro” (ALVES, 2011). Ainda que a motivação objetiva dos visitantes não seja conhecer o PARNA Tijuca, a visita ao Corcovado poderia ser utilizada como uma estratégia para reforçar a importância do parque para o município do Rio de Janeiro, além de divulgar os outros parques nacionais brasileiros. O envolvimento da comunidade pode aumentar o potencial turístico da cidade e da região, uma vez que impactará qualidade ao agregar valor de pertencimento, bem como contribuirá positivamente para a preservação da área. Promover ações que contribuam para o conhecimento do patrimônio natural, artístico e cultural do Parque e da cidade, principalmente relacionando-os à história da cidade e ao seu desenvolvimento é de extrema importância para maior compreensão do processo de construção da cidade.

Os dados coletados mostraram que o envolvimento da comunidade em ações destinadas ao PARNA Tijuca pode ser maior, sendo estas medidas tomadas até então sem o conhecimento da população residente. De acordo com o próprio Plano de Manejo do PARNA Tijuca (MMA/ICMBio, 2008, p. 258) a participação da comunidade de entorno e dos moradores do interior do Parque nas atividades de uso público se restringem ao Programa de Monitores Ambientais, implementado no Parque em decorrência do Projeto “Isso que é Parque” (ISO 14.001 – Qualidade Ambiental) instituído em 2005, mas que não teve continuidade. Este consistiu em treinamento de jovens das comunidades de entorno e moradores para efetuarem serviços de monitoramento, orientação e informação aos visitantes. Ação esta, perpetuada pelo NEA nas comunidades analisadas. No entanto, o NEA tem por objetivo, segundo definição no Plano de Manejo do Parque, desenvolver a interlocução com as comunidades vizinhas ao Parque, praticar ações integradas de educação ambiental, cultura e proteção ambiental, visando facilitar a gestão participativa do Parque e envolver os diversos segmentos sociais na discussão e atuação em relação às questões ambientais. Mas, os resultados da pesquisa indicam que a atuação do Parque com relação às comunidades do seu entorno, assim como o Plano de Manejo salienta, está mais voltada para ações de capacitação de jovens como mão-de-obra para o setor

turístico. Isso demonstra que maiores ações de aproximação do Parque com a sua comunidade do entorno devem ser realizadas, tanto no sentido de educação ambiental, acesso, desenvolvimento do turismo sustentável, geração de renda e gestão participativa, com a participação de representantes dessas comunidades no Conselho Consultivo do PARNA Tijuca. Um grande desafio!

Segundo o discurso institucional refletido no seu Plano de Manejo, tem-se a intenção de reverter este quadro e pretende aumentar a participação das comunidades que margeiam o Parque, aumentando o número de participantes no conselho gestor. Mas, para isso, é preciso haver o diagnóstico do PARNA Tijuca, pelo acréscimo de estudos e propostas para o aperfeiçoamento de sua gestão. Algumas pesquisas em parceria com instituições de ensino e ONGs contribuíram de alguma forma, para o melhor conhecimento da área e da indicação de medidas de ordem administrativa, financeira, operacional, oferecendo meios de articulação entre as instituições da sociedade civil e do poder público. Algumas medidas foram implementadas, a exemplo da parceria com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, o Governo do Estado e o Governo Federal que resultou em um modelo de gestão compartilhada. Dentre todos os instrumentos de planejamento do PARNA Tijuca, apenas o Plano de Manejo, o Sistema de Gestão Ambiental e o Plano de Negócios foram, de fato, aplicados nesta unidade, mesmo que de forma parcial e, muitas vezes, projetos sem continuidade. E de todos, o que permanece atualizado até os dias de hoje, é o Plano de Manejo, destacando-se que muitas ações previstas no planejamento não foram implementadas devido aos entraves de ordem operacional ou financeira, requerendo sua execução ainda nos dias de hoje. A análise dos resultados demonstra que as comunidades precisam ter maior mobilização, participação efetiva e engajamento nas questões relacionadas à gestão do Parque Nacional da Tijuca, para que possam vir a ser os principais agentes de preservação ambiental da área. Por outro lado, não podemos deixar para escanteio que, ambas as comunidades percebem, ao seu modo, o valor do mundo natural e cultural do Parque. Ações concretas de parcerias com os moradores das comunidades analisadas para o desenvolvimento do turismo, a partir da criação ou incentivo e investimento em empresas locais para o incremento do ramo, já seriam um bom começo. Já que um dos fatores também levantado como relevante foi a questão do Turismo, sendo que 38% dos entrevistados responderam ser esta a causa da importância do PARNA Tijuca, e se compararmos com os resultados da pergunta relacionada ao trabalho e renda, um

percentual expressivo de moradores vê o Parque como uma ótima fonte de renda, principalmente para os trabalhadores informais. Sendo assim, o resultado referente ao trabalho com turismo na região mostra que os moradores no entorno do Corcovado têm atividades relacionadas direta ou indiretamente com o turismo. No entanto, é importante discutir que da perspectiva da geração de renda, a relação com o mercado, tem-se mostrado desfavorável para os moradores, pois, ao olharmos principalmente as atividades do Projeto Anfitriões do Cosme Velho em comparação com as empresas que exploram turisticamente o Parque, na maioria dos casos, os moradores são transformados em mão-de-obra barata e não como os empreendedores e gestores dessas atividades turísticas.

Pela projeção e pelo reconhecimento que confere à cidade e aos seus habitantes, por ser um veículo de fortalecimento do sentimento de identidade e, ainda, por ser difundido como motivo de orgulho para os cariocas e brasileiros, o que nos chama mais a atenção é que o PARNA Tijuca não é, como aponta a pesquisa, o destino principal de lazer dos moradores do seu entorno, mesmo que muitos afirmem ser a recreação e o lazer os principais atrativos do Parque para si. Vale ressaltar que as conclusões obtidas revelam olhares de uma coletividade, as quais, pode-se dizer que vivenciam realidades próximas e, talvez espelhem no senso comum, valores e usos dos sujeitos analisados como um todo. Então, os números nos fazem pensar. Começaremos com a afirmativa de Giraudy e Bouilhet (1990, p. 89): se os habitantes de uma cidade ativa não frequentam suas coleções públicas é que as “pontes” funcionam mal. Assim, ao descobrir que o PARNA Tijuca não é visitado por um grande percentual de moradores do seu entorno, o mesmo deve buscar caminhos que o levem à sua própria cidade. Consideramos que a mediação entre o patrimônio e a sociedade é, antes de tudo, uma mediação institucionalizada como nos museus. Mas, a mediação se manifesta, na prática, através das diversas ações junto ao público. A qualidade dessas ações depende do cumprimento da missão institucional, a partir de projetos de caráter comunicacional. Acredita-se que a gestão de áreas preservadas se torna mais eficiente e menos conflituosa, quanto maior é o envolvimento, a participação, organização e informação das populações locais. Constatou-se que o PARNA Tijuca está localizado tão perto geograficamente e tão longe da vida de parte dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, por isso, é preciso descobrir, por meio de constantes pesquisas de públicos, por que 46% dos residentes do seu entorno nunca o visitou, e, mais que tudo, descobrir o que os habitantes da cidade



gostariam que o “seu” patrimônio cultural lhe representasse e oferecesse. É claro, colocando também a mão na massa, no sentido de buscar soluções para os problemas diagnosticados através das pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Cecília. Rua Cosme Velho: recanto admirável e inspirador. *Jornal Povo do Rio* on-line. Rio de Janeiro, 15 de nov de 2007. Disponível em: <[http://www.lhamanews.com/textos/geral\\_cosmevelho.htm](http://www.lhamanews.com/textos/geral_cosmevelho.htm)> Acesso em 19 de mai de 2009.

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 34-48.

\_\_\_\_\_. Patrimônio: ‘ampliação’ do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero. (Coord.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. p. 28-39. (Coleção Museu Aberto).

ALVES, Tainá Pedreira. Programa de monitoramento dos impactos ambientais e socioeconômicos dos serviços de apoio ao turismo em Parques Nacionais. Relatório Final de Pesquisa do Programa Interno de Iniciação Científica (PROIC) do Núcleo de Apoio à Administração da Pesquisa (NAAP) do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DPPG-UFRRJ). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

AMARAL, Eduardo Lúcio G. Museu, memória e turismo: por uma relação de liberdade. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Editora Roca, 2006. p. 51-63.

ANDRADE, Roberto Cezar de. O público e o privado na preservação dos bens materiais: reflexões. In: *Um olhar contemporâneo sobre a percepção do patrimônio cultural material*, Cláudia S. Rodrigues Carvalho (Orgs.) et alii. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 286-292.

ARRUDA, Phrygia. Desafios e perspectivas da paisagem cultural: das areias de Copacabana ao jeito carioca de ser. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs.). *E o Patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008. p. 87-98.

BATISTA, Marcia Aguiar Nogueira (Org.) et alii. Candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial categoria Paisagem Cultural. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/067.pdf>> Acesso em 27 de mar de 2012.

BENSUSAN, Nurit. Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 1ª reimpr. da 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007a.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007b.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Presidência da República, 1937.

\_\_\_\_\_. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Cortez, 1990. 181p.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal, 2004.

CÁSSIA, Cristiane de. Floresta da Tijuca volta a ser compartilhada. Prefeitura retoma participação na gestão do parque nacional; Cerro-Corá e Guararapes serão pacificados pela PM. Jornal O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 de mai de 2009. Rio, p.17.

CASTRO, João Paulo Macedo. Da favela à comunidade: Formas de classificação e identificação de populações no Rio de Janeiro. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 8, volume 15(2): 171-198, 2004.

CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. Favelas cariocas: comparação das áreas ocupadas – 1999/2004. Coleção Estudos Cariocas. Nº 20061201, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Índice de Desenvolvimento Social – IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas. Nº 20080401, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, abril de 2008.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. Coleção Estudos Cariocas. Nº 20120501, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, maio de 2012.

CHAGAS, Mário. Museu: coisa velha, coisa antiga. Rio de Janeiro, UNIRIO, 1987.

\_\_\_\_\_. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (Orgs.). O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p.115-132.

CHAUÍ, Marilena. Natureza, Cultura, Patrimônio Ambiental. In: Comissão de Patrimônio Cultural da USP (org.); LANNA, Ana Lúcia Duarte (coord.). Meio ambiente: patrimônio Cultural da USP. São Paulo: EdUSP, 2003. p. 47-55.

\_\_\_\_\_. Cidadania Cultural: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMITÊ TÉCNICO DA CANDIDATURA DO RIO DE JANEIRO A PATRIMÔNIO MUNDIAL. Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar. Ministério das Relações Exteriores/ Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. S/ data. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2505>>. Acesso em 19 de jun de 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O real e o imaginário nos espaços turísticos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 207-227.

CUNHA, Maria Beatriz Assunção Mendes da. Perfil Sócio Econômico das Favelas da Cidade do Rio de Janeiro. In: XV ENESTE – Encontro Nacional dos Estudantes de Estatística, 2000, Natal/RN. Disponível em: <<[http://www.iets.org.br/biblioteca/Perfil\\_socio\\_economico\\_das\\_favelas\\_da\\_Cidade\\_d\\_o\\_Rio\\_de\\_Janeiro.PDF](http://www.iets.org.br/biblioteca/Perfil_socio_economico_das_favelas_da_Cidade_d_o_Rio_de_Janeiro.PDF)>>. Acesso em 19 de jun de 2012.

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005a. 162p.

\_\_\_\_\_. Comunicação Museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2005b.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Turismo em parques nacionais. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 81-94.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O Patrimônio Natural no Brasil. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>>. Acesso em: 23 de mar de 2008.

\_\_\_\_\_. Paisagem. In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues (Orgs.) et alii. Um olhar contemporâneo sobre a percepção do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.p. 88-100.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Blog. Postagem Chapéu do Sol no Corcovado e a construção do Cristo Redentor. Publicado em 16/02/2010. Disponível em: <<http://www.diariodorio.com/chapu-do-sol-no-corcovado-e-construo-do-cristo-redentor/>>. Acesso em 20 de jun de 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 6ª ed. ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub- USP/CEC, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos; VIANNA, Lucila Pinsard. Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação e Mata Atlântica. NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras. Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, junho de 1995. Disponível em: <<<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conflitook.pdf>>>. Acesso em: 12 de jan de 2011.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (orgs). E o Patrimônio? Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008. p. 11-32.

DOLAK, Jan. Cultura do patrimônio e sua conservação. In: Cláudia S. Rodrigues (Orgs.) et alii. Um olhar contemporâneo sobre a percepção do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

ECOMUSEU QUARTEIRÃO CULTURAL DO MATADOURO. Site oficial. Santa Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.quarteirao.com.br/>> Acesso em 13 de fev de 2013.

EVRES, Ana Cristina Léo Barcellos. A musealização da natureza. Patrimônio e memória na museologia. 2000. 140 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/ MUSEU DA VIDA (FIOCRUZ/MV); DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS (DEMU/IPHAN). I Boletim Pesquisa Piloto Perfil. Opinião 2005. Onze Museus e seus visitantes. 2ª edição. Rio de Janeiro e Niterói: Observatório de Museus e Centros Cultural. Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz; Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Ministério da Cultural (MINC). Dez/ 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal no Brasil. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/ IPHAN, 2005. 296p.

FRANCISCO, Cristiane Nunes. O Uso de Sistemas Geográficos de Informação SIG na Elaboração de Planos Diretores de Unidades de Conservação – Uma Aplicação no Parque Nacional da Tijuca - RJ. 1995. Dissertação (Mestrado em Geoprocessamento) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1995.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. 272p.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores. *Sociedade e Estado*. [online], vol.25 n° 1. Brasília Jan./Apr. 2010. p. 33-51. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n1/03.pdf>>. Acessado em: 15 de abr de 2013.

FREITAS, Welington Kiffer de; MAGALHÃES, Luis Mauro Sampaio; GUAPYASSU, Maísa dos Santos. Potencial de uso público do Parque Nacional da Tijuca. *Revista Maringá*, v. 24, n. 6, p. 1833-1842, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/viewFile/2560/1583>> Acesso em 06 de jan de 2009.

FUKS, Mario. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GARCIA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.23, 1994, p.94-115.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

GODOY, Karla Estelita. A museologia diante do virtual: repensando os elementos conceituais e a memória, a partir das novas tecnologias informáticas. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

GODOY, Karla Estelita; LUNA, Sarah Borges. A estética turística e cinematográfica da favela: suporte de uma autenticidade construída. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.239-252, ago. 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2002.

\_\_\_\_\_. O patrimônio como uma categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GONÇALVES, Telma Lasmar. Lazer é prazer. Museu dá prazer? Uma análise da relação do morador de Niterói com o seu Museu de Arte Contemporânea. Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro: IPHAN/ DEMU, Ano II, número 2, p. 26-40, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Unidade de Polícia Pacificadora - UPP. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>. Acesso em 03 de junho de 2013.

GIRAUDY, Danièle & BOUILHET, Henri. O museu e a vida. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro - RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990. 100p.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE) & PROGRAMA PETROBRÁS AMBIENTAL. Parque Nacional da Tijuca. Integrando proteção ambiental e participação social em áreas urbanas. Relatório Projeto Águas em Unidades de Conservação Parque Nacional da Tijuca, julho 2006. Disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/ap\\_ibase\\_pc\\_01e.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ap_ibase_pc_01e.pdf)> Acesso em 06 de jan de 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Domiciliar sobre Percepção e Visita a Museus - VAMUS. Relatórios de Pesquisa da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, nº 22. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais. Primeiro resultado. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – IBGE: Rio de Janeiro, 2010. 259p.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Mensal de Emprego - PME. Outubro de 2012. Município do Rio de Janeiro. IBGE: Boletim de Outubro de 2012. Disponível em: <[http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3247\\_pme%20munic%C3%ADpio%20do%20rio%20de%20janeiro%20outubro%202012.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3247_pme%20munic%C3%ADpio%20do%20rio%20de%20janeiro%20outubro%202012.PDF)>. Acesso em: 13 de jan de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Diagnóstico da visitação em Parques Nacionais e Estaduais. Relatório da pesquisa. Brasília: MMA/DPNAP/ SBF, 2004. Disponível em: <[http://www.femesp.org/docs/seminario2009\\_visitacao\\_parques.pdf](http://www.femesp.org/docs/seminario2009_visitacao_parques.pdf)>. Acesso em 19 de jan de 2012.

INSTITUTO CIDANIA, INSTITUTO DE HOSPITALIDADE E SEBRAE. Perfil da Juventude Brasileira. Projeto Juventude. Pesquisa de opinião pública. Dezembro de 2003. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/00B55098FC51A92C83256E86005F7E51/\\$File/NT00048B96.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/00B55098FC51A92C83256E86005F7E51/$File/NT00048B96.pdf)>. Acesso em 06 de jan de 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio); INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). Programa de Turismo nos Parques. 2008. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/revistafinal.pdf>>. Acesso em 06 de jan de 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Relatório de Gestão. 2011. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/relatoriodegestao\\_Web.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/relatoriodegestao_Web.pdf)>. Acesso em 14 de out de 2012.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). Relatório Anual da Qualidade do Ar. Rio de Janeiro: Diretoria de Informação e Monitoramento Ambiental – DIMAN, Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<[http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade\\_ar\\_2009.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade_ar_2009.pdf)>>. Acesso em 19 de jan de 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 127 de 05 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/Legislacao/Patrimonio-Historico-e-Cultural/Portarias/PORTARIA-N1-127-IPHAN-DE-05-DE-MAIO-DE-2009>> Acesso em 25 de abr de 2012.

JAKOBSEN, Kjeld A.; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org.). Mapa do Trabalho Informal. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000-2001.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOBIM, Antônio Carlos. Samba do avião. Composição: Tom Jobim, 1962.

JOKILEHTO, Jukka. Patrimônio mundial e perspectivas futuras. In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues (Orgs.) et alii. Um olhar contemporâneo sobre a percepção do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 338-360.



JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: Caderno de diretrizes museológicas I. 2ª ed. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. p. 19-32.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LEROY, Jean Pierre. Apresentação. In: ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves (organizadores). *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Patrimônio Ambiental: a Memória Social e sua continuidade. In: Comissão de Patrimônio Cultural da USP (org.); LANNA, Ana Lúcia Duarte (coord.). *Meio ambiente: patrimônio Cultural da USP*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2003, p.41- 46.

LIMA, Antonio Cícero Correia. *“Guardar - Poemas escolhidos”*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

LIMA, Eduardo Coelho de. *A importância da Floresta da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 50 páginas. Monografia de Especialização (Gestão Ambiental de bacias hidrográficas) - Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LINS, Ana Cristina Bandeira. *A Paisagem Ameaçada*. In: CUREAU, Sandra (Coord.) et alii. *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 269-282.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; AZAZIEL, Marcus & FRANCA, Nahyda. *Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos*. Ibase: Instituto Terra Azul: Parque Nacional da Tijuca, 2007.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *A (re) significação da paisagem no período contemporâneo*. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 09-28.

\_\_\_\_\_. *Turismo e Patrimônio Natural no uso do território*. In: LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes; BRUHNS, Heloisa Turini & SERRANO, Célia. (orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, SP: Papyrus, 2007, p. 25-45.

MACHADO, José de Paula. *Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1992.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Os princípios específicos da tutela do meio ambiente cultural. In: CUREAU, Sandra (Coord.) et alii. Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011.p.101-122.

MARTINS, Luciana de Lima. O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

MARTINS, Clerton. Patrimônio Cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, Clerton (Org.). Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Editora Roca, 2006, p. 39-50.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta & GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: Evolução e conflitos de um modelo em construção. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador - BA, Ano VI, nº 9, janeiro de 2004.

MENEZES, Pedro da Cunha. Mananciais e Parques Nacionais Urbanos. Artigos do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. S/ data. Disponível em: <<http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/1457/ARTIGO~2.PDF>>. Acesso em 05 de abr de 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) E INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca. Brasília: Ibama, 2008. Mimeo. Vol. I, II, III.

MINISTÉRIO DO TURISMO/ EMBRATUR. Plano Aquarela 2007-2010. Internacional do Brasil. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Plano\\_Aquarela\\_2007\\_a\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2007_a_2010.pdf)>. Acesso em 13 de out de 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Aquarela 2020. Marketing Turístico Internacional do Brasil. Dezembro, 2009. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Plano\\_Aquarela\\_2020.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2020.pdf)>. Acesso em 13 de out de 2012.

\_\_\_\_\_. Turismo no Brasil 2011-2014. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros\\_estudos/downloads\\_outroestudos/Turismo\\_no\\_Brasil\\_2011\\_-\\_2014\\_sem\\_margem\\_corte.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/downloads_outroestudos/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf)>. Acesso em 13 de out de 2012.

MORAIS, José Luiz de. A arqueologia e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 97-103.

MOTTA, Lia. Valor de patrimônio e saber técnico institucional. In: CUREAU, Sandra (Coord.) et alii. Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011.p. 183-199.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Vol. 10, São Paulo, 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, Nilsa Aparecida da Silva. A percepção dos resíduos sólidos (lixo) de origem domiciliar, no bairro Cajuru-Curitiba-PR: um olhar reflexivo a partir da educação ambiental. 2006. 160 páginas. Dissertação (Mestrado em geografia) - Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PEIXOTO, Sônia; IRVING, Marta; PRATES, Ana Paula Leite e FERREIRA, Iara Vasco. Parque urbano da paz: a construção de um novo conceito no Parque Nacional da Tijuca. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador/ Bahia, ano VII, n.11, janeiro de 2005. p.24-29.

PEÓ, Sergio. Associação dos Moradores de Guararapes. [Filme-vídeo]. Produção de Sérgio Peó e coprodução de Corisco Filmes, direção Sérgio Peó. Rio de Janeiro, Corisco Filmes, 1979. Documentário, duração 11 min.

PIMBERT, Michel P. & PRETTY, Jules N. Parks, people and professional: putting, participation" into protected area management. In Ghimire/Pimbert: Social Change And Conservation: Environmental Politics and Impacts of national Parks and Protected Areas, Earthcan Publications Limited, 1997. Tradução: Antonio Carlos Diegues e Daniela Andrade. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/cap09.pdf>> Acesso em 19 de mai 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTAL RJTV 2ª Edição. Favelas do Cerro Corá e Guararapes vão receber policiamento permanente. Reportagem on-line. Disponível em: <<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL1117155-9099,00.html>> Acesso em 19 de mai de 2009.

PORTAL COMUNICAÇÃO ICMBIO. Notícia de 02/05/2011. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral5/826-icmbio-reconhece-projeto-anfitriones-do-cosme-velho.html>>. Acesso em 19 de mai de 2009.

PORTAL COMUNICAÇÃO ICMBIO. Notícia de 16/02/2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral5/2568-concessao-do-complexo-das-paineiras-revitaliza-parque-da-tijuca.html>>. Acesso em 19 de mai de 2009.

PORTARIA Nº 74, DE 25 DE JUNHO DE 2012. Disponível em: <<[http://parquedatijuca.com.br/arqs/Portaria\\_N74\\_25-06-2012.pdf](http://parquedatijuca.com.br/arqs/Portaria_N74_25-06-2012.pdf)>>. Acesso em 02 de set de 2012.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

\_\_\_\_\_. Museu e Museologia. Tradução Guilherme João de Farias Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Ensaio Geral).

PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. In: Cadernos de Sociomuseologia, vol.16, nº 16, 1999. Disponível em: <[http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia\\_1\\_22/Cadernos%2016%20-1999.pdf#page=5](http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2016%20-1999.pdf#page=5)> Acessado em: 23/03/2012.

RAMBALDI, D.M.; MAGNANI, A.; ILHA, A.; LARDOSA, E.; FIGUEIREDO, P.; OLIVEIRA, R.F. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. Série Estados e Regiões da RBMA. Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Nº 22, 2ª Edição: Rio de Janeiro, CNRBMA. 2003. Disponível em: <<[http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno\\_22.pdf](http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_22.pdf)>>. Acesso em 06 de jan de 2009.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. Possibilidades e limites da categoria de Paisagem Cultural para a formação de políticas de Patrimônio. In: CUREAU, Sandra (Coord.) et alii. Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 256-267.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. O uso público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-24.

RONCAGLIO, Cynthia. O emblema do Patrimônio Natural no Brasil: a natureza como artefato cultural. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas/ SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SALDANHA, Carlos. Rio: The Movie. [Filme-vídeo]. Produzido por Chris Jenkins e Bruce Anderson. Dirigido por Carlos Saldanha. Estados Unidos, 20th Century Fox e pela Blue Sky Studios, 2011. Animação em 3D, gênero musical e comédia, 96 min.

SANTOS, Milton. O Espaço e o Cidadão. São Paulo: Nobel, 1999.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. Cadernos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Vol. 18, número 18, p. 93-139, 2002.

SANTOS, Anderson Alves. Concessão e ou terceirização de serviços em parques nacionais: incentivo ao aumento de receitas. 280 páginas. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais, Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2010.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCIFONI, Simone. A construção do Patrimônio Natural. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEMENOVITCH, Jorge Scévola de. Corcovado, a conquista da montanha de Deus: a história da Estrada de Ferro e do Monumento ao Cristo Redentor. Rio de Janeiro: Lutécia, 1997.

SERRANO, Célia. Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes; BRUHNS, Heloisa Turini & SERRANO, Célia. (orgs.). Patrimônio, natureza e cultura. Campinas, SP: Papyrus, 2007, p. 09-21.

SILVA, Alexandra Zühlsdorff Mendes. Minha casa virou Parque: percepção ambiental das comunidades do entorno do Parque Nacional da Tijuca (RJ). Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Cássia Milena Souza da. A percepção ambiental de moradores de comunidades carentes – a ZEIS Brasilit. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco. Recife. Relatório em formato de monografia de prestação de contas final à Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Programa Institucional para a Concessão de bolsas de Incentivo à Iniciação Científica – PIBIC/ CEFET-PE. 2006.

SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. LEI Nº 9.985 DE 18 DE JULHO DE 2000. Disponível em: <<[www.semarnh.se.gov.br/biodiversidade/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=1](http://www.semarnh.se.gov.br/biodiversidade/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=1)>>. Acesso em 04 de dez de 2008.

SOUZA, José Nilton de. A exclusão pela urbanização. Favela: Governo e Conflito na cidade do Rio de Janeiro. Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF. GEOgraphia, ano V, nº 10, 2003.

SOUZA, Aline Rocha de. Geoconservação e Musealização: a aproximação entre duas visões de mundo, os múltiplos olhares para um patrimônio. Dissertação (Mestrado em Museologia). Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro e Museu de Astronomia: Rio de Janeiro, 2009.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). Revista da Escola de Enfermagem da USP. Universidade de São Paulo, 37 (2), 2003, p. 119-126.

STUDART, Denise Coelho; ALMEIDA, Adriana Mortara; & VALENTE, Maria Esther. Pesquisa de público em museus: desenvolvimento e perspectivas. In: Gouvêa, G.; Marandino, M. e Leal, M.C.. (org) Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. (p.129-157), Rio de Janeiro: FAPERJ/ Ed. Access, 2003.

UNEP. Organização das Nações para o Meio Ambiente. Declaração de Nairóbi. Quênia, 1982. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=253>>. Acesso em 02 de set de 2012.

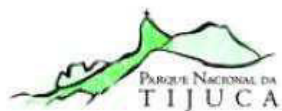
UNESCO. Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em 02 de set de 2012.

\_\_\_\_\_. Carta do Rio. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=263>>. Acesso em 02 de set de 2012.

\_\_\_\_\_. Centro Del Patrimonio Mundial de La. Carpeta de información sobre el patrimônio mundial. Paris, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-567-3.pdf>>. Acesso em 02 de set de 2012.

VIEIRA, Ana Carolina Maciel. O olhar da comunidade sobre o patrimônio: um estudo de caso no Parque Nacional da Tijuca. Monografia (Graduação em Museologia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História. Vol. 26, nº 51. São Paulo, 2006.

**APÊNDICE I – MODELO QUESTIONÁRIO****PESQUISA DE PÚBLICO**

Nº. do questionário

--	--	--

**Parte 1- Questionário sócio-econômico-cultural****(P.1) Sexo:**  FEMININO |  MASCULINO**(P.2) Idade:**  12 a 15 anos |  16 a 21 |  22 a 35 |  36 a 55 |  56 a 70 |  + de 70anos**(P.3) Escolaridade:** \_\_\_\_\_**(P.4) Situação econômica:**

- Trabalhador da rede privada |  Trabalhador autônomo |  Funcionário público |  
 Desempregado |  Estudante |  Dona de casa |  Aposentado / Pensionista |  Outros

Especifique sua profissão: \_\_\_\_\_

**Parte 2 – Patrimônio e Lazer****(P.5) Você já visitou um museu?**  Sim |  Não**(P.6) Que tipo de museu você já visitou?**

- Museu histórico |  Museu de Artes |  Museu de Ciências |  Centro Cultural |  
 Museu virtual |  Outro.

Qual Museu você já visitou? \_\_\_\_\_

**(P.7) Você já visitou uma Área de Conservação da Natureza?**  Sim |  Não**(P.8) Que tipo de Área de Conservação da Natureza você já visitou?**

- Parques Nacional, Estadual ou Municipal |  APAs (Área de Preservação Ambiental) |  
 Reservas Ecológicas ou Extrativistas |  Jardim Botânico |  Jardim Zoológico |  
 Aquários |  Outras.

Qual Área de preservação você já visitou? \_\_\_\_\_

**(P.9) Quando você ouve a palavra patrimônio, o que você pensa?**

- Algo que tenha valor para a ciência ou para a história |  Algo importante para você |  
 Algo bem velho |  Algo da natureza |  Algo importante para a humanidade. |  
 Uma herança |  Algo cultural |  Um conhecimento.

**(P.10) Em sua opinião, o que você considera patrimônio. (Pode marcar mais de uma opção se quiser)**

- |   |  |   |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Uma casa                 | <input type="checkbox"/> Plantas e animais     | <input type="checkbox"/> Uma cidade         |
| <input type="checkbox"/> Uma comida               | <input type="checkbox"/> Uma montanha ou praia | <input type="checkbox"/> Um artesanato      |
| <input type="checkbox"/> Uma invenção da ciência  | <input type="checkbox"/> Um fóssil             | <input type="checkbox"/> Um carro           |
| <input type="checkbox"/> Uma pintura de arte      | <input type="checkbox"/> Uma dança             | <input type="checkbox"/> O planeta Terra    |
| <input type="checkbox"/> Uma Floresta             | <input type="checkbox"/> Um prédio antigo      | <input type="checkbox"/> Uma poesia         |
| <input type="checkbox"/> Um artefato arqueológico | <input type="checkbox"/> Uma crença religiosa  | <input type="checkbox"/> Não considero nada |

### **Parte 3 – O Parque Nacional da Tijuca (PARNA Tijuca)**

**(P.11) A respeito do Parque Nacional Tijuca você já:**

- Foi 1 vez. |  Foi 2 vezes ou mais |  Frequentemente visita.  
 Só ouviu falar.  
 Nunca ouvi falar.

**(P.12) Com quem você visitou?**

- Com a família |  Amigos |  Escola |  Trabalho |  Sozinho | Outros: \_\_\_\_\_

**(P.13) Você sabia que a área do Parque abrange:**

- 1- A Floresta da Tijuca (entrada pelo bairro Alto da Boa Vista)  
 Sim       Não
- 2- O Corcovado e o Cristo Redentor (acesso pelo bairro Cosme Velho)  
 Sim       Não
- 3- As Paineiras (acesso pelo bairro de Santa Tereza e Alto da Boa Vista)  
 Sim       Não
- 5- O Parque Lage (bairro Jardim Botânico)  
 Sim       Não
- 6- A Floresta Pretos - Forros Covanca (acesso pelo bairro Grajaú e Jacarepaguá)  
 Sim       Não
- 7- Pedra da Gávea e Bonita (acesso bairro de São Conrado e Alto da Boa Vista)  
 Sim       Não
- 8- Vista Chinesa (acesso pelo bairro do Horto e Alto da Boa Vista)  
 Sim       Não

**(P.14) Para você o parque é importante por causa: (Pode marcar mais de uma opção)**

- das suas construções e ruínas históricas |  da sua fauna e flora peculiar |  
 do lazer como passeios, piqueniques, trilhas, etc. |  do turismo |  
 das pesquisas científicas na área |  do seu caráter mítico/ religioso |  
 da sua bela paisagem natural como montanhas, cachoeiras, cavernas |  
 do uso extrativista como a caça, madeira para a construção civil, plantas para medicamentos  
 da sua paz e tranquilidade em meio ao centro urbano |  
 Outros: \_\_\_\_\_

**(P.15) Marque os valores abaixo que o parque possui: (Pode marcar mais de uma opção)**

- Geológico e Paisagístico  
 Ecológico  
 Arqueológico  
 Histórico  
 Econômico  
 Artístico  
 Lazer  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_  
 Nenhum



**(P.16) O que você acha que poderia ser feito para melhorar a divulgação do parque?**

- Ter mais eventos no parque
- O público deve ter mais acesso ao parque, como ingressos baratos ou gratuitos, mais oferta de transporte, etc.
- Ter mais explicações sobre o parque
- Cartazes e folder
- Propaganda na televisão e rádio
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_
- Nada, está bom assim.

**(P.17) O que pra você dificulta o acesso à visitaçã ao parque:**

- A divulgação
- O transporte público
- Os horários de funcionamentos
- A questão da segurança
- A questão financeira
- O descaso do poder público para com o parque e a população
- A falta de funcionários
- A falta de sinalização nos acesso e dentro do parque
- Outros. Qual? \_\_\_\_\_
- Nada, está bom assim

**(P.18) Se o parque deixasse de existir, o quê você perderia com isso?**

---

---

**Muito Obrigada pela ajuda e paciência!**

Ana Carolina Maciel Vieira  
Pesquisa de público – Parceria PARNA Tijuca e UNIRIO.

**APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- Qual o seu nome?
- Quantos anos você tem?
- Onde você nasceu?
- Fale da sua família?
- Você tem filhos? Quantos?
- Você frequentou a escola? Até que ano?
- Você trabalha? Em quê?
- Quando começou a trabalhar e qual foi o seu primeiro trabalho?
- Que outros trabalhos você fez?
- Você gosta do seu trabalho?
- Você já se mudou? Por quê?
- Você gosta da onde mora? Por quê?
- A quanto tempo você mora nesta comunidade?
- Como conhece o PARNA Tijuca?
- Você acha que as pessoas da comunidade conhece o PARNA Tijuca?
- O que você faz hoje?
- Quais os seus sonhos?